



A TEORIA DO FETICHISMO EM KARL MARX E A EDUCAÇÃO

Juliane Zacharias Bueno

A TEORIA DO FETICHISMO EM KARL MARX E A EDUCAÇÃO

Juliane Zacharias Bueno



UFSC
Florianópolis
2021

Copyright © 2021 Juliane Zacharias Bueno

Coordenação de edição

Carmen Garcez

Projeto gráfico e editoração eletrônica

5050com / Caiacanga Editoria

Capa

5050com / Caiacanga Editoria

Imagem: *A barca de Dante* (detalhe)

Eugène Delacroix, 1822

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

B928t	Bueno, Juliane Zacharias A teoria do fetichismo em Karl Marx e a educação [recurso eletrônico] / Juliane Zacharias Bueno. – Florianópolis : Editoria Em Debate/UFSC, 2021. 400 p. E-book (PDF) ISBN: 978-65-87206-93-6 1. Fetichismo da mercadoria. 2. Marx, Karl, 1818-1883 – Crítica e interpretação. 3. Educação. 4. Título. CDU: 37.015.4
-------	---

Elaborada pelo bibliotecário Fabrício Silva Assumpção – CRB-14/1673

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade

Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)

Bloco D, sala 301 – Telefone: (48) 3721-4046

Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br / www.lastro.ufsc.br

O projeto de extensão Editoria Em Debate conta com o apoio de recursos do
acordo entre Middlebury College (Vermont – USA) e UFSC.

NOTA EDITORIAL

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, tanto nas editoras comerciais como nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não acompanha a demanda existente, em contradição, portanto, com essa demanda e a produção acadêmica exigida. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, frente à tendência de se valorizar a produção intelectual conforme as publicações, em uma difícil relação entre quantidade e qualidade.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Documentos, periódicos e livros continuam sendo produzidos e impressos, e continuarão em vigência, conforme opinam estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas podem contribuir de forma complementar e oferecer maior facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e estudantes na produção de conhecimento, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação também como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulga-

ção aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica, conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação –, e por iniciativa e empenho do prof. Fernando Ponte de Sousa, a Editoria Em Debate (ED) completa dez anos de realizações, sempre com o apoio do Middlebury College/Vermont, que acreditou no projeto. Criada com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa da UFSC e outras instituições, conveniadas ou não, sob orientação e acompanhamento de um Conselho Editorial, a ED já publicou 68 livros desde 2011.

Os editores

Coordenador

Jacques Mick

Conselho Editorial

Adir Valdemar Garcia

Eduardo Vilar Bonaldi

Iraldo Alberto Alves Matias

Jocemara Triches

José Carlos Mendonça

Laura Senna Ferreira

Luiz Gustavo da Cunha de Souza

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Marília Carbonari

Michel Goulart da Silva

Samuel Pantoja Lima

*Se o dinheiro, segundo Augier,
“vem ao mundo com manchas naturais
de sangue numa de suas faces”, o capital
nasce escorrendo sangue e lama por
todos os poros, da cabeça aos pés.*

(KARL MARX, O Capital)

SUMÁRIO

Prefácio

Por Paulo Sergio Tumolo 11

Introdução 23

 O fetichismo ou os fetichismos? 26

1 A produção científica na educação brasileira sobre o fetichismo em Karl Marx 31

 Alusões ao fetichismo (ou aos fetichismos) em Karl Marx 33

 O fetichismo como eixo norteador de análise da educação 47

 Balanço geral dos dados obtidos 129

2 Gênese e constituição do conceito de fetichismo 133

 Sobre a origem do fetichismo e a sua *inversão* em Marx 133

 A trajetória do fetichismo em Karl Marx 140

3 O fetichismo em *O Capital* de Karl Marx 179

 A Mercadoria 182

 O Processo de Troca 196

 O Dinheiro ou a Circulação das Mercadorias 200

 Transformação do Dinheiro em Capital 213

 Processo de Trabalho e Processo de Valorização 222

 Capital Constante e Capital Variável 229

 A Taxa de Mais-Valia 234

 A Jornada de Trabalho 238

 Fetichismo: a subsunção real da vida social ao capital 252

4 O fetichismo entre os estudiosos da educação brasileira	265
A escola pública como instrumento de <i>subjetivação</i> do fetichismo.....	276
O potencial <i>desfetichizador</i> da educação escolar	312
O fetichismo como aparência ilusória e as <i>muitas</i> <i>faces</i> conceituais que se adequam à Educação Infantil	335
O fetichismo no plano da consciência.....	353
Considerações finais	363
Referências.....	367
Apêndices.....	379

PREFÁCIO

Somente um louco poderia se propor a fazer um estudo sistemático, sério e aprofundado sobre a teoria do fetichismo em Marx. Ou, então, alguém que estivesse perdidamente apaixonado pelo tema porque, entre outros motivos, teria clareza da incomensurável importância teórica e, sobretudo, política, de sua apropriação. Juliane Bueno, autora deste livro, se enquadra perfeitamente neste segundo caso; embora não lhe falem doses significativas de loucura, mesmo porque, penso eu, toda paixão carrega em si muitos traços de boa loucura. De fato, durante a realização de sua tese de doutorado, que originou este livro, Juliane se envolveu de tal maneira com a teoria marxiana do fetichismo, mergulhando nela de corpo e alma, que, por vezes, se esquecia de fazer as coisas mais comezinhas para poder produzir sua própria vida.

Apesar de exagerados, sua entrega e seu sacrifício eram compreensíveis, de um lado, principalmente por causa da indiscutível complexidade do tema que abraçou e que se tornou praticamente a razão de sua existência, e, de outro lado, devido ao insuportável incômodo que lhe causavam as interpretações, as mais estapafúrdias, que vários autores fazem da teoria do fetichismo em Marx, particularmente aqueles do campo da educação.

Por essas razões, Bueno enfrentou imensas dificuldades que seriam intransponíveis para pesquisadores ordinários, mas que, para ela, se tornaram motivos de sua perseverança e superação. Inicialmente, a autora fez um estudo apuradíssimo, e raro, da teoria do fetichismo no conjunto da obra de Marx, com destaque para *O Capital*; em segui-

da, realizou um minucioso levantamento da produção acerca do assunto, particularmente da área da educação; fez uma seleção criteriosa e, literalmente, se chafurdou na análise desses textos selecionados, para, finalmente, poder realizar um cotejamento entre os dois estudos, cujos resultados aparecem, de forma clara e incontestável, neste livro que Bueno, generosamente, oferece de presente ao leitor.

A respeito dos temas tratados nesta magnífica obra, gostaria de destacar, entre outros, quatro aspectos que me parecem imprescindíveis.

Primeiramente, embora pudesse parecer uma obviedade, Bueno precisou demonstrar que conceitos teóricos não são meras palavras usadas indistintamente, mas, pelo contrário, que seus significados se alteram de autor para autor e inclusive no interior da construção teórica de um mesmo autor. Por isso, os significados de conceitos teóricos têm de ser extraídos do contexto no qual foram produzidos e, geralmente, são diferentes, mesmo que as palavras utilizadas sejam idênticas. No caso do conceito de *fetichismo*, Bueno fez um levantamento e uma análise primorosos sobre ele e detectou, desde sua origem, as diversas acepções adotadas pelos vários autores. Para ela, “há de se distinguir entre o “fetichismo” como expressão utilizada para fins literários, ou seja, o fetichismo como expressão *metafórica* no interior de uma abordagem claramente embebida numa linguagem sarcástica, do fetichismo constituído com um estatuto especificamente conceitual, desenvolvido estritamente vinculado a uma metodologia expositiva de uma determinada teoria”.

Ademais, a pesquisadora comprovou como Marx foi atribuindo significados claramente diferentes àquele conceito, desde as primeiras vezes em que lançou mão dele até sua obra capital. Ela demonstra que a teoria do fetichismo elaborada por Marx em *O Capital* é própria e específica desta obra, ou seja, não guarda identidades com os significados de fetichismo que o autor alemão imputou nos textos do início de seus estudos; mesmo porque suas compreensões de mercadoria, dinheiro e capital, para ficarmos nas categorias sintéticas que estão diretamente relacionadas com *fetichismo*, em sua obra magna são radicalmente di-

ferentes do entendimento que tinha de mercadoria, dinheiro e capital nos escritos anteriores à década de 1850.

O segundo aspecto diz respeito à relação entre *trabalho alienado*, conceito chave dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, e fetichismo, tal como aparece em *O Capital*. Como Bueno mostra neste livro, a imensa maioria dos autores marxistas que tratam de tais temas consideram, de formas diferenciadas, que a teoria do fetichismo seria um desenvolvimento da teoria da alienação. Ousada e corajosamente, Bueno se contrapõe a essa sedutora tese e apresenta uma interpretação radicalmente oposta. Em um texto de minha autoria¹, eu já havia rascunhado algumas hipóteses que vão nessa mesma direção.

Os *Manuscritos* e *O Capital* podem ser considerados como dois momentos muito distintos, um inicial e outro final, no itinerário investigativo de Marx, em que buscou construir uma compreensão da forma social do capital. Não obstante, vinte e três anos separam os *Manuscritos* e a publicação do livro primeiro de sua obra magna. Nesse período, o autor, entre outras coisas, mergulhou profundamente em seus estudos referentes à crítica da Economia Política, que resultaram na produção de milhares de páginas em vários textos, e que encontraram sua forma mais sistemática e acabada em *O Capital*. É de se supor, portanto, que ele tenha dado saltos de qualidade no que tange à apreensão do capital e que sua compreensão teórica em *O Capital* seja muito mais elaborada e aprofundada.

Nos *Manuscritos*, o conceito principal é o de trabalho alienado. Uma apreciação mais cuidadosa desses rascunhos revela que, ali, o autor tinha uma compreensão do *trabalhador como mercadoria*, e isso ajuda a esclarecer porque ele ainda não podia entender a *exploração capitalista*, e, por essa razão, sua compreensão de capital, tal como se desenvolve em *O Capital*, estava interdita na origem.

¹ Tumolo, P. S. Trabalho alienado e capital em Marx: contribuições para um debate In: *Trabalho, capital e formação da classe trabalhadora*. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2019. p. 15-34.

Na segunda metade dos anos 1840, Marx escreve vários textos, alguns deles para a Nova Gazeta Renana, nos quais faz uma autocrítica mostrando que o trabalhador como mercadoria é próprio da relação escravista e, a partir daí, passa a considerar o *trabalho* como mercadoria, alcançando, assim, o patamar de compreensão da Economia Política. Tais entendimentos somente seriam superados, ou melhor, negados, na segunda metade da década de 1850.

Diferentemente do que está posto nos *Manuscritos* e nos textos subsequentes, em *O Capital* Marx entende a *força de trabalho* como mercadoria e não o *trabalhador* ou o *trabalho* como mercadoria. Para que a força de trabalho se converta em mercadoria o trabalhador tem de ser livre e proprietário dela, ou seja, o trabalhador *não pode* ser mercadoria; e tampouco o trabalho pode ser mercadoria, porque se o trabalhador o vendesse não precisaria vender sua força de trabalho. Embora seja uma distinção sutil, não se trata de uma simples diferença. Ela é crucial e decisiva para a compreensão da exploração especificamente capitalista e do capital, tal como o autor postula em sua obra máxima.

Dessa forma, em *O Capital*, o conceito de trabalho alienado deixa de ter sentido. Mais que isso, precisa ser negado, já que, para que a força de trabalho se converta em mercadoria, o trabalhador não pode estar alienado dela, quer dizer, o trabalhador tem de ser proprietário da força de trabalho para, nesta condição, poder vendê-la. É verdade que a alienação aparece em vários momentos de *O Capital*. Entretanto, é necessário enfatizar que Marx trata desse tema dentro do universo categorial construído em *O Capital*, o que é radicalmente diferente do enquadramento conceitual arquitetado nos *Manuscritos*, e, portanto, só tem sentido dentro daquele contexto. Por isso, quando o autor lança mão do conceito de alienação em *O Capital*, via de regra, está tratando da *força de trabalho alienada*, o que é absolutamente coerente com o construto teórico ali desenvolvido, como se pode constatar quando afirma que “o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor

de uso”². De fato, “ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro”, quer dizer, não pode realizar o valor de troca de sua força de trabalho e, dessa forma, produzir sua própria existência, se não entregar, ou seja, alienar a propriedade do valor de uso para o capitalista. Ele alienou o valor de uso de sua força de trabalho porque a *vendeu* para o comprador, e não porque foi expropriado dela.

Isso tudo não tem absolutamente nada que ver com a compreensão de *alienação* ou de *trabalho alienado* nos *Manuscritos*, porque, ali, implica o trabalhador alienado, ou, se se quiser, o trabalhador expropriado de tudo, inclusive de sua força de trabalho, o que é incabível em *O Capital*.

Portanto, nos *Manuscritos* há uma unidade coerente e inseparável entre *trabalhador como mercadoria*, *trabalho alienado*, *expropriação* e relação de desigualdade entre o proprietário de tudo e o não proprietário. Por outro lado, em *O Capital* também se pode encontrar uma unidade coesa e inseparável entre *força de trabalho como mercadoria*, *exploração capitalista* e relação simétrica e equivalente entre o vendedor e o comprador da força de trabalho. Essas unidades não podem ser cindidas, porque as categorias que as formam só têm sentido dentro delas. Fora dessas unidades, as categorias perderiam seu poder explicativo e, portanto, deixariam de ser, a rigor, categorias teóricas. Além disso, é preciso considerar que são dois universos categorias não apenas diferentes, mas, sobretudo, incompatíveis, ou, como se queira, excludentes. Por isso, não teria sentido, por exemplo, retirar o conceito de *trabalho alienado* ou *alienação* da unidade conceitual que compõe os *Manuscritos* e tentar *encaixá-lo* no conjunto categorial que forma *O Capital*.

Bueno perseguiu essas mesmas hipóteses, mas foi mais longe. Ela mergulhou no estudo dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, bem como dos textos posteriores até desembocar em *O Capital* e che-

² Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 160.

gou à conclusão de “que o conceito de alienação, desenvolvido por Marx no ano de 1844 em seus *Manuscritos*, não somente não corresponde ao conceito de fetichismo presente na obra *O Capital*, como, se explicita como um conceito *antagônico* a ele”.

Essa tese confirma aquilo que havia sublinhado anteriormente, ou seja, que a teoria marxiana do fetichismo é própria e específica de *O Capital*.

O terceiro aspecto a ser salientado advém dos dois anteriores. A apreensão da teoria do fetichismo de Marx dispensa a apropriação dos conceitos que estão presentes nos *Manuscritos*, inclusive o de trabalho alienado, e exige, ao contrário, uma compreensão profunda do complexo universo categorial desenvolvido pelo autor em *O Capital*, começando pela mercadoria, mas, note-se, não terminando nela, uma vez que ela é o ponto de partida, mas não o ponto de chegada.

Marx já alertava que, “à primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente”³, mas isso é um ledo engano. A mercadoria é algo abstruso, ou seja, difícil de entender, tanto é verdade que o próprio autor, no Prefácio da primeira edição de *O Capital*, escreve o seguinte: “todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência. O entendimento do capítulo I, em especial a parte que contém a análise da mercadoria, apresentará, portanto, a dificuldade maior”.⁴

O item quatro do capítulo primeiro de *O Capital*, em que Marx apresenta e explica o fetichismo da mercadoria, não é um apêndice no qual o autor teria feito uma discussão *pretensamente filosófica* em diferenciação à apreciação *pretensamente econômica* que fizera anteriormente. O entendimento inverso, ou seja, o que considera que seria uma espécie de apêndice, tem levado vários autores a interpretar a teoria marxiana do fetichismo fora do contexto do capítulo primeiro,

³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 70.

⁴ *Ibid.* p. 11.

sem a devida compreensão de seu conteúdo, ou, o que é pior, fora do contexto de *O Capital*. Isso é um absurdo. A análise do fetichismo da mercadoria só pode ser derivada diretamente da espinhosa construção teórica anterior que Marx faz acerca da mercadoria, o que implica que a apreensão do fetichismo da mercadoria demanda, obrigatoriamente, uma radical compreensão da mercadoria, o que não é uma tarefa fácil.

Porém, o desafio não termina aí, já que do fetichismo da mercadoria emanam os fetichismos do dinheiro e do capital, cujas apreensões são ainda mais difíceis e exigem um mergulho de cabeça e alma no conjunto da obra *O Capital*.

O último aspecto que deve ser destacado provém dos anteriores e é concernente ao próprio entendimento de fetichismo em *O Capital*. Aqui, os obstáculos são enormes, uma vez que as dificuldades de compreensão do fetichismo se equivalem às dificuldades de compreensão do capital. Para se ter uma ideia, basta lembrar que em um texto cujo título é *O Capital* não existe, para desespero dos leitores incautos ou preguiçosos, um par de parágrafos no qual Marx finalmente define, sinteticamente, o que é capital. Onde estaria, então, a definição de capital? Se existe uma *definição* de capital, ela estaria nas milhares de páginas que compõem toda a obra *O Capital*. O mesmo se daria com a *definição* de fetichismo, ainda mais quando se recorda que existiriam três fetichismos que estão organicamente articulados: da mercadoria, do dinheiro e do capital.

Pelas razões apontadas atrás, é impossível apresentar aqui, em poucas linhas uma compreensão satisfatória sobre a teoria marxiana do fetichismo. Contudo, não me furtarei a fazer alguns comentários a esse respeito, que certamente ficarão em um patamar limitado e empobrecido e que têm o intuito de servir apenas como introdução rebaixada ao livro de Bueno, no qual ela apresenta uma análise mais do que satisfatória sobre a teoria marxiana do fetichismo.

Para começar, uma pista alvissareira seria referente à relação entre criador e criatura. Parece-me que, ao apresentar o conceito de feti-

chismo, Marx busca mostrar que ocorre uma inversão na condição do criador, que tem vida, em relação à sua criatura, que é inanimada, de tal maneira que essa criatura inanimada passa a ter vida e, o que é mais importante, passa a controlar a vida do criador, de forma que este acaba por ceder sua própria vida àquela. Para melhor explicar, o autor recorre ao exemplo da religião:

Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, *os produtos do cérebro humano* parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os *produtos da mão humana*. Isso eu chamo o *fetichismo* que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como *mercadorias*, e que, por isso, *é inseparável da produção de mercadorias*.⁵

Alguns elementos chamam a atenção nesta citação, que foram grifados por mim. Parece que haveria, por assim dizer, dois tipos de fetichismo: um que nasce no plano da consciência, como produto do *cérebro humano*, e outro que é fruto da *mão humana*. O primeiro encontra sua grande ilustração na religião, na qual os deuses, criaturas originadas pela *imaginação* humana, adquirem vida própria e passam a controlar a vida dos homens. O segundo é concernente à mercadoria, que diferentemente do primeiro, não é produto da imaginação, mas sim da *mão humana*, ou seja, tem uma efetiva materialidade. Por isso, Marx afirma, categoricamente, que o fetichismo da mercadoria *é inseparável da produção de mercadorias*. Pela mesma razão, logo abaixo no texto, ele assevera que as relações sociais aparecem como, de fato, são.

Sendo assim, o primeiro tipo de fetichismo, que ocorre no plano da consciência, pela imaginação, sobretudo a que se origina do desconhecimento, pode ser superado no mesmo plano da consciência,

⁵ Marx, K. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 11, grifos nossos.

por exemplo, pela apropriação do conhecimento teórico dentro de um processo educacional. Entretanto, e isso é de máxima importância, o segundo tipo, o fetichismo da mercadoria, não pode ser superado no plano da consciência, por exemplo, por uma atividade educacional; pelo contrário, como a mercadoria tem uma existência efetiva, o fetichismo da mercadoria é inseparável dela e, por isso, sua superação só pode ocorrer com a aniquilação da mercadoria, que implica a destruição de qualquer forma de propriedade privada dos meios de produção.

Isso significa algo deveras incômodo e difícil de ser assimilado. A mercadoria, que é a criatura, produto da *mão humana*, adquire vida própria e, mais que isso, passa a determinar a vida dos homens, seus criadores, e isso vai permanecer enquanto estes últimos não a exterminarem. Penso, e Bueno também, que é exatamente isso que Marx queria demonstrar com sua teoria do fetichismo.

Como a mercadoria é fruto da *mão humana*, o extermínio do fetichismo da mercadoria, que é inseparável da mercadoria, só poderia acontecer pela ação da *mão humana* que eliminasse a mercadoria, ou seja, por uma revolução que aniquilasse toda forma de propriedade privada dos meios de produção no plano global, e jamais por uma atividade da consciência, por meio, por exemplo, de um processo educacional. Enquanto essa ação histórica não acontecer, a mercadoria continuará existindo e, com ela, o fetichismo da mercadoria; ou seja, a mercadoria seguirá determinando a vida dos homens.

Newton Duarte, um dos autores avaliados por Bueno, teria enxergado apenas o primeiro tipo de fetichismo e, dessa forma, não percebeu que a mercadoria tem uma existência efetiva, ao contrário dos deuses que são frutos da imaginação humana, e, por isso, o fetichismo da mercadoria permanece com ela, independentemente da vontade e do conhecimento que os homens possam ter a esse respeito, e mesmo que tenham tido acesso a uma educação radicalmente crítica, inclusive àquela proposta pela assim chamada Pedagogia Histórico-Crítica, da qual Duarte é um dos principais signatários.

Portanto, a ideia de que a educação pode produzir uma desfetichização no interior do capitalismo, como advoga Duarte, é pura expressão de um idealismo vulgar, ou melhor, de uma crença, que, como tal, não encontra nenhum fundamento na materialidade. Brincando um pouco com as palavras, Duarte foi *enfeitado* por uma crença, que não se difere em nada da crença religiosa ou daquela segundo a qual a Terra é plana. O pior é que essa crença tem exercido uma grande influência entre autores do campo da educação, como Bueno constatou em sua pesquisa, entre os quais se encontram duas epígonas de Duarte também apreciadas neste livro.

Entretanto, a análise do fetichismo não se encerra aqui, já que a mercadoria e seu fetichismo são apenas o ponto de partida. A construção teórica de Marx, em *O Capital*, começa pela mercadoria, porque ela é o embrião do capital, segue pela apreciação do dinheiro, uma vez que este é uma mercadoria que, por razões históricas, ocupou a função de equivalente geral no conjunto das mercadorias, avalia o dinheiro como meio de circulação, como entesouramento e como meio de pagamento, até desembocar na transformação, sob determinadas condições históricas, do dinheiro em capital. A partir daí, o autor gasta o restante do tempo na análise do capital. O itinerário de Marx vai da mercadoria para o dinheiro e, deste, para o capital. Assim também ocorre com a teoria do fetichismo, que vai do fetichismo da mercadoria, para o do dinheiro, para desaguar no fetichismo do capital.

A diferença gigantesca entre capital e mercadoria se equipara à diferença colossal entre fetichismo do capital e fetichismo da mercadoria, já que o capital determina a mercadoria, é um ser muito mais complexo e voraz, eivado de contradições próprias e, por causa de mecanismos internos, tem uma capacidade impressionante de autopreservação. Ou seja, é um ser muito mais difícil de ser aniquilado do que a mercadoria.

Isso significa algo ainda muito mais incômodo e muito mais difícil de ser assimilado. O capital, que é a criatura, produto da *mão humana*, adquire vida própria e, mais que isso, passa a determinar a vida dos

homens, seus criadores, e isso vai permanecer enquanto estes últimos não o exterminarem. Penso, e Bueno também, que era isso que Marx pretendia desenvolver ao longo de sua obra magna, qual seja, o fetichismo do capital.

Como o capital é fruto da *mão humana*, o extermínio do fetichismo do capital, que é inseparável do capital, só poderia acontecer pela ação da *mão humana* que aniquilasse o capital, ou seja, por uma revolução que eliminasse a força de trabalho como mercadoria e, no limite, toda mercadoria e toda forma de propriedade privada dos meios de produção, e jamais por uma atividade da consciência, por meio, por exemplo, de um processo educacional, mesmo que seja uma educação como aquela proposta pela assim chamada Pedagogia Histórico-Crítica. Ao contrário do que querem crer muitos autores, inclusive aqueles que foram apreciados por Bueno, a educação, qualquer que seja, não altera e não pode alterar um milímetro sequer essa condição. Enquanto uma ação revolucionária não acontecer e for vitoriosa, o capital continuará existindo e, com ele, o fetichismo do capital; ou seja, o capital seguirá determinando a vida dos homens, o que venho chamando de subsunção da vida social ao capital.

Tudo isso põe para a humanidade, ou melhor, para a parte interessada dela, desafios tão grandes quanto urgentes. Uma revolução da ordem social do capital é, apenas, uma possibilidade histórica e essa possibilidade é diretamente proporcional ao conhecimento que temos acerca dessa realidade. Ninguém, inclusive eu, tem a fórmula do sucesso para esse empreendimento revolucionário. Entretanto, penso que posso apresentar a fórmula do fracasso: *ilusões*. Explico melhor. Uma estratégia revolucionária balizada por ilusões só pode conduzir, necessariamente, a derrotas na tentativa de superação da ordem capitalista, o que significa uma vitória do capital. Via de regra, ilusões são produzidas por crenças, como aquela nutrida por Duarte, segundo a qual determinadas formas de educação podem causar uma desfetichização no interior do capitalismo. Essas crenças, disfarçadas de conhecimento

científico, se espalham como rastilho de pólvora ou, se se quiser, como crenças religiosas, como claramente demonstrou a apreciação que Bueno fez acerca de quase uma centena de autores, e elas são fatais para uma ação política de superação do capital e de seu fetichismo.

Para ter alguma chance de êxito, uma estratégia revolucionária, não pode, em hipótese alguma, estar calçada em crenças e ilusões, mas, ao contrário, tem de estar baseada no conhecimento teórico. Por isso, este conhecimento, o mais rigoroso e aprofundado possível, é a maior arma da qual dispomos no enfrentamento contra o capital e, conseqüentemente, contra o fetichismo do capital. Com esse propósito, Bueno produziu uma peça de ouro importantíssima para a construção dessa arma. Desconheço, no Brasil e, quiçá, no mundo, uma contribuição teórica sobre a teoria marxiana do fetichismo com uma qualidade tão esmerada como essa que Bueno nos traz nesta sua extraordinária obra.

Por fim, lembro ao leitor que este prefácio é, apenas e tão somente, um *aperitivo* muito simples do banquete refinado e suntuoso, regado por um autêntico *champagne*, que Bueno nos presenteia com seu livro, do qual o leitor poderá se deliciar nas páginas seguintes. Para dar início à degustação desse esplendoroso banquete, proponho um brinde!

Paulo Tumolo

Florianópolis, julho de 2021

INTRODUÇÃO¹

Tão diversas são as interpretações acerca do conceito de fetichismo na obra *O Capital* de Karl Marx (1818-1883) quanto frequente o seu uso para legitimar diferentes estratégias políticas, desde as mais radicais até aquelas com roupagens progressistas, com fundamentos, no entanto, marcadamente liberais. Trata-se de uma história longa que remete à época das primeiras contendidas em relação a esta obra, envolvendo personagens que marcaram a trajetória do movimento socialista mundial, desde os formuladores da II Internacional, passando pelos principais expoentes dos processos revolucionários do século XX, até instigar autores do calibre de um György Lukács (1885-1971) ou de um Louis Althusser (1918-1990) – referenciais prestigiados neste debate na contemporaneidade². Evidentemente,

¹ Este livro origina-se da minha tese de doutorado, de título *A teoria do fetichismo em Karl Marx e as suas interpretações entre os estudiosos da educação brasileira* (Bueno, 2020), recentemente defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Em relação à tese, ele apresenta algumas poucas alterações, mais voltadas para adequações de ordem expositiva. A pesquisa em questão foi realizada com o apoio do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasil.

² Sobre os teóricos que se dedicaram a esta temática, é deveras relevante um breve esclarecimento: José Paulo Netto em seu ensaio *Capitalismo e reificação* sinaliza que “Ao que sei, é Lukács, em 1923, que, pela primeira vez, coloca com exaustividade e meridiana clareza o problema do fetichismo e da reificação [...]” (2015a [1981], p. 40, nota 26). Neste sentido, ele atribui à obra *História e consciência de classe* de György Lukács (2003 [1923]) o mérito de inaugurar o debate acerca do fetichismo e da reificação. No entanto, ele ignora que outros autores, ao tratar sobre a *teoria do valor* em Marx, obtiveram considerável êxito no tratamento sobre o fetichismo – considerando, evidentemente, que o tema em questão é constitutivo de tal teoria. Deste modo, a título de exemplificação, é necessário lembrar que exatamente no mesmo ano (1923) vinha igualmente à público a obra *A teoria marxista do valor* de Isaak Rubin (1987 [1923]),

tais formulações teóricas acabam por repercutir em diferentes “campos” de produção teórica e de militância política; a área da educação não é exceção neste leque de influências³.

Não só se verifica uma considerável variedade de interpretações nesta área sobre o fetichismo em Marx como também são constatadas diferentes finalidades tanto de ordem metodológica como de ordem teórico-política na utilização deste conceito. No entanto, um elemento se encontra em comum em praticamente todas estas produções que se dedicam a relacionar o fetichismo com a educação: a defesa de que a educação escolar consiste em um instrumento privilegiado de desenvolvimento de condições para a superação do fetichismo. Diante desta alegação, pergunta-se: seria realmente a educação escolar um fenômeno social que possuiria o potencial de superação, ou uma atividade mediadora para a superação do fetichismo? Para responder a esta pergunta, evidentemente, é necessário, de antemão, perscrutar-se: o que é fetichismo? Ora, se não somente os estudiosos da educação brasileira que pautam o socialismo como horizonte político de sua produção, como os teóricos de toda a tradição do movimento socialista mundial divergem quanto à definição de fetichismo em Marx, quais os motivos de tais divergências?

Evidencia-se que a variedade de definições em torno desta temática não se deve somente às interpretações dadas à obra marxiana *O Capital*, como essencialmente à própria complexidade com que o fetichismo se apresenta na realidade do mundo capitalista; complexidade esta que adquire novos graus de magnitude à medida que a contra-

contribuição esta também utilizada em larga medida pelos estudiosos do conceito de fetichismo em Marx e da qual se lançará mão como contributo à presente tese.

³ É notável a reverberação desta temática na produção acadêmica na área da educação na última década. No decorrer da pesquisa de doutorado da qual se originou o presente livro, foram encontradas cerca de oitenta produções científicas nesta área, entre artigos, teses de doutoramento e dissertações de mestrado, que mencionaram o conceito de fetichismo de forma direta, ou seja, recorrendo à própria obra *O Capital* de Karl Marx, ou de forma indireta, servindo-se de comentadores desta obra. Os resultados gerais sobre esta etapa da investigação serão apresentados no primeiro capítulo.

dição entre capital e trabalho se amplia e se intensifica abarcando as relações humanas em geral.

No entanto, ainda que se apresente de forma patente a complexidade – e o poder sobre a vida social – de tal fenômeno, lança-se como ponto de partida fundamental a principal contribuição teórica oferecida até os dias atuais ao desnudamento do fetichismo: a conceituação tal como explicitada por Marx na referida obra. Não obstante a variedade de interpretações não somente no que se refere a este conceito como a esta obra como um todo, impõe-se o rigor metodológico de desnudamento do *universo categorial* no qual este se insere⁴. Neste sentido, a compreensão de fetichismo relaciona-se umbilicalmente à compreensão dos conceitos desenvolvidos nesta obra.

Para tanto, com o intuito de trilhar um possível caminho na elucidação desta questão, se faz necessário fundamentalmente trilhar o próprio caminho marxiano traçado em sua obra principal⁵ acompanhando o desenvolvimento categorial por ele apontado e, a partir desta estrutura categorial geral, delinear apontamentos que vislumbrem

⁴ Universo este ignorado ou deturpado – conscientemente ou não – acabando por acarretar em equívocos de ordens diversas no uso deste conceito nas diferentes áreas do conhecimento por autores que reivindicam os fundamentos teórico-metodológicos e teórico-políticos marxianos. As consequências práticas destes equívocos fazem época na história das derrotas nas lutas exercidas pretensamente contra o capital.

⁵ Como se sabe, a obra *O Capital* de Karl Marx constitui-se de quatro volumes. O primeiro volume, totalmente redigido pelo autor, teve a sua primeira edição lançada em 1867 e sua segunda edição, corrigida pelo próprio autor, lançada em 1872. O segundo e o terceiro volumes foram lançados após a sua morte, com a contribuição do trabalho de Friedrich Engels, enquanto o quarto volume ficou a cargo de Karl Kautsky que o publicou em 1905. Ainda que a obra em questão seja na realidade composta por quatro volumes, para a viabilização da presente pesquisa, e atentando-se para o risco de uma possível leitura aligeirada de uma obra de tamanha complexidade, optou-se por uma investigação centrada na temática do fetichismo tal como desenvolvida no primeiro volume de *O Capital* – especialmente nas seções I, II e III deste volume. No decorrer desta pesquisa foi prioritariamente utilizada a tradução brasileira realizada pela editora Abril Cultural publicada em 1983, dada a satisfatória tradução já reconhecida pelo público em geral, ainda que posteriormente tenha sido publicada uma série de traduções provenientes de outras editoras. Em casos específicos que porventura tenham ocasionado alguma dúvida, foi também consultada a tradução recém-publicada pela editora Boitempo (Marx, 2017 [1867]).

possíveis respostas. O cotejamento com referenciais que se dispuseram a tal empreitada no que se refere a este específico problema se fez instrumento desta investigação não somente enquanto fidedignidade à referida obra na interpretação deste temário, como, por outro lado, também no que diz respeito a distanciamentos da compreensão do mesmo acarretando em possíveis equívocos tanto de ordem teórica como de ordem prática.

O fetichismo ou os fetichismos?

Num primeiro olhar à forma com que aparece n' *O Capital* o termo "fetichismo", tanto no momento em que ele é abordado de forma mais extensa, no último item do primeiro capítulo, como nos demais momentos em todos os quatro livros da obra, o risco de se interpretar este termo atribuindo a ele um caráter fictício – ou estritamente cultural – é gigantesco⁶, já que a própria explanação marxiana remete ao terreno do misticismo e da metafísica. Por outro lado, o leitor que possui clareza sobre a concepção teórico-metodológica do autor de *O Capital* poderia, ao contrário, concluir que se trata de um resquício idealista hegeliano de Marx⁷. Contudo, considerando a trajetória intelectual deste autor

⁶ No decorrer da pesquisa de doutorado que resultou neste livro, verificou-se que a maioria dos trabalhos na área da educação desenvolvidos na última década que abordam o fetichismo atribuiu a este conceito uma tipificação eminentemente cultural e/ou ideológica. No decorrer deste livro serão mencionados alguns dos principais autores que contribuem para tal interpretação, de modo especial aqueles que têm fundamentado as produções científicas realizadas na área da educação no Brasil.

⁷ Dentre estes, o estudioso mais renomado por suas críticas à influência hegeliana sobre a obra de Marx é Louis Althusser. Famoso pela sua interpretação de que na trajetória teórica de Marx ocorre um "corte epistemológico", este autor em sua "Advertência aos leitores do livro I d' *O Capital*" publicado para a edição francesa de 1969 d' *O Capital*, rotula a formulação marxiana sobre o fetichismo da mercadoria como *um resquício da influência hegeliana* que não somente contribui para intensificar as dificuldades de compreensão desta obra, como chega ainda a ser "prejudicial" à teoria de Marx. Althusser qualifica o fetichismo como o: "Último vestígio da influência hegeliana, e dessa vez flagrante e extremamente prejudicial (já que todos os teóricos da 'reificação' e da 'alienação' encontraram nele com o que 'fundar' suas interpretações idealistas do pensamento de Marx): a teoria do *fetichismo* ('O caráter fetichista da mer-

e o seu cuidado em manter o uso deste termo em sua obra mesmo após diversas correções⁸, levam a crer que tal interpretação de que haveria um “deslize idealista” incorreria certamente numa descontextualização de sua obra. Assim, evidencia-se a pertinência de um adequado tratamento deste conceito compreendendo-o, como já alertado, no interior de seu *universo categorial*.

Neste sentido, as investigações realizadas no decorrer da elaboração da tese de doutorado da qual provém este livro, acabaram por indicar que na realidade Marx está a desenvolver uma *teoria do fetichismo n’O Capital*. Isto é, no desenvolvimento categorial evidenciado nesta obra, o autor caracteriza o fetichismo apresentando-o ora de forma literal, ora subliminarmente, trazendo à tona não somente as suas diferentes expressões – o “fetichismo da mercadoria”, o “fetichismo do dinheiro”, o “fetichismo do capital produtor de juros”, o “fetichismo das teorias econômicas” entre outros – mas, em seu conjunto, a composição do fetichismo intrínseco ao modo de produção capitalista: o *fetichismo do capital*. Por inferência, pressupõe-se tal entendimento sobre a problemática do fetichismo em Marx, aliando-o ainda, no que se refere ao seu conteúdo conceitual, a uma compreensão que se opõe frontalmente às interpretações hegemônicas que lhe conferem uma natureza cultural, ideológica ou estritamente subjetiva, concebendo-a, pelo contrário, como fenômeno eminentemente material, desenvolvido na concretude da sociabilidade sob o modo de produção capitalista, consistindo, neste sentido, como a própria *subsunção da vida social ao capital*.

cadoria e seu segredo’, quarto item do capítulo 1 da seção I).” (Althusser, 2017 [1969], p. 54). Esta “advertência” de Althusser pode ser encontrada na recente tradução brasileira d’*O Capital* realizada pela Boitempo (Marx, 2017 [1867]).

⁸ Sobre a série de correções realizadas por Karl Marx no decorrer da elaboração de sua obra *O Capital*, Roman Rosdolsky em *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx* (Rosdolsky, 2001 [1968]) apresenta elucidações significativas que certamente o incluem na lista dos grandes comentadores da memorável obra marxiana. José Arthur Gianotti e Walter Rehfeld também oferecem algumas observações sobre o projeto de elaboração d’*O Capital* no texto introdutório da tradução por eles elaborada ao *O Rendimento e suas fontes* da coletânea brasileira realizada pela Abril Cultural em 1978 (Gianotti; Rehfeld, 1978).

Neste sentido, o desenvolvimento da referida pesquisa procurou: a) comprovar as insuficiências e/ou equívocos nas produções contemporâneas na área da educação brasileira no que concerne ao conceito de fetichismo na obra *O Capital* de Karl Marx; b) demonstrar em linhas gerais as contribuições dos principais estudiosos que trataram deste tema; c) apresentar apontamentos gerais sobre o conceito do fetichismo presente na obra *O Capital* de Karl Marx com base no estudo do livro primeiro desta obra, seções I a III; e, d) sustentar a relevância do conceito de fetichismo para a compreensão do modo de produção capitalista.

Dados estes esclarecimentos iniciais, a organização expositiva da presente obra se apresenta trazendo no primeiro capítulo os resultados obtidos pela investigação empreendida sobre a produção científica realizada na última década no Brasil (2009–2019) referente à temática da educação e sua relação com o conceito de fetichismo desenvolvido na obra marxiana; no segundo capítulo será apresentado um compêndio de contribuições teóricas que propiciem uma compreensão geral sobre a gênese histórica do termo *fetichismo*, bem como sobre a apropriação marxiana desta expressão, atribuindo a esta um sentido *sui generis*; no terceiro capítulo será retratada a revisita empreendida no decorrer da referida investigação à obra *O Capital*, a partir da qual se almejou deslindar em seus pontos fundamentais a *teoria do fetichismo em Marx* tal como aqui professada; e por fim, o quarto capítulo destinar-se-á a uma apreciação crítica das produções brasileiras na área da educação que utilizam o conceito marxiano de fetichismo como base teórica às suas pesquisas.

Apresentada a estrutura geral empregada, é ainda necessário alertar para o extenso número de citações⁹ utilizadas neste livro, notadamente no capítulo referente à obra *O Capital* de Karl Marx. Para tanto, tomam-se aqui emprestadas as oportunas palavras de José Paulo Netto

⁹ Com o intuito de facilitar ao leitor um maior esclarecimento sobre os contextos em que vieram à luz cada uma das obras dos autores tratados no presente livro, em cada citação serão apresentadas entre parênteses a edição que serviu como referencial e, entre colchetes, a primeira edição de cada obra.

também referindo-se ao uso significativo que fez das citações marxianas em sua obra *Capitalismo e Reificação*: “[...] entre resumir a prosa do grande estilista ou socorrer-se do original, não hesitei – recorri ao original, mesmo com a consciência (e/ou justamente por causa dela) de que toda citação é, simultaneamente, uma interpretação” (Netto, 2015a [1981], p. 22).

1

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O FETICHISMO EM KARL MARX

Chegara mesmo ao ponto de pensar que a escuridão em que os cegos viviam não era, afinal, senão a simples ausência da luz, que o que chamamos cegueira era algo que se limitava a cobrir a aparência dos seres e das coisas, deixando-os intactos por trás do seu véu negro. Agora, pelo contrário, ei-lo que se encontrava mergulhado numa brancura tão luminosa, tão total, que devorava, mais do que absorvia, não só as cores, mas as próprias coisas e seres, tornando-os, por essa maneira, duplamente invisíveis.

(JOSÉ SARAMAGO, *Ensaio sobre a cegueira*)

Não somente vem ganhando vulto nas últimas décadas a produção teórica brasileira na área da educação que se reivindica caudatária da teoria marxiana¹, como ainda, no interior deste agrupamento, vem se constatando distintas matrizes interpretativas dessa teoria que correspondem, por sua vez, a fundamentos teórico-metodológicos e estratégico-políticos específicos. Sendo estes últimos explícitos ou não, dão a sustentação a determinadas interpretações sobre a natureza da educação escolar e o seu papel na sociedade contemporânea.

¹ Considerações relevantes sobre as diferentes perspectivas educacionais que vêm se constituindo desde o final da década de 1970, e que se arrogam adeptas da teoria marxiana, podem ser conferidas em: Tumolo (2005a) e em Handfas (2008).

Neste sentido, o conceito de *fetichismo* desenvolvido por Karl Marx em sua trajetória teórica não é exceção dentre os diversos contributos teóricos deste autor abordados por pesquisadores brasileiros na área da educação. Com o objetivo de mapear como vem sendo interpretado o referido conceito no contexto acadêmico atual, foi realizado ao longo desta investigação um rastreamento de trabalhos científicos em plataformas de dados² que possibilitasse um panorama geral de interpretações acerca desta temática na última década no Brasil. Por meio desta pesquisa verificou-se a produção de 87 (oitenta e sete) trabalhos científicos, dentre teses de doutoramento, dissertações de mestrado e artigos científicos, que mencionaram o conceito de fetichismo em Karl Marx.

No decorrer desta etapa foram empregados os seguintes critérios de seleção: a) a difusão de trabalhos que abordassem a temática da educação, sendo ou não estas pesquisas realizadas especificamente na área da educação; b) a seleção de trabalhos que necessariamente se remetessem ao conceito de fetichismo proveniente da teoria marxiana, sendo esta remissão realizada de forma direta, ou seja, lançando mão do próprio autor, ou de forma indireta, adotando como referência comentaristas deste conceito marxiano; e c) a realização de uma triagem restrita somente a teses de doutoramento, dissertações de mestrado e artigos científicos, dado o pressuposto de obtenção de trabalhos que apresentassem ao menos uma noção introdutória básica à pesquisa científica.

Destas produções científicas, 83 (oitenta e três) trabalhos (Apêndice A) limitaram-se a mencionar o conceito ou abordá-lo em linhas gerais, não utilizando-o como elemento central da argumentação; enquanto quatro trabalhos (Apêndice B) fundamentaram-se neste conceito adotando-o como uma das premissas norteadoras de toda a exposição.

A partir dos resultados obtidos nesta etapa investigativa, foi possível constatar uma significativa heterogeneidade de interpretações so-

² A sondagem de trabalhos científicos foi realizada nos sites: Google Acadêmico, Scielo, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e BDTD IBICT. Adotou-se como período de produção: setembro de 2009 a setembro de 2019, como palavras-chave: educação e fetichismo, e como país: Brasil.

bre o fetichismo. Em meio ao vasto leque de interpretações verificou-se tanto definições contrastantes como definições que se identificavam, o que suscitou a elaboração de uma classificação geral de abordagens realizadas sobre o conceito.

Para auxiliar na exposição dos resultados optou-se por, primeiramente, explanar a respeito da série de 83 (oitenta e três) trabalhos encontrados que mencionam o conceito caracterizando-o de forma sucinta e, em seguida, explicitar a análise pormenorizada dos quatro trabalhos rastreados que recorreram ao conceito de fetichismo marxiano como orientação basilar de análise científica.

De antemão, é necessário alertar, no entanto, para o abundante número de sentidos atribuídos a este conceito; sentidos que chegam a coincidir, ou até mesmo – em decorrência da utilização de duas ou mais abordagens num mesmo trabalho – a ultrapassar a própria quantidade de produções coletadas. Ainda que todos os autores se remetam ao conceito marxiano – diretamente ou por meio de comentadores –, a multiplicidade de interpretações é tamanha que suscita indubitavelmente o questionamento sobre o que origina tal fenômeno. Trata-se de uma controvérsia a ser versada nas linhas que seguem, almejando inescusáveis respostas a ser averiguadas nos posteriores capítulos deste livro.

Alusões ao fetichismo (ou aos fetichismos) em Karl Marx

No que concerne ao primeiro grupo de trabalhos, que se limitaram a mencionar pontualmente o fetichismo³, verificou-se em geral produções que, ao se remeterem a este conceito marxiano⁴, caracterizaram-

³ Dentre estas produções verifica-se não somente autores que se limitaram a mencionar este conceito, mas também aqueles que se debruçaram mais detidamente sobre a problemática do fetichismo em Marx, ainda que este conceito não tenha assumido centralidade no conjunto argumentativo do trabalho. Estes autores, por conseguinte, foram incluídos no primeiro grupo por motivo metodológico, ainda que mereçam igualmente futuros estudos mais apurados trazendo à luz as suas contribuições à temática.

⁴ É de conhecimento geral que o termo “fetichismo” não foi cunhado por Karl Marx – nem pelo “velho Marx”, tampouco pelo “Marx da juventude”. Esta expressão noto-

-no como: 1) fenômeno cultural e/ou ideológico; 2) conceito relacionado ao conceito de alienação; e/ou 3) fenômeno eminentemente subjetivo. Não obstante o fato de tais concepções serem distintas, apresentando cada uma a sua especificidade conceitual, foram encontrados trabalhos que apresentam duas ou mais definições de fetichismo⁵, sem, entretanto, qualquer esclarecimento sobre o caráter conflitante de tais definições. Estas produções traziam, por exemplo, o termo fetichismo num momento atribuindo a ele um caráter estritamente subjetivo e em outro momento definindo-o com sentido aproximado ao conceito de alienação (correlato à conceituação apresentada nos *Manuscritos-econômicos de 1844* de Karl Marx⁶). Tais discrepâncias por vezes se deviam aos diferentes autores utilizados como auxílio (Apêndice C)⁷ a cada momento em que se apresentava a definição, e por vezes à própria incongruência entre a concepção de fetichismo adotada pelo autor do trabalho e a concepção de fetichismo apresentada pelo autor empregado, ainda que o autor do trabalho não apresentasse qualquer divergência em relação ao autor citado como referência conceitual.

Foram também encontrados trabalhos que se detiveram somente a parafrasear ou transcrever passagens da obra *O Capital*⁸, principalmente aquelas referentes ao quarto item do primeiro capítulo do livro

riamente se faz presente nas teorias sociais europeias desde quase um século antes da existência do célebre socialista alemão. Dado o uso de referenciais de distintas matrizes teórico-metodológicas utilizadas nas produções averiguadas, um breve preâmbulo aos diferentes usos do termo “fetichismo” será precisado no capítulo subsequente do presente livro.

⁵ Foram os casos, por exemplo, de Silva, A., 2011 e Pereira, 2016. A lista de autores pode ser conferida no Apêndice A.

⁶ Os chamados *Manuscritos econômico-filosóficos* consistem em um conjunto de cadernos de anotações de Karl Marx redigidos entre o final do ano de 1843 e início do ano de 1844. Maiores esclarecimentos sobre a referida obra serão apresentados no segundo capítulo deste livro.

⁷ Nesse apêndice podem ser conferidas as referências que auxiliaram na conceituação de fetichismo nestes trabalhos. Há referências encontradas em mais de uma produção, sendo estas, portanto, repetidas neste Apêndice denotando o número de produções nas quais elas foram empregadas.

⁸ Foram os casos de Araújo, 2017; Munakata, 2012; e Sobral, 2013 (Apêndice A).

primeiro: “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”, ou relacionar tais passagens às caracterizações acima mencionadas⁹.

Além destas caracterizações, alguns trabalhos também se prestaram a apresentar alguma explanação sobre a origem do termo fetichismo e/ou sobre as diferentes acepções assumidas por esta expressão na história da filosofia, estabelecendo, em alguns casos, relação com a conceituação realizada por Marx¹⁰.

No que diz respeito à temática da educação, além de trabalhos que caracterizaram o conceito de fetichismo no interior da prática educativa, também foram encontrados trabalhos que se remeteram à atividade educativa como via de superação do fetichismo¹¹. Alguns apresentaram esta via como *mediação* imprescindível, ainda que compreendessem ser possível esta superação somente por meio da destruição – ou da extinção¹² – do modo de produção capitalista. Outros apresentaram esta via como instrumento primordial de superação do fetichismo no próprio âmago da sociedade capitalista. Em ambos os casos se destacou a escola como instituição educativa que possui esta prerrogativa, ainda que também tenham sido encontrados trabalhos que abordassem os *meios de comunicação em massa*, ou ainda, as instituições artísticas e culturais como esferas reprodutoras do fetichismo¹³ e/ou vias de superação do mesmo¹⁴.

⁹ Ocorrência que se verifica na maioria dos autores consultados.

¹⁰ Foram os casos de Bool, 2013; Dionísio, 2016; Moreira, 2017; Nascimento, 2015; Santos, F., 2014; Silva, H., 2017; Silva, J., 2016; e Silva, P., 2016 (Apêndice A).

¹¹ Foram os casos de Anjos, 2013; Anjos, 2017; e Neira, 2011 (Apêndice A).

¹² Ainda que se revelem a *destruição* e a *extinção* como duas frentes estratégicas opostas na compreensão do fim de determinada formação socioeconômica – evidentemente a partir das bases estratégico-políticas sobre as quais cada programática se sustenta –, tal distinção é praticamente inaudita na teoria pretensamente socialista na área da educação brasileira. Não por acaso, a carência deste debate neste meio está igualmente relacionada às deficiências verificadas na temática do fetichismo, tal como será pormenorizadamente tratada no quarto capítulo da presente tese.

¹³ Foram os casos de Chagas, 2018; Dornelles, 2014; Feitosa, 2014; Ferreira, 2017; e Pereira, 2016 (Apêndice A).

¹⁴ Foram os casos de Duarte, 2018; Nunes, 2012; e Silva, E., 2013 (Apêndice A).

Em suma, a partir das convergências apresentadas nas produções científicas que relacionam a educação ao conceito de fetichismo marxiano, foi possível apreender as categorizações gerais que seguem nos itens subsequentes.

O fetichismo como fenômeno cultural e/ou ideologia

A maioria das produções científicas encontradas no decorrer desta etapa da pesquisa direcionou suas explanações sobre o fetichismo ao campo da cultura, das ideologias e das instituições¹⁵ pelas quais ocorre alguma forma de difusão de conteúdo cultural. Estes autores atribuem ao campo da cultura o potencial, ou até mesmo o motivo principal, de reprodução do “fetichismo” – tal como compreendido nestes trabalhos – na sociedade contemporânea.

Evidenciou-se também na amostragem uma notória atribuição aos fenômenos culturais da capacidade de superação das relações sociais tal como se apresentam no sistema socioeconômico vigente, ou seja, um poder inerente à cultura de reconfiguração de elementos integrantes do modo de produção capitalista, sendo o fetichismo um desses elementos.

Em resumo, foi possível encontrar análises que concebem as transformações tecnológicas contemporâneas, juntamente ao aparato midiático e propagandista, assim como as transformações artísticas e culturais como responsáveis pela “revitalização” do caráter fetichista da mercadoria, ou pela própria metamorfose deste caráter fetichista, que acaba por acarretar na mudança de hábitos comportamentais dos indivíduos, abrangendo seus aspectos morais, estéticos e cotidianos. Notou-se a preocupação em significativa quantidade de trabalhos com a atividade de consumo¹⁶, sendo tanto relacionado ao seu caráter

¹⁵ Dentre as instituições e os fenômenos culturais mencionados destacam-se a escola, as expressões artísticas – especialmente a música e o teatro – e os meios de comunicação em massa – como a internet e a televisão.

¹⁶ Foram os casos de Amaral, 2016; Costa, 2015; Dornelles, 2014; Feitosa, 2014; Ferreira, 2017; Goldberg, 2014; Pinheiro, 2012; e Santos, J., 2010 (Apêndice A).

quantitativo como ao seu aspecto qualitativo, direcionando-se, assim, elaborações críticas à relação entre cultura, fetichismo e consumo na sociedade burguesa.

Ainda que os autores destes trabalhos tenham se remetido ao fetichismo na acepção marxiana, trazendo por vezes citações de sua obra – fundamentalmente extraídas do último item do primeiro capítulo do livro primeiro d’*O Capital* –, ou tenham se amparado em comentadores da teoria de Marx¹⁷, ao explicar sobre este tema trouxeram uma multiplicidade de sentidos que compeliu a uma listagem que viabilizasse uma demonstração em linhas gerais destas diferentes interpretações. Desta forma, pôde-se detectar, no que se refere à interpretação do fetichismo como fenômeno cultural e/ou ideológico, explanações que se voltaram: a) aos desdobramentos tecnológicos e propagandísticos contemporâneos¹⁸; b) ao panorama cultural geral¹⁹; c) à educação escolar²⁰; ou d) às teorias científicas desenvolvidas em torno desta temática²¹. Cada um destes fatores, segundo os autores destes trabalhos, apresenta-se como instrumento impulsionador e/ou criador do fetichismo, não obstante o fato de uma diversidade de trabalhos atribuir a tais instituições ou atividades culturais o potencial de contribuir para a superação do fetichismo, ou até mesmo, por meio destas, potencializar a própria destruição do fetichismo – esta destruição tornada possível por meio de um suposto caráter “contraditório” destes fenômenos sociais que permitiriam tanto a reprodução como a superação desta ordem social.

¹⁷ Os autores que serviram de referências a conceituação de fetichismo nestes trabalhos podem ser conferidos no Apêndice C desta tese.

¹⁸ Foram os casos de Dornelles, 2014; Feitosa, 2014; Ferreira, 2017; Pereira, 2016; Rech, 2016; Rodrigues, 2013; e Silva, T., 2011 (Apêndice A).

¹⁹ Foram os casos de Anjos, 2013; Anjos, 2017; Barbosa, 2010; Dornelles, 2014; Ferreira, 2017; Nabaes, 2010; Nunes, 2012; Pinheiro, 2012; Santos, 2016; Silva, 2011; Sousa, M., 2014; Zuin, A., 2013; e Zuin, V; Zuin, A, 2016 (Apêndice A).

²⁰ Foram os casos de Pereira, 2016; Rech, 2016; e Silva, A., 2011 (Apêndice A).

²¹ Foram os casos de Magalhães, 2013; e Trein; Rodrigues, 2011 (Apêndice A).

Segue uma listagem das diferentes interpretações²² remetidas ao fetichismo no que se refere ao campo da cultura e da ideologia:

a) Tecnologia, “Indústria Cultural” e publicidade:

1. Agregação de valor por meio da propaganda;
2. As mercadorias culturais criam vida tornando o indivíduo passivo diante delas;
3. Capital midiático;
4. Crença nas novas tecnologias como uma possibilidade de reversão da opressão;
5. Crença no poder da técnica em detrimento das lutas sociais;
6. Culto ao descartável;
7. Tecnologia como instância não social, alienante, com poderes exclusivos;
8. Tecnologia como contributo ideológico para a perpetuação da valorização do valor;
9. Tecnologia como forma de democratização;
10. Tecnologia que provoca conformismo, acriticidade e desejo de consumo;
11. Divórcio entre o prazer estético e o posicionamento crítico;
12. Objetos artísticos se convertem em expoentes de dominação ou de perda da capacidade reflexiva;
13. Consciência coisificada por meio da “Indústria Cultural”;
14. Ideologia de consumo naturalizado;

²² Neste momento, é importante um pequeno esclarecimento de caráter redacional. Como se verá, a partir deste ponto da exposição será apresentada uma série de listagens que traz praticamente *ipsis litteris* as diversas definições de fetichismo encontradas na triagem realizada no decorrer da pesquisa. Ainda que, para dar maior fluência à leitura, poder-se-ia trazer estas definições de forma sintetizada em alguns poucos apontamentos, optou-se aqui, em contrapartida, por esta abordagem distendida justamente para denotar tanto a diversidade de interpretações, como também para demonstrar o caráter inusitado que trazem algumas delas.

15. Incapacidade de se ver como produtor e como agente transformador da cultura;
16. Manipulação ideológica do discurso que permite sensações mistificadas ao comprador;
17. Mercadorias, mídias e produtos culturais com caráter místico, como se tivessem vida própria;
18. Personificação das tecnologias de informação e de comunicação que ocultam contradições;
19. Produção ilusória que identifica mercadoria cultural e indivíduo;
20. Relações virtuais e efêmeras;
21. A televisão como um *telefetichismo* que personifica a coisa e coisifica a pessoa;
22. Valor simbólico criado pela publicidade;
23. Entorpecimento, acriticidade, sujeição à sociedade capitalista, provocados pela “Indústria Cultural”; e
24. Informação transmitida coberta por estereótipos.

b) Cultura em geral:

1. Conjunto de valores transmitidos como verdade;
2. Cristalização de um modo de viver;
3. Fetichismo do dinheiro: ética do lucro acima de tudo, em que o dinheiro se torna divindade;
4. Fetichismo do igualitarismo: considera todos iguais já no ponto de partida;
5. Fetichismo negativo (defeitos) e fetichismo positivo (virtudes): sentido fantasioso de atribuição de valores simbólicos para manutenção ideológica;
6. Forma mistificada;
7. Ilusão que oculta o valor de uso deixando visível apenas a serventia da mercadoria;

8. Importância que a mercadoria atingiria na vida dos indivíduos;
9. Manipulação na vida cotidiana, pseudoconcreticidade;
10. Manutenção do *status quo* da burguesia;
11. Operação ideológica na conjuntura da reestruturação produtiva do capital;
12. Ocultamento das relações de produção, deixando-as à vista apenas no mercado;
13. Prática encobridora, em que os objetivos são camuflados;
14. Representação do valor simbólico da mercadoria como estratégia de sedução do capital;
15. Resoluções para os problemas reais via apelo moral que produz projeções utópicas;
16. Ver a realidade em termos simplistas, com generalizações, polarizações, dualismos e dicotomias; e
17. Práxis manipulatória.

c) Educação escolar:

1. Educação como produto de consumo em larga escala transformando-a em um fator de renda e uma fonte de mais-valia;
2. Equívocos na educação escolar que ratificam a exclusão;
3. Escola como “moinho” do fetichismo;
4. Escola para formação da força de trabalho;
5. Esvaziamento do trabalho e da formação do professor;
6. Família fetichizada: professores atribuindo poder à educação familiar;
7. Fetichismo da Pedagogia Especial e da Pedagogia Inclusiva;
8. Escola como um fim em si mesma e vazia de conteúdo;
9. Ideologia – associação direta entre a transmissão do conhecimento e a opressão;

10. Ideologização e falsificação: fetiche do certificado, do ensino superior e da produção;
11. Mercadoria educação que legitima a exploração dos trabalhadores; e
12. Mistificação das questões sociais e das questões educacionais.

d) Teorias científicas:

1. Acreditar que trabalho concreto produz valor;
2. Analisar a realidade social em esquemas dicotômicos;
3. Atribuir características materiais a determinado fenômeno como se lhe pertencessem naturalmente;
4. Burocratização do capitalismo que aplica uma racionalidade formalista à vida social;
5. Caráter político supostamente neutro;
6. Coisificação que se estende à produção do conhecimento;
7. Direitos humanos e preocupação ambiental como corretivos marginais individuais;
8. Falsa consciência do real;
9. Naturalização do discurso da luta pela cidadania baseada na igualdade jurídica formal, por dentro da ordem;
10. Fetiche da mercadoria força de trabalho: supor que a capacidade de trabalho possui valor e que gera valor;
11. Fetiche do conhecimento-mercadoria: produtivismo no conhecimento científico acadêmico;
12. Fetichismo do método e da técnica: normas e procedimentos rígidos;
13. Fetichismo dos números do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica);
14. Fetichismo dos textos: interpretá-los sem a vinculação necessária com seu contexto;

15. Fetichização nas pesquisas que apresentam os fatos como coisas dadas, descontextualizando-os;
16. Forma fetichizada do direito: possuidor “de vontade própria”;
17. Produção do conhecimento no campo universitário;
18. Racionalidade pulverizada, decadência ideológica da burguesia;
19. Racionalismo;
20. Retórica pós-moderna; e
21. Teorias que fetichizam a infância – piagetiana, teorias construtivistas e pós-modernas.

O fetichismo como conceito correlato ao conceito de alienação

Neste rastreamento de trabalhos científicos que mencionaram o conceito de fetichismo foi possível também encontrar uma considerável quantidade de produções que se remeteram ao conceito marxiano de alienação tal como desenvolvido nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, remetendo-se a ele de forma mais ou menos aproximada. A aproximação entre estes dois conceitos se deu ora tratando como conceitos correlatos, ora apresentando o conceito de fetichismo como ramificação, ou refinamento, do conceito de alienação.

Os resultados obtidos por meio da amostragem denotaram heterogeneidade não somente no que se refere ao conceito de fetichismo, mas também em relação ao próprio conceito de alienação²³ empregado para caracterizar o fetichismo. Desta forma, a alienação não apenas se explicita como acepção proveniente da teoria marxiana, mas também decorre da compreensão estrita à alienação como fenômeno inerente ao campo da subjetividade. Deu-se, então, a necessidade de levantamento de trabalhos dividindo-os, neste caso, entre produções que: a) apresentam o conceito de fetichismo como sinônimo do con-

²³ Como mencionado acima, o conceito marxiano de *alienação* será tratado pormenorizadamente no capítulo subsequente da presente obra.

ceito marxiano de alienação²⁴, b) produções que se referem ao fetichismo concebendo-o como fruto de um aprimoramento conceitual do conceito de alienação²⁵, e c) produções que remetem ao fetichismo definindo-o como forma de alienação subjetiva²⁶. Seguem as três diferentes acepções e suas respectivas formas de exposição nos trabalhos científicos coletados:

a) Conceito de fetichismo análogo ao conceito de alienação tratado nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* de Karl Marx:

1. Trabalho alienado;
2. Não se reconhecer no ato produtivo e no que produz;
3. Trabalho estranhado;
4. Alienação na objetividade e na subjetividade;
5. Relação sem espelhamento;
6. Trabalho transforma-se em meio de subsistência;
7. O trabalho se converte em um objeto;
8. Processo de coisificação entre o homem e o produto de seu trabalho, e com os próprios homens;
9. Processos em que os indivíduos não se reconhecem no que produzem;
10. Processos que resultam da divisão social do trabalho;
11. Separação entre produto do trabalho e o próprio trabalhador, entre condições objetivas de trabalho e força subjetiva do trabalho;
12. Trabalho alienado que não possibilita desenvolvimento “om-

²⁴ Foram os casos de Chaves, 2018; Ferreira, 2017; Filho, 2018; Moreira, 2017; Pereira, 2016; Silva, C., 2017; Silva, E., 2013; Silva, J., 2016; Silva, P., 2016; Soares, S., 2014; e Zen, 2016 (Apêndice A).

²⁵ Foram os casos de Chagas, 2018; Nogueira, 2017; Santos, F., 2016; e Silva, F., 2018 (Apêndice A).

²⁶ Foram os casos de Anjos, 2017; Moraes, 2013; e Silva, A., 2011 (Apêndice A).

nilateral” do indivíduo; e

13. Trabalho assalariado que coisifica o homem na produção de mercadorias, tornando o próprio homem mercadoria.

b) Conceito de fetichismo proveniente do conceito de alienação tratado nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* de Karl Marx:

1. Alienação sob um viés mais visível;
2. Aprofundamento da análise do estranhamento;
3. Aspecto da alienação de difícil apreensão empírica;
4. Continuidade na descontinuidade com a alienação;
5. Criado pela alienação da força de trabalho que esconde a verdade sobre o valor de uso das coisas;
6. Engendrado por uma atividade alienada;
7. “Feitiço” instaurado pela alienação;
8. Forma como a alienação se manifesta no capitalismo no processo de produção de mercadorias;
9. Forma de alienação específica da sociedade burguesa;
10. Gera alienação pela mercantilização;
11. Ocultamento da condição alienante em que os trabalhadores são transformados em coisas;
12. Projeto de alienação do trabalho sustentado pela “hiperexploração” do trabalhador nos países capitalistas dependentes;
13. Representação que surge do movimento concreto das relações alienadas;
14. Se presta para reforçar a alienação do trabalhador;
15. Submissão que aproxima o processo de alienação;
16. Uma das dimensões da alienação do trabalhador; e
17. Valor de troca que se aliena do produtor e do consumidor.

c) Conceito de fetichismo análogo à alienação compreendendo-a como fenômeno cultural ou estritamente subjetivo:

1. Generalização de concepções de mundo e de valores alienantes;
2. Quando a criança assume uma forma “fantasmagórica” futura;
3. Aceitar como natural limitações e imposições feitas pela classe dominante;
4. Alienação da atividade do professor;
5. Alienação religiosa;
6. Banalização do ser humano que atesta a alienação;
7. Disseminação de conhecimento alienado;
8. Engendrado por uma atividade alienada, afastando os indivíduos da possibilidade de compreensão racional da realidade;
9. Acarreta ao professor a compreensão de que a criança é um mistério e provoca uma prática pedagógica alienada;
10. Quando a humanização se converte em desumanização;
11. Individualismo e opressão que contribuem para o consumo alienado; e
12. Visão alienada.

O fetichismo como fenômeno eminentemente subjetivo

Além das interpretações supracitadas, também foi possível encontrar definições de fetichismo restritas ao campo da subjetividade²⁷, sem qualquer relação, neste caso, com o fenômeno da alienação, como ocorreu no caso anterior. Neste contexto, as exposições verificadas apresentam o fetichismo exclusivamente como fenômeno da consciência, remetendo-o, na maioria dos casos, à esfera da moral. Segue abai-

²⁷ Foram os casos de Amaral, 2016; Anjos, 2013; Casco, 2018; Chagas, 2018; Duarte, 2016; Feitosa, 2014; Ferreira, B., 2015; Ferreira, D., 2017; Filho, 2018; Galzerano, 2016; Goldberg, 2014; Machado, 2013; Moraes, 2013; Neira, 2011; Nunes, 2012; Rech, 2016; Santos, F., 2014; Santos, J., 2010; Santos, T, 2016; Silva, P., 2016; Soares, S., 2014; e Sousa, F., 2011 (Apêndice A).

xo uma síntese geral das definições encontradas que se remetem a tal caracterização:

1. Ignorância sobre a relação entre o dono dos meios de produção e os proletários;
2. Absorção da consciência pela facticidade;
3. Competição;
4. Corpo valorizado como símbolo de consumo;
5. Desejos com aparência de necessidades;
6. Idealização, inversão de significados;
7. Fantasias;
8. Egoísmo;
9. Enfraquecimento dos laços de solidariedade;
10. Falsa consciência;
11. Falso encantamento do consumidor;
12. Falso desejo por um objeto;
13. Falta de consciência autônoma, emancipada;
14. Falta de consciência do processo de produção;
15. Fantasia de que a mercadoria existe por si só;
16. Fenômeno da consciência que naturaliza as relações capitalistas;
17. Forma com que o indivíduo encara seus conflitos;
18. Gerado nas mentalidades das pessoas por meio de crenças;
19. Idealização do trabalho assalariado;
20. Ilusão de que somos mediados por pessoas, quando somos mediados por mercadorias;
21. Ilusão sobre a realidade;
22. Imaginário do consumidor e do produtor;
23. Impedimento da razão e da lucidez;
24. Individualismo provocado pelo capital;

25. Necessidade de consumo devido à representação simbólica;
26. Necessidades artificiais;
27. Opressão;
28. Passar a alma para o que produzimos;
29. Pensamento estagnado que se contenta com a opinião que formou, ainda que errônea;
30. Preconceitos;
31. Realismo pragmático;
32. Restrição à visão cotidiana;
33. Processo de subjetividade em que a mercadoria ganha valor de culto;
34. Subversão dentro da consciência;
35. Tensão de achar que precisa satisfazer a todos os seus desejos de consumo; e
36. Ver as mercadorias com vidas próprias, capaz de fazer o ser humano feliz.

O fetichismo como eixo norteador de análise da educação

Além de produções científicas que no decorrer desta última década se restringiram a mencionar o conceito marxiano de fetichismo, ou aborda-lo como conceito secundário em suas análises, também vieram à luz trabalhos acadêmicos em que este conceito integra o conjunto categorial central de apreciação do fenômeno educativo. As produções em questão apresentam em sua totalidade o conceito de fetichismo como instrumento fundamental de investigação da temática da pesquisa empreendida por cada autor.

Os critérios de escolha destes trabalhos, além dos parâmetros já apresentados no início deste capítulo, pautam-se na relevância atribuída e ao aprofundamento apresentado nestas produções em relação ao refe-

rido conceito, relacionando-o ao fenômeno educativo. Desta forma, este item se encontra dividido em quatro subitens dedicados à exposição de cada um dos trabalhos analisados²⁸. Almeja-se que por meio de tais análises – somando-se ao levantamento apresentado no item anterior – tenham sido explicitadas as caracterizações mais relevantes e difundidas no campo científico brasileiro sobre o conceito marxiano de fetichismo e sua relação com a educação. Em outras palavras, pretendeu-se com esta etapa de diagnóstico, apresentar em linhas gerais como se estabelece a relação entre fetichismo e educação na produção científica brasileira contemporânea, mais especificamente, na última década.

Nestas produções procurou-se apreender o sentido – ou os sentidos – atribuídos ao conceito de fetichismo, suas correlações com o conjunto conceitual empregado e seus desdobramentos na esfera da educação. Por conseguinte, verificar-se-á que os resultados das análises que seguem não se restringem ao contexto específico em que cada autor trata sobre o referido conceito, mas aborda todo o encaminhamento teórico desenvolvido em cada trabalho com o objetivo de apresentar o conjunto conceitual em que se insere a problemática do fetichismo. Neste sentido, os conceitos de capital, trabalho, fetichismo e educação, bem como a forma com que tais conceitos se articulam – ou não – postulam-se como foco central na análise empreendida sobre estas produções científicas.

O fetichismo do capital como subjetivação e autonomização

A primeira produção analisada foi a tese de doutoramento de Carolina de Roig Catini, *A escola como forma social: um estudo do modo de educar capitalista*, orientada pela professora Carmen Sylvia Vidigal Moraes e coorientada pelo professor Jorge Luis da Silva Grespan²⁹.

²⁸ O único critério estabelecido para a sequência de apresentação destas produções foi a mera sequenciação em ordem alfabética por sobrenome de autor; procedimento, portanto, não relacionado com qualquer aspecto do conteúdo destes trabalhos ou possíveis relações conceituais que por ventura possam ser evidenciadas entre eles.

²⁹ Tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo no ano de 2013 (Catini, 2013 – Apêndice B).

A tese propôs-se a investigar o papel específico que a escola cumpre no interior das relações sociais capitalistas; tanto suas particularidades enquanto instituição, como sua relação com a sociedade em geral. No decorrer de sua pesquisa a autora desenvolve questionamentos acerca da função social da instituição escolar, inquirindo a respeito das reais finalidades quanto ao seu papel na transmissão de conhecimentos, na inserção à cultura letrada e na formação para o trabalho como direitos sociais cumpridos por meio de seu acesso nesta formação social.

Segundo Catini (2013), esta instituição, que no decorrer da história se constituiu tão solidamente como meio privilegiado de acesso aos processos educativos, por conseguinte, acaba por ser concebida de forma *naturalizada*. Devido a esta compreensão, qualquer questionamento sobre a sua relevância ou os seus desígnios é rejeitado, salvo em momentos de crise da própria sociedade na qual ela se insere; ainda assim, quando alguma crítica pontual ocorre, quando muito se restringe a “possíveis desvios” que estariam a ocorrer em supostas atribuições da instituição escolar.

Neste sentido, a autora aponta como ponto de partida para a compreensão da forma-escola a sua relação com a formação social na qual ela está inserida: a escola constituindo-se, portanto, como meio de educar *socialmente necessário* da sociedade capitalista. A partir deste pressuposto, ela também pontua que a escola possui, num só tempo, especificidades que lhe caracterizam em sua particularidade, e também elementos que a articula com as demais esferas que compõem esta sociedade. A escola se autonomiza na medida em que possui atribuições específicas a ela, e se insere na totalidade da sociedade capitalista na medida em que se apresenta como necessidade social.

Nas linhas iniciais de sua tese, Catini (2013) também categoriza a escola como provida de um caráter *formal* e de um caráter *concreto*, sendo que tanto seu aspecto formal como seu aspecto concreto se apresentam, enquanto integrantes desta lógica social, como compo-

nentes de uma objetividade mediada pelas coisas. Enquanto há fatores que caracterizam o aspecto concreto da escola, em suas *relações objetivas*, há fatores que corroboram para uma *homogeneização* da forma escolar, acarretando numa abstração de tais relações e contribuindo para a sua generalização formal. A partir desta primeira categorização, Catini (2013) levanta como hipótese de sua tese que, ao cotejar as relações escolares objetivas ao caráter desta instituição em seu aspecto formal e universalizante, denota-se que na escola enquanto *forma social* da sociedade capitalista: “não somente os meios educacionais estão reificados, mas também seus próprios conteúdos” (p. 12).

E é justamente devido a este caráter formal universalizante da escola que, segundo a autora, se faz necessário o embasamento na *teoria do fetichismo marxiana*:

Desta maneira, o desenvolvimento conceitual de uma teoria crítica da escola como forma social pressupõe a investigação do **fetichismo das relações sociais capitalistas**, uma vez que, grosso modo, o conceito se refere à **subsunção dos conteúdos concretos à totalidade formal capitalista**. Em suma, ao longo desta tese tentaremos demonstrar que o exame da educação no capitalismo deve passar pela crítica da escola como forma social, sendo **o conceito fetichismo central para situar a posição da educação no modo de produção capitalista**. Apresentaremos uma leitura da reificação das relações educativas, seja no que concerne aos meios ou aos fins educativos, passando pela relação entre as formas escolares e as formas do capital (propriedade, mercadoria, força de trabalho), e o **fetichismo do próprio direito** como forma social específica desta totalidade (Catini, 2013, p. 9-10, grifos nossos).

Portanto, é lançada a proposta de análise do “fetichismo das relações sociais capitalistas”, tendo em vista que a caracterização do papel da escola envolve a *subsunção dos conteúdos concretos* desta instituição à *totalidade formal* desta sociedade. E ainda no que diz respeito à temática do fetichismo, a autora também antevê a necessidade de análise do “fetichismo do direito” para compreender a escola como forma social e seu papel na totalidade das relações capitalistas.

Também se lança como fundamentação teórica desta tese a compreensão de *Estado* e de *classes sociais*, compreendendo o Estado não simplesmente como uma instituição a serviço do capital, mas como a própria “forma política do capital” (Catini, 2013, p. 11), ao passo que as classes fundamentais se apresentam basicamente como a *classe burguesa* e a *classe proletária*. A classe burguesa, classe que dirige o Estado, é definida em linhas gerais como a classe em que: “seus membros são detentores de capital, na forma de meios de produção, dinheiro, títulos de propriedade, ações, etc.; e encarnam o ‘espírito do capital’, são personificações do capital” (Catini, 2013, p. 10). A classe proletária, por sua vez, além da sua caracterização de classe que tem como única propriedade a sua força de trabalho, e que, ao vendê-la, oferece a “substância do capital”, ou seja, o *trabalho abstrato*, a autora adverte que a sua organização enquanto classe não está predeterminada, nem se dá pela via do *Estado*, mas unicamente pela sua prática no interior da *luta de classes* que porventura possa se desdobrar no desenvolvimento de sua *consciência de classe*: “A constituição do proletariado em classe tem a ver com sua posição real no interior da luta de classes, com sua ação efetiva, que se relaciona ao desenvolvimento de sua consciência de classe” (Catini, 2013, p. 11).

A partir de tais pressupostos, Catini (2013) contextualiza no primeiro capítulo de sua tese a escola pública como instituição que acaba por contribuir de forma indireta com a *forma mercadoria*, na medida em que, dada a transformação histórica da *força de trabalho* em mercadoria decorrente da expropriação dos trabalhadores em relação aos meios de produção, a escola se torna um dos instrumentos produtores desta mercadoria específica.

Neste sentido, a análise do *trabalho* como categoria não somente possui centralidade para a compreensão desta relação entre a escola e a forma mercadoria, como, segundo a autora, é crucial a sua apreciação para além de uma interpretação restrita à sua objetividade “ontológica”: “O que importa destacar são as características do trabalho como

atividade historicamente determinada, que precisa ser descrita, como em Marx, em oposição a uma concepção ‘ontológica’” (Catini, 2013, p. 16), sendo, portanto, necessária a sua análise com base no modo de produção em que ele se insere; ou seja, na medida em que se trata do *trabalho* sob o modo de produção capitalista, este deve ser compreendido em sua dupla determinação: como *trabalho concreto* e como *processo de valorização*.

A autora passa então a discorrer sobre alguns dos principais conceitos presentes na obra *O Capital* de Karl Marx. Aborda, entre outros temas, as determinações fundamentais que diferenciam o modo de produção capitalista dos outros modos de produção com base nos parâmetros de *desenvolvimento das forças produtivas do trabalho*, da relação entre *necessidade* e *liberdade*, e principalmente, com base na expropriação do trabalhador em relação aos meios de produção, que por conseguinte, acarreta na exclusão deste tanto do processo de produção como do produto do trabalho. São também abordadas as oposições interna e externa da forma mercadoria (valor de uso e valor, valor de uso e valor de troca), o duplo caráter do trabalho (trabalho concreto e trabalho abstrato), a relação entre trabalho morto e trabalho vivo no processo de valorização e, por fim, a *mais-valia*³⁰.

Considerando que os elementos do processo produtivo sob este modo de produção encontram-se sob a propriedade do *capitalista* e que, portanto, o *processo de trabalho concreto* encontra-se condicionado ao *processo de valorização*, o desenvolvimento da instituição escolar e sua relação com o *trabalho* se alicerçam em tais bases objetivas. Assim, a autora argumenta que recai sobre a escola o papel de “formação dessa força trabalho, que não consiste num fim em si mesmo, e sim num meio para a valorização do valor” (Catini, 2013, p. 18, *itálicos da autora*).

Postos estes elementos, Catini (2013) aponta o *fetichismo da mer-*

³⁰ Para apresentar tais conceitos, a autora ampara-se fundamentalmente em *O Capital* de Marx (1988 [1867]), *Gênese e estrutura do Capital* de Rosdolyky (2001 [1968]), *A teoria marxista do valor* de Rubin (1980 [1923]) e *O negativo do Capital* de Grespan (1998).

cadoria como conceito essencial para a compreensão não somente da *forma mercadoria* como da própria *forma capital*. Deste modo, realiza sua apreciação sobre o conceito de fetichismo da mercadoria em Marx nos seguintes termos:

Trata-se não de uma mera crítica cultural, e muito menos de um apêndice à exposição da mercadoria, mas sim de uma característica fundamental da forma capital, que lhe garante sua especificidade histórica. Numa palavra, em seus diferentes momentos de constituição a forma capital tende a se *subjetivar*, subsumindo e reificando os conteúdos concretos, no sentido de tudo converter em combustível para seu processo cego e automático de reprodução em escala ampliada. Tal subjetivação do capital corresponde a um contraditório movimento de *autonomização*, inclusive em relação a sua própria substância, o trabalho abstrato, autonomização essa que se exprime nas diferentes formas de negação do trabalho vivo pelo trabalho pretérito, como será analisado no devido tempo (Catini, 2013, p. 21, grifos nossos).

A temática do fetichismo da mercadoria é apresentada, portanto, no contexto de uma explanação sobre as categorias basilares d’*O Capital*, sendo este, segundo a autora, uma *característica fundamental da forma capital*. Ela o define como as tendências de *subjetivação* e de *autonomização* inerente a esta forma, as quais repercutem na subsunção dos *conteúdos concretos* a este modo de produção³¹.

O capital, no entanto, não produz somente esta forma de fetichismo. Segundo Catini (2013), relacionado ao fetichismo da mercadoria se constitui também o *fetichismo do direito*. A partir da troca de equivalentes na relação entre o capitalista como comprador e o trabalhador como vendedor da força de trabalho, onde se apresenta uma relação de

³¹ Para explicar sobre o conceito de fetichismo da mercadoria, além de se apoiar na obra *O Capital* de Marx, também se apoia na obra *O negativo do Capital* de Grespan da qual extrai a seguinte citação em nota de rodapé: “Esta definição de ‘mercadoria’ [...] permite a Marx desenvolver um dos aspectos mais importantes e originais de sua concepção de sociedade burguesa: o ‘fetichismo’, pelo qual as relações sociais aparecem aos agentes econômicos enquanto relação entre coisas e pelo qual a sociabilidade se transfigura em naturalidade” (Grespan, 1998, p. 57 apud Catini, 2013, p. 22).

direitos iguais, se configura o *sujeito do direito*: “Com isso, a troca entre indivíduos iguais não se coloca meramente como uma relação econômica, mas também como uma relação jurídica. Essa relação jurídica faz de seus proprietários um tipo de sujeito específico, o sujeito do direito” (Catini, 2013, p. 22).

Amparando-se em *O Capital*, Catini (2013) discorre sobre o direito argumentando que nas relações capitalistas se desenvolvem relações jurídicas pertinentes e necessárias a este modo de produção. É com base na obra *Teoria Geral do Direito e Marxismo* de Pachukanis (1972) que a autora enfatiza que esta forma jurídica do *sujeito de direito*, inerente à forma capital, só pode se desenvolver a partir da reificação das relações humanas provocada por este modo de produção:

Somente a partir da reificação das relações sociais é que o direito como forma social capitalista pode se realizar, pois os homens se relacionam não somente como coisa, mas também como sujeitos jurídicos, e, deste modo, “ao lado da característica mística do valor surge um fenômeno não menos enigmático: o direito” (Pachukanis, 1972, p. 118). A força de trabalho como mercadoria e o sujeito do direito são formas que só tem [sic] lugar no modo de produção capitalista, no qual o indivíduo é sujeito somente em oposição aos objetos (Catini, 2013, p. 23).

Assim, a partir de Pachukanis e Marx, a autora discorre sobre o direito relacionando-o ao conceito de reificação, pois não se trata somente do fato de que os seres humanos se relacionam como coisas, mas de que esta relação se efetiva por meio da relação entre indivíduos como sujeitos jurídicos. O sujeito vende as suas capacidades como *mercadoria*, o que o torna ao mesmo tempo sujeito e coisa: sujeito enquanto vendedor da mercadoria força de trabalho e coisa na medida em que são as suas próprias capacidades que são vendidas:

A relação de liberdade impõe o contrato: distante da coerção das correntes e açoites, a força de trabalho é vendida e a troca é efetuada como uma relação de vontade. Desta forma, como diz Edelman “a liberdade prova-se pela alie-

nação de si, e a alienação de si pela liberdade” (Edelman, 1976, p.97) (Catini, 2013, p. 25).

A partir desta base contraditória se desenvolvem outras formas de relação social que também redundam em normatizações jurídicas, tornando os seres humanos na totalidade de suas relações *formalmente* portadores dos mesmos direitos. Esta igualdade jurídica, no entanto, revela-se como uma igualdade *formal* ao passo que na esfera da produção ocorre, pelo contrário, uma relação *desigual*:

Já a relação de igualdade e de propriedade se afirma e se nega a um só tempo: se na esfera da circulação se afirma a igualdade entre proprietários de mercadorias distintas, como a força de trabalho e os meios de produção, na esfera da produção a desigualdade entre eles é fundamental para que a relação se efetive. Isto é, o momento de igualdade é verdadeiro, mas é uma igualdade apenas *formal*, que não acaba com a desigualdade entre proprietários de mercadorias diferentes, de modo que tomar o momento da igualdade como sendo a totalidade, significa assumir uma perspectiva fetichista, pois a igualdade “não é aparência ilusória da desigualdade verdadeira: é sua forma de aparecimento” (Grespan, 2012, p. 99³²) (Catini, 2013, p. 27, itálicos da autora).

Catini (2013) argumenta, portanto, que ocorre uma contradição entre a esfera da produção e a esfera da circulação: enquanto na esfera da produção ocorre uma relação *desigual*, haja vista que se trata de dois agentes em situações distintas – o capitalista é dono dos meios de produção e o trabalhador é dono somente de sua força de trabalho –, na esfera da circulação se verifica uma *igualdade formal* já que ambos são detentores dos mesmos direitos: comprar e vender mercadorias. A autora adverte que, no entanto, tal igualdade *não acaba* com o fato de que se trata de mercadorias diferentes e de que, por conseguinte, consiste numa relação desigual. E tomar a igualdade formal proveniente desta relação sem considerar a desigualdade da qual ela advém, carac-

³² A obra de Grespan citada não consta nas referências da tese de Catini (2013).

teriza uma compreensão *fetichista* deste modo de produção na medida em que toma somente um aspecto do todo e o generaliza³³.

A contraposição entre a desigualdade na esfera da produção e a igualdade apresentada na esfera da circulação só pode ser mantida pelo aporte do *Estado* que institui estabilidade diante do conflito entre as classes sociais fundamentais, quais sejam, a classe capitalista, proprietária dos meios de produção e a classe trabalhadora, proprietária da força de trabalho. Neste sentido, a igualdade jurídica do Estado é inerente ao terreno da *ideologia*, e necessariamente compatível às necessidades da *forma capital*. Além de regularizar esta igualdade jurídica, o Estado também garante a estabilidade por meio de sua intervenção repressora, assegurando a organização da sociedade em casos de qualquer forma de transgressão.

Catini (2013) argumenta que na relação de compra e venda da força de trabalho ocorre uma *transgressão da troca de equivalentes* visto que o trabalhador produz uma mais-valia que extrapola o valor estabelecido nesta relação³⁴. Assim, o Estado assume o papel de mediador entre estes “agentes econômicos” na medida em que estabelece uma

³³ Para sustentar esta sua argumentação sobre a contradição entre igualdade na esfera da circulação e desigualdade na esfera da produção no modo de produção capitalista, a autora também recorre à seguinte passagem da obra *O Capital* de Karl Marx: “a relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se portanto mera aparência pertencente ao processo de circulação, mera forma, que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista sempre troque parte do trabalho já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um quantum maior de trabalho vivo alheio. *Originalmente, o direito à propriedade apareceu-nos fundado sobre o próprio trabalho.* Pelo menos tinha de valer essa suposição, já que somente se defrontam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o meio de apropriação de mercadoria alheia porém é apenas a alienação da própria mercadoria e esta pode ser produzida apenas mediante trabalho. A propriedade aparece agora, do lado do capitalista, como direito de apropriar-se de trabalho alheio não pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. *A separação entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, se originava na identidade*” (Marx, 1988, p. 157 apud Catini, 2013, p. 27-28, *itálicos da autora*).

³⁴ Para abordar a *transgressão da troca de equivalentes* a autora se fundamenta na obra *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética* de Rui Fausto (1987).

igualdade formal jurídica sobre a desigualdade expressa na transformação do trabalhador em *capital variável*:

Quando um capitalista contrata um trabalhador, a lei da troca de equivalentes é ao mesmo tempo obedecida e transgredida, já que sua força de trabalho foi adquirida pelo seu valor, e que, não obstante, no interior da fábrica o trabalhador será reduzido à condição de capital variável e produzirá uma mais-valia que será apropriada pelo capitalista, reproduzindo na esfera da essência a profunda desigualdade que existe entre ambos os “agentes econômicos”, formalmente iguais. Mesmo nesse plano, a própria possibilidade de transgressão [sic] da lei de equivalentes explica a necessidade da ideologia e do Estado (Catini, 2013, p. 31).

Desta forma, a autora encerra o primeiro capítulo remetendo este conjunto conceitual à temática da educação escolar. Reitera, assim, que a escola neste contexto serve à formação da força de trabalho e também cumpre um papel no âmbito do *sujeito de direito* considerando que o acesso a ela nesta formação social é um direito formal dos indivíduos.

Dado que a contradição entre a igualdade formal e a desigualdade concreta proveniente da produção capitalista se reflete nas demais esferas sociais, a escola não está imune a tal processo. Assim, a instituição escolar não só assume o papel de preparar o trabalhador para vender a sua força de trabalho, como também reproduz a igualdade formal enquanto *direito social* e a desigualdade concreta em relação ao seu acesso:

De fato, a expansão de direitos contribui para efetivar certo tipo de igualdade, uma igualdade própria a um modo de exploração baseado na desigualdade. Não obstante, como a igualdade se circunscreve aos princípios abstratos da educação, tais finalidades condensadas em “figuras sociais” daquilo que se pretende obter ao final do processo de escolarização - a força de trabalho e o sujeito de direito - objetivam-se, tornando-se finalidades também formais, sem deixar de ser o próprio conteúdo da educação escolar. Ou seja, seu conteúdo é um desdobramento da própria forma social do trabalho (Catini, 2013, p. 33).

A partir deste conjunto conceitual exposto no primeiro capítulo de sua tese, nos capítulos segundo e terceiro a autora realiza uma exposição histórica acerca do surgimento e da expansão da educação escolar a partir das transformações e dos revolucionamentos dos modos de produção tanto em escala global como pelas suas repercussões na sociedade brasileira.

Desta forma, no segundo capítulo, é primeiramente realizada uma contextualização acerca da contradição entre o sujeito de direito e a desigualdade na esfera da produção desde a *acumulação primitiva* sobre a qual torna-se possível a existência das condições históricas para o surgimento do capital³⁵. Essas condições históricas se realizam principalmente por meio da separação entre o trabalhador e os meios de produção e subsistência, e do desligamento das relações naturais de produção, que inviabiliza a servidão e a escravidão, substituindo-as pela força de trabalho assalariada.

Segundo a autora, o controle da subjetividade do trabalhador, exigido pelo novo modo de produção, custou séculos de repressão para se consolidar. A disciplina e a obediência foram garantidas no interior das fábricas pelos capatazes e, na sociedade em geral, pelas legislações formuladas e feitas cumprir pelo Estado. A massa de expropriados das terras era vitimizada por essas leis sob o pretexto do Estado de controle da “vadiagem”. Além das leis que previam punições como escravização, tortura e morte desses expropriados, também se instauram instituições voltadas para a educação e disciplina, como asilos, presídios, orfanatos e instituições de caridade³⁶.

Já durante a fase manufatureira se recorria à repressão pela educação: “Essas práticas coercitivas para o trabalho livre por meio de ações educativas se reproduziam em todos os lugares em que se iniciava a

³⁵ Para explicar sobre esta fase histórica, utiliza como fonte teórica *O Capital* de Marx e a obra *A Face Oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo* de Enguita (1989).

³⁶ Neste sentido, a autora recorre à obra *Vigiar e punir* de Foucault (2002) para esclarecer sobre o caráter de disciplinamento dessas instituições.

produção manufatureira” (Catini, 2013, p. 40). No século XIX os abrigos de crianças se transformavam em escolas do trabalho, educando as crianças a partir de então para o trabalho nas fábricas. No Brasil, por sua vez, progressivamente abriam-se instituições com o caráter de “controlar, higienizar e moralizar trabalhadores e seus filhos, bem como assistir aos órfãos e aos desempregados, visando também a contenção de sua revolta” (Catini, 2013, p. 42).

Catini (2013) esclarece que essas instituições serviam ao confinamento, à preparação para o trabalho e à educação moral necessária ao florescimento da indústria. Não se tratava de uma formação específica profissional, mas uma formação preparatória geral: “A ideia de formar o ‘homem médio’, sem especialização precisa, mas com formação básica para entrar no mercado de trabalho, era finalidade das escolas estatais” (Catini, 2013, p. 45), sendo um foco central, a regularidade e disciplina respeitando ao tempo de trabalho exigido:

A escola “básica”, nestes termos, tem como importante tarefa a aprendizagem e a interiorização do “tempo abstrato”, em conjunto com a disciplina do trabalho. Seu método é o próprio emprego do tempo em todas as atividades por um longo período, sendo a origem de sua organização alheia e definida por um sistema externo à própria escola. Ensinar este costume disciplinar pela maneira de vivenciar o tempo é uma faceta da educação dos pobres, que se expande assim, para todas as escolas voltadas ao atendimento dos filhos da classe trabalhadora (Catini, 2013, p. 45-46).

Neste contexto, com o progresso técnico, havia fábricas que já não necessitavam de força de trabalho com maior energia muscular, o que possibilitava o uso de força de trabalho infantil e feminina. Foram, inclusive, criadas máquinas menores em condições de serem manipuladas pelas crianças.

Progressivamente, as crianças deixavam de ser educadas de forma direta pelo contato com os adultos, passando a ser responsabilidade da escola, instituição esta que teve notável importância no processo de

enclausuramento dos jovens, justificando-se pela necessidade de um estágio de preparo para o mundo adulto.

No entanto, é somente no século XX que há uma transformação significativa neste sentido na vida das crianças, quando elas foram retiradas das fábricas e inseridas no ambiente escolar. Assim a criança passa também a ser um *sujeito de direitos*.

Assim, a despeito de seu caráter histórico, a infância é concebida como algo natural, e comumente se julga que os saberes científicos que se constituíram em torno da infância libertaram a criança para viver a sua “meninice natural”, distante da opressão da vida dos adultos. Isso tudo como se a infância fosse algo que provém de um plano meramente ideal, iluminado pela ciência pedagógica e psicológica, e não fruto de condições materiais de vida que se transformaram, e provocaram mudanças na forma de viver, mas também de pensar e produzir ciência (Catini, 2013, p. 49).

Desta forma, a autora aponta também a relação entre o aluno e o profissional responsável pela sua educação. No século XVII lançam-se obras que tratam dos cuidados com a criança, a sua educação e seu desenvolvimento, o que, segundo a autora, indica não somente a inauguração do conceito de infância, mas também a criação de profissões voltadas para este trabalho. A escola estava imersa nestas transformações, passando a dividir alunos por faixas etárias em classes.

O aumento do ingresso das crianças nas escolas, portanto, não se deu somente por necessidades familiares, ou qualquer ação premeditada que tivesse ocasionado tal fenômeno, mas por um processo histórico-social que, como alerta Catini (2013), não pode ser simplificado como mera vontade da consciência:

Certamente a privatização da vida e a formação da família burguesa são elementos que constituem o processo de aparecimento da infância. No entanto, não é possível deduzir que o desenvolvimento da escola seja uma mera consequência dessa nova preocupação dos pais com os filhos, e principalmente que a escola tenha se tornado o local de

assegurar a preparação das crianças por uma espécie de “convenção” social. Seria o mesmo que deduzir, por exemplo, que num momento em que já há um sistema de trocas mercantis desenvolvido, o dinheiro se cria por convenção, para facilitar as reiteradas trocas. Ao contrário, a escola, assim como o dinheiro, é fruto de um processo social e histórico, cujo resultado não se dá de maneira consciente. Desse modo, **é preciso abandonar a visão idealista que toma o modo escolarizado de educar como algo planejado, que posteriormente se convencionou realizar na prática** (Catini, 2013, p. 52, grifos nossos).

Em consequência, a infância não será meramente fruto das prioridades privadas da família, mas da própria necessidade pública, dos interesses de dominação atendidos pelo Estado. Assim, enquanto a criança rica é educada e disciplinada para administrar a sociedade, a criança pobre é assistida em instituições como a escola e os orfanatos com os objetivos de disciplinamento e moralização condizentes à adequação aos parâmetros burgueses e devido à própria deterioração das condições de vida apresentadas na época. No Brasil se verifica este mesmo viés de moralização dos filhos da classe trabalhadora, acrescentando a isso a luta contra o trabalho das crianças nas fábricas. A autora esclarece que se impunha à luta dos trabalhadores que se poupasse as crianças dos trabalhos extenuantes nas fábricas, preservando-as e ofertando-lhes uma educação geral, sendo esta última só possibilitada pela via do Estado:

Assim, uma parte da classe trabalhadora passou a reivindicar escolas financiadas pelo Estado, contribuindo assim com a produção estendida da infância já consolidada entre a classe burguesa confinada em escolas, e entre parte do proletariado confinada em instituições penais, corretivas, orfanatos, reformatórios, etc. Quer dizer, a infância passa a ser instituída também entre a classe proletária, e não apenas pela ação externa do Estado, mas também pela sua iniciativa enquanto classe (Catini, 2013, p. 55-56).

Neste sentido, a criança como aluno se constitui como sujeito de direito enquanto detentor do direito à educação escolar, e também se

constitui como sujeito em processo de formação necessária à sua inserção como força de trabalho na produção capitalista. Essas duas características na constituição da criança como aluno são sintetizadas pela autora pela expressão “o duplo do sujeito de direito”.

A partir daí são dadas as condições para, assim como ocorre no mundo dos adultos, ocorrer a cisão entre vida privada e o momento do trabalho, sendo o trabalho da criança a atividade escolar, ao passo que o tempo livre acaba ele mesmo sendo permeado pela atividade do tempo escolar. O tempo livre “pode ser assim coisificado e funcionalizado, passando a ser imposto de modo tão incisivo quanto a atividade que se exerce no tempo escolar” (Catini, 2013, p. 63).

No terceiro capítulo, continuando a sua explanação histórica sobre a expansão da escola pública brasileira, a autora se remete aos movimentos de resistência que se formaram em oposição à educação formal. Se apoiando na obra *A Face Oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo* de Mariano F. Enguita, Catini (2013) salienta que houve resistência por parte dos trabalhadores à expropriação dos meios de produção e ao trabalho assalariado, e no interior deste movimento de resistência, também houve oposição destes trabalhadores à inserção de seus filhos na escola. Por outro lado, como resposta, o Estado aplicou de violência em ambos os casos para garantir as adaptações necessárias ao modo de vida burguês.

No decorrer da história dos últimos séculos, a escola se insere num longo processo de consolidação do “trabalho livre” e do “direito como forma social”. No caso do Brasil, segundo a autora, o trabalho assalariado e a República sofreram um processo peculiar de gestação. As forças políticas predominantes, com o objetivo de não perderem seus privilégios, diferentemente das relações políticas europeias, impunham relutância a tais transformações. O trabalho escravo existente no Brasil propulsionou tal situação:

Esse padrão brasileiro adveio, portanto, da posição contraditória assumida pelo país na concorrência do mercado

mundial, notadamente do fato de sua economia colonial se assentar sobre o trabalho escravo, um trabalho escravo especificamente capitalista paradoxalmente engendrado no interior de um modo de produção que se estrutura por sobre o trabalho assalariado livre (Catini, 2013, p. 65).

Esta particularidade da política brasileira se refletia sobre a escola, por exemplo, por meio da seleção para cargos no interior desta instituição proveniente de favores políticos.

A autora se remete à vinda de grandes contingentes de imigrantes europeus inseridos no trabalho urbano e no trabalho rural como “vontade de modernização europeizante dos liberais brasileiros”. Segundo Catini (2013) a vinda desses imigrantes era do interesse dos republicanos brasileiros da época tanto pela submissão deles a estes últimos como também com o objetivo de “embranquecimento” do povo brasileiro. São ainda mencionadas as circunstâncias sobre as quais ocorreu esse processo de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, as dificuldades de desenvolvimento industrial e as transformações no campo.

O desenvolvimento da educação escolar, por sua vez, apresentava distinções marcantes no que diz respeito à estrutura física e organizativa da escola das regiões metropolitanas brasileiras em relação às periféricas. Ainda que o discurso republicano nascente valorizasse a escola como símbolo de progresso, a falta de investimentos para sua expansão no território nacional era notável. Foi só a partir de 1930 que ocorreu um maior investimento estatal na escola pública proporcionando a sua expansão, dado que até esta época grande parte da população ainda vivia na zona rural, enquanto a população das cidades possuía um acesso estratificado à educação. A educação nas cidades era diretamente influenciada pelo processo de industrialização e modernização urbanas. A segregação de classes se constituindo na organização das cidades por um lado pela edificação de grandes palácios e, por outro, pelos subúrbios, foi acompanhada pela estratificação da instituição escolar, demarcando as diferenças entre os grupos escolares centrais e as escolas suburbanas.

Concomitante à construção dos grandes grupos escolares que simbolizavam o poder republicano, também houve a propagação do discurso voltado para a importância da educação escolar: “montou-se um discurso ideológico oficial acerca das imensas capacidades da escolarização de promover a regeneração do povo e o progresso da nação” (Catini, 2013, p. 70). Este discurso no interior das escolas se reproduzia por meio das comemorações cívicas, desfiles e demais eventos que ocorriam em cidades de todo o país valorizando, assim, o patriotismo e despertando para uma “militarização da infância”. Além desse discurso oficial, a própria equipe escolar contribuía para uma compreensão da cultura escolar com grau superior em relação à cultura popular:

Diretores, docentes e inspetores, dotados de formação e cargos de certa importância social, alimentavam a noção de que a cultura escolar era superior, e de que as práticas das famílias pobres eram perniciosas e aculturadas, não tendo, portanto, capacidade de educarem seus filhos (Catini, 2013, p. 71).

O alcance da educação aos negros libertos, aos imigrantes e aos pobres em geral se dava, no entanto, de forma mais lenta. No início do século XX ainda era rara a presença deles nesses grandes grupos escolares, havendo somente registros de alfabetização dentro de alguns quilombos e uma insignificante quantidade de negros e imigrantes nas escolas. O aumento da vinda de imigrantes ao Brasil, por outro lado, impunha a necessidade de alfabetização dos trabalhadores “uma vez que era necessário o uso da língua nacional para dar caldo ao processo civilizatório e nacionalista” (Catini, 2013, p. 73).

Neste contexto, são deflagradas greves dos trabalhadores, manifestações, entre outras ações que se opunham ao Estado e aos patrões. As correntes anarquistas crescem e dão início à criação de escolas autogeridas que se opunham às políticas de então, bem como às escolas provenientes de tais políticas: “Em meio aos processos organizativos anti-estatais, que pretendiam combater as relações sociais capitalistas por meio do estabelecimento de relações horizontais e autônomas,

estavam práticas de educação pela ação direta” (Catini, 2013, p. 75). Segundo Catini (2013), havia diferença entre as propostas dos anarquistas em relação às propostas dos ³⁷comunistas – corrente política que tomava forma no Brasil no início do século XX. Enquanto os anarquistas procuravam uma formação autônoma por meio de criação de escolas dos próprios trabalhadores, os comunistas lutavam pelo acesso dos trabalhadores às escolas públicas:

Os comunistas tinham como estratégia um processo de inclusão dos trabalhadores e seus filhos nas escolas formais, lutando pela obrigatoriedade do ensino, pela implantação de mais escolas profissionais para meninos e meninas, pela subvenção estatal para a criação de bibliotecas operárias e suporte assistencial para a frequência ao ensino de filhos de operários, e a melhoria das condições de trabalho do professorado (Catini, 2013, p. 75).

A autora cita experiências de criação de escolas anarquistas no Rio de Janeiro e em São Paulo que, por escassez de fundos, não obtiveram grande alcance. Aborda também os princípios da educação anarquista e sua oposição ao nacionalismo, ao militarismo e ao misticismo presentes na educação formal.

Em 1919 houve uma intensa repressão do Estado sobre as escolas anarquistas, ocasionando mortes, prisões e deportações de militantes, bem como no fechamento dessas escolas. Tais fatores culminaram no enfraquecimento do movimento anarquista e no fortalecimento do movimento socialista: “A partir de então, diante de perseguições e repressão, os anarquistas e sua forma de luta pela ação direta perdem força, e passa a se fortalecer, no movimento operário, a luta de inspiração socialista e comunista (Catini, 2013, p. 84).

No entanto, há de se notar que tais experiências de educação pela autogestão e em oposição à educação hegemônica e à repressão

³⁷ A utilização da expressão “comunistas” neste contexto, ainda que não apresente esclarecimentos sobre que concepção política se refere, sugere remissão ao movimento socialista.

do Estado não ocorreram somente no Brasil como também em todo lugar onde ocorreu o desenvolvimento industrial e a resistência dos trabalhadores:

Assim, a marca da luta de classes se inscreve no próprio desenvolvimento das formas sociais, inclusive ao impulsio-
nar mecanismos repressivos que não deixam espaço para
organizações fora dos padrões dominantes. Se a resposta
estatal é intransigente e açambarcadora, não considerar
estes episódios de organização e tentativa de superar os
modos prevalentes de opressão é posicionar-se ao lado
daqueles que se sobrepuseram (Catini, 2013, p. 85-86).

No quarto capítulo de sua tese, Catini (2013) se dedica a mais um elemento que caracteriza a educação escolar na sociedade burguesa: o amoldamento do tempo. A autora discorre sobre a transformação da contagem do tempo no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas repercussões sobre a estruturação da rotina escolar em função desta cronometragem, que apresenta, tanto no aspecto interno (disciplinas, séries etc.) como no aspecto externo (tempo para concluir a escolaridade), uma hierarquização e uma padronização geral da vida no interior desta instituição.

A autora salienta que a partir da medida do *valor pelo tempo de trabalho abstrato* nas relações de produção capitalistas tem-se uma revolução geral da vida social. Retomando o conceito de valor e a transição histórica da sociedade medieval para a sociedade burguesa, Catini (2013) relaciona o tempo da educação escolar com o tempo cronometrado no processo de produção³⁸. O progressivo disciplinamento do trabalhador ao tempo de trabalho fabril, acaba por repercutir numa *naturalização* desse padrão de medida do tempo. Neste sentido, a classe trabalhadora já não luta *contra* esse tempo, mas *com base* nele. Assim,

³⁸ Desta forma, a autora adverte que ao relacionar escola e relações de produção, não se trata de uma transposição das relações fabris para as relações escolares, mas da própria existência geral da vida humana, um complexo de relações sociais no qual a escola está inserida, se constitui e se autonomiza.

a luta passa a ser não mais contra o trabalho assalariado, mas pela redução da jornada de trabalho.

Na escola contemporânea verifica-se, portanto, os desdobramentos históricos desta forma de organização do trabalho e da vida humana em geral, em que a medida abstrata temporal se explicita como critério avaliativo de desempenho, dependendo deste a permanência ou não do aluno no interior desta instituição:

É como se o alcance de um determinado grau de instrução igualasse os diferentes processos individuais de escolarização, isto é, formalmente uma pessoa que concorre a uma vaga de emprego, que tem como critério o terceiro ano do ensino médio, equivale à outra pessoa com mesmo nível de escolarização. Esta é uma função social da escola: transformar os alunos em iguais concorrentes para empregar sua força de trabalho (Catini, 2013, p. 107).

O tempo abstrato se apresenta como a base sobre a qual se constitui a organização temporal escolar: “Podemos dizer também que apenas na medida em que o tempo interno à escola é organizado de maneira funcional, segundo os preceitos do tempo abstrato, é que se dá a abstração das relações educativas que fundamentam a divisão do trabalho” (Catini, 2013, p. 121). Deste modo, a autora disserta sobre o “tempo abstrato” referenciando-se na obra *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista* de György Lukács (2003). Por meio desta obra, é caracterizado o processo produtivo capitalista pela sua fragmentação espacial e temporal e pela especialização, culminando num produto que esconde o processo de sua produção, o que repercute sobre a personalidade humana tornando ela própria parcializada e submetida a este modo de produção: “E essa submissão só aumenta na medida em que se intensificam a mecanização e a racionalização do processo de trabalho, o que torna a função do trabalhador cada vez mais contemplativa, perdendo progressivamente o seu caráter de atividade” (Catini, 2013, p. 122).

Por meio desta crítica ao processo de trabalho em que o tempo fica

estagnado em forma de “imagem espacial”, a autora realiza um paralelo com o tempo escolar em que a rotina semanal se apresenta igualmente de forma estagnada por meio dos horários das disciplinas, das avaliações, dos bimestres etc. O tempo estagnado, por sua vez, “coisifica” os indivíduos, tornando-os submetidos a esta abstração do tempo:

Essa necessidade de visualização do tempo com fragmentos espaciais a serem preenchidos é a própria coisificação temporal, que nos objetifica e nos integra a ele.

Mais uma vez as coisas que criamos passam a nos dominar; se há pouco éramos submetidos aos meios de trabalho, agora é o tempo que nos oprime, na medida em que perdemos o controle sobre ele. E como o tempo é abstrato, perdemos também o controle mais direto sobre o processo de maturação e desenvolvimento individual, concebido como algo próprio à educação³⁹ (Catini, 2013, p. 123).

A autora identifica a gênese histórica desse processo de estagnação do tempo no ambiente escolar na obra de Comenius *Didática Magna* por meio da qual se pode verificar já na época da manufatura a preocupação com o tempo na educação. Remete-se ainda à educação militar que se constitui pela relação entre tempo e disciplinamento. A abstração do indivíduo real por meio da média geral se faz valer articulada à estagnação do tempo em todos os âmbitos da instituição escolar, tanto em seu aspecto enquanto unidade escolar como na relação entre as unidades escolares formando o sistema de ensino. É somente por meio desta equivalência que se pôde conceber a uniformização do tempo de formação do aluno:

Sem a uniformidade entre as escolas e a divisão do tempo no interior de cada uma, não haveria possibilidade da equivalência pelo tempo de escolarização. Apenas quando os sistemas de ensino estão plenamente desenvolvidos e homogeneizados por planos curriculares comuns de unidades territoriais

³⁹ Nesta passagem, ainda que não seja utilizado o termo “fetichismo”, sugere-se uma alusão ao conceito marxiano tal como abordado no início da tese desta autora, visto que “as coisas que criamos passam a nos dominar”.

(municipal, estadual, nacional, internacional), é que o tempo por anos de escolarização pode significar formalmente um mesmo nível de formação (Catini, 2013, p. 125).

Assim, é constituído um *tempo socialmente necessário* à educação escolar, sendo a maleabilidade deste tempo caracterizada pelas próprias necessidades do capital. Neste sentido, a autora realiza um paralelo entre o *tempo socialmente necessário* de aprisionamento de detentos nesta sociedade ao *aprisionamento* dos alunos na instituição escolar:

E a escola obrigatória não deixa de ser uma forma de privação da liberdade, na qual a previsão do tempo é feito [sic] a priori e implica numa domesticação para manter-se preso por toda a vida, como sujeito do direito/força de trabalho. No capitalismo atual, o tempo de escolarização é equivalente ao tempo de produção da forma mercadoria das pessoas (Catini, 2013, p. 128).

A partir desta explanação sobre o *tempo abstrato*, no quinto capítulo de sua tese, Catini (2013) realiza uma análise crítica sobre o processo educativo escolar a partir dos elementos que compõem a unidade básica desta forma de ensino: a *aula*; e, correlacionados à aula, as disciplinas, a rotina, o currículo, a relação entre professor e alunos, a metodologia, os conteúdos, a avaliação etc., remetendo todos estes fatores à caracterização do trabalho do professor. Deste modo, a autora discorre sobre a *naturalização* desta forma de organização da educação, bem como sobre a *divisão do trabalho* no interior da instituição escolar.

Haja vista o tempo abstrato que impera no trabalho sob a forma social do capital, tem-se um progressivo aumento na divisão social do trabalho na escola que contribui para a *alienação* desta atividade e que repercute numa *reificação* das relações sociais existentes no interior dela:

Essa divisão de tarefas implica numa **alienação do trabalho docente**, mas, mais do que isso, o desenvolvimento de tal divisão apenas se realiza de maneira imanente ao desenvolvimento dos meios de trabalho educativo. [...]. Não ape-

nas sofremos com um estranhamento advindo das relações parcelares do trabalho, e temos limitada a nossa percepção dos modos de exploração e da totalidade do processo de trabalho, mas nele também **os meios de trabalho se vivificam** (Catini, 2013, p. 142, grifos nossos).

Catini (2013) expõe a constituição deste processo de alienação do trabalho docente remetendo-se aos primórdios da educação escolar sob o comando do Estado. Neste momento histórico, segundo a autora, ainda se dava uma “subordinação formal” do trabalho educativo ao Estado já que estes professores antes realizavam o seu trabalho como profissionais autônomos e, ao passar a trabalhar para o Estado, ainda continuavam realizando o seu trabalho muitas vezes em sua própria residência. Porém, com a expansão e organização geral do ensino público, dá-se, então, uma *subordinação* efetiva do trabalho ao Estado, visto que os professores são *expropriados de seus meios de trabalho*; os seus meios de trabalho agora passam a pertencer ao Estado e o trabalho do professor, pelo menos ainda que em forma de Lei, passa a estar em função das finalidades estatais. Em consequência, a *forma* do trabalho escolar passa a se sobrepôr ao *conteúdo*, ou seja, os meios de trabalho se sobrepõem ao fim do trabalho educativo:

Cada vez mais a forma de realização do trabalho se sobrepõe ao conteúdo do trabalho, ou seja, os meios de trabalho se sobrepõem aos fins da educação, estes, por sua vez, definidos exteriormente. Isso porque a ação fiscalizadora do inspetor escolar corresponde à averiguação do cumprimento dos programas estabelecidos, do método de ensino aplicado, da frequência de professores(as) e diretores, dos documentos, prontuários, diários de classe etc. (Catini, 2013, p. 144).

Ao relacionar o trabalho sob o modo de produção capitalista ao trabalho do professor na instituição escolar sob o comando do Estado, Catini (2013) argumenta que não se trata apenas de um paralelo entre a educação escolar e a produção capitalista, mas de expressões desta formação social; a escola, portanto, revela-se como uma destas expres-

sões que são dirigidas pelo Estado⁴⁰.

Para demonstrar a escola como expressão de tal formação social, a autora se remete à transição da fase manufatureira para a industrialização na emergência do modo capitalista, denotando o impulsionamento do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Esta transição da cooperação simples para a manufatura e da manufatura para a indústria envolve, segundo Catini (2013), desde o início o *fetichismo do capital*:

Vale notar que se Marx já enfatizava o **fetichismo do capital** ao tratar da cooperação simples, já que os ganhos de produtividade do trabalho advindos da cooperação apareciam como uma propriedade natural do capital (na medida em que eles só ocorriam depois que o capital comandava a força de trabalho e a colocava a seu serviço); na manufatura tal fetichismo aparece com ainda maior força, pois “o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como acessório da oficina capitalista” (Marx, 1988, tomo I, p. 270), sob um controle despótico cada vez mais intenso, por parte dos empregadores. Com a grande indústria isso atingirá um extremo, por meio da completa perda de controle da produção por parte do trabalhador (Catini, 2013, p. 150, grifos nossos).

Neste sentido, o “fetichismo do capital” consiste no processo de intensificação do comando do capital sobre o trabalho e na consequente aparência do trabalho e de seu produto como “propriedade natural” do capital.

O domínio subjetivo do trabalhador sobre a produção é transferido para o domínio objetivo da máquina, ao passo que o trabalhador passa a ser controlado por ela:

⁴⁰ Como referência para esta argumentação ela se apoia em uma citação da obra *A produção da escola pública contemporânea* de Gilberto Luiz Alves em que o autor diz: “permeando todas as atividades desenvolvidas no interior da sociedade capitalista, produtivas ou não, ocorre uma tendência que leva à generalização de uma forma de organização do trabalho compatível com o modo de produção” (Alves, 2006, p. 85 apud Catini, 2013, p. 148).

Desse modo, o processo de trabalho coletivo articulado pela subjetividade do trabalhador se converte em um processo objetivo presidido pela objetividade das máquinas e do trabalho morto de modo geral, o qual é em grande medida indiferente em relação à habilidade e aos conhecimentos que o trabalhador mobiliza (Catini, 2013, p. 150).

O trabalho docente, entretanto, ainda que esteja imerso neste processo de subsunção do trabalho ao capital, resiste a este domínio, segundo a autora,

em grande medida em função das suas determinações concretas. Um intrigante indício desse fato é o ritmo extremamente lento em que se dão as mudanças no interior da escola, que se exprime, por exemplo, na incipiente introdução de recursos tecnológicos integrados à prática docente (Catini, 2013, p. 151).

As *determinações concretas*, portanto, configuram determinadas peculiaridades do trabalho docente que, em relação a outras formas de trabalho, permite-lhe certa *resistência* ao processo de subsunção real ao capital. É neste contexto que a autora então apresenta uma definição geral desta forma de trabalho:

Conceitualmente, o trabalho docente é um **serviço** (cujo produto do trabalho é a própria atividade) e um **trabalho imaterial**, que pode ser **produtivo** ou **improdutivo** (no primeiro caso, se é realizado sob o contrato de um empresário e produz mais-valia diretamente, ou no segundo, se é realizado para o Estado). É seu **caráter imaterial** que opõe resistência à um processo completo de subsunção real do trabalho docente ao capital (Catini, 2013, p. 152, grifos nossos).

Diante de tal complexidade da natureza do trabalho do professor, a autora apresenta então uma série de questionamentos no decorrer do sexto capítulo, inquirindo sobre qual a efetiva relação que ocorre entre educação escolar e capital; e, se ocorre realmente uma *reificação* nas relações sociais no interior desta instituição, como se dá tal processo de reificação. Assim, de antemão, ela alerta para o

preconceito direcionado a qualquer análise crítica da escola com base na relação entre escola e capital. Estas concepções contrárias à crítica à escola argumentam que tais críticas teriam um caráter “reprodutivista” da educação escolar, ou seja, concebem a escola somente como reprodutora das relações sociais capitalistas, sem considerar as possibilidades oferecidas pela mesma:

E como a educação é feita por pessoas que se relacionam de determinado modo, grande parte das contestações às críticas à educação no capitalismo se voltam contra às teses “reprodutivistas”, dizendo que elas não deixariam lugar aos “sujeitos”, cuja prática é capaz de escapar às malhas das relações de dominação. [...] É como se a crítica acabasse com a possibilidade de transformação da educação, e não que essa possibilidade seja remota na prática mesma (Catini, 2013, p. 164-165).

Diante disso, Catini (2013) chama atenção para que as argumentações por parte daqueles que defendem a escola estejam embasadas na própria história das lutas travadas pelas alterações de suas funções, para que se comprove a sua *potência transformadora*.

A autora elenca alguns dos principais pensadores que se empenharam na “questão educacional do ponto de vista da reprodução das classes sociais” (Catini, 2013, p. 166), mencionando obras de autores como Althusser, Baudelot e Establet, Bourdieu e Passeron, Aníbal Ponce, José Carlos Mariátegui, Ivan Illich, Luiz Antônio Cunha, entre outros, chamando atenção para o fato de que:

Seria equivocado descartar essas abordagens como teoricistas ou imobilizantes posto que muitas vezes a produção teórica deste tipo fora justamente fruto de tentativas práticas de engajamento na busca por mudanças radicais na ordem social, sendo que a crítica serviria como base da ação política, ao mesmo tempo em que é engendrada por ela, uma vez que as tentativas de se desviar das estruturas, normas e tendências de manutenção da dominação contribuem para a formulação teórica e crítica (Catini, 2013, p. 167-168).

Ainda que o capital consista na potência açambarcadora sobre a qual se desenvolvem as diferentes esferas sociais, a educação escolar aparece como esfera autônoma, com relativo potencial “positivo”, como remediadora dos limites existentes em outras esferas. Porém, o que se confere historicamente é que a educação escolar, diferentemente do que é propagado, não se apresenta como amenizadora das “desigualdades sociais”. Assim, tal discurso se explicita na realidade como meramente ideológico:

Tal positividade se efetiva no que diz respeito aos aspectos formais de universalização do direito ao acesso à educação, na medida em que há um processo de alargamento do alcance dos sistemas educativos em escala mundial, que ampliou o acesso à educação escolar principalmente desde o último quartel do século XIX e durante todo o século XX. Ainda assim, o propagado recuo das desigualdades sociais por meio da universalização do acesso ao ensino não se realiza nos diferentes momentos históricos, e nem há indícios de sua efetivação progressiva no início do século XXI, de tal modo que se pode tomar o caráter positivo da escola como ideológico (Catini, 2013, p. 169).

Assim, a educação escolar não se constitui de forma apartada da sociedade, mas, com base nas determinações gerais desta formação social. Deste modo, seus objetivos não se conferem no sistema de ensino em si, mas no próprio processo histórico-social enquanto totalidade.

Catini (2013) então retoma a conceituação de educação escolar, acrescentando novas determinações. Correlatas à manifestação da *igualdade formal* no direito, se apresentam as *representações ideológicas* da forma escolar⁴¹. Neste sentido, a orientação errônea de tomar a igualdade como a totalidade, também se verifica na compreensão da educação

⁴¹ Para fundamentar as suas argumentações sobre tais determinações da forma escolar, a autora se ampara na conceituação desenvolvida por Baudelot e Establet na obra *A escola capitalista* (1990), visto que estes autores “partem exatamente da polarização entre classes no interior no sistema de ensino, tomando a escola como ‘escola capitalista’” (Catini, 2013, p. 177).

escolar que se restringe às reivindicações no âmbito da *democracia*⁴². Assim, alerta para a necessidade de compreensão da forma escolar por suas determinações históricas e demonstra como se concretizou no Brasil a luta entre diferentes projetos educacionais desde o início da república até os dias atuais, considerando as particularidades⁴³ do desenvolvimento desta instituição na história político-econômica brasileira.

A autora também caracteriza a educação escolar brasileira demonstrando o conteúdo de classe que a constitui. Enquanto seu conteúdo se apresenta familiar para os filhos das classes dominantes, aos filhos da classe trabalhadora o conteúdo se demonstra de forma totalmente desligada de suas vidas. Assim, o chamado “fracasso escolar” não se dá somente pela falta de acesso à escola como também ao conteúdo transmitido no ambiente escolar:

Este conhecimento da necessidade da escola está profundamente relacionado, portanto, com um reconhecimento das necessidades sociais de escolarização, e não à valorização da escola como um serviço necessário por si mesmo, pelas aprendizagens, ou pela socialização (Catini, 2013, p. 181).

Deste modo, Catini (2013) então passa a uma caracterização geral

⁴² Catini (2013) realiza este paralelo à luz da seguinte passagem da obra de Baudelot e Establet supracitada: “esta base é a divisão da sociedade em duas classes antagônicas e a dominação da burguesia sobre o proletariado. A democracia escolar, a unidade da escola, a escola única, não são sonhos, nem ilusões, nem mistificações, nem projetos em curso de realização: são realidades inscritas em suas funções e o funcionamento mesmo da escola. A escola, do ponto de vista da burguesia já é democrática: mas esta democracia não tem outro conteúdo, numa sociedade capitalista, que a relação de divisão entre duas classes antagônicas e a dominação de uma dessas classes sobre a outra” (Baudelot e Establet, 1990, p. 20 apud Catini, 2013, p. 178).

⁴³ No que concerne às particularidades da escola brasileira – principalmente pelo caráter extemporâneo em relação a outros países –, Catini (2013) observa que aquela categorização realizada por Baudelot e Establet entre a divisão da escola em duas redes, em nosso país acabava por se realizar em outros termos: “Desse modo, a formação da mão-de-obra e a reprodução das clivagens sociais no Brasil estavam longe de ter como eixo à dicotomia entre duas redes de ensino, como apresentada pelos autores franceses, pois incluía a situação de não-escolarização, e no caso dos trabalhadores escolarizados, passava por sua adaptação a uma forma de educar “universal”, mas formulada pelas classes médias e dominantes (Catini, 2013, p. 181).

da escola enquanto instrumento de amoldamento dos indivíduos para o mercado de trabalho, ou seja, no decorrer dos anos escolares, a progressiva preparação humana para a venda de sua força de trabalho. No entanto, a autora esclarece que a educação escolar acaba por ser também objeto de reivindicação dos próprios trabalhadores como meio de melhoria das *condições de vida*. Tendo em vista a luta pelo acesso à educação escolar, a autora alerta que

a necessidade social da escolarização não faz da escola um espaço de emancipação dos trabalhadores, posto que o ensino escolar permanece heterônomo, controlado pelo Estado, empresas ou outras organizações que se encontram em posição antagonica aos interesses da classe trabalhadora. Longe de se criar experiências educativas autônomas e de cunho revolucionário, tem-se produzido a necessidade de mais e mais escolarização, sob diversas formas, em consonância com o ímpeto açambarcador do Estado (Catini, 2013, p. 189).

Porém, contraditoriamente, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, tem-se também uma tendência à simplificação da força de trabalho, o que torna prescindível a educação escolar; trata-se, portanto, a partir do movimento do próprio capital, de momentos em que se demanda uma atualização da força de trabalho e momentos em que esta preparação se torna dispensável. A constante simplificação da força de trabalho decorrente do desenvolvimento tecnológico, segundo a autora, repercute no aprofundamento do *fetichismo* na medida em que o comando intelectual do processo produtivo deixa de pertencer aos trabalhadores e passa a ser das próprias máquinas:

No que tange à atividade educativa, portanto, a contradição entre capital e trabalho se desenvolve e se desdobra na prática, pois, ao contrário do que se propaga pela ideologia e pelo senso comum, todo desenvolvimento das forças produtivas demanda menos formação e qualificação, na medida em que torna o trabalho mais simples. Isto é, **o progresso tecnológico sob o comando do capital detona um processo de aprofundamento do fetichismo, pois se dá sob a égide da objetivação do conhecimento e das habilidades**

necessárias à produção na forma de máquinas do aparato de gestão e coordenação do trabalho. E cada vez mais a atividade laboral vai perdendo elementos de seu conteúdo e se mistificando (Catini, 2013, p. 190, grifos nossos).

Se por um lado ocorre uma progressiva simplificação da formação da força de trabalho, por outro, tem-se uma difusão de discursos voltados para a necessidade de formação continuada de trabalhadores; formação esta que acaba por sustentar um setor específico: a indústria educacional. Desta forma, acaba por ser transferida a responsabilidade das mazelas das condições de trabalho ao próprio trabalhador. E ainda, a indústria educacional “cumpre o importante papel de manter um batalhão de desocupados em situação de permanente ‘aprendizagem’, ávidos por venderem sua força de trabalho, mesmo que a preços vis e sob condições precárias” (Catini, 2013, p. 190).

O movimento do capital envolve o constante implemento da *mais-valia relativa* articulada à *mais-valia absoluta*⁴⁴ que reconstituem periodicamente a sua composição orgânica. Considerando a combinação destes dois elementos, no que diz respeito à educação escolar e sua funcionalidade neste movimento, esta dependerá do contexto em que ela se insere nos diferentes momentos de seus ciclos. Assim,

para precisar o papel da formação escolar na formação da força de trabalho, é necessário considerar o contexto social em que ela se insere, dado que o revolucionamento constante das forças produtivas é condição *sine qua non* da produção capitalista, sem prejuízo para as formas clássicas de extração de mais-valia absoluta, que servem de esteio à mais-valia relativa. O desenvolvimento das forças produtivas implica em transformações na composição orgânica do capital, e num aumento progressivo da presença do trabalho morto (o capital constante, sobretudo na forma da maquinaria) em relação ao trabalho vivo (o capital variável) (Catini, 2013, p. 192).

⁴⁴ Considerando os objetivos de análise da tese em questão, não será aqui apresentado o tratamento dado pela autora a tais conceitos, no entanto, é relevante observar que ela não se restringe a mencioná-los, mas conceitua-os detalhadamente amparando-se na obra marxiana *O Capital*.

Desta forma, a exigência de determinado conteúdo formativo da força de trabalho dependerá do conjunto destes fatores constituintes do modo de produção capitalista, considerando este conteúdo não somente em seu aspecto qualitativo, mas também em seu aspecto quantitativo, tendo em vista uma maior ou menor necessidade de complementação desta formação. Isto porque o aprofundamento da divisão social do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas exigem cada vez menos do trabalhador algum conhecimento sobre o processo produtivo, deixando a cargo das máquinas uma quantidade cada vez maior de tarefas, ao passo que as tarefas que restam ao *trabalho vivo* são cada vez mais particionadas por diferentes trabalhadores com distintas funções.

Constantemente o *trabalho complexo* reduz-se a *trabalho simples* já que o trabalho complexo é somente o trabalho simples *potenciado*⁴⁵ “O trabalho médio simples, o ‘trabalho não qualificado’, medido em tempo, iguala-se qualitativamente ao trabalho complexo, apenas se diferenciando deste quantitativamente” (Catini, 2013, p. 193). Neste sentido, o trabalho complexo como *trabalho qualificado* – trabalho que exige formação da força de trabalho para além da média estabelecida – na medida em que se generaliza, se reduz a trabalho simples, ou seja, trabalho que já se encontra na média de qualificação estabelecida. Isso repercutirá no *tempo de escolarização* e no *valor da força de trabalho*: “O tempo de escolarização incide diretamente sobre os custos da produção e reprodução dessa força de trabalho, o que, por sua vez, está intimamente ligado ao salário – o valor de troca pela venda da força de trabalho” (Catini, 2013, p. 194). Assim, dentre outros fatores também necessários à composição da força de trabalho, o tempo necessário para a formação escolar apresenta-se como custo para a produção desta mercadoria. Entretanto, a autora alerta que este tempo necessário não depende dos produtores individuais:

⁴⁵ Para discorrer sobre a relação entre trabalho simples e trabalho complexo, a autora se fundamenta na obra *A teoria marxista do valor** de Isaak Rubin (1980).

assim como não há uma estrita regulação social do processo de produção, no interior do qual os produtores individuais se conectam sob a mediação do mercado, também a relação entre trabalho e educação não é fruto de um processo consciente de regulação social, tendo muito de contingente. O desenvolvimento tecnológico, junto com inovações organizacionais da produção constantemente impõe a determinadas parcelas dos trabalhadores o domínio de um conjunto de conhecimentos e habilidades, que demandam uma formação específica, de maior ou menor duração e complexidade. Isso tem impacto sobre a concorrência no interior do mercado de trabalho, e pode inclusive redundar na assimilação desses conhecimentos pelas camadas mais aviltadas da população trabalhadora, na medida em que ocorra sua difusão. Por outro lado, segue em curso a tendência à simplificação do trabalho (Catini, 2013, p. 194-195).

Neste sentido, Catini (2013) esclarece sobre o caráter contingencial da relação entre trabalho e educação, visto que o desenvolvimento das forças produtivas exige em determinados momentos um complemento formativo para suprir determinados setores produtivos, o que repercute sobre a *concorrência* no mercado de trabalho e redundante, inclusive, em socialização de conhecimentos até então não disponíveis a determinadas camadas da população trabalhadora. Contraditoriamente, na medida em que tais conhecimentos são difundidos e se somam ao conhecimento médio desta camada populacional, aquele trabalho caracterizado como *trabalho complexo* se reduz a *trabalho simples*. Esta tendência do capital, portanto, não respeita este ou aquele setor de trabalho, generalizando-se como forma dominante de produção e subsumindo o trabalho como um todo ao seu movimento.

Conforme determinados conhecimentos são difundidos por diferentes meios à população em geral, a educação escolar em certos aspectos deixa de ser socialmente necessária, ocorrendo, portanto, um “declínio do papel da escola de massas (mormente pública) como espaço de transmissão de conteúdos técnicos e científicos” (Catini, 2013, p. 196).

E por fim, no último capítulo de sua tese, Catini (2013) reivindica a

necessidade de ir além do campo das desigualdades entre as classes e da luta entre elas para compreender as determinações *formais* da educação escolar, apontando o direito como esfera primordial sobre a qual se sustenta tais determinações.

O direito na sua *universalidade* não se efetiva de forma autônoma, mas sobre as bases das “condições de vida” das diferentes classes sociais. Porém, as desigualdades entre as classes são abstraídas por meio do Estado que se apresenta na forma de *igualdade* perante a lei. Neste sentido, no que diz respeito ao direito à educação, este se divide entre o direito público e o direito privado, assim esta forma do direito está “envolta ao *fetichismo do direito* e à formalidade da igualdade jurídica” (Catini, 2013, p. 201, grifos nossos).

Assim, enquanto nos capítulos anteriores eram apresentadas as determinações da forma escolar no que se refere à saída da escola, neste momento a autora demonstra as determinações que fundamentam o ingresso à escola, caracterizando o Estado como agente que “decreta igualdade” na forma de “direito social” sobre relações desiguais, ao passo que ocorre uma efetiva desigualdade no acesso à educação escolar. Assim a escola se insere como partícipe desta contradição. A igualdade formal propulsiona uma “ilusão de que as soluções para os problemas educacionais residem simplesmente na efetivação prática da igualdade e da liberdade ‘formais’” (Catini, 2013, p. 203). Neste aspecto, esta inversão que transforma aquilo que é “formal” em “subjetivo” apresenta-se como *fetichismo*:

Na sociedade capitalista **imperava uma tendência à autonomização e à subjetivação das formas, que é o próprio fetichismo – essa personificação da relação entre as coisas e coisificação da relação entre as pessoas**. Consequentemente, há um processo de *subordinação* e mesmo de **negação dos conteúdos concretos** relacionados àquelas formas. O caráter totalizante e totalitário do capital faz com que este tenda a **subsumir todas as categorias econômicas e todas as esferas da vida social**. O capital, na condição de totalidade formal possui o impulso para ser uma forma pura, mas

esse processo é tendencial e nunca se consuma plenamente, até porque isso significaria a destruição da forma mesma. Nesse processo, as formas dominantes procuram conformar uma totalidade, e para tanto necessitam se diferenciar, se particularizar. A relação entre o todo e suas partes é contraditória: o todo é todo através de suas partes, mas não é mera soma das partes – existe ao lado das partes, e busca incorporá-las na formalidade da totalidade -; as partes são necessariamente partes de um todo, mas estabelecem uma relação negativa ante este todo, a ponto deste lhes parecer indiferente (Catini, 2013, p. 203, grifos nossos).

Neste sentido, não só se apresenta o fetichismo como subjetivação e autonomização das formas, como o próprio capital aparece como totalidade formal que submete a vida social e seu conteúdo a este caráter formal. Tendencialmente esta inversão se expande na medida em que o capital se amplia, o que acarreta numa tensão entre as partes – visto que estas negam o todo – e a totalidade que tenta compulsoriamente incorporá-las.

Sendo a escola uma destas particularidades que se submetem à “formalidade da igualdade”, o Estado e o direito apresentam ideologicamente esta igualdade formal que garante as relações mercantis:

Ora, se perante o Estado somos todos iguais, mas, ao mesmo tempo a esfera do direito é o momento ideológico no qual se efetiva o imperativo das relações mercantis sobre as formas políticas, nossa igualdade apenas pode existir formalmente. E assim será enquanto esta permanecer fundamentada na equivalência das mercadorias (Catini, 2013, p. 204).

Considerando que o Estado se ergue sobre as relações entre proprietários privados e que o direito privado prevalece sobre o direito público, o Estado se constitui de acordo com os interesses das “classes dominantes”. Porém, esta forma do Estado se reveste de uma “forma do direito” por meio da qual o Estado aparece como esfera “autorreferenciada”. Isso permite que este conceba como “político” somente aquilo que lhe é pertinente.

Pela sua forma, o Estado, ao se apresentar “acima” das classes, desenvolve suas normativas por meio da abstração; abstração essa que advém da própria abstração que reifica a relação entre os seres humanos e humaniza a relação entre mercadorias, porém, esta abstração vai além: “é complementada por uma abstração intelectual, ideal, etc.; que conforma um discurso ideológico do direito burguês” (Catini, 2013, p. 214).

A dependência do Estado em relação aos bancos e aos capitalistas, e a dependência do trabalhador em relação ao seu empregador, aparecem como a dependência geral em relação ao Estado enquanto autoridade oficial. Desta forma, o Estado funciona como organismo de dominação da classe burguesa sobre as demais classes.

O Estado se apresenta como destacado da sociedade, e por isso muitas vezes é tido como órgão neutro capaz de alterar sua forma de funcionamento em função do governo que ocupa seus cargos, e não como o que é, uma forma social do capital, isto é, como forma que se autonomiza, mas que se sustenta por sobre a acumulação de capital (Catini, 2013, p. 214).

Enquanto o Estado aparece de forma apartada da sociedade, a expropriação dos trabalhadores e as relações de exploração, viabilizadas por meio do Estado, aparecem como impessoais. Sua ideologia legitima o seu funcionamento, tornando possível a um organismo que representa os interesses privados apresentar estes interesses como *poder público*.

Para além do Estado, se verifica em sua base o capital enquanto totalidade. A totalidade do capital, que compõe as diversas frações de capitais, não diz respeito somente às formas constituintes da produção – forma mercadoria, forma dinheiro etc. –, mas também à própria concorrência entre as frações capitalistas que se manifestam como capitalistas individuais, sendo que estes últimos, apresentam necessidades não referentes à totalidade do capital mas, necessidades demandadas pelos capitais em concorrência:

Através desse processo de autonomização dos capitais, estes agem como se não houvesse um elemento totalizador, como se a finalidade geral de valorização do valor fosse apenas sua finalidade particular. Assim, buscando realizar seu próprio interesse o capitalista individual faz valer a finalidade do todo, mas isso geralmente contra os demais capitalistas individuais. Desse modo, faz-se valer novamente o predomínio do que é particular e privado, uma vez que a interconexão da produção capitalista é privada, e não social, ou seja, regula-se pelo próprio mercado, e não pelas ações conscientes dos produtores de mercadorias. Esta é mais uma das bases objetivas do fetichismo do capital (Catini, 2013, p. 216).

Neste sentido, uma das “bases objetivas do fetichismo do capital” se revela na contradição entre o capitalista individual que age “como se não houvesse um elemento totalizador” e a “finalidade do todo” enquanto conjunto das frações do capital. Denota-se mais uma vez o predomínio do privado sobre o público porque “a interconexão da produção capitalista é privada” e se regula independente da vontade dos capitalistas individuais⁴⁶.

Assim como o capital em sua totalidade é apreendido na relação de concorrência sendo que na realidade a sua “síntese” já se encontra na *forma mercadoria*, também o Estado se apresenta nesta forma, ou seja, na concorrência intercapitalista, ainda que seu germe já esteja dado na *circulação simples*. E dentre as formas de Estado, a *democracia* se apresenta como a configuração que melhor permite à classe capitalista o controle do poder sobre as demais classes.

Deste modo, teorias educacionais que elaboram a sua defesa da educação escolar pública como instrumento de construção de uma so-

⁴⁶ Para complementar a sua argumentação sobre o “fetichismo do capital” a autora lança mão de uma passagem da obra de Rubin já mencionada: “[...] devido à estrutura atomizada da sociedade mercantil, devido à ausência de regulação social direta nas atividades de trabalho dos membros da sociedade, os vínculos entre empresas individuais, autônomas, privadas, são realizados e mantidos através das mercadorias, coisas, produtos do trabalho” (Rubin, 1981, p. 22 apud Catini, 2013, p. 216).

cidade mais justa já que possibilitaria melhores condições de inserção dos indivíduos no mercado do trabalho e desenvolvimento da *cidadania*, acabam por ignorar que “[...] a democracia é a forma burguesa melhor adaptada aos direitos do livre comércio e da concorrência capitalista, e que a igualdade formal é a forma de manifestação necessária da desigualdade essencial entre capital e trabalho, na esfera da circulação. [...]” (Catini, 2013, p. 217). Assim, tais teorias “[...] acabam por sucumbir ao **fetichismo do direito à educação**, quer dizer, compreendem que a forma de educação escolar seja por si só, uma vivência que corrobora para a diminuição da exploração capitalista” (Catini, 2013, p. 218, grifos nossos). Deste modo, o “fetichismo do direito” consiste numa determinada forma de compreensão do direito que atribuiria a este uma função que na realidade não condiz com seu papel social. Neste caso, o direito em questão é o direito à educação escolar como instrumento que viabilizaria a diminuição da exploração do capital sobre o trabalho. A autora, por conseguinte, se opõe a argumentos que concebem a relação entre Estado e capital como uma relação *contraditória*. Segundo ela, a contradição não se encontra nesta relação, mas na relação entre *capital e trabalho*:

A contradição é, portanto, entre capital e trabalho, e não entre capital e Estado – que nada mais é do que a forma política do modo de produção capitalista. [...]. Por conseguinte, nenhum avanço teórico poderia ser obtido a partir de um ponto de vista “moralista”, que distinguisse entre a “maldade” do modo de produção explorador, de um lado, e os “bons” direitos sociais que o Estado concede a seus cidadãos. A análise da totalidade se impõe às leituras críticas da escola (Catini, 2013, p. 218-219).

À primeira vista a educação escolar pública aparece como fenômeno que incute ao Estado a função de socialização da educação. Porém, dado o papel do Estado e da esfera do direito como objetividade *formal* e *negativa*, que na realidade não se efetiva pela oposição ao capital, mas como forma imprescindível de sua reprodução, o direito à educação escolar acaba por se revelar, ao contrário, como

o próprio fetichismo do capital que se efetiva como uma *forma de subjetividade*: na medida em que a educação, a profissão, os meios de comunicação de massa e a indústria cultural, etc., conseguem estabelecer uma espécie de “base comum” para a formação do imaginário, da psique, e do inconsciente. Quer dizer, a subjetivação do capital implica na subsunção da educação escolar como momento dele, e transforma o processo de educar como meio de interiorização das relações que são relações objetivas. Colocando-se como ponto de passagem obrigatório para a formação da força de trabalho, a educação escolar é uma forma social que compõe as condições gerais de produção capitalista e, com isso, se integra às relações presididas pelas formas do capital (Catini, 2013, p. 219, *itálicos da autora*).

O *fetichismo do capital* se apresenta como subjetivação das relações sociais gerais sob o capital por meio da escola e demais formas educativas. Este processo de *subjetivação* constitui-se como forma de *interiorização* destas relações e consequente subsunção às mesmas.

Na conclusão de sua tese, apoiando-se em Walter Benjamin (2005), a autora aponta o deslumbramento sobre o “progresso” capitalista que por vezes no decorrer da história propulsionou a derrota dos trabalhadores nas lutas de classes, haja vista o caráter reformista que possui este viés político. Assim, nos dias atuais se repete tal perspectiva que acaba por compreender as conquistas de direitos sociais – como, por exemplo, no âmbito da educação – como avanços na luta dos trabalhadores.

Ainda que tais direitos viabilizassem momentâneos contextos de “vantagem” na luta de classes, faz-se necessário o discernimento entre as *lutas parciais* e as finalidades últimas no conjunto da estratégia revolucionária, tendo em vista que na realidade todo o progresso tecnológico gerado neste modo de produção, bem como, todo o poder do Estado, acabam por se revelar como avanço da exploração e da dominação dos trabalhadores:

O retrocesso que acompanha o progresso da técnica e do poder do Estado e das classes dominantes é da ordem da

própria continuidade dos massacres dos oprimidos. Estes ocorrem mesmo com a expansão dos direitos, e não há meios de impedi-los pelas leis, porque as necessidades de expansão do capital ultrapassam quaisquer barreiras formais. Em determinados momentos de seu desenvolvimento, como vimos, o capitalismo depende do grau mais absurdo de exploração do trabalho, de expropriações e extermínios em massa da camada pobre da população. Não se trata de um desvio de rumo, mas de algo que é inerente a esse modo de produção (Catini, 2013, p. 234).

Isto porque o Estado não se constitui de forma neutra, mas como representante dos interesses do capital, ou seja, como *forma política do capital*. Portanto, ainda que haja “concessão” de direitos, o Estado é moldado pelo próprio funcionamento do capital. E mais: ainda que haja “conflitos” no interior do Estado, posto que estes se inscrevem em seu âmbito jurídico, as lutas se submetem ao seu caráter formal.

Se a luta possui um caráter político, esta só pode ter uma atitude de oposição ao capitalismo na medida em que não se restringe às formas jurídicas. Ou seja, há de se distinguir entre lutas parciais como parte de uma estratégia revolucionária, e lutas com um fim em si mesmas, que acabam por adquirir um caráter conservador. Neste sentido, tendo em vista que a luta adquire um caráter de oposição ao capitalismo e sem se restringir ao imediatismo das leis, ela não só passa a possuir um potencial transformador, como o próprio Estado neste momento avança contra ela de forma repressiva. Um exemplo claro ao qual a autora se remete é a experiência da Comuna de Paris. Tal experiência marcou a história das revoluções e demonstrou o seu direcionamento político de oposição ao Estado, levando este último a mostrar o seu caráter opressor massacrando os trabalhadores parisienses.

A autora também demonstra o caráter contraditório das greves de trabalhadores que marcam o período contemporâneo; estas, por um lado, possuem certamente um potencial organizativo de oposição, mas por outro, podem acabar por entrar na lógica do capital na medida em que se restringem às formas jurídicas:

Os elementos tomados para a discussão sobre o direito à greve se colocam à disposição para refletirmos sobre a situação dos direitos aos serviços básicos provenientes do Estado: o direito aparece como uma propriedade do Estado (ocorre dentro de sua forma e é operada por ele), de modo que aos serviços nem é necessário “aceder à legalidade”, pois estes já nascem dentro dela. Não apresentam, por conseguinte, nenhum risco ao desenvolvimento capitalista, e mesmo quando entram nas pautas da reivindicação popular, a ideologia do “público” como *res publica*, ou seja, como espaço democrático de decisões políticas da cidadania, tenta se tornar hegemônica, impedindo que o movimento se caracterize radicalmente em oposição ao sistema e ao fetichismo do direito (Catini, 2013, p. 238).

A escola se inscreve como instituição onde ocorre a reprodução da ideologia do progresso, visto que ela “se volta para o futuro” como perspectiva de formação dos indivíduos. Neste sentido, a escola “se coaduna com uma das facetas da forma social do capital” (Catini, 2013, p. 239), já que neste processo formativo acaba por ocorrer uma sujeição destes indivíduos a esta perspectiva de “futuro”. A preparação para este “futuro”, como tratado na tese desta autora, ocorre por meio do processo de naturalização do tempo abstrato para organização do trabalho livre; ocorre também pelo descarte de qualquer forma de educação que se oponha à forma escolar em favor da transmissão de conhecimentos preestabelecidos; em suma: pela “cisão entre a pessoa e seus atributos, a serem vendidos como *força de trabalho*, completando assim a formação do *sujeito de direito*” (Catini, 2013, p. 240, itálicos da autora).

Deste modo, a autora, ao final de sua tese, ao retomar todos estes aspectos que definem a escola como *forma social*, pondera que “defender a escola pública ou lutar apenas nos termos da sua forma legal significa a submissão à formalidade e à violência posta pelo Estado e pelo direito no capitalismo, no interior do campo reformista” (Catini, 2013, p. 246).

O fetichismo da mercadoria e o caráter fetichista da consciência cotidiana

A segunda produção analisada foi o artigo de Newton Duarte, *Arte e educação contra o fetichismo generalizado na sociabilidade contemporânea*. Trata-se de um artigo científico publicado na revista *Perspectiva* de Florianópolis no ano de 2009 (Duarte, 2009, Apêndice B), no qual o autor, a partir de pressupostos categoriais marxianos, procura demonstrar a relevância da educação escolar para o desenvolvimento de valores voltados para a *autoconsciência* e que não capitulem perante a *superficialidade fetichista*.

Newton Duarte (2009) inicia o seu artigo questionando se realmente existiria uma nova sociabilidade na sociedade contemporânea tal como anunciado no tema proposto à sessão "*Educação e estética na (nova) sociabilidade*"⁴⁷ para a qual elaborou a apresentação que serve de base para o referido artigo⁴⁸. Para responder a esta pergunta, ele primeiramente trata do caráter social dos seres humanos, ou seja, enquanto seres que vivem em sociedade e se constituem a partir dela.

Ele esclarece que, para além deste atributo geral que os define como seres sociais, no tipo específico de sociedade na qual vivemos, a humanidade possui uma particularidade:

As principais relações em nossa sociedade são aquelas entre as duas classes sociais fundamentais: de um lado, a classe que detém a propriedade dos meios de produção, isto é, do capital, e de outro, a classe que tem que vender sua força de trabalho para poder viver.

Vivemos em uma sociedade capitalista marcada pela pro-

⁴⁷ Sessão especial realizada no dia 6/10/2009 na Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 32., 2009, Caxambu, M.G. Anais.... Caxambu, M.G, 2009.

⁴⁸ Além de ter como base o texto desta apresentação, este artigo também possui trechos de sua apresentação no GT Filosofia e Educação da Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 31., 2008, Caxambu, M. G. Anais.... Caxambu, M.G, 2008.

priedade privada dos meios de produção, pela contradição entre o capital e o trabalho, e pela contradição entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas (Duarte, 2009, p. 162).

Assim, não só o ser humano se humaniza por meio das relações sociais na qual está inserido, como na sociedade específica na qual vive desde o século XIX até os dias atuais, ele se humaniza com base na principal relação que impera nesta forma social: na relação entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que necessitam vender a sua força de trabalho para sobreviver, ou seja, numa relação de produção capitalista. E esta relação capitalista, por sua vez, se desenvolve em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho.

Por isso o autor afirma que, ao se comparar o século XXI com os séculos que imediatamente o antecederam, na realidade não se verifica uma “nova sociabilidade”, mas a permanência da sociedade capitalista.

Em seguida a esta defesa com base nos termos acima mencionados, Duarte (2009) passa então a discorrer sobre esta sociedade por meio da análise sobre o *dinheiro* tal como verificada na obra *Grundrisse* de Karl Marx (1987).

A partir do pressuposto de que “a essência da sociabilidade na sociedade burguesa não se alterou” (Duarte, 2009, p. 162), o autor esclarece que a sociabilidade capitalista possui um elemento basilar sobre o qual ela se sustenta. Amparando-se em uma citação da referida obra marxiana ele explicita esta categoria central: “O indivíduo deve produzir um produto universal: o **valor de troca** ou, considerado este em si mesmo isoladamente e individualizado, o **dinheiro**” (Marx, 1987, p. 84 apud Duarte, 2009, p. 163, grifos nossos). Deste modo, o *valor de troca* se apresenta como o fator propulsor das relações sociais sob este modo de produção. Por conseguinte, “o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais, ele o possui na medida em que é **proprietário de valores de troca**, de dinheiro” (Marx, 1987, p. 84 apud Duarte, 2009, p. 163, grifos nossos).

Segundo Duarte (2009), o dinheiro se revela como mediação decisiva na sociedade burguesa porque ele “é o representante universal da riqueza material e não material e, por essa razão, é a *mediação universal* nas relações entre os indivíduos” (Duarte, 2009, p. 463, grifos nossos).

Amparando-se mais uma vez na obra marxiana supracitada, o autor acrescenta que esta mediação universal do dinheiro corresponde, por sua vez, à mediação universal do *fetichismo*, considerando, segundo Marx (1987) que “No valor de troca o vínculo social entre as pessoas se transforma em relação social entre coisas, a capacidade pessoal em uma capacidade das coisas (Marx, 1987, p. 84-85 apud Duarte, 2009, p. 463). Inversão esta que, segundo Duarte (2009), Marx mais tarde chamaria de *fetichismo da mercadoria*, tal como demonstrado por um excerto extraído do último item do primeiro capítulo da obra *O Capital*⁴⁹.

A mediação fundamental do *dinheiro*, portanto, tem seu correlato na mediação do *fetichismo* tal como mencionado por Marx nos seus *Grundrisse* e conceituado em sua obra *O Capital* conforme passagem do primeiro capítulo apresentada por Duarte (2009).

A partir destas elucidações, o autor de *Arte e educação contra o fetichismo generalizado na sociabilidade contemporânea*, alerta para o fato de que esta condição que se impõe à *consciência cotidiana* só é superável a partir da própria superação deste modo de produção e da constituição de um novo modo de produção, qual seja, o modo de produção comunista:

⁴⁹ O excerto em questão se refere à seguinte passagem: “[...] para encontrar uma analogia temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos aos produtos [sic] do trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável de [sic] mercadorias. Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias” (Marx, 1983, p. 71 apud Duarte, 2009, p. 464).

O **caráter fetichista da consciência cotidiana** em nossa sociedade decorre, *portanto*, do fato de que a atividade humana fundamental, que é o trabalho, assume a forma peculiar de atividade produtora de **mercadorias**. Somente com a superação desse modo de produção e a construção de outro modo de produção, o dos produtores livremente associados, ou seja, o modo de produção comunista, é que as relações sociais perderão a **opacidade** que as caracteriza na sociedade burguesa e, por consequência, a consciência cotidiana não mais precisará das **diversas formas de ilusão** que, na atualidade, formam o inevitável **complemento ideológico da alienação do trabalho** (Duarte, 2009, p. 464, grifos nossos).

O fenômeno descrito por Marx em sua obra *O Capital* como o *caráter fetichista do mundo das mercadorias* e citado por Duarte (Marx 1983 apud Duarte 2009) permite a Duarte (2009) remeter-se ao que chama de *caráter fetichista da consciência cotidiana*. Esta peculiaridade da *consciência cotidiana* advém do *trabalho* que se realiza especificamente como produtor de *mercadorias*.

No mesmo contexto, além de discorrer sobre esta especificidade da consciência cotidiana no modo de produção *mercantil*, o autor também menciona uma característica das relações sociais na *sociedade burguesa*: a *opacidade*. Esta característica das relações humanas só será superada com o fim desta forma de sociedade, ou seja, da sociedade burguesa, e a constituição do modo de produção comunista. E a consequência do fim da *opacidade* será o fim também das *diversas formas de ilusão* – outra particularidade da consciência cotidiana – que se revelam como *complemento ideológico da alienação do trabalho*. O autor lembra ainda que a compreensão sobre as formas de ilusão expressas nesta formação social foi retratada por Marx ao se referir ao reflexo religioso tal como aparece no mesmo item do primeiro capítulo d'*O Capital*⁵⁰.

⁵⁰ Duarte (2009) lança mão do seguinte trecho da referida obra para demonstrar a relação entre o *reflexo religioso* mencionado por Marx e as *formas de ilusão da consciência cotidiana*: "O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens rela-

Em síntese, Duarte (2009) sustenta a sua argumentação de que, ao contrário de uma suposta *nova sociabilidade*, na realidade se mantém as mesmas bases sociais desde o século XIX, nas quais se verifica a predominância da relação entre duas classes sociais: a classe dos possuidores dos meios de produção e a classe daqueles que não possuem meios de produção e, portanto, precisam vender a sua força de trabalho; em outras palavras, se mantêm as relações capitalistas de produção. O dinheiro, por sua vez, se apresenta como mediador fundamental das relações sociais e “tem seu correlato na universalização do fetichismo nas relações entre os **indivíduos** e a **realidade social**” (Duarte, 2009, p. 463, grifos nossos). Apoiando-se nas obras marxianas, o autor parte do conceito de *fetichismo* para tratar sobre a *consciência cotidiana* sob este modo de produção, marcada por diferentes formas de *ilusão* e pela *opacidade*. É por meio de tais bases conceituais que Duarte (2009) discorre, então, sobre as esferas da *arte* e da *educação* no item seguinte intitulado *Arte e educação na luta contra o fetichismo*.

Neste item o autor realiza uma breve explanação sobre os estudos que realizava à época da elaboração deste artigo sobre as obras de Lev Semyonovich Vygotsky e György Lukács investigando, o primeiro no campo da psicologia da arte e o segundo no campo da estética, possíveis contribuições ao estudo sobre as “relações entre a formação dos indivíduos e as objetivações do gênero humano” (Duarte, 2009, p. 465).

Segundo Duarte (2009) ambos os autores tratam da categoria da *catarse* como fator relevante da relação entre os indivíduos e as obras de arte; fator este que possibilita superar “o imediatismo e o pragmatismo da cotidianidade” (Duarte, 2009, p. 466), já que propulsiona a experiência social da arte, dando “existência social objetiva aos sentimentos” (Duarte, 2009, p. 466) e reelaborando os “conteúdos extraídos da vida” (Duarte, 2009, p. 466).

ções transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados ela ficar sob seu controle consciente e planejado” (Marx, 1983, p. 76 apud Duarte, 2009, 464).

Neste sentido, no que diz respeito à relação do potencial da arte na vida humana com a problemática do *fetichismo*, Duarte (2009) menciona uma passagem da obra *Estética* de Lukács (1972) na qual ele aponta o caráter *desfetichizador* da estética⁵¹. Duarte (2009) esclarece que Lukács lança mão do conceito marxiano de fetichismo para tratar da estética, possibilitando-lhe uma apreciação de diferentes autores. Esta apreciação com base na problemática do fetichismo permite a Lukács compreender estes autores como *progressistas* ou *reacionários*, dependendo do tratamento dado por cada autor a este tema. E ainda, diante da decadência cultural burguesa, Duarte (2009) relata que Lukács realiza uma crítica ao que chama de *pseudoarte* que se rende ao fetichismo:

Lukács também afirma que existe a **pseudoarte**, marcada-mente no caso da arte burguesa decadente do período imperialista da sociedade capitalista e, nesse caso, a pseudoarte **capitula perante o fetichismo**, e sua representação da realidade humana permanece na superficialidade da vida cotidiana alienada (Duarte, 2009, p. 468, grifos nossos).

Enquanto a *pseudoarte* se rende ao fetichismo, a arte, enquanto

⁵¹ Nesta passagem o filósofo húngaro está a tratar sobre a catarse no processo estético e recorda seus estudos sobre a teoria pedagógica de Makarenko. Trata-se do seguinte trecho da referida obra: “Como em todas as categorias importantes da estética, também na catarse se comprova que sua origem primária está na vida e não na arte à qual chegou a partir daquela. Como a catarse foi e é um momento constante e significativo da vida social, seu reflexo tem que ser forçosamente um motivo sempre recolhido pela conformação estética e, ademais, um elemento já presente entre as forças formadoras da reconfiguração estética da realidade. Em meu ensaio sobre Makarenko descrevi detalhadamente essa inter-relação entre o fato da vida, a reconfiguração e a aplicação consciente à vida, referindo-me à doutrina pedagógica desse autor. Ali tentei também mostrar que ainda que o fenômeno da catarse mostre já na vida certa afinidade com o trágico, razão pela qual se objetiva esteticamente do modo mais rico nesse domínio, abarca, entretanto, por seu conteúdo, outro domínio muito mais amplo. Postos agora ante a questão de se essa formulação permite ainda uma generalização ulterior, retomaremos nossas considerações anteriores sobre o **caráter desfetichizador do estético** e, em relação com elas, seu conteúdo positivo: toda arte, todo efeito artístico, contém uma evocação do núcleo vital humano – o que formula a cada receptor a pergunta goethiana de se ele é núcleo ou casca – e ao mesmo tempo, inseparavelmente dela, uma crítica da vida (da sociedade, da relação que ela produz com a natureza)” (Lukács, 1972, p. 500-501 apud Duarte, 2009, p. 467, grifos nossos).

produção que proporciona ao indivíduo uma *autoconsciência*, possibilita uma crítica à vida que “leva o sujeito, no processo de fruição, a uma intensificação daquilo que em sua própria cotidianidade ele vive de forma **muitas vezes fetichista e superficial** (Duarte, 2009, p. 469, grifos nossos).

Isso se torna possível porque a arte possui, por meio de seu processo *mimético* da vida, a capacidade de trazer à tona a dialética entre a imediaticidade das relações humanas cotidianas e a problemática do *gênero humano*⁵². Assim, no processo de fruição da obra artística, emerge esta intensificação dos conflitos das diferentes forças sociais, visto que

Assim como existe nas forças sociais objetivas o conflito entre a tendência ao cerceamento da realidade às singularidades do aqui-e-agora e a tendência ao desenvolvimento da realidade no sentido da objetivação universal do gênero humano, também o indivíduo vivencia esse conflito, na medida em que as situações singulares das quais ele faz parte contêm objetiva e subjetivamente as **contradições** que podem conduzir tanto à **autoconsciência do gênero humano** quanto à absorção da **consciência** pela **superficialidade fetichista** da realidade imediata (Duarte, 2009, p. 470, grifos nossos).

Neste sentido, Duarte (2009) traz à luz a teoria lukacsiana do *reflexo estético* para tratar sobre a dinâmica das diferentes *forças sociais* que se apresentam concretamente na *vida cotidiana* que repercute na pró-

⁵² Esta dialética tratada por Lukács em sua *Estética* é trazida por Duarte (2009) por meio da seguinte citação: “[...] a grande maioria das obras de arte reflete imediatamente as relações e estruturas dos homens que influem diretamente em seu destino nas sociedades existentes em cada caso. A personalidade de cada homem delineado pela arte, o modo essencial de cada sentimento que alcança a expressão artística, está atado, com os fios da vida verdadeiramente vivida, a esse terreno imediato de toda a existência humana. Ao recordar novamente o caráter não utópico da mimese estética apresenta-se com toda razão a pergunta: e onde existe aqui campo para o delineamento dos problemas do gênero humano? Para compreender corretamente a dialética que rege essas questões há de se pensar nas relações humanas imediatamente dadas, desde a família até a classe e nação, em seu modo de manifestação por meio das e através das paixões individuais de personalidades concretas” (Lukács, 1972, p. 264 apud Duarte, 2009, p. 469-470).

pria dinâmica da formação das personalidades dos indivíduos; relação esta potencializada pela fruição artística. Segundo o autor, se por um lado se apresentam elementos da *superficialidade fetichista*, também neste processo se potencializam contradições que possibilitam uma *autoconsciência do gênero humano*.

E é justamente neste processo – permeado de contradições que podem conduzir as subjetividades tanto ao fetichismo quanto à autoconsciência do gênero humano – que se pode estabelecer uma relação com a *educação escolar*. Deste modo, assim como Lukács aborda a eficácia da obra de arte que possibilita uma elevação da consciência do indivíduo receptor a uma consciência *para-si* – ou uma ascensão a uma *autoconsciência*⁵³ –, aqui Duarte (2009) chama atenção para o potencial de um *trabalho educativo*, realizado no interior da instituição escolar, que não se rende aos valores voltados à superficialidade fetichista, mas que se orienta à *sociabilidade para-si*:

O trabalho educativo que não se reduza ao nível da inserção do indivíduo na sociabilidade em-si, mas que tenha por objetivo fundamental **o desenvolvimento do indivíduo no sentido da sociabilidade para-si**, não terá como **valores norteadores** aqueles determinados pelas **relações sociais fetichizadas**, mas sim aqueles valores que, surgidos nas contradições da realidade social, apontem para a **superação do fetichismo** (Duarte, 2009, p. 470, grifos nossos).

⁵³ Duarte (2009) lança mão da seguinte passagem da *Introdução a uma estética marxista* de Lukács em que se apresenta tal abordagem sobre a relação entre o reflexo estético e o sujeito receptivo: “O reflexo estético cria, por um lado, reproduções da realidade nas quais o ser em-si da objetividade é transformado em um ser para-nós do mundo representado na individualidade da obra de arte; por outro lado, na eficácia exercida por tais obras, desperta e se eleva a autoconsciência humana; quando o sujeito receptivo experimenta – da maneira acima referida – uma tal realidade em si, **nasce nele um para-si do sujeito, uma autoconsciência**, a qual não está separada de maneira hostil do mundo exterior, mas antes significa uma relação mais rica e mais profunda de um mundo externo concebido com riqueza e profundidade, ao homem enquanto membro da sociedade, da classe, da nação, enquanto microcosmos autoconsciente no macrocosmos do desenvolvimento da humanidade” (Lukács, 1970, p. 274-275 apud Duarte, 2009, p. 468-469, grifos nossos).

Assim, a eficácia do trabalho educativo escolar só é alcançada pela *luta contra o fetichismo*, visto que a educação é

um processo pelo qual os seres humanos formam conscientemente outros seres humanos, [e, portanto] **esse processo só pode se realizar em sua plenitude se lutar contra o fetichismo na medida em [sic] o fetichismo é a própria negação do ser humano como criador de sua realidade e de si mesmo**. Se a arte tem uma missão **desfetichizadora**, o **mesmo acontece com a educação** que não capitule perante o fetichismo generalizado na sociabilidade contemporânea (Duarte, 2009, p. 470-471, grifos nossos).

Desta forma, Lukács, ao pautar o caráter *desfetichizador* da arte tendo em vista que a arte contém *uma evocação do núcleo vital humano* no processo de fruição do sujeito receptor, tal como supracitado, permite a Duarte (2009) caracterizar também o caráter *desfetichizador* do trabalho educativo escolar que possui o potencial de desenvolver valores no aluno voltados para uma *sociabilidade para-si*, ou seja, voltados para a ascensão à *autoconsciência do gênero humano*.

Por um lado tem-se o *fetichismo* como a *própria negação do ser humano como criador de sua realidade e de si mesmo*, e por outro, evidencia-se a realidade enquanto processo contraditório permeado por lutas entre diferentes *forças sociais objetivas* que repercutem sobre as subjetividades no processo de apropriação, pelo qual o indivíduo internaliza estes conflitos entre as *forças sociais* – forças voltadas para a *superficialidade fetichista* e forças voltadas para a *objetivação universal do gênero humano*. Neste contexto, arte e educação vêm contribuir para a *luta contra o fetichismo generalizado na sociedade contemporânea* na medida em que ambas podem explicitar esta contradição fazendo o sujeito se deparar com o seu *núcleo vital humano* e trazendo à tona a *contraditória realidade humana*.

Evidentemente, este processo não ocorre de forma mecânica e imediata, já que ambas, arte e educação, não se constituem como intervenção direta sobre a vida dos sujeitos, mas como possíveis mediações

que podem vir a exercer influência significativa sobre a subjetividade. Assim, esclarece Duarte (2009) que

nenhuma delas [tanto a arte quanto a educação] transforma diretamente a sociedade, nem mesmo transforma diretamente a vida do indivíduo. Ambas, porém, podem exercer uma influência decisiva, seja na transformação da sociedade, seja na da vida do indivíduo (Duarte, 2009, p. 474-475).

E esta influência é passível de ser exercida em decorrência do conflito entre as diferentes *forças sociais* que acaba por repercutir tanto na objetividade quanto na subjetividade da vida do indivíduo; o que caracteriza condições de se exercer, por meio do trabalho educativo escolar, o desenvolvimento de valores voltados para a *autoconsciência do gênero humano*.

O fetichismo como naturalização dos produtos históricos da ação humana

A terceira produção analisada foi a tese de doutoramento de Laís Leni Oliveira Lima, *As muitas faces do trabalho que se realiza na educação infantil*, orientada pela professora Ângela Cristina Belém Mascarenhas⁵⁴. Em linhas gerais, a autora discorre a respeito do trabalho docente realizado na Educação Infantil, procurando caracterizá-lo a partir da relação entre elementos da teoria marxiana e a prática de trabalhadores observada em instituições públicas do Estado de Goiás.

Denota-se a centralidade da problemática do fetichismo nesta pesquisa de doutoramento já em suas linhas introdutórias, haja vista o enfoque dado a este conceito no próprio objetivo deste estudo apontado pela autora:

Este trabalho tem como objetivo, como já indica seu título "As muitas faces do trabalho que se realiza nas instituições

⁵⁴ Tese de doutoramento defendida no Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás no ano de 2010 (Lima, 2010, Apêndice B).

de educação infantil”, compreender **o movimento de** [sic] **fetichismo da infância**, sociedade, formação humana, política, educação, e apontar suas consequências nas muitas faces do trabalho que se realiza nessa etapa de educação; além de pensar quais seriam as possibilidades de envolvimento das trabalhadoras da Educação Infantil (EI) para **materializar proposições “para além do fetichismo”** (Lima, 2010, p. 13, grifos nossos).

A pesquisadora propõe-se a demonstrar o *movimento do fetichismo* no processo de trabalho realizado nas instituições formais de Educação Infantil. Para tanto, procura vincular os pressupostos teóricos das “teorias marxianas” a uma pesquisa empírica realizada em Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs) de três municípios do sudoeste goiano. Ela justifica este procedimento metodológico de caráter empírico pelo potencial que, segundo a autora, estas instituições possuem:

essas instituições são espaços que podem se configurar como **lugar privilegiado de lutas**, mesmo sabendo que, numa sociedade capitalista, as instituições são subsumidas a muitos processos de alienação e carregadas de características e reproduções de seu sistema (Lima, 2010, p. 14, grifos nossos).

A escolha de tal *locus* para a sua pesquisa se deve, por conseguinte, à possibilidade de que as escolas de Ensino Infantil se apresentem como contexto *privilegiado* de lutas. A autora alerta, no entanto, para a devida atenção às mediações existentes entre as características apresentadas na peculiaridade destas escolas pesquisadas e as determinações mais gerais da sociedade no âmbito da educação, da ideologia, da política e da economia.

O foco no discurso das entrevistadas sobre suas condições de trabalho e grau de envolvimento político procurou não apenas compreender as bases teórico-políticas que orientam a prática pedagógica dessas trabalhadoras, mas também compreender as condições de desenvolvimento de práticas que possam vir a caminhar rumo “à conquista da possibilidade de materializar proposições para além das

concepções fetichizadas de criança, infância e EI⁵⁵” (Lima, 2010, p. 15, grifos nossos).

Deste modo, a pesquisa se desenvolveu orientando-se tanto para demonstrar o *movimento do fetichismo* na Educação Infantil, como procurando vislumbrar perspectivas de conteúdos propositivos rumo à superação do que chama de *concepções fetichizadas*. A partir de tais objetivos, ela anuncia a forma com a qual abordará no decorrer de sua tese o conceito de fetichismo:

Como afirma Duarte (2004), uma das características do processo que leva ao fetichismo é o fato de que **as pessoas só veem aquilo que está imediatamente presente** e não conseguem perceber o fato imediato à luz da totalidade social. O fetichismo é um fenômeno próprio do mundo da cotidianidade alienada, isto é, **um desdobramento da alienação**, é a naturalização de algo social (Lima, 2010, p. 15, grifos nossos).

A autora, apoiando-se na obra *Crítica ao fetichismo da individualidade*, organizada por Duarte (2004)⁵⁶, afirma que o fetichismo consiste num *desdobramento da alienação* por meio do qual ocorre uma *naturalização* do mundo social decorrente da limitação das subjetividades que *veem* somente o que lhes é imediatamente apresentado. Haja vista que o fetichismo está presente na base das relações de produção capitalistas e se prolifera para todas as formas de relação social nesta sociedade, ele também ecoa nas práticas pedagógicas das instituições de

⁵⁵ Educação Infantil.

⁵⁶ Lima (2010), ao dar início à sua explanação sobre o conceito de fetichismo na introdução de sua tese, apoia-se na obra *Crítica ao fetichismo da individualidade* organizada por Duarte (2004) – mesmo autor do artigo analisado no item anterior deste capítulo. A menção a este livro denota a existência não somente de artigos científicos, teses de doutoramento e dissertações de mestrado no que concerne ao tema aqui tratado, mas também de outras produções teóricas. Ainda que a presente tese tenha como foco tais tipos de produções, é relevante também a realização de estudos sobre outras formas de veiculação desta temática, considerando, principalmente, as suas repercussões, como ocorre com o livro em questão e sua referência na tese analisada neste item.

Educação Infantil, manifestando-se, por exemplo, na compreensão das trabalhadoras deste nível de ensino de que “basta ter amor para atuar nessa etapa de educação” (Lima, 2010, p. 15).

Para tratar sobre a atividade educativa na Educação Infantil, a autora se calça na concepção de trabalho como *condição ontológica do ser humano*, ou seja, o trabalho concebido não somente como meio de subsistência dos indivíduos, mas fundamentalmente como instrumento de constituição da *identidade* humana. Neste sentido, Lima (2010) alerta de antemão para a necessidade de desenvolvimento de *estratégias* que repercutam na *valorização* do trabalho:

Não havendo “receitas” prontas para direcionar a trabalhadora da EI, entendemos que o aspecto crucialmente estratégico para a implementação do trabalho dessa trabalhadora é que ela se reconheça como pertencente a um grupo, visto que o trabalho dá à pessoa essa identidade, valorizando o grupo e a si ao mesmo tempo, situando-se no mundo de determinada forma. Como afirma Mascarenhas (2002), o trabalho não só garante a sobrevivência, mas é também elemento fundamental para a construção da identidade do trabalhador, gerando um sentimento de pertença e de valorização (Lima, 2010, p. 19).

Dados tais pressupostos anunciados como base conceitual a ser desenvolvida no decorrer da exposição da referida tese, a autora inicia o seu primeiro capítulo realizando uma explanação acerca da categoria *trabalho* referenciando-se nos escritos de Karl Marx, visto que “Para pensar sobre a natureza do trabalho pedagógico é preciso recorrer ao próprio conceito de trabalho, apontado por Marx e aos autores contemporâneos de tradição marxiana⁵⁷” (Lima, 2010, p. 30).

⁵⁷ Nas notas de rodapé 12 e 13 presentes na página 37, a autora esclarece a respeito das diferenças entre os termos *marxiano* e *marxista*. Na nota 12 ela argumenta, baseando-se em Manacorda (2002) que “O adjetivo marxiano é utilizado para se referir a [sic] influência decisiva do pensamento de Marx, isto é, uma pedagogia inerente ao próprio pensamento de Marx (Manacorda, 2002 apud Lima, 2010, p. 37). E na nota 13 ela relata que: “O adjetivo marxista é àquele [sic] que se refere à tradição construída a partir de Marx pelos seus seguidores ou intérpretes” (Lima, 2010, p. 37).

É apresentada uma série de excertos das obras *Manuscritos econômico-filosóficos* (1993), *A Ideologia Alemã* (2002), *Grundrisse* (1986) e *O Capital* (1983) de Karl Marx para discorrer sobre o trabalho como *essência humana*. Em linhas gerais, a autora aborda o trabalho como atividade matricial da vida humana a partir da qual se estruturam as diferentes formas de sociedade. Diferentemente dos outros animais que vivem pela adaptação às condições da natureza, os homens a transformam para produzir-se enquanto humanos: “Esse ato de agir sobre a natureza é que se chama trabalho. Nesse sentido, é pelo trabalho que os homens produzem a si mesmos. Portanto, o que o homem é, o é pelo trabalho. Por isso o trabalho é a **essência humana**” (Lima, 2010, p. 32, grifos nossos).

Entretanto, na sociedade regida pela *alienação*, esta atividade passa a ser permeada por uma *contradição* em seu próprio fundamento: o trabalho passa a ser também uma atividade *desumanizadora*. Este caráter desumanizador decorrente da alienação se deve à conversão do próprio homem em *mercadoria*:

Na abordagem marxiana, trabalho é essência subjetiva da propriedade privada e está frente ao trabalhador como propriedade alheia e estranha a ele. É prejudicial e nocivo ao trabalhador (trabalho alienado que perdeu sua aparência); assim, **o trabalhador também decai a uma mercadoria**, torna-se um ser estranho (Lima, 2010, p. 32, grifos nossos).

Segundo a autora, o trabalho na acepção marxiana consiste na *essência humana*, porém, diante da apropriação alheia do trabalho, esta essência se converte em *essência subjetiva da propriedade privada*. O trabalho passa então a aparecer para o trabalhador como *estranho a ele*⁵⁸. Este estranhamento se deve à *alienação que perdeu a sua aparência*. O trabalhador, em decorrência de sua submissão ao *capital*, se converte em *mercadoria* e ele mesmo se torna um *ser estranho*.

⁵⁸ A autora se baseia na seguinte passagem da obra *Manuscritos econômico-filosóficos* para realizar suas reflexões: “O trabalhador desce até ao nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção” (Marx, 1993, p. 157 apud Lima, 2010, p.32-33).

Assim, o trabalho se converte em *força de trabalho*: “[...] o trabalho deixa de aparecer como produtor de riqueza, é desqualificado e se converte em força de trabalho, submetendo [sic] à lógica do capital” (Lima, 2010, p. 36).

Lima (2010) denota ainda que não só ocorre a apropriação privada do trabalho, que repercute no estranhamento do trabalhador diante do seu próprio trabalho e de si mesmo, como, no trabalho regido pela *formatação do capital*, o trabalhador passa a ver o seu trabalho de forma fragmentada, unilateral e incompleta em decorrência da divisão social do trabalho⁵⁹. Assim, a essência das relações humanas passa a ser ocultada pela aparência. Ocorre um falseamento da realidade, fenômeno que remete ao conceito de *fetice da mercadoria*:

Marx nos alerta para o fato de que a forma como o trabalho se estabelece nessa sociedade, não explicita, não revela os nexos que são constitutivos dessa realidade. Nesse sentido, ainda que a realidade seja absolutamente “real” na sua aparência, na sua imediaticidade, ela é falsa, porque a forma como ela se apresenta não é verdadeira, ou seja, sua forma de se constituir não é verdadeira, mas aparente. Esse fato nos remete a outro conceito fundamental em Marx – **fetice da mercadoria** –, o qual será abordado mais adiante (Lima, 2010, p. 35, grifos nossos).

Ainda que a aparência seja “real”, devido à forma com que se realiza o trabalho nesta sociedade, este faz com que a imediaticidade desta aparência seja falsa, pois esta imediaticidade não revela os nexos da realidade social. Lima (2010) lembra, ainda, que a concepção de trabalho enquanto atividade humanizadora é *inconciliável* com o trabalho sob a égide do capital. Ao remeter a *O Capital* de Karl Marx por meio de uma passagem⁶⁰ em que o autor remete ao conceito de trabalho útil, a autora argumenta que:

⁵⁹ Para tratar sobre o conceito de *divisão social do trabalho* a autora se fundamenta na obra *A Ideologia Alemã* de Karl Marx (2002).

⁶⁰ Trata-se do excerto: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas

Esse processo de transformação do homem, que ao efetivar o trabalho, ao se relacionar com outros homens, converte o trabalho em elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana, é incompatível com a concepção de trabalho na organização societal do capital (Lima, 2010, p. 37).

Por outro lado, baseando-se no *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels (1998) e também em *Para além do capital* de István Mészáros (2002), a autora salienta que por meio de sua própria forma de funcionamento, o capital gera “profundas e insolúveis contradições” que repercutem na criação de possibilidades para a sua superação:

A burguesia, ao mesmo tempo em que estabelece as contradições, tece também condições de sua superação, forjando, nesse processo, a constituição de sujeitos – classe trabalhadora – que possui [sic] potencialidade e possibilidade de resistência para organização e mudança em relação aos ditames do capital (Lima, 2010, p. 40).

Portanto, o trabalho, enquanto atividade que consiste na essência⁶¹ das relações humanas e que é caracterizada pela intervenção especificamente humana sobre a natureza, na sociedade capitalista, enquanto formação social onde impera a alienação e a divisão social do trabalho, se converte em uma atividade *contraditória*. A contradição do trabalho se explicita no desenvolvimento desenfreado da alienação – e, em consequência, nas ilusões da falsa imediatividade da aparência – e, por outro lado, na constituição da classe trabalhadora enquanto classe que possui o potencial de transformar estas relações sociais que se encontram sob o domínio do capital.

Dado o caráter alienante do trabalho desenvolvido sob o modo de produção capitalista, o fetichismo se constitui como *desdobramento*

de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (Marx, 1983, p. 50 apud Lima, 2010, p. 37).

⁶¹ Lima (2010) faz um esclarecimento na nota 20 da página 47 sobre o que entende por essência humana: “Entendemos por essência da humanidade aquilo que configura a essência para o ser humano produzir e viver, isto é, trabalho produtivo, consciente e livre”.

da alienação. O fetichismo, segundo Lima (2010), só se torna compreensível na medida em que se desnuda a forma *mercadoria*, perfilando o caminho de sua aparência à sua essência. Por isso, referenciando-se na obra *O Capital* de Karl Marx, a autora passa então a discorrer sobre os conceitos de *valor de uso*, *valor de troca* e de *trabalho humano abstrato* para caracterizar a forma *mercadoria*.

O *valor do trabalho humano abstrato* é mensurado pelo tempo necessário à produção da mercadoria. Já não se considera a qualidade, mas a quantidade de trabalho despendido; quantidade esta que independe da vontade do trabalhador. Assim, o capital subordina o trabalho humano e, conseqüentemente:

A mercadoria [sic] em sua aparência não transparece as objetivações humanas que a constituíram e a vida que foi posta ali é ocultada. Esse véu místico que cobre essa forma mística da natureza encobre também toda realidade da sociedade burguesa. As mercadorias parecem ter vida própria. Elas parecem surgidas de maneira misteriosa na vitrine dos comércios, como se não tivessem passado por todo processo de produção do trabalho humano. Marx (1983) define esse processo como **caráter fetichista da mercadoria**, o qual é um fenômeno específico da sociedade capitalista. O filósofo desvenda o caráter místico da mercadoria, mostrando como o valor de uso esconde o valor de troca e ambos escondem o valor do trabalho. Ele mostra que a mercadoria é produto do trabalho social e alienado (Lima, 2010, p. 52, grifos nossos).

A forma final da mercadoria, a forma fetichista, se estabelece como o caráter místico que encobre o trabalho humano objetivado na mercadoria. Por isso a mercadoria *parece* ter vida própria. Em conseqüência, a própria realidade passa a ter um aspecto ilusório. Neste sentido, a autora alerta que não se trata de uma inversão realizada pelos *sujeitos*, mas uma inversão da *própria realidade*. A própria constituição da mercadoria é que produz a ilusão necessária à sua forma fenomênica; ilusão necessária porque encobre o fato de que nas relações de troca entre mercadorias, na realidade não ocorre a troca de *dinheiro*

por *mercadoria*, mas *força de trabalho por força de trabalho*: “[...] na essência, o que é trocado é a força de trabalho de uma pessoa pela força de trabalho de outra; é vida por vida, é uma objetivação humana por outra. Na aparência, troca-se dinheiro por mercadoria. A vida que está na mercadoria não aparece” (Lima, 2010, p. 53).

A partir desta explanação sobre o conceito de fetichismo, a autora salienta que Karl Marx, por meio de sua teoria, demonstrou a necessidade de uma *reflexão científica* “comprometida com a construção dos nexos da realidade e com sua história” (Lima, 2010, p. 54), pois, por meio dela é que se vislumbram condições de desenvolvimento de uma análise crítica da realidade em sua aparência ilusória, permitindo, assim, à consciência compreender a realidade em sua essência:

O desafio não está em criticar a aparência como ilusão do sujeito, e sim criticar a própria sociedade, visto que ela é em si ilusória, e esse é o desafio da ciência. É preciso compreender as relações que são invisíveis na essência e visíveis na aparência. **O fetiche atinge o que há de mais elevado no ser humano: sua consciência**, fazendo-o acreditar que as coisas sempre foram assim e sempre serão, como já foi dito anteriormente; naturalizam assim os fatos, passam a crer nas aparências como “verdades absolutas”, transformam também as relações humanas em relações coisificadas em que o homem se perde de si mesmo. Entretanto, a própria teoria do fetiche pode constituir como afirmação para a consciência colocar de “cabeça para cima” o que na sociedade capitalista se encontra de “ponta cabeça” (Lima, 2010, p. 57, grifos nossos).

É apontada a *teoria do fetiche* desenvolvida por Marx como construção científica que pode contribuir para a crítica social empenhada na demonstração do real para além de sua superficialidade e na denúncia da *naturalização* das relações humanas próprias desta formação social que as concebem como inerentes a todas as formas de sociedade.

Considerando o caráter contraditório do trabalho e o fetichismo proveniente das relações sociais capitalistas, a autora de *As muitas fa-*

ces do trabalho que se realiza na Educação Infantil explicita a educação como atividade humana que se constitui articulada ao trabalho nesta formação social⁶².

Haja vista a tendência posta a todas as atividades humanas de subordinação ao capital, a área da educação não está imune a este processo. Assim, são também elaboradas diferentes estratégias para converter-se a educação em *fator econômico*, direcionando o trabalho docente para a *qualificação para o trabalho*.

Neste sentido, apoiando-se na obra de Mascarenhas supramencionada (2005), a autora chama atenção para a necessidade de retomar a concepção de trabalho em Marx, como atividade ontológica do ser humano, sendo esta concebida como fonte de sociabilidade e criação. A educação, por conseguinte, deve ser compreendida como “prática social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades” (Lima, 2010, p. 58). A educação na acepção marxiana⁶³, segundo a autora, está relacionada com a formação *multilateral* do ser humano; objeto de desenvolvimento da *omnilateralidade* associado à formação do *trabalho produtivo*. É neste sentido que educação e trabalho se relacionam: o ser humano só se humaniza por meio da educação e a base sobre a qual o ser humano se humaniza é o trabalho. Por conseguinte, educação é também trabalho e o trabalho é o *princípio educativo*: “Por ser o trabalho elemento fundante do devenir humano, ele é princípio educativo, sendo essencial a todo ser humano. Portanto, trabalho é

⁶² Para abordar tal relação, ela se fundamenta principalmente nas obras *A educação e a crise do capitalismo real* de Gaudêncio Frigotto (2000), *Educação e trabalho na sociedade capitalista: reprodução e contraposição* organizado por Ângela Mascarenhas (2005), *Marx e a pedagogia moderna* de Manacorda (2000), e *Os intelectuais e a organização da cultura* de Gramsci (1979).

⁶³ Sobre a teoria da educação em Marx a autora esclarece que: “Marx não chegou propriamente a elaborar e defender uma proposta escolar, porém, ele sustentou princípios gerais para orientar a educação dos trabalhadores, que abrangiam a educação intelectual, instrução politécnica ou tecnológica e a educação física. Ele fez ainda crítica ao trabalho infantil, o qual deveria permanecer sob outros moldes” (Lima, 2010, p. 62).

elemento fundamental da sociabilidade, é neste sentido que concebemos a relação educação e trabalho” (Lima, 2010, p. 61). Na contramão de uma educação mercantilizada, voltada para a esfera privada, se faz premente uma educação para a formação de *sujeitos transformadores*. Por isso, ela deve estar “no plano dos direitos, os quais não podem ser mercantilizados” (Lima, 2010, p. 59). Desta forma, fundamentando-se em Frigotto (2000) e em Chauí (2003), a autora delimita a educação no âmbito do direito e da cidadania:

a educação não é um privilégio e nem um serviço, ao contrário, é **constitutiva da cidadania** e, portanto, um direito social conquistado. **A educação não é uma mercadoria**, e sim um **direito social** que deve ser garantido a todos pela oferta do ensino gratuito e de boa qualidade (Lima, 2010, p. 60, grifos nossos).

Atenta para a necessidade de enfrentamento ao capital lançando mão da educação escolar como instrumento privilegiado de luta, a autora apresenta alguns pontos relevantes para este objetivo. Dentre estes, se destaca a necessidade de direcionamento da educação para a socialização da *cultura geral* articulada à formação para o *mundo do trabalho*⁶⁴ com base na concepção de *escola unitária* de Gramsci. E não se trata apenas de socialização de conteúdos científicos, mas também de uma formação moral e política com o objetivo de formar *intelectuais* habilitados para a militância. Por isso,

é preciso desenvolver a politização e a coletivização das ações, visto que essa relação é permeada pelas relações de poder, de conflitos existentes entre os grupos e pelos

⁶⁴ Lima (2010), neste ponto, reitera que ao se referir ao conceito de trabalho está a tratar sobre o trabalho em seu sentido ontológico. Para tanto, em nota de rodapé, referencia-se na obra *Ontologia do ser social* de Lukács (1979) para maior elucidação desta questão: “Ressaltamos que, na especificidade da sociabilidade do capital, o processo do trabalho se transforma em estranhamento (negação ‘coisificação’ do homem), seu produto em mercadoria, subordinada aos interesses do capital e o trabalhador em mera força de trabalho. Entretanto, o trabalho não perde em sua totalidade, sua centralidade ontológica como fonte primária de realização humana e como modelo privilegiado de toda práxis social” (Lima, 2010, p. 63, nota 21).

diversos interesses que estão em jogo. Assim, não se separa ação pedagógica de ação política. Pensar na relação trabalho e educação pressupõe pensar nas relações que se estabelecem no mundo do trabalho e na esfera educacional (Lima, 2010, p. 67-68).

A educação se apresenta como esfera onde ocorre conflitos entre grupos que representam diferentes interesses. Por isso, com base no trabalho como princípio educativo, a ação pedagógica deve estar voltada para o enfrentamento político. Em consequência, a formação do professor também deve estar voltada para tal enfrentamento, pois o professor se faz como agente fundamental na construção da *autonomia*⁶⁵ dos indivíduos na medida em que possui uma formação voltada para tais princípios.

O professor deve também estar preparado para questionar as *políticas públicas* que têm se orientado no sentido oposto de uma educação para a autonomia. Neste sentido, a autora denuncia o desenvolvimento de políticas para a formação de professores que têm se pautado em princípios *neoliberais* e na divulgação de pedagogias como a *pedagogia do "aprender a aprender"*⁶⁶; ações estas que corroboram para um processo de agravamento da *alienação* no trabalho docente.

Impõe-se, portanto, como linha de ação combativa a promoção de uma pedagogia fundamentada no trabalho como princípio educativo, voltada para a formação do homem como ser omnilateral, tal como acima mencionada. E, visto que o foco da pesquisa em questão é especificamente o trabalho do professor da Educação Infantil, faz-se necessário compreender como estas contradições da educação escolar se ex-

⁶⁵ A autora explica da seguinte forma o que compreende por educação para a autonomia: "Educar e cuidar para a autonomia implica possibilitar à criança a construção de suas regras de conduta, permitindo a convivência entre os humanos, percebendo o outro e se reconhecendo no outro" (Lima, 2010, p. 191).

⁶⁶ Em sua explanação sobre a pedagogia do "aprender a aprender" a autora se referencia no livro *Vigotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria Vigotskiana*, mais uma obra de Newton Duarte (2006) – mesmo autor tratado no item anterior deste capítulo.

pressam neste nível de ensino, tornando assim possível o planejamento de formas efetivas de intervenção com o intuito de atingir os objetivos acima expostos. É com este desígnio que a autora passa a tratar no decorrer do segundo capítulo de sua tese sobre o trabalho do professor na Educação Infantil, apresentando as suas especificidades com base em um panorama histórico da constituição da educação escolar com foco neste nível de ensino.

Para delimitar seu objeto de análise, Lima (2010) traz à luz algumas polêmicas em torno da caracterização do trabalho do professor, como o debate sobre o *trabalho produtivo* e o *trabalho improdutivo* que se faz presente entre os estudiosos a educação brasileira. Destacam-se entre os autores abordados as considerações de Dermeval Saviani⁶⁷ e de Vitor Paro⁶⁸ sobre a natureza do trabalho do professor e seus posicionamentos a respeito desta temática. Ambos os autores, segundo a interpretação de Lima (2010), compreendem que pela própria natureza desta forma de trabalho, não é possível se estabelecer de forma generalizada a relação capitalista de produção, ou, a plena generalização do *trabalho produtivo*⁶⁹ na educação escolar.

No parecer de Saviani, por se tratar de um trabalho não material, em que produção e consumo ocorrem concomitantemente, a conversão em trabalho produtivo poderia ocorrer de forma apenas limitada

⁶⁷ Saviani (1991); (2003).

⁶⁸ Paro (2000); (1988).

⁶⁹ Diferentemente da menção feita anteriormente sobre o “trabalho produtivo” – na qual sugere estar relacionado ao trabalho produtivo de valor de uso –, a autora neste contexto, realiza um esclarecimento em nota de rodapé sobre os conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo com base em uma passagem da obra de Saviani acima mencionada: “Trabalho produtivo e trabalho improdutivo é conceituado por Saviani da seguinte forma: ‘o que diferencia, propriamente, o trabalho produtivo do improdutivo é o fato de o primeiro gerar mais-valia. Portanto, o trabalho produtivo, independente dele se materializar ou não num objeto, independente de gerar ou não riqueza material, independente de produzir bens úteis ou supérfluos, ele é produtivo na medida em que gera mais-valia. Nesse sentido mesmo o trabalho não material pode ser produtivo’” (Saviani, 1991, p. 79 apud Lima, 2010, p. 71, nota 23).

nesta forma de trabalho⁷⁰; ao passo que, na compreensão de Paro, a relação entre professor e aluno não pode ser concebida estritamente como relação de compra e venda de determinada mercadoria, haja vista a participação ativa do aluno no processo pedagógico, não podendo, neste sentido, ser compreendido o aluno somente como consumidor⁷¹.

Estas se apresentam como algumas das bases teóricas centrais sobre as quais a autora se apoia para referendar a sua defesa da escola como espaço de lutas e resistência, ainda que a escola também esteja subordinada à *reprodução do metabolismo do capital*. Neste sentido, ela esclarece que, mesmo concordando com Paro no que diz respeito à natureza do trabalho do professor, na sociedade capitalista “todos os indivíduos tornam-se vendedores de mercadoria” (Lima, 2010, p. 77). A educação escolar não está imune ao processo de *reprodução*

⁷⁰ Para expor o ponto de vista de Saviani, a autora transcreve o seguinte argumento deste autor: “De fato, a atividade educacional tem exatamente esta característica: o produto não é separado do ato de produção. A atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe ao mesmo tempo a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato dar aula é inseparável da produção deste ato e do consumo deste ato. A aula é, pois produzida e consumida ao mesmo tempo: produzida pelo professor e consumida pelos alunos. Conseqüentemente, pela própria natureza da coisa, isto é, em razão da característica específica inerente ao ato pedagógico, o modo de produção capitalista não se dá, aí, senão em algumas esferas. De fato, em algumas esferas, de maneira limitada, ele pode ocorrer, como acontece, por exemplo, com os chamados ‘pacotes pedagógicos’: nesse caso uma aula pode ser produzida e convertida em pacote (cassete) que pode ser adquirido como mercadoria. Ocorre, então, a pergunta: essa tendência é generalizável? [...] minha hipótese de resposta a essa questão é negativa. Tal tendência não pode se generalizar simplesmente porque ela entra em contradição com a natureza própria do fenômeno educativo. Em consequência do ponto de vista pedagógico, ela não pode se dar senão de forma subordinada, periférica (Saviani, 1991, p. 81-2, grifos no original apud Lima, 2010, p. 72).

⁷¹ Para expor este argumento de Paro, a autora cita a seguinte passagem de uma obra de sua autoria: “[...] sua resposta ao processo produtivo se dá de acordo com sua natureza humana, a qual transcende o puramente natural, embora não o deixe de conter. Como essa transcendência só se dá através do trabalho, temos que, no processo produtivo escolar, a resposta do aluno à ação transformadora do trabalho humano (ação principalmente do professor, mas que inclui todos os demais elementos envolvidos na atividade educativa) só pode dar-se através da participação ativa no processo, ou seja, através de seu trabalho. Claro que o conceito de trabalho, aqui, não deve ser entendido do ponto de vista da produção capitalista, como ‘trabalho produtivo’, mas como trabalho humano em geral, como ‘atividade orientada a um fim’ (Paro, 1988, p.142, grifos no original apud Lima, 2010, p. 76).

das desigualdades e da alienação do homem. Ainda assim, é necessário considerar os diferentes graus de intensidade com que a alienação se efetiva na educação escolar. Por isso denota-se a relevância do trabalho educativo do professor na luta contra tal processo.

Neste sentido, a autora sintetiza a sua exposição conceitual sobre a especificidade do trabalho do professor apoiando-se na argumentação de Duarte (2001) que, em sua interpretação, traz avanço na compreensão sobre o trabalho do professor sob a lógica do capital e a relação que esta atividade estabelece com o fenômeno da alienação:

a atividade do educador não é um mero meio para satisfazer a necessidade de sobrevivência física, mas sim a satisfação de uma necessidade vital para ele como indivíduo, a necessidade de formar outros indivíduos de maneira humanizadora. A alienação no caso do trabalho educativo possui uma diferença em relação a outros tipos de trabalho. **Em outros tipos de trabalho o produto pode não ser prejudicado pela alienação do processo.** O trabalhador pode se alienar, se esvaziar no processo de produção, mas o produto vir a enriquecer a sociedade. O trabalhador pode se unilateralizar no processo e o produto contribuir para a universalização do gênero humano. Mas, **isso não ocorre no caso do trabalho educativo.** Nesse caso, a alienação do trabalhador perante o processo gerará também a alienação no que se refere ao produto, no caso, à formação do indivíduo educando. Assim, **se o trabalho educativo se reduzir para o educador a um simples meio para a reprodução de sua existência, para a reprodução de sua cotidianidade alienada, esse trabalho não poderá se efetivar enquanto mediação consciente entre o cotidiano do aluno e a atuação desse aluno nas esferas não cotidianas da atividade social.** A atividade educativa se transformará, também ela, numa cotidianidade alienada, que se relacionará alienadamente com a reprodução da prática social (Duarte, 2001, p. 56-57 apud Lima, 2010, p. 78, grifos nossos).

Ademais, Lima (2010) ainda acrescenta à fundamentação teórica de sua tese um detalhado panorama sobre a constituição histórica da instituição escolar desde a Antiguidade até os dias atuais, abrangendo

a formação e expansão das instituições de Educação Infantil brasileiras. A autora observa que as instituições brasileiras acabaram por seguir em muitos aspectos os modelos das escolas europeias, principalmente no que diz respeito ao caráter filantrópico e assistencialista com que elas se instituíram. Segundo Lima (2010), a expansão do ensino escolar nos últimos séculos se deveu, notadamente, à inserção da mulher como força de trabalho nas fábricas, o que provocou a necessidade de estabelecimentos que acolhessem as crianças da classe trabalhadora. Soma-se a isto, a própria demanda de formação das futuras forças de trabalho.

Ainda em seu balanço histórico, a autora observa também alguns avanços na Educação Infantil brasileira, como a promulgação da Constituição de 1988 que torna as instituições de Educação Infantil um direito da criança e dever do Estado, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 que integra a Educação Infantil ao Ensino Básico.

Com base neste conjunto conceitual e histórico, Lima (2010) analisa a prática pedagógica empregada em escolas de Educação Infantil do sudoeste goiano a partir de entrevistas, observações, questionários e análise de documentos. A partir de tal análise, a autora verifica que o caráter assistencialista que demarcou a expansão das instituições escolares infantis brasileiras se repete nas escolas observadas, bem como a priorização de atendimento às crianças provenientes de famílias da classe trabalhadora que necessitam de instituições que acolham seus filhos no horário de trabalho.

Além destas similaridades detectadas entre as escolas observadas e a constituição histórica da Educação Infantil no Brasil, a autora retoma também os elementos conceituais que embasaram a sua pesquisa categorizando esta etapa empírica de sua tese. Dentre os principais pontos analisados destacam-se: as relações interpessoais no ambiente escolar, a metodologia pedagógica, as condições técnicas e estruturais de trabalho das profissionais, a divisão do trabalho nas escolas, e as concepções políticas externalizadas pelas trabalhadoras entrevistadas.

Neste sentido, o objetivo da pesquisa de detectar o *movimento*

do *fetichismo* nas escolas, é trilhado por meio da articulação entre o conjunto teórico supramencionado e os fatos observados no que se refere a tais aspectos destas instituições. Infere-se da forma de exposição realizada pela autora, que o referido movimento do fetichismo se encontra essencialmente nos relatos apresentados por essas profissionais nos quais, em sua interpretação, se expressam *concepções fetichizadas* de infância, educação e sociedade, como: falas que valorizam o trabalho pedagógico de professoras que também são mães; práticas pedagógicas observadas que se restringem ao “saber cotidiano”, ao lúdico e ao não diretivismo; falas que remetem a habilidade profissional à vocação; falas que demonstram uma compreensão da rotina escolar e da divisão do trabalho na escola como estáticas e imutáveis; falas que evidenciam concepções de infância e suas fases com base em atributos biológicos; falas que manifestam “omissão” política ou “despolitização”; entre outros.

A autora, portanto, realiza um cotejamento entre a compreensão do conceito de fetichismo tal como exposto nos capítulos anteriores de sua tese aos dados obtidos nesta etapa de pesquisa empírica. Ela detecta o *movimento do fetichismo* nestas escolas com base na *articulação* entre os fenômenos inerentes ao processo educativo às *forças objetivas e subjetivas* que regem a sociedade capitalista:

É preciso articular a educação com as **forças objetivas e subjetivas** de alienação que imperam na sociedade do capital, o que não é tarefa fácil, como afirma Marx (1978), pelo fato de que as relações sociais aparecem aos indivíduos como se fossem relações entre as coisas. **As concepções fetichizadas fazem com que as trabalhadoras, tanto em seu cotidiano, quanto no espaço de trabalho e em seu pensamento, não percebam que essas são produtos históricos da ação do homem, assumindo, desta forma, aparências de fenômenos da natureza**, como, por exemplo, é natural que a mulher trabalhe na EI, pois ela é naturalmente meiga, carinhosa; é natural que as trabalhadoras dividam seus trabalhos, pois quem tem formação superior tem que lidar com as situações intelectuais e quem não tem lida com questões “menores” – braçais, relacionadas ao corpo –; é

natural que essas trabalhadoras que atuam com crianças pequenas tenham seus salários menores, visto que basta amar e gostar de crianças para atuar na EI; é natural que a professora seja a “tia” e não domine a teoria, pois a maioria das tarefas se aprende na prática, além do que é preciso que ela saiba negociar com as crianças, pois o que se oferece a elas não é o conhecimento objetivo, mas as múltiplas formas de comunicação que devem emergir numa relação dialógica; é natural que a criança aprenda na interação com o ambiente (Lima, 2010, p. 236, grifos nossos).

A autora encontra na *ausência de democracia* um fator que corrobora com tal problemática. Ela observa a falta de relações democráticas em algumas escolas, essencialmente no que diz respeito à prática da direção e da coordenação pedagógica, e até mesmo, devido à forma com que ocorre as eleições para tais cargos: por meio de indicações políticas. Assim, ela chama atenção para a necessidade de se *ampliar* a democracia nas escolas infantis brasileiras:

Percebemos que as diversas alternativas de democratização da escola vêm sendo praticadas país afora mas, por vezes, esbarram ainda na concepção e cultura “milena” de indicação “política” [...]. Como as escolas públicas e as instituições de EI estão organizadas em redes de ensino e em sistemas de ensino (municipais e estaduais), **constata-se que é preciso ampliar a democracia em todas as esferas educacionais, da escola ao sistema** (Lima, 2010, p. 140, grifos nossos).

Ainda que algumas escolas observadas tenham apresentado avanços – notadamente aquelas em que se verificaram princípios voltados para a LDB –, também ficaram evidentes as condições precárias da estrutura física dessas escolas, os baixos salários e as jornadas extensas de trabalho dos professores, além das dificuldades enfrentadas pelas próprias famílias dos alunos acolhidos nestas instituições:

Diante desse processo, as famílias vivem sob uma lógica de profunda opressão e violência: primeiro, pelo próprio mercado que a ameaça dia-a-dia com o desemprego, visto que

o trabalhador labora todo dia na incerteza se terá trabalho no dia seguinte; segundo, pelo medo de os filhos perderem essa vaga que foi duramente “conquistada”, desconsiderando os objetivos propostos nas determinações legais (Lima, 2010, p. 150).

Assim, diante destes problemas verificados nesta etapa empírica de sua pesquisa, a autora aponta demandas a ser cumpridas não somente nestas escolas, mas nas escolas de Educação Infantil brasileiras como um todo; e chama atenção para a necessidade de cobrança ao “poder público” para a melhoria das condições de trabalho nessas instituições.

Diante da precariedade das escolas em vários aspectos, a autora, ao final de sua tese, aponta o problema que considera de maior vulto e que, por isso, merece maior ênfase: o problema da inconsistência da formação destas profissionais. O “pouco conhecimento” sobre os fundamentos da profissão docente acaba por acarretar, no entender da autora, não somente em graves limitações na formação dos alunos, como também, na própria forma com que as profissionais concebem o seu trabalho, resumindo-o ao envolvimento emocional com os alunos, ou incutindo um caráter assistencialista ao atendimento fornecido pela escola. Além disso, a concepção política acaba por abater-se pelo imobilismo, atravancando qualquer possibilidade de organização coletiva e desenvolvimento de práticas reivindicativas. Este conjunto de problemas, segundo a autora, decorre das próprias políticas empregadas para a formação de professores que continuam oferecendo formações de “baixo custo”, ou terceirizando a formação às instituições privadas, o que acaba por repercutir no desenvolvimento de *concepções fetichizadas de criança, de educação e de ensino*:

Esse contexto de formação e preparação profissional dessas trabalhadoras, pode-se tornar decisivo em relação ao direcionamento que poderá ser imprimido em relação à educação básica, e aqui se destaca a EI em nosso país, e consequentemente à constituição de concepções fetichizadas de criança, de educação, [sic] de ensino (Lima, 2010, p. 176-177).

A precariedade que se imprime à formação de professores apresenta-se como um dos principais determinantes para o desdobramento de *concepções fetichizadas* presentes na prática pedagógica da Educação Infantil tais como as elencadas acima. Assim, a autora reitera a necessidade de viabilização de uma formação consistente às profissionais desta etapa da educação.

Neste aspecto, considerando o objetivo apresentado à sua tese de compreender o *movimento do fetichismo* na Educação Infantil e vislumbrar rumos *para além do fetichismo*, Lima (2010) aponta a linha estratégica de ação nesta área: viabilizar a compreensão dos professores sobre as contradições⁷² que permeiam a realidade de sua profissão, os limites inerentes a esta atividade e possibilidades postas pelo próprio caráter contraditório que a constitui; por isso torna-se fundamental uma formação aos professores que garanta o acesso ao “patrimônio historicamente acumulado”. Esta luta, ainda que não seja por si mesma a condição para a superação da sociedade capitalista, é parte do processo de viabilização das condições para que isso ocorra. Desta forma, o desenvolvimento de uma concepção teórica que atenda a estes objetivos vai ao encontro dos princípios da chamada *pedagogia histórico-crítica*:

Faz-se necessário demandar uma formulação teórica numa unidade compreensiva entre teoria e prática. Essa formulação se insere na pedagogia histórico crítica, formulada na década de 1990 [sic] por Saviani (1988). É uma proposta contra-hegemônica em que a educação é entendida como mediação no seio da prática global (Lima, 2010, p. 175).

Na medida em que os professores possuem a devida clareza sobre as bases teórico-políticas de sua profissão, ao invés de serem omissos às dificuldades verificadas no cotidiano escolar, passam a ser propulsores

⁷² Sobre a forma com que ocorre a *contradição* no ambiente escolar, a autora esclarece com base em Saviani (2003) que a *contradição essencial* na escola consiste no fato de que: “[...] é interessante que o capital ofereça instrução para os trabalhadores, porém, não é interessante que esse mínimo seja ultrapassado, senão pode ameaçar a ordem social vigente” (Lima, 2010, p. 192).

de organização e mobilização de sua categoria aliada às demais categorias da classe trabalhadora em oposição ao capital, tendo em vista que a luta não se restringe a ocasionais reformas no sistema educativo, mas deve ser em prol da transição para uma sociedade *socialista*. Assim, se coloca como desígnio a “construção de uma pedagogia crítica e historicizadora que apresente um posicionamento firme sobre a formação dos seres humanos; uma pedagogia que se articule à luta política socialista” (Lima, 2010, p. 220), haja vista o duplo papel da educação escolar: por um lado a atribuição que lhe é inculcada nesta *formatação social*, de reprodução da ideologia dominante para adaptação dos indivíduos à dominação, concebendo-a como inerente às relações humanas e, por outro lado, o papel de resistência à esta lógica, visto que contribui para o desenvolvimento de uma direção cultural e moral por meio da *socialização do saber historicamente acumulado*, pois “ao capital não interessa a expansão do conhecimento a todos, pois isto é uma ameaça a ele⁷³” (Lima, 2010, p. 239).

Por fim, a autora encerra a sua tese postulando a necessidade de estabelecimento de estratégias que se oponham ao capital. A partir de Mészáros (2005), ela reitera a premência de uma formação teórica consistente para atingir este objetivo.

Segundo este autor, “o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força

⁷³ A autora elucida sobre a relevância da *socialização do saber historicamente acumulado* na educação escolar como instrumento privilegiado de luta contra o capital com base em uma passagem de Saviani (2003) na qual o autor conceitua este saber como *meio de produção*. Ora, se o saber escolar é meio de produção, então, na medida em que é socializado na escola, este meio de produção deixa de estar sob o jugo da propriedade privada e passa a ser um bem de toda a população. Desta forma, a socialização deste saber se converte numa ameaça ao capital: “[...] socializar os meios de produção significa instaurar uma sociedade socialista, com a conseqüente superação da divisão de classes. Ora, considerando que o saber é objeto específico do trabalho escolar, é um meio de produção, ele também é atravessado por essa contradição. Conseqüentemente, a expansão da oferta de escolas consistentes que atendam a toda população significa que o saber deixa de ser propriedade privada para ser socializado. Tal fenômeno entra em contradição com os interesses atualmente dominantes” (Saviani, 2003, p. 99 apud Lima, 2010, p. 221).

da lógica incorrigível do sistema (Mészáros, 2005, p. 35). Nesse sentido, é preciso persistir, de modo planejado e consistente, numa estratégia de rompimento dessa forma societal exercida. É preciso, pois, lutar com todos os meios disponíveis e como afirma o autor acima citado, com todos os meios ainda a ser inventados e que tenham o mesmo espírito. Cair na tentativa de reparos das políticas reformistas significa permanecer aprisionado no círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido pela lógica do capital, visto que as mazelas do capital não podem sequer ser observadas superficialmente, quanto mais ser realmente resolvidas sem que se faça referência ao sistema como um todo, visto que este se produz e reproduz constantemente. Dessa forma faz-se necessário um posicionamento teoricamente fundamentado perante às possibilidades existentes na realidade na qual vivemos (Lima, 2010, p. 239-240).

O fetichismo como submissão

A quarta produção analisada foi a dissertação de mestrado de Ana Carolina Giannini Silva, *Trabalho docente na educação infantil: concepções e práticas*, orientada pela professora Laís Leni Oliveira Lima⁷⁴.

No decorrer de sua dissertação, Silva (2017) buscou compreender o trabalho docente na Educação Infantil com base nos pressupostos teóricos marxianos, centrando-se fundamentalmente na concepção de trabalho deste autor como *atividade ontológica* do ser humano, e por meio da relação entre trabalho e educação concebendo tal relação como instrumento privilegiado de rompimento com “as mazelas do capital”.

A partir de tais pressupostos, Silva (2017), assim como a autora tratada no item anterior⁷⁵, também se põe à investigação empírica em

⁷⁴ Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás no ano de 2017 (Silva, 2017, Apêndice B).

⁷⁵ Comparando-se à tese de doutoramento de Laís Leni Oliveira Lima (2010) – objeto de análise do item anterior – a dissertação em questão não traz distinções significativas no que se refere ao tema do fetichismo. Quanto aos objetivos e ao objeto da dissertação de Silva (2017), estes também convergem com aqueles verificados na tese de Lima (2010). Há de se notar que Silva (2017) foi orientanda de mestrado da referi-

escolas do interior de Goiás com o objetivo de “verificar historicamente e dialeticamente como ocorre o **movimento de** [sic] **fetichismo da infância**, as concepções de infância e criança por parte das professoras e como suas ações materializam ou não o **fetichismo** nessa fase da vida humana” (Silva, 2017, p. 20, grifos nossos).

Assim, no capítulo inicial de sua dissertação, Silva (2017) se dedica à realização de um breve panorama histórico sobre as concepções de infância nas diferentes formações sociais e da constituição e consolidação da educação infantil institucionalizada, propondo uma crítica ao caráter *consumista* que a identidade infantil adquiriu desde o florescimento da sociedade burguesa até os dias atuais. Propõe-se também a uma crítica à desvalorização do trabalho docente no decorrer da história devido à *concorrência desleal* que, devido à *lei da oferta e da procura*, impunha ao professor a aceitação de *valores* inferiores pelo seu trabalho em relação ao que *realmente valia*:

Aliás, a desvalorização dos professores é uma herança histórica no Brasil, desde quando aceitou que outros, que não fossem professores, assumissem tal função (principalmente os religiosos no magistério). Lançou-se uma desleal concorrência, que, pela **lei da oferta e da procura**, levou professores a aceitar **valores** por seu ofício muito menor [sic] do que realmente valia (Silva, 2017, p. 50, grifos nossos).

Evidencia-se a menção ao *fetichismo* já no primeiro capítulo num contexto em que se apresenta uma caracterização geral da Educação Infantil brasileira contemporânea. Em mais uma crítica à desvalorização do trabalho docente, a autora denota a hegemonização de concepções de educação que acabam por *descaracterizar* o trabalho do professor nas escolas de Educação Infantil. Tal descaracterização se deve, no entender

da autora, sendo a tese de doutorado de Lima (2010) uma das principais referências teóricas de sua dissertação. Considerando as aproximações entre estas duas produções – notadamente em relação ao tema do fetichismo – as considerações em relação à dissertação de Silva (2017) se restringirão aos pontos que apresentam conteúdos que não são notados na tese de Lima (2010) e que podem fornecer elucidações à presente pesquisa.

de Silva (2017), à difusão de metodologias de ensino embasadas numa concepção psicológica que concebe como natural o desenvolvimento da criança, bastando ao adulto somente o papel de acompanhar este processo que supostamente ocorreria de modo espontâneo. Neste sentido, apoiando-se em Arce (2004) a autora explicita tal problemática: “A substituição da figura do professor que ensina por um mero acompanhante que segue os interesses, o desejo e as necessidades das crianças ‘faz do adulto um escravo da infância transformada em **fetichismo dos educadores**’ (Arce, 2004, p.160)” (Silva, 2017, p. 51, grifos nossos). Para demonstrar como este ideário pedagógico se faz presente no cotidiano da Educação Infantil, a autora remete-se à fala de uma das professoras entrevistadas durante a sua pesquisa, chamando atenção para a função docente registrada nesta fala, que resume o professor a um mero *subalterno da criança*, o que, segundo Silva (2017) vem ao encontro da denúncia realizada por Arce (2004) de que se efetiva na Educação Infantil a transformação da criança em um *fetichismo dos educadores*: “A partir da análise desta fala percebemos o **fetichismo da educadora** quando ela enaltece o ser criança e acaba desconsiderando o conhecimento acumulado e o conjunto das pesquisas existentes a respeito do desenvolvimento infantil e de como educá-las” (Silva, 2017, p. 52, grifos nossos).

No entanto, é no capítulo seguinte, “*Trabalho docente na educação infantil e fetichismo da infância: por detrás dos véus*”, que a autora vai se debruçar mais detidamente na temática do fetichismo. Seus pressupostos teóricos são as concepções de sociedade e de trabalho apresentadas por Marx (2010) nos seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, caracterizando o ser humano enquanto *ser genérico* que se constitui com base no trabalho concebido como *atividade vital humana*, ao passo que a educação, segundo a autora: “não é simplesmente formação profissional ou preparação para um emprego, é formação para a inserção no mundo, até mesmo no mundo do trabalho, mas não uma inserção adaptativa, e sim realizadora, criadora, transformadora” (Silva, 2017, p. 62).

Na sociedade capitalista, todavia, o trabalho perde seu valor on-

tológico já que as bases das relações sociais se vêm materializadas na *forma mercadoria* e nas *relações de troca*. Segundo Silva (2017), nesta formação social específica, por conseguinte, se constitui o *sentido negativo do trabalho*, qual seja, o trabalho *assalariado* e produtor de *capital*. Este sentido negativo do trabalho repercute, conseqüentemente, sobre a esfera da educação constituída no interior de tal sociedade: assim como o trabalho se converte em *trabalho alienado*, também a educação se apresenta *alienada*. Referenciando-se em Martins (2004), a autora esclarece que “Nessa sociedade, o **trabalho alienado** também produz uma **educação alienada**, que forma o **homem unilateral**. Nesse caso, a relação que se estabelece entre trabalho e educação é a de instrução e adaptação, visando à produtividade, como aponta Martins (2004, p. 67)” (Silva, 2017, p. 59, grifos nossos).

Após esta caracterização da atividade educativa no interior da sociedade capitalista, a autora, referenciando-se na obra *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* de Dermeval Saviani (2013), contextualiza, então, a expansão da instituição escolar no Brasil. Ela relata que na época moderna se apresenta à burguesia a necessidade de disseminação do *conhecimento intelectual* à sociedade em geral – fator indispensável para a produção e reprodução de capital –, o que lhe impinge a *universalização da escola básica*. Tal necessidade e a conseqüente generalização da educação formal, remete ao trabalho do professor na instituição escolar, tal como ela se constitui na sociedade burguesa, a atribuição de socializar o *saber historicamente produzido*: “Na organização societal vigente, o lócus do trabalho docente tem se estabelecido na escola cuja função essencial **deveria ser** a socialização do saber historicamente produzido visando à humanização dos indivíduos” (Silva, 2017, p. 63, grifos nossos).

Constitui-se, assim, o caráter da educação escolar nesta forma social: a socialização do saber historicamente produzido com o objetivo de humanizar os indivíduos. Por conseguinte, se apresenta ao Ensino Infantil esta mesma atribuição: “As instituições de Educação Infantil devem ter por objetivo o ensino e a aquisição de conteúdos por parte das

crianças, afirmando o princípio educativo básico que é a humanização da criança” (Silva, 2017, p. 64). Juntamente à família, é papel da escola proporcionar o *desenvolvimento integral* da criança por meio da socialização da cultura acumulada historicamente.

No entanto, a autora denota que, ao contrário de se efetivar tal função do ensino escolar, os *princípios neoliberais* que avançam sobre as políticas públicas brasileiras contemporâneas de formação de professores, têm propulsionado a disseminação de concepções pedagógicas antiescolares, e imposto uma formação voltada para “um caráter prático, condicionando o exercício da profissão a um saber fazer, retirando a ação política e crítica desses profissionais” (Silva, 2017, p. 68).

Desta forma, o professor que deveria ser um dos principais agentes de transmissão dos conhecimentos acumulados pelas gerações passadas acaba se tornando um mero observador da criança, restringindo-se a acompanhar o seu desenvolvimento que se daria por meio de atividades realizadas de acordo com os próprios interesses do aluno.

Esta descaracterização da educação escolar evidencia, segundo a autora, a necessidade de organização dos profissionais envolvidos na prática pedagógica escolar – e, neste caso, dos profissionais da Educação Infantil – para o enfrentamento ao *fetichismo da infância*, reafirmando o seu papel central de ensino e, por meio deste, a socialização às crianças de conteúdos que dizem respeito especificamente aos *saberes escolares* com vistas à sua humanização:

Ser consciente de sua tarefa consiste hoje, para o professor de Educação Infantil, estabelecer uma luta contra o **fetichismo da infância**. Conforme preconizado por Saviani (2013), o exercício do trabalho docente pode ocorrer apenas na base da cultura pedagógica, que se consolida na indissociabilidade entre os saberes escolares, ou seja, entre os conteúdos do processo de ensino e aprendizagem e as formas como esses processos se realizam. São esses conhecimentos que operarão favoravelmente para superação dos conhecimentos empíricos e espontâneos, com vistas a conhecimentos em sua essencialidade (Silva, 2017, p. 68-69, grifos nossos).

A partir de tais considerações sobre a natureza da educação escolar, e apontada a necessidade de luta contra o *fetichismo da infância* e pela socialização dos *saberes escolares*, a autora passa então à definição de *fetichismo* no item de sua dissertação intitulado “*As manifestações fetichistas na sociedade capitalista e sua face na pedagogia para a infância*”.

Silva (2017) inicia a sua explanação sobre este conceito enfatizando que Marx denominou como *fetichismo* o fenômeno próprio da sociedade capitalista em que “o *processo de produção* domina os homens, e não o contrário, e que, *por isso*, os produtos do trabalho humano se transformam em mercadorias” (Silva, 2017, p. 69, grifos nossos). Na interpretação da autora, portanto, Marx denominou *fetichismo* o fenômeno em que o *processo de produção* subjuga os seres humanos, sendo que tal dominação repercute na transformação dos produtos do trabalho em *mercadorias*.

Para elucidar sobre este processo de dominação do processo de produção sobre os seres humanos, Silva (2017) caracteriza a forma *mercadoria* com base em passagens da obra *O Capital* de Karl Marx (2013). Ela trata sobre alguns dos principais conceitos presentes no primeiro capítulo desta obra: o caráter duplo da mercadoria – a *forma natural* e a *forma de valor* –, o valor de troca, e o trabalho abstrato – trabalho que, ao produzir mercadorias, perde a sua *forma concreta*, tornando-se trabalho indiferenciado.

Apoiando-se em Duarte (2004), a autora discorre sobre a *mercadoria universal*: a forma *dinheiro*. Ela explica que o dinheiro na sociedade capitalista assume o papel de potencializador de uma *lógica de inversão* na compreensão humana sobre as mercadorias. As mercadorias acabam por adquirir um grau tão elevado de importância nas relações sociais que passam a possuir *características humanizadas*. Assim, diante da mediação das mercadorias nas relações humanas ocorre, portanto, um processo de *mistificação* por meio do qual os seres humanos “não conseguem ver além do que está posto; não conseguem

ver, na mercadoria, a totalidade social presente na sua produção e essa é uma das características que levam ao fetichismo” (Silva, 2017, p. 71). O fetichismo, acarretado pela mediação das mercadorias nas relações humanas, é conceitualizado pela autora por meio da citação de uma passagem⁷⁶ do último item do capítulo primeiro d’*O Capital*, a partir da qual encerra a sua explanação sobre este conceito marxiano, concluindo que: “o fetichismo é, dessa forma, um produto das relações humanas que desconhece as relações históricas e sociais, fazendo com que o ser humano se submeta à mercadoria e lhe atribua poderes, como se o valor de troca fosse uma característica natural das mercadorias” (Silva, 2017, p. 71).

A partir de tal conceituação, Silva (2017) argumenta que nas relações sociais na sociedade capitalista se verificam também outras formas de fetichismo além do fetichismo da mercadoria, sendo alguns deles o *fetichismo da individualidade* e o *fetichismo da infância*⁷⁷. E é com base, principalmente, nestas duas definições de fetichismo que a autora realiza a sua análise empírica a partir da qual procura desvendar o *movimento do fetichismo* no trabalho realizado na Educação Infantil.

⁷⁶ Trata-se do seguinte trecho da obra marxiana: “A forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não guardam, ao contrário, absolutamente nenhuma relação com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que derivam desta última. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias” (Marx, 2013 apud Silva, 2017, p. 71).

⁷⁷ Estas formas específicas de fetichismo são definidas por Silva (2017) com base na obra *Crítica ao fetichismo de individualidade* – obra já mencionada na análise da produção anterior – sendo o conceito de fetichismo da individualidade referenciado no texto de introdução do livro *O bezerro de ouro, o fetichismo da mercadoria e o fetichismo da individualidade* de autoria de Newton Duarte (2004), e o conceito de fetichismo da infância referenciado no capítulo “Pedagogia da infância ou fetichismo da infância?” de autoria de Alessandra Arce (2004).

Para apresentar a definição de *fetichismo da individualidade*, a autora recorre à citação direta de uma passagem da obra de Duarte (2004) na qual este autor caracteriza este fenômeno nos seguintes termos:

No caso do fetichismo da individualidade, o que ocorre é que em vez de a individualidade ser considerada fruto de um processo educativo e autoeducativo deliberado, intencional, ela é considerada algo que comanda a vida das pessoas e, em consequência, comanda as relações entre as pessoas e a sociedade. Mesmo que o fetichismo da individualidade surja em nome da liberdade individual, como é o caso das várias formas assumidas pela ideologia liberal, o resultado é a negação da liberdade (Duarte, 2004, p. 11 apud Silva, 2017, p. 71).

Segundo Silva (2017), o fetichismo da individualidade concebe o desenvolvimento humano como um processo *espontâneo e natural*, que se daria por mero *esforço individual*. O *fetichismo da infância*, por sua vez, consiste num fenômeno de “inversão no qual, ao invés de o adulto ser a referência para a humanização das crianças, é a infância que passaria ser [sic] a referência para a humanização dos adultos” (Silva, 2017, p. 72).

Tais *inversões e naturalizações* da prática social que caracterizam estas formas de fetichismo são constatadas no cotidiano da atividade pedagógica escolar contemporânea e são difundidas, fundamentalmente, por concepções educacionais⁷⁸ que, tal como apontado acima, corroboram para a *descharacterização* da prática docente na escola.

A autora aponta a necessidade de reversão desses problemas que acometem a instituição escolar. Ela faz um alerta de que a transformação no ambiente escolar deve estar articulada à transformação da sociedade como um todo. Deste modo, ela aponta como forma de resistência e luta pela *superação da sociedade do capital* o desenvolvimento de uma pedagogia escolar que *promova a emancipação do homem* por

⁷⁸ Dentre as concepções pedagógicas contemporâneas, Silva (2017) dá ênfase à *Pedagogia da Infância* que, segundo a autora, fundamenta-se na teoria *construtivista* de educação.

meio de “uma educação que vise à apropriação do que a humanidade já produziu de mais elaborado” (Silva, 2017, p. 76), haja vista que “a escola, segundo Saviani (2013), é o lugar privilegiado para pensarmos essa transformação, pois, se por um lado sozinha a escola não poderá fazer a revolução, tampouco sem ela será possível” (Silva, 2017, p. 76-77).

Nesta perspectiva, Silva (2017) apresenta a *Pedagogia histórico-crítica* como concepção pedagógica orientada a tais finalidades, elencando alguns de seus principais elaboradores e explicitando os seus desdobramentos específicos na Educação Infantil. Tais desdobramentos consistem primordialmente no combate às pedagogias hegemônicas da Educação Infantil que têm acarretado no esvaziamento da prática docente e no esforço por uma formação do professor que o prepare para a *implementação de uma pedagogia revolucionária*:

Assim, o professor que trabalha na Educação Infantil precisa ser um profissional preparado “técnica e politicamente para a implantação de uma pedagogia revolucionária, com professores e intelectuais que tenham condições de disputar a hegemonia com as concepções pedagógicas burguesas”, enfatiza Lombardi (2013, p. 16) (Silva, 2017, p. 79-80).

Pautando-se na fundamentação teórica acima descrita, Silva (2017) apresenta os resultados da pesquisa empírica de sua dissertação de mestrado⁷⁹. Ao articular a teoria apresentada aos dados levantados nesta etapa de campo, são verificadas as características gerais da Educação Infantil contemporânea e apontadas as principais ações de ordem política e metodológica a ser implementadas nesta etapa da educação escolar.

A análise em questão foi realizada nas escolas de Educação Infantil no município de Rio Verde do interior do Estado de Goiás, nas quais foram levantados, em síntese, elementos que dizem respeito à situação

⁷⁹ Assim como ocorre em pontos significativos da fundamentação teórica desta dissertação, também nas conclusões de sua etapa empírica são verificados elementos que convergem com a tese de doutoramento de Lima (2010) – produção analisada no item anterior. Desta forma, evitando possíveis redundâncias, serão igualmente apontados alguns elementos centrais que possam contribuir com o tema em questão.

infraestrutural das escolas, às condições do trabalho docente, à metodologia empregada e à formação acadêmica dos profissionais destas instituições. Dentre os vários problemas observados, destacaram-se aqueles referentes à precariedade da estrutura física das escolas, à falta de vagas para as crianças do município, às metodologias empregadas que priorizam atividades voltadas para saúde e higiene em detrimento de atividades voltadas para socialização de *conteúdos científicos* e, fundamentalmente, à precariedade da formação docente que reflete, segundo a autora, numa prática pedagógica: espontaneísta, alicerçada no senso comum, eclética, assistencialista e subjetivista. A partir das observações realizadas, Silva (2017) pôde verificar que prevalece no ideário dos professores a compreensão de que basta “gostar de criança” para que se realize um trabalho satisfatório na Educação Infantil, o que repercute sobre os objetivos dos professores ao procurarem complementação em sua formação:

A diferença salarial é a motivação que tem levado as trabalhadoras a procurarem a formação acadêmica [...]. A subjetividade relacionada ao gostar de crianças foi decisiva para a opção de ter se tornado uma trabalhadora docente da Educação Infantil, e a formação acadêmica tem sempre um soar obrigatório, uma exigência que era preciso cumprir para romper com os laços de exploração a que tantas trabalhadoras estiveram e estão expostas, uma vez que exerciam, e muitas ainda exercem, a função de docente, porém com vencimentos relativos ao cargo para o qual fora contratada, como de guarda, por exemplo (Silva, 2017, p. 105).

Não obstante tais motivações para a procura de formação por parte dos profissionais da educação, soma-se a isso ainda, o próprio conteúdo educacional ao qual se tem acesso nas instituições universitárias. Este tem, em grande medida, se voltado para uma *desintelectualização* do trabalho docente na medida em que acabam por reproduzir os princípios pedagógicos hegemônicos tais como aqueles apontados pela autora na fundamentação teórica acima descrita.

Neste sentido, Silva (2017) retoma as críticas já mencionadas com

base nos autores referenciais de sua dissertação e chama atenção para as consequências da falta de conhecimento na prática pedagógica na Educação Infantil: “Registra-se que a falta de conhecimento leva os trabalhadores a reproduzirem, em suas práticas, essa concepção que nega o ensino e **fetichiza a criança**, alicerçando uma prática pedagógica cujo eixo norteador seja o prazer da criança” (Silva, 2017, p. 118, grifos nossos). E não somente ocorre a *fetichização da criança*, como, também, a *fetichização* de toda a *infância*, visto que esta última é *naturalizada* e concebida como uma fase exclusivamente dedicada ao *prazer*: “Essas concepções revelam como essas trabalhadoras têm **fetichizado a infância**, ao descreverem a infância como um momento de prazer, de brincar, de descobertas, de ser feliz, de inocência. As profissionais *naturalizam* essa fase da vida” (Silva, 2017, p. 113, grifos nossos).

Silva (2017) esclarece que tais concepções refletem o retrocesso que representam as políticas públicas atuais voltadas para a Educação Infantil que, além do pouco investimento dedicado a este setor, também têm restringido a formação a um caráter técnico-profissionalizante e a metodologias marcadas pelos ideários *construtivistas*.

Ademais, para finalizar a sua dissertação, a autora demarca a necessidade de melhoria na formação acadêmica dos trabalhadores da educação tendo em vista a relevância da educação escolar na luta contra a *estrutura societal alicerçada no capital* na medida em que se possa, por meio da escola, se viabilizar a socialização do saber que se tornou uma *propriedade privada da classe dominante*. Assim,

o trabalho docente na Educação Infantil deve ser revisto desde a formação inicial das professoras, pois somente com conhecimento teórico será possível superar as concepções de criança, infância, ensino, professor e aluno, que foram constituídas histórico-socialmente e que devido a alienação e o fetiche tem trazido a desvalorização e a descaracterização para essa categoria de trabalhadoras.

Sabemos que as amarras são históricas, mas a educação pode representar um campo de resistência e luta! (Silva, 2017, p. 121).

Balanco geral dos dados obtidos

Diante desta descrição panorâmica sobre o tratamento despendido à problemática do fetichismo entre os estudiosos da educação brasileira na última década, é possível de antemão resguardar algumas considerações iniciais acerca do conjunto teórico levantado.

Um ponto que fica evidente nas produções dos quatro autores mais detidamente analisados é que eles não se restringem em suas explicações ao conceito de *fetichismo da mercadoria*, como acabam por abordar também outras formas de fetichismo. Catini (2013) se remete, por exemplo, ao *fetichismo do capital*, explicando que esta forma de fetichismo diz respeito ao processo de intensificação do *comando* do capital sobre o trabalho; o que significa que não se trata somente do comando da *mercadoria* sobre as relações entre os indivíduos, mas de um domínio generalizado que se estabelece por meio da relação capital e trabalho. Esta autora aponta como propulsor deste domínio o potencial do capital de se *subjetivar* e de se *autonomizar* conforme ele se generaliza. A consequência é que o trabalho e o produto do trabalho aparecem como “propriedade natural” do capital. E esta autora vai se remeter ainda ao *fetichismo do direito* na medida em que a relação entre os indivíduos não se dá somente no aspecto econômico, mas abrange também um caráter jurídico. Tal forma de fetichismo se constituiria na duplicidade dos indivíduos como agentes econômicos e como *sujeitos de direito*.

Duarte (2009), diversamente, identifica uma correlação entre o dinheiro como mediação universal nas relações humanas e o fetichismo tal como descrito por Marx no último item do capítulo primeiro d’*O Capital*; sendo que tal mediação lhe permite então apontar o *caráter fetichista da consciência cotidiana* caracterizado pela opacidade e por diferentes formas de ilusão que permeiam a subjetividade humana.

Lima (2010), por seu turno, vai relatar que o fetichismo atinge o atributo humano mais elevado: a sua *consciência*, pois, a forma mística que a mercadoria assume encobre a realidade em sua essência e

acarreta na naturalização dos fatos e na limitação da compreensão dos indivíduos. Tal concepção de fetichismo permite à autora remeter-se ao diagnóstico de *concepções fetichizadas* no trabalho desenvolvido por professoras da Educação Infantil do sudoeste goiano.

E Silva (2017) se põe a definir o fetichismo como uma inversão da realidade em que, ao invés de os seres humanos dominarem os processos de produção, são os processos de produção que passam a dominar os seres humanos; a consequência é que os produtos do trabalho humano se convertem em mercadoria. Estas últimas, por sua vez, adquirem grau de importância tão elevado que acabam por assumir um caráter místico que, inclusive, chegam a lhe conferir contornos humanos. Assim, tal inversão impinge os seres humanos a atribuir poderes e a se submeterem a ela. Articulando a esta interpretação do conceito de fetichismo, a autora se remete ao *fetichismo da infância* para caracterizar o trabalho também desenvolvido por professoras da Educação Infantil do Estado de Goiás.

Independentemente da versão sustentada por cada autor sobre o conceito marxiano de fetichismo, todos eles apontam a necessidade de superação do modo de produção capitalista. Entretanto, divergem quanto a forma de se alcançar tal superação, especialmente no que se refere à escola como instrumento a favor de tal finalidade.

Soma-se a isto o conjunto de mais de oitenta de estudiosos que, tal como exposto no primeiro item deste capítulo, relacionam a educação ao fetichismo, mas igualmente, trazem uma infinidade de interpretações sobre tal relação.

Assim, verifica-se por um lado a pertinência do estudo de tal problemática dada a vultuosa quantidade de produções encontradas e a evidência de que se trata de um tema não consensual entre os estudiosos brasileiros; por outro lado, o contexto em que se encontra imerso o conceito de fetichismo em cada produção provoca inevitavelmente uma série de perguntas não só sobre o referido conceito, mas sobre a própria concepção de sociedade sobre a qual ele se sustenta.

Neste sentido, afloram-se questões tais como:

É possível por meio do conceito de fetichismo, tal como cunhado por Marx, extrair formas conceituais complementares como o *fetichismo do direito*, ou o *fetichismo da consciência cotidiana*, ou o *fetichismo da individualidade*, ou até mesmo o *fetichismo da infância* e da *criança*? Ou a pergunta seria outra: que finalidades cumpririam essas teorias fatoriais do fetichismo no contexto em que são desenvolvidas?

Sendo o trabalho um conceito tão caro à tradição marxista, consiste ele na base sobre a qual os seres humanos se fazem humanos e, portanto, se explicita como o meio de emancipação do ser humano em relação ao resto da natureza, ou ele é a atividade no interior da qual os seres humanos se alienam? Ou ainda, tratar-se-ia o trabalho do exercício realizado pelos seres humanos de serem explorados por outros seres humanos para viver? O trabalho emancipa ou danifica? Afinal, é possível realizar uma seleção epistemológica dentre uma ou outra opção?

O Estado é uma instituição política no interior da qual se pode verificar lutas entre as classes sociais, ou se trata da própria *forma política* do capital?

A escola é apenas uma expressão da sociedade burguesa onde predominam as relações sociais com base no modo de produção capitalista, ou ela guarda particularidades em suas *determinações concretas*, é preche de contradições, é configurada por determinada autonomia relativa, que viabilizam a sua conversão em instrumento a favor da construção de condições para um possível processo revolucionário que culminaria na ultrapassagem desta formação social? Pode a educação escolar exercer uma influência decisiva sobre a vida dos indivíduos no direcionamento para a luta em prol de um processo revolucionário de superação do capital?

A escola é uma instituição que serve à produção da mercadoria *força de trabalho* ou à inculcação ideológica? Ou inversamente, ela serve à humanização dos indivíduos por meio da socialização dos conheci-

mentos historicamente acumulados pela sociedade, qualquer que seja esta última? Ou, em outras palavras: a escola só pode ser compreendida inserida na formação social na qual ela se insere? Ou é possível definir a sua *natureza* para além de qualquer sociedade específica, ou seja, com atributos que dizem respeito à humanidade como um todo?

É possível a escola não ser capitulada pelo fetichismo da sociedade contemporânea? Ou, ainda mais, a educação escolar possuiria realmente um potencial *desfetichizador*?

É tão certa a importância – e, porque não dizer, a urgência – da busca por respostas a tais questões, como é certa a impossibilidade, nos limites de uma mera tese de doutoramento, de perscrutar com a devida radicalidade e suficiência as merecidas respostas a todas elas. Entretanto, ainda que em caráter introdutório, se faz presente nos capítulos que se seguem, alguns apontamentos que, se não solucionam em sua inteireza algumas dessas inquietantes indagações, almeja oferecer determinadas “sinalizações” do caminho que se estão a trilhar os educadores brasileiros em sua luta contra o fetichismo – ou os fetichismos – da realidade capitalista contemporânea.

2

GÊNESE E CONSTITUIÇÃO DO CONCEITO DE FETICHISMO

Lembrou-me vestir a farda de alferes. Vesti-a, aprontei-me de todo; e, como estava defronte do espelho, levantei os olhos, e... não lhes digo nada: o vidro reproduziu então a figura integral; nenhuma linha de menos, nenhum contorno diverso; era eu mesmo, o alferes, que achava, enfim, a alma exterior. Essa alma ausente com a dona do sítio, dispersa e fugida com os escravos, ei-la recolhida no espelho. Imaginai um homem que, pouco a pouco emerge de um letargo, abre os olhos sem ver, depois começa a ver, distingue as pessoas dos objetos, mas não conhece individualmente uns nem outros; enfim, sabe que este é Fulano, aquele é Sicrano; aqui está uma cadeira, ali um sofá. Tudo volta ao que era antes do sono. Assim foi comigo. Olhava para o espelho, ia de um lado para outro, recuava, gesticulava, sorria, e o vidro exprimia tudo. Não era mais um autômato, era um ente animado.

(MACHADO DE ASSIS, *O Espelho*)

Sobre a origem do fetichismo e a sua inversão em Marx

Neste percurso investigativo acerca da teoria do fetichismo de Karl Marx, faz-se primeiramente necessário uma incursão às origens históricas do termo *fetichismo* e suas primeiras incorporações conceituais à ciência e à filosofia; o que remete à época das colonizações europeias sobre o continente africano, entre os séculos XV e XVII.

Quando os colonizadores europeus, ao se depararem com uma diversidade de crenças, ritos e cultos dos povos africanos a determinados objetos ou fenômenos da natureza – crenças estas que se diferiam significativamente das religiões monoteístas prevaletentes na Europa –, designaram estes costumes como cultos *fetichistas*. Da palavra *feitiço*, de origem portuguesa¹, que designava os efeitos da feitiçaria, é extraído um neologismo: a palavra *fetiche*, a qual passa a ser utilizada para indicar os costumes daqueles povos africanos de idolatrar animais, objetos, imagens, não como representação de um ser místico, mas como a própria materialização deste ser (Pires, 2014).

Foi então que em 1760, um filósofo da Académie des Inscriptions et Belle-Lettres de Paris chamado Charles de Brosses (1709-1777), por meio de sua obra *Do culto dos deuses fetiches ou Paralelo da antiga religião do Egito com a religião atual da Nigritia* (De Brosses, 1988 [1760]), converte este termo, usado tradicionalmente para designar costumes especificamente africanos, num conceito que abrange sua designação para todo e qualquer costume que consista na idolatria de objetos, independentemente da época e do lugar em que se desenvolvesse tal hábito; assim:

O fetichismo seria a adoração de divindades *puramente materiais*: o fetichista é o homem que, por ignorância, medo, desejo e loucura, adora pedras, animais e toda espécie de matéria bruta e sórdida. O fetichista desconheceria a verdadeira causalidade física do mundo, as leis de Deus e as ideias de belo e de universal. Além disso, ele seria incapaz de *figuração*, isto é, de analogia, metáfora, de pensamento representacional, e por isto o fetichista, a partir de sua necessidade de superstição para se proteger de um mundo que não compreende nem domina, adoraria

¹ Quanto à origem etimológica da palavra *fetichismo*, Pires (2014) relata que se trata de uma “palavra aparentemente de origem crioula ou *pidgin*” (p. 150 – grifos do autor), ao passo que Fleck (2012) esclarece que “A palavra ‘fetichismo’ deriva de ‘fetiche’. ‘Fetiche’, em português, deriva da palavra francesa ‘*fétiche*’, a qual, por sua vez, tem sua origem na portuguesa ‘feitiço’. Esta última, por fim, remete à latina ‘*facticius*’, significando aproximadamente o mesmo que ‘artificial’” (p. 143, grifos do autor).

uma coisa qualquer, o mais vil ser que encontrasse no meio do mato (Pires, 2014, p. 350-351).

Diferentes filósofos – Kant (1724-1804), Hegel (1770-1831), Comte (1798-1857), dentre outros – se apropriaram deste conceito inserindo-o em suas teorias com o objetivo de compreender possíveis “estágios” do comportamento religioso. Assim, passou a ser usualmente empregado este conceito² para se referir ao estágio mais “primitivo” da cultura humana em que os povos ditos “selvagens” direcionam as suas crenças à idolatria de objetos ou elementos da natureza. Os níveis de “aprimoramento” religioso estariam, portanto, na passagem do *concreto* ao *abstrato*, ou seja, da dedicação religiosa em seu nível inferior em que o ser místico se encontra em algo material, tangível, até os níveis mais “evoluídos” – em que a imagem passa a restringir-se à representação –, destes, primeiramente o politeísmo, como culto a uma diversidade deuses até, por fim, o costume religioso mais “elevado”: o deus monoteísta³.

E é deste conjunto intelectual que Karl Marx⁴, assim como todo iniciante aos estudos da filosofia na época, vai se servir: tomando conhecimento dos principais referenciais do pensamento filosófico que marcaram os séculos XVII, XVIII e XIX, bem como os conceitos que cons-

² Dentre os estudiosos consultados que abordam a história do conceito de fetichismo, verificou-se o uso mais frequente da obra *Le Fétichisme, Histoire d'un Concept* de Alfonso Iacono (1992).

³ Segundo Fleck (2012) “A ideia subjacente é a de uma progressão linear na qual o objeto sagrado é tornado cada vez mais abstrato: começa-se com a divinificação de objetos materiais (fetichismo), segue-se com uma multiplicidade de deuses que se imiscuem na vida humana (politeísmo) e finda-se com um deus único, criador e julgador, mas que, *grosso modo*, deixa os problemas humanos seguirem seu próprio curso. Destarte, o progresso do pensamento humano iria do concreto ao abstrato, e o fetichismo seria a primeira tentativa de explicar os fenômenos da natureza através da crença em qualidades mágicas de determinados objetos (p. 143 – grifos do autor).

⁴ Karl Marx nasceu em 1818 em Trier, sul da Alemanha (Gorender, 1983). Para apreciações minuciosas sobre vida e obra de Marx publicadas no Brasil, além da *Apresentação* de Gorender (1983) à tradução d’*O Capital* da editora Abril Cultural, e da *Apresentação: Marx em Paris* (2015b) de José Paulo Netto publicada pela editora Expressão Popular, a *Apresentação* de Mario Duayer à tradução brasileira dos *Grundrisse* (2011) realizada pela editora Boitempo também oferece contribuições relevantes.

tituíram suas teorias – o conceito de fetichismo não era exceção dentre os mais habitualmente estudados⁵.

Contudo, é sabido que Marx não se restringiu a reproduzir o conceito de fetichismo tal como ele havia aprendido à época de seus estudos universitários. O *fetichismo* que até então era utilizado para se referir ao “outro” – aos povos africanos, aos povos “primitivos”, ao indivíduo “incapaz de figuração” – é apropriado por Marx para se referir, antagonicamente, a “nós mesmos”, à própria sociedade na qual ele se inseria. Ou seja: Marx passa a atribuir a partir de então um caráter *reflexivo* a este conceito⁶.

⁵ A afirmação de Safatle (2010), referenciando-se em Hartmut Böhme (2006), de que Marx leu *De Brosses*, vai ao encontro da observação de José Paulo Netto a respeito dos estudos realizados por Marx em sua adolescência na Universidade de Bonn. Em um de seus cadernos desta época, dentre os autores estudados, consta *Charles De Brosses*. Em nota, Netto (2015b) oferece alguns apontamentos sobre os cadernos de anotações de Marx: “Um dos editores da *Mega*, V. V. Adoratski, anotou que se conservaram cerca de 250 de tais cadernos. Já antes dos cadernos de 1844-1845, de que fazem parte os *Cadernos de Paris* (notas de leitura de 1844), Marx redigiu três conjuntos similares: os ***Cadernos de Bonn*** (que têm por objeto Meiners, Barbeyrac, **Debrosses**, Boettiger e Grund), os *Cadernos de Berlim*, de 1840-1841 (que têm por objeto Hegel, Aristóteles, Spinoza, Leibniz, Hume e Rosenkranz), e os *Cadernos de Kreuznach*, de 1843 (que têm por objeto, entre muitos outros, Rousseau, Montesquieu, Wachsmuth, Ranke, Maquiavel) – cf. a esclarecedora nota de W. Roces a *Obras fundamentais de Marx y Engels. 1. Escritos de juventud de Carlos Marx*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, p. 539 e ss. (Netto, 2015b, p. 125-126, nota 77, itálicos do autor e negritos nossos).

⁶ Diferentes comentadores da obra marxiana afirmam que Marx acabou por realizar, pela primeira vez na história, uma *inversão* de sentido do conceito de fetichismo. Fleck (2012), por exemplo, afirma que Marx realiza um *golpe retórico* no uso do conceito. Segundo este autor, “O uso reflexivo abole, em primeira instância, a distinção rígida entre o civilizado e o primitivo, mostrando, neste caso específico, o quanto de primitivo há no civilizado” (p. 144). Vladimir Safatle, em sua obra *Fetichismo: colonizar o outro* (2010), argumenta que o fetichismo em Freud é certamente solidário ao fetichismo em Marx na medida em que ambos, primeiramente Marx e depois Freud, propõem uma conotação inversa do uso feito até então deste conceito: “eles se servem de um conceito (fetichismo) que até então era usado para descrever o que seria exterior às sociedades modernas (De Brosses, Comte), o que seria fixação que impediria o desenvolvimento de processos de maturação da vida sexual (Binet). Mas agora eles o utilizam para descrever o interior do processo de determinação do valor em nossas sociedades (Marx) ou ainda o modo com que a maturação sexual e a formação do Eu podem admitir a regressão e a dissociação subjetiva (Freud). Através dos dois autores, o fetichismo se transforma em dispositivo de crítica da modernidade e de seus pro-

No decorrer de sua vasta produção teórica é verificado, por conseguinte, o uso da expressão *fetichismo*, na maioria das vezes caracterizando-a precisamente de forma reflexiva, em diferentes contextos argumentativos e endereçada a uma diversidade de “alvos” de suas austeras críticas. No entanto, é em sua obra *O Capital* – mais especificamente no último item do primeiro capítulo do livro primeiro desta obra – que Marx vai desenvolver mais pormenorizadamente uma exposição que envolve este termo. E assim como toda a sua teoria, também o fetichismo foi, e ainda é, objeto de análise de estudiosos de diferentes matizes teóricos, envolvendo uma diversidade de interpretações⁷, bem como, servindo de inspiração a constructos científicos⁸ que, por vezes, até mesmo se distanciam em muito da própria teoria marxiana.

As polêmicas em torno da problemática do fetichismo – tal como já abordado na Introdução deste livro – não possuem novidade nos debates acerca da produção teórica marxiana. Elas remetem às primeiras contendas sobre o próprio *O Capital*. De tal modo, aquelas diferentes alusões ao conceito de fetichismo em Marx apresentadas no primeiro

cessos de socialização, expondo os móveis de alienação seja no interior do campo do trabalho (Marx) seja no interior do campo do desejo (Freud)” (p. 26-27). Evidentemente, quanto ao fetichismo em Freud, deixa-se a cargo dos estudiosos da referida teoria; já no que diz respeito ao fetichismo em Marx, se este realmente diz respeito à “alienação” ou estritamente ao “campo do trabalho”, serão apresentadas algumas considerações sobre tais questões no item subsequente e nos capítulos posteriores do presente livro.

⁷ José Paulo Netto em seu ensaio *Capitalismo e reificação* (2015a [1981]), escrito há quase quarenta anos atrás, já relatava que na década de 1970 “Adam Schaff contou quase três centenas de pensadores que intervieram na discussão” (p. 21 – nota liminar à 1ª edição).

⁸ Não por acaso, em significativa amostra das produções científicas realizadas no Brasil na última década sobre os temas da educação e do fetichismo, foi também verificada a existência de estudos que propõem-se a inquirir possíveis correlações do conceito marxiano de fetichismo com a abordagem do fetichismo na psicanálise freudiana, o fetichismo da música em Theodor Adorno, o fetichismo da pseudoconcreticidade em Karel Kosik e o fetichismo da individualidade em Newton Duarte (a listagem dos referenciais pode ser conferida no Apêndice C desta obra). Mostra-se indubitavelmente relevante a consulta a tais teorias sobre o fetichismo, verificando-se se tais correlações se confirmam. Empreitada esta inviável nos limites deste trabalho, ainda que necessária a futuros estudos sobre esta temática.

capítulo, dedicado à exposição das interpretações deste conceito na área da educação, encontram significativa semelhança com as próprias interpretações que há muito predominam na tradição do pensamento marxista mundial⁹. Assim, Isaak Rubin (1886-1937) em 1923 já explicitava um diagnóstico extremamente parecido com o que aqui se apresenta:

Em que consiste a teoria marxista do fetichismo, segundo as **interpretações geralmente aceitas**? Consiste em Marx ter visto relações humanas por trás das relações entre as coisas, revelando a **ilusão da consciência humana** que se origina da economia mercantil e atribui às coisas características que têm sua origem nas relações sociais entre as pessoas no processo de produção. “Incapaz de compreender que a associação das pessoas que trabalham, em sua luta com a natureza – isto é, as relações sociais de produção – expressam-se na troca, o fetichismo da mercadoria considera a intercambialidade das mercadorias como uma propriedade interna, natural, das próprias mercadorias. Em outras palavras, o que na realidade é uma relação entre pessoas **aparece** como uma relação entre as coisas, no contexto do fetichismo da mercadoria.”¹⁰ “Características que pareciam misteriosas, pois não eram explicadas com base nas relações dos produtores entre si, eram atribuídas à essência natural das mercadorias. Assim como um fetichista atribui a seu fetiche características que não decorrem da natureza desse fetiche, os economistas burgueses consideram a mercadoria uma coisa sensorial que possui propriedades extra-sensoriais.”¹¹ A teoria do fetichismo **elimina da mente dos homens a ilusão, o grandioso engano originado pela aparência dos fenômenos**, na economia mercantil, e a aceitação dessa aparência (o movimento das coisas, das mercadorias e seus preços de mercado) como essência dos fenômenos econômicos (Rubin, 1987 [1923], p. 19, grifos nossos).

⁹ Os possíveis motivos pelos quais se verificam tais semelhanças serão abordados no quarto capítulo deste livro.

¹⁰ Bogdanov, A. *Kratkii kurs ekonomicheskoi nauki* (Curso Breve de Ciência Econômica), 1920, p. 105. (Rubin, 1987 [1923], p. 19, nota de rodapé).

¹¹ Kautsky, K. *The Economic Doctrines of Karl Marx*. Londres: A&C. Black, 1925, p. 11. (Rubin, 1987 [1923], p. 19, nota de rodapé).

Ora, se Bogdanov (1873-1928) e Kautsky (1854-1938), dois reconhecidos expoentes da história do marxismo, caracterizam o fetichismo em Karl Marx tal como Rubin expõe nesta passagem, e mais, se o próprio Marx, no item de seu *O Capital* no qual ele se dedica *exclusivamente* a tratar do *fetichismo*, declara na tão célebre passagem¹² – utilizada nas produções analisadas no primeiro capítulo – “Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos do trabalho”, possibilitando a compreensão de que fetichismo é uma *forma fantasmagórica*, fruto da *ilusão da consciência humana*, então, que sentido teria tantas contendas, tantas tergiversações, em função de um conceito que se apresenta tão claramente definido?

Um ponto de partida indispensável para o devido encaminhamento à referida pergunta é a perquirição a respeito do contexto no qual se insere a passagem marxiana acima mencionada, o que alude não somente ao item *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo* – último item do primeiro capítulo d’*O Capital* no qual se encontra este excerto –, mas ao conjunto teórico no qual este se insere. E, de acordo com tal pressuposto, muitos esforços têm sido empreendidos rumo a uma compreensão mais aproximada das contribuições oferecidas pela teoria social de Karl Marx. Neste sentido, averiguou-se o desenvolvimento, fundamentalmente, de duas direções rumo à compreensão do conceito marxiano de fetichismo: a primeira – notadamente hegemônica na história do pensamento marxista – vislumbra na trajetória teórica de Marx a constituição do fetichismo como desdobramento da teoria geral da alienação, ou seja, o fetichismo se explicita como fator circunscrito à alienação, sendo este, na interpretação de parte destes autores,

¹² Trata-se, evidentemente, da célebre passagem: “Não é mais nada que determina a relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a *forma fantasmagórica* de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à *região nebulosa do mundo da religião*. Aqui, os produtos do cérebro humano *parecem* dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. *Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias*, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (Marx, 1983, p. 71, grifos nossos).

veiculado à caracterização de determinações históricas específicas (sociedade capitalista) no interior da totalidade mais abrangente da alienação (propriedade privada), ou ainda, um detalhamento, ou aprofundamento, histórico inerente à categoria geral da *alienação*; e a segunda interpretação – esta verificada em uma quantidade pouco expressiva de autores – compreende, distintamente, o fetichismo como fator intrínseco à teoria marxiana do valor, inerente às sociedades onde prevalecem o modo de produção capitalista, sendo esta, por sua vez, subjacente à universalidade da teoria social marxiana¹³.

No entanto, para além de um mero enquadramento e/ou defesa desta ou daquela interpretação da teoria marxiana do fetichismo, faz-se necessário ir ao encaixe do próprio personagem que cunhou tal teoria, ou seja, perquirir no próprio âmago da trajetória teórica marxiana a constituição do fetichismo. Assim, se apresenta no próximo item, como também no capítulo subsequente, o conjunto dos resultados obtidos no decorrer desta etapa investigativa.

A trajetória do fetichismo em Karl Marx

No decorrer desta investigação sobre o fetichismo na teoria de Karl Marx, foi possível encontrar produções de estudiosos que disponibilizaram alguns dados que, cotejados às próprias obras marxianas, oportunizaram uma progressiva aproximação às diferentes alusões ao “fetichismo” em específicos momentos de sua produção teórica.

¹³ Algumas relevantes contribuições tanto para a contextualização conceitual de tais interpretações como para um panorama histórico sobre esta temática podem ser verificadas nas seguintes obras consultadas: *Alienacion y fetichismo en el pensamiento de Marx* de Giuseppe Bedeschi (1975 [1972]); *Para uma ontologia do ser social II* de György Lukács (2013, [1986]); *A teoria da alienação em Marx* de István Mészáros (2016 [1970]); *Capitalismo e reificação* de José Paulo Netto (2015a [1981]); *Marx e o fetiche da mercadoria: contribuição à crítica da metafísica* de Jadir Antunes (2018); *Capital: essência e aparência I* de Reinaldo Carcanholo (2011); *Considerações acerca do fetichismo do capital* de Mauro Castelo Branco de Moura (2002); e *A teoria marxista do valor* de Isaak Rubin (1987 [1923]).

Não obstante tratar-se de uma tarefa sem qualquer ineditismo¹⁴, se explicita, no entanto, o imperativo de rigor metodológico do qual não se pode furtar no encaicho da abordagem de tão relevante teoria; faz-se, portanto, imprescindível um minucioso detalhamento expositivo¹⁵ de cada elemento que viabilizou a estruturação por hora realizada sobre os diferentes contextos em que se explicita a menção de Marx ao fetichismo, abrangendo as suas produções desde seus tempos como redator da *Gazeta Renana* até os escritos que antecedem a redação da sua obra magna, *O Capital*. Por questão metodológico-expositiva, serão primeiramente apresentados os resultados da pesquisa empreendida sobre os textos marxianos de 1842 e, no item subsequente, sobre os textos redigidos de 1843 em diante.

Marx e os “seguidores do fetichismo” da Assembleia Provincial

A primeira vez em que Marx menciona o termo “fetichismo” foi à época de seu trabalho como colaborador da *Gazeta Renana*¹⁶ num arti-

¹⁴ No decorrer da investigação foi verificada uma série de estudos – a serem mencionados no transcorrer deste capítulo – que apontam as menções ao fetichismo em diferentes momentos da produção teórica marxiana; estudos estes que facilitaram sobremaneira nesta averiguação, haja vista a vultuosa quantidade de textos produzidos por Marx no decorrer de sua vida.

¹⁵ Neste aspecto, é importante esclarecer que este item não foi desenvolvido com o objetivo de realizar uma apreciação de todo o conjunto da produção teórica marxiana, mas apreender deste conjunto elementos que conduzam à elucidação da temática abordada na presente obra, tal como serão tratados nas páginas que se seguem.

¹⁶ A Editora Boitempo, em sua tradução de um dos artigos de Marx publicados na *Gazeta Renana*, oferece na “Nota da editora” alguns esclarecimentos sobre o contexto em que Marx trabalhava para este jornal: “Essa primeira série de artigos, publicada anonimamente e que trazia como assinatura apenas ‘Um renano’, tratava da análise crítica das discussões ocorridas na Sexta Assembleia Provincial Renana, no ano de 1841. Publicada no ano seguinte, a série de artigos foi dividida em três temáticas principais: 1) debates sobre a liberdade de imprensa; 2) debates sobre as agitações em Colônia devido ao conflito entre o Estado prussiano e o catolicismo, provocado pela prisão do arcebispo de Colônia; 3) debates sobre a lei referente ao furto de madeira, que se seguiram ao julgamento que visava definir se a coleta de madeira realizada pela população empobrecida da região da província do Reno, no oeste da Alemanha, que até então fora considerada um direito consuetudinário, deveria passar a ser considerada um furto e, como tal, penalizada” (Boitempo, 2017, p. 07). Destes artigos, o terceiro – sobre a lei referente ao furto de madeira – foi traduzido pela Boitempo sob o título *Os despossuídos* (Marx,

go publicado no dia 10 de maio de 1842 intitulado “Sobre a liberdade de imprensa e comunicação” (Marx, 1976 [1842]). A austeridade com que Marx remete as suas críticas a um jornal conservador da época, o *Preussische Staats-Zeitung*, é permeada por tal tom de escarnecimento que já demonstra que seu estilo literário peculiarmente provocativo o acompanhava desde a sua juventude. Trata-se de um dos fascículos de uma série de seis artigos publicados entre 5 e 19 de maio de 1842 nos quais Marx realiza uma apreciação de um debate sobre a liberdade de imprensa ocorrido em Düsseldorf no ano anterior, na Assembleia Provincial. Nesta série de artigos Marx questiona, por um lado, os argumentos do jornal semioficial *Preussische Staats-Zeitung* que era claramente defensor dos interesses do governo prussiano da época, e por outro lado, os próprios jornalistas liberais opositores ao governo que, com a superficialidade de suas críticas, não ofereciam qualquer questionamento efetivo sobre a censura oficial à imprensa prussiana. Neste contexto, Marx aponta nas argumentações do *Staats-Zeitung* uma série de problemas tanto de ordem lógica, como histórica, comprovando a parcialidade política deste jornal que, ao invés de se posicionar pela liberdade de imprensa e a favor dos interesses da província na qual se dá a sua veiculação, acaba por legitimar a censura da época, bem como os problemas sociais vividos pelo povo prussiano.

Assim, Marx se direciona ao “orador” do debate nesta Assembleia, denunciando o caráter político oculto por trás de suas argumentações publicadas no jornal. Marx, no decorrer de seu artigo cita diferentes passagens do referido discurso no qual, ainda que o “orador” estivesse supostamente se referindo aos “desejos” da província, na realidade, se tratava da flagrante expressão dos interesses governamentais, incutindo a estes interesses um viés popular. Quando o “orador” utiliza em suas argumentações o pronome na primeira pessoa do plural, Marx identifica a “pessoa” oculta por trás do discurso:

2017 [1842]). Quanto ao primeiro artigo, *Sobre a liberdade de imprensa*, foi publicado no Brasil pela editora L & PM (Marx, 2006 [1842]).

Quem somos “nós”? **Os Estados.** A publicação dos debates é para a província e não para os Estados, mas o orador ignora isso. A publicação dos procedimentos também é um *privilegio* dos Estados, que têm o direito, se o considerarem conveniente, de demonstrar a sua sabedoria através dos diversos ecos do mau jornalismo.

O orador conhece apenas a província dos Estados, não os Estados da província. Os Estados têm uma província à qual se estende o privilégio das suas atividades, mas a província não tem Estados através dos quais poderia tornar-se ativa. Certamente, a província tem o direito, sob algumas condições prescritas, de criar aqueles deuses, mas logo depois da sua criação deve, como os **seguidores do fetichismo**, esquecer que os deuses foram obra sua (Marx, 2006, p. 34, itálico do autor, negritos nossos).

Marx, neste contexto, compara a província aos *seguidores do fetichismo* na medida em que ela credita a sua representação a um Estado que não a representa efetivamente, mas somente os seus próprios interesses. Assim como os fetichistas criam o seu deus-fetichismo e, venerando-o, esquecem-se que este deus consiste em sua própria criação, os Estados se apresentam como entes aparte da sociedade, se sobrepondo a ela: “*Os Estados têm uma província à qual se estende o privilégio das suas atividades*”, ao invés de se converter em órgão de representação e instrumento viabilizador do progresso desta sociedade: “*mas a província não tem Estados através dos quais poderia tornar-se ativa*”.

Nesta ocasião, Marx está a salientar a relevância da liberdade de expressão da imprensa prussiana como forma de divulgação de informações úteis ao povo e como meio veiculador de denúncias das atividades dos Estados que se opõem aos interesses da sociedade em geral. Todavia, ele não se restringe a apresentar seu ponto de vista sobre o jornalismo, ignorando a sua relação com a sociedade. Marx também aponta que não se trata somente de uma questão relacionada à liberdade de imprensa, mas à forma com que os Estados se apresentam: aparte das necessidades da província. Assim, reivindica que os Estados sejam democráticos, ou seja, representem os interesses do país:

Podemos assegurar-lhe que a província não tem a mínima curiosidade pelas “palavras” dos Estados ou das pessoas individuais, pois tais palavras dificilmente poderiam ser chamadas de “suas” palavras. Pelo contrário, a província exige que as palavras dos Estados sejam transformadas numa pública e compreensível voz do país (Marx, 2006, p. 34).

Ainda como colaborador da *Gazeta Renana*, Marx redige mais um polêmico texto, desta vez debatendo com um artigo de Karl Hermes, editor do jornal *Köhlische Zeitung*. O tema do debate são os conflitos na Colônia devido à prisão de um arcebispo da Igreja Católica. Nesta publicação do *Köhlische Zeitung*, o referido editor se põe a explicar sobre tais conflitos tomando partido da Igreja e reivindicando ao Estado o aumento da censura aos jornais que se posicionassem contrários ao cristianismo. Marx, então, mais uma vez, com um tom extremamente irônico, utiliza excertos do artigo de seu oponente para demonstrar suas contradições lógicas e suas inversões históricas, denunciando não somente as deturpações nos argumentos de Karl Hermes em torno da relação entre religião e pensamento científico, mas, fundamentalmente, denotando a relevância da autonomia do Estado em relação à Igreja e, chamando o Estado, mais uma vez, a se efetivar como representante dos interesses da sociedade em geral.

Em sua desconstrução dos argumentos de Hermes, Marx demonstra a flagrante parcialidade deste editor ao incutir à religião o papel de propulsora do progresso às sociedades humanas. Assim,

Antes de aprofundar essas explicações “tolas” do artigo principal sobre o tema “pesquisa científica”, vamos provar por um momento a “filosofia da religião” de Herr H. [Hermes], sua “própria ciência”!

“A religião é a base do estado e a condição mais necessária para toda associação social que não visa meramente atingir algum objetivo externo”.

A prova. “Na sua forma mais grosseira de fetichismo infantil, no entanto, em certa medida, eleva o homem acima de seus desejos sensuais que, se ele se permitisse governar,

exclusivamente por eles, poderiam degradá-lo ao nível de um animal e torna-lo incapaz de cumprir qualquer objetivo mais elevado...”

O autor do artigo principal chama o fetichismo de “forma mais grosseira” da religião. Ele admite, portanto, o que todos os “homens da ciência” consideram estabelecido mesmo sem o seu acordo, que o “culto aos animais” é uma forma de religião mais elevada que o fetichismo. Mas a adoração animal não degrada o homem abaixo do animal, não faz do deus do homem animal?

E agora, de fato, “fetichismo”! Verdadeiramente, a erudição de uma revista de um centavo! **O fetichismo está tão longe de elevar o homem acima de seus desejos sensuais, que pelo contrário, é “a religião do desejo sensual”. A fantasia que surge do desejo engana o adorador de fetiche, acreditando que um “objeto inanimado” abrirá mão de seu caráter natural para cumprir com seus desejos. Portanto, o desejo bruto do adorador de fetiche esmaga o fetiche quando ele deixa de ser seu servo mais obediente** (Marx, 1976 [1842], p. 89-9, itálicos do autor, negritos nossos, tradução nossa).

Marx explica ao editor da *Köhlische Zeitung*, enfatizando a primariedade de seu erro, o conceito de fetichismo tal como construído e consolidado no pensamento filosófico e científico da época. Ao trazer com riqueza de detalhes este conceito, desmascara a superficialidade teórica da argumentação de Hermes e apresenta uma noção de progresso histórico embebido no juízo de aprimoramento da razão e do pensamento científico que, por sua vez, oportuniza às sociedades humanas se desvencilharem dos misticismos e superstições.

Entretanto, Marx provocou, com este pequeno texto, tal ira dentre os poderosos da sociedade prussiana, que o seu artigo acabou por ser censurado pelo Estado. Logo após ser publicado na *Gazeta Renana* entre os dias 29 de junho e 04 de julho de 1842, teve a sua veiculação proibida¹⁷.

¹⁷ Uma pequena observação se faz necessária no que tange às publicações brasileiras sobre a produção marxiana desta época: a editora Boitempo, em uma nota de roda-

Alguns meses após esta celeuma, Marx se põe mais uma vez a publicar um artigo notoriamente polêmico. Entre 25 de outubro e 3 de novembro, vem a público em cinco fascículos o seu artigo que trata sobre a nova lei que prevê como *furto* a coleta de madeira na província. Agora, como redator-chefe¹⁸ da *Gazeta Renana*, Marx direciona as suas críticas aos argumentos dos deputados que legislaram sobre este projeto de lei, citando trechos desses discursos transcritos nas atas das sessões da Dieta Renana e rebatendo-os.

Porém, ao se deparar com a necessidade de argumentar sobre o conflito entre o “direito consuetudinário” dos pobres a coletar madeira nas terras tradicionalmente servidas para o uso comum, e o “direito consuetudinário” dos ricos a possuírem a terra como propriedade privada, Marx se vê obrigado a discorrer, desta vez de uma forma mais aprofundada que em seus escritos anteriores, sobre a natureza do Estado e sobre o caráter do Direito. Aí então, torna-se flagrante o uso da filosofia hegeliana em sua argumentação¹⁹ na medida em que, procurando discernir o que consistiria numa legislação infrutífera do ponto de vista da

pé de sua *Nota da editora* (nota supramencionada) diz que este artigo “foi censurado à época de sua publicação e se perdeu” (Boitempo, 2017, p. 8 – nota de rodapé). No entanto, verificou-se a ocorrência de citações de passagens deste artigo em publicações brasileiras que abordam a temática do fetichismo, como em Pires (2012) que utiliza parte deste mesmo excerto em sua produção. Foi-se então à procura do texto marxiano referente aos conflitos com a Igreja Católica – suplementos de números 191-193 da *Gazeta Renana*; e verificou-se que o referido texto, ainda que tenha sido censurado, não se perdeu e hoje se encontra sob os direitos autorais da editora Lawrence & Wishart que publicou entre 1975 e 2005, em 50 volumes, a *Marx-Engels Collected Works* (MECW). Foi possível verificar também uma edição deste artigo pela Dietz Verlag (Berlim) e encontra-lo no seguinte endereço eletrônico: www.mlwerke.de/me/me01/me01_086.htm. (Marx, 1976 [1842]).

¹⁸ Marx é nomeado editor-chefe da *Gazeta Renana* em outubro de 1842.

¹⁹ Daniel Bensaïd em sua *Apresentação* à edição brasileira deste artigo de Marx, também confere a estes escritos um forte teor hegeliano: “Em seus artigos sobre o furto de madeira e a situação dos vicultores da Mosela, a questão da propriedade revela acima de tudo as contradições da relação entre a sociedade civil e o Estado. Marx, porém, aborda essas contradições ainda de um ponto e vista **racionalista liberal**. Em termos hegelianos, destaca por trás da questão do direito as **incoerências do Estado moderno, que arruinam sua pretensão a uma racionalidade universal**” (Bensaïd, 2017, p. 34, grifos nossos).

sociedade em geral e o que seria uma forma de legislar que viabilizaria o progresso do país, remete-se a uma arguição com base numa suposta contraposição lógica da realidade em geral, dividindo-a entre o *todo* indistinto e o *todo* no qual se distinguem as suas *unilateralidades*. Para isso utiliza expressões como: o “visgo inorgânico do todo” para se referir a esta totalidade, e o “entendimento unilateral”, para remeter-se à particularidade apreendida pela razão. Este “entendimento unilateral” se faz necessário porque: “Ao fixar o conteúdo do mundo em uma determinidade estável e, por assim dizer, petrificar a essência fluída, o entendimento produz a multiplicidade do mundo, pois o mundo não seria multilateral sem as muitas unilateralidades” (Marx, 2017, p. 88). E, por ser legítima a *unilateralidade*, as legislações então se fazem necessárias. No entanto, elas perdem o seu caráter legislador ético quando atendem a *interesses privados*. Assim, o conflito entre o *interesse público* e o *interesse privado* se constitui como fundamento da análise marxiana nesta altura de sua empreitada teórico-política, principalmente no que tange à sua análise da relação entre Estado e sociedade civil²⁰.

²⁰ Esta compreensão do Estado como determinação da sociedade civil sofrerá uma reviravolta no pensamento marxiano já no ano seguinte num contexto, como se verá a seguir, muito diverso de sua trajetória intelectual. E aqui cabe mais uma pequena observação: Jacob Gorender, em sua *Apresentação* ao livro primeiro d’ *O Capital* de Marx publicado no Brasil pela Editora Abril Cultural no ano de 1983 (Gorender, 1983), aponta como momento de inversão na explanação acerca do Estado nas obras de Marx o ano de 1845 com base na obra *A Ideologia Alemã* redigida por Marx em parceria com Engels (Marx; Engels, 2007 [1845]). Possivelmente esta indicação de Gorender se deve às traduções das obras de Marx disponíveis no Brasil na época. No entanto, fica patente até mesmo nas obras encaminhadas para publicação por Marx em vida: *Para a questão judaica, Crítica à filosofia do direito de Hegel – Introdução e Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”*. De um prussiano, redigidas ao final do ano de 1843 e nos primeiros meses do ano de 1844, a sua compreensão da relação entre Estado e sociedade civil numa nova perspectiva. Opostamente à concepção de Estado como ordenador da sociedade civil, que guiava o pensamento de Marx à época de seus trabalhos na *Gazeta Renana*, nestes escritos é, ao contrário, a sociedade civil que determina a natureza do Estado. Evidentemente, no que diz respeito aos desdobramentos futuros da definição de Estado no interior da teoria marxiana, esta reviravolta, pode, quando muito, representar um “ponto de partida” de uma linha teórica que será significativamente aprimorada, ganhando contornos que se explicitarão incomparavelmente mais nítidos no conjunto categorial em que ela se insere em sua obra *O Capital* como será apontado nos capítulos subsequentes da presente tese.

Entretanto, ainda que Marx estivesse a se debater com um ferramental teórico que explicitava na exposição de seus argumentos um flagrante desconforto²¹, ele não se rende a uma mera defesa das culturas tradicionais para se opor a esta nova lei; ou seja, ele não se posiciona a favor da tradição do “direito consuetudinário” dos pobres para se opor à nova legislação que reverte em crime a coleta de madeira. Por meio da análise dos argumentos dos deputados, Marx denuncia que o que está por trás da oposição entre o direito consuetudinário e o novo direito legal é a oposição entre os interesses dos grandes proprietários rurais e a necessidade de sobrevivência dos miseráveis da província que realizam a coleta desta madeira. E ainda, não se trata somente da decretação de uma lei para assegurar a propriedade privada, mas de uma lei que também repercuta em benefícios a estes proprietários florestais:

Mas os senhores acreditam poder concluir disso que a Dieta Renana excluiu totalmente o valor da determinação da pena? Conclusão impensada, nada prática! O proprietário florestal – aprofundaremos esse ponto mais adiante – não só pede que o ladrão reponha o simples valor geral, mas ainda atribui um caráter individual ao valor, baseando nessa individualidade poética a exigência de uma **indenização especial**. Entendemos agora o que o relator entende por *prático*. O prático proprietário florestal raciocina assim: esta determinação legal é boa na medida em que me beneficia, pois o meu benefício é o bem. Esta determinação legal é supérflua, é prejudicial, não é nada prática, na medida em que, por puro capricho teórico-jurídico, deve ser aplicada também ao réu. Visto que o réu me é prejudicial, é óbvio que tudo o que não o prejudicar ao máximo me será prejudicial. Isso é sabedoria prática (Marx, 2017, p. 84, itálico do autor, negritos nossos).

Não bastando, portanto, caracterizar como *furto* a coleta de madeira, o miserável que a coleta deve ainda pagar *indenização* ao proprie-

²¹ Este desconforto será externalizado pelo próprio Marx anos mais tarde, como se verá a seguir.

tário florestal. Assim, a lei não só puniria o referido *ladrão*, mas também traria benefício ao proprietário florestal na forma de *indenização*.

E mais uma vez, tal como em seu artigo sobre a liberdade de imprensa, Marx lança mão do “fetichismo” como recurso literário para atacar os seus oponentes, no caso, os deputados formuladores da referida lei. Utilizando passagens da obra *Du Culte Des Dieux Fétiches, ou Parallèle de l’ancienne Religion de l’Egypte avec la Religion actuelle de Nigritie* de Charles De Brosses (De Brosses, 1988 [1760]), ora de forma subliminar, ora de forma mais explícita, compara as argumentações dos deputados a episódios descritos por este autor, como o que se segue:

Quando os samoiedos matam um animal, antes de lhe tirar o couro eles lhe asseveram com toda seriedade que os russos são os únicos causadores desse mal, que uma faca russa o está esquartejando e que, portanto, a vingança deve recair inteira sobre os russos. Pode-se transformar a lei em uma faca russa, mesmo que não se tenha a pretensão de ser um samoiedo. Vejamos como! (Marx, 2017, p. 93, grifos do autor).

E aqui, no caso, o animal é o miserável surpreendido coletando madeira, o samoiedo é a comissão de deputados que formula a lei, enquanto o russo é o guarda florestal denunciante que, a partir desta lei, também passa a ser responsável por imputar o valor da taxa a ser paga pelo “criminoso”. Ainda que nesta passagem não se detecte a menção ao termo “fetichismo”, a metáfora remete a um fenômeno fetichista tal como descrito por De Brosses. Esta, dentre outras passagens encontradas neste mesmo artigo, somando-se ao enfoque atribuído ao termo no seu artigo sobre a liberdade de imprensa supracitado, evidenciam a habitualidade com que Marx recorre à referida obra de De Brosses, e os episódios narrados por este autor, não para descrever literalmente o conteúdo da realidade social da época, mas para dar um tom metafórico aos fatos e aos discursos por ele analisados em seus artigos, inculcando aos seus oponentes um atributo que se encontra em costumes de sociedades ditas “primitivas”. Deste modo, características que até aquele momento a história do pensamento filosófico e científico euro-

peus concebiam como inerentes aos povos não civilizados, Marx reverte, num tom irônico, como atributos da própria sociedade europeia.

Assim, ele encerra este seu artigo, trazendo no último parágrafo o “fetiche dos renanos”:

Para os *selvagens de Cuba*, o ouro era o *fetiche dos espanhóis*. Eles organizaram uma celebração para ele, cantaram em volta dele e em seguida o jogaram ao mar²². Caso tivessem assistido à sessão dos deputados renanos, os selvagens de Cuba não teriam considerado a *madeira* como o *fetiche dos renanos*? Porém, alguma sessão posterior lhes teria ensinado que o fetichismo está associado à zoolatria, e os selvagens de Cuba teriam jogado as *lebres* ao mar para salvar as *pessoas* (Marx, 2017, p. 127, grifos do autor).

Assim como, ao verem a sede dos espanhóis pelo ouro, os cubanos acreditavam que os espanhóis estavam a apresentar um novo deus a eles, por que não acreditariam também que os renanos estariam a apresentar um outro deus: a madeira, se ouvissem os depoimentos dos deputados na Assembleia em questão? Esta é a pergunta que Marx formula. Aqui Marx não se coloca como observador na comparação, mas coloca como observador o próprio povo “selvagem”. E não bastando a referência à madeira que é o objeto do debate sobre o qual trata todo o artigo, ele, de forma subliminar, se remete a outro debate que agitava a sociedade prussiana na época: a lei sobre os “delitos de caça”. Marx se refere a uma suposta apresentação do conceito de fetichismo que ocorreria numa sessão posterior, na qual seria dito que o fetichismo consistiria em *zoolatria* – não estaria e referindo à explicação dada por Hermes exposta em seu artigo anterior? – e depois arremata: então os cubanos não estariam a jogar madeira, mas *lebres* ao mar.

A *Gazeta Renana*, que já sofria uma forte vigilância por parte do

²² Em nota da editora, esclarece-se que este episódio em que os cubanos fazem um ritual no qual cultuam o ouro e o jogam ao mar acreditando que o ouro era o fetiche dos espanhóis, pode ser encontrado na página 36 da obra de Charles de Brosses acima mencionada (Boitempo, 2017).

governo prussiano desde o artigo sobre a Igreja Católica, agora, com a publicação deste novo artigo sobre a criminalização da coleta de madeira e sua grande repercussão, passa a sofrer represálias a ponto de ser ameaçada de fechamento pela Presidência Superior da Província do Reno. Os diretores tomam então a decisão de redirecionar a abordagem do jornal amenizando o teor crítico de seus artigos. Marx, no entanto, não se adequa aos parâmetros do jornal e pede demissão em 18 de março do ano seguinte. Poucos dias depois o jornal deixa de circular²³.

Este ano de 1842 foi, portanto, o momento da vida de Marx em que, ao analisar os problemas sociais de sua época elaborando estes artigos para a *Gazeta Renana*, ele põe à prova todo o conteúdo teórico que possuía até aquele presente momento, avaliando em que medida este conteúdo correspondia ou não à própria realidade. E ao se deparar com os limites daquele conjunto teórico, especialmente no andamento de seu último artigo, referente à lei sobre o furto de madeira²⁴, é que ele

²³ José Paulo Netto elucida sobre este momento em que se encerra a colaboração de Marx a este jornal, citando uma carta endereçada a Arnold Ruge na qual ele demonstra seu descontentamento: “Em 25 de janeiro de 1843, quando soube das providências das autoridades prussianas no sentido de proibir a *Gazeta Renana* – que seria fechada, como se viu, no fim de março –, Marx escreveu a Ruge: ‘Não posso empreender mais nada na Alemanha’ (a íntegra da carta encontra-se em K. Marx-F. Engels, MEW, ed. cit., vol. 27, 1965, p. 414-415)” (Netto, 2015b, p. 116 – nota 24). Esta decisão tomada em janeiro que, juntamente com a postura dos diretores da *Gazeta Renana*, levaram Marx a se demitir do jornal, anos mais tarde seriam externalizadas por ele no seu prefácio à *Contribuição à crítica da Economia Política*: “a ilusão dos diretores da *Gazeta Renana*, que acreditavam conseguir sustar a sentença de morte pronunciada contra seu periódico, imprimindo-lhe uma tendência mais moderada, ofereceu-me ocasião, que me apressei em aproveitar, de deixar a cena pública e me recolher ao meu gabinete de estudos” (Marx, 2008, p. 48).

²⁴ Também em seu *Prefácio ao Contribuição à crítica da Economia Política* de 1859 Marx explicita o quão determinante foi a elaboração daquele artigo em sua decisão de rever o arcabouço teórico que sustentava até então a sua compreensão do mundo: “Em 1842-1843, na qualidade de redator da *Rheinische Zeitung* (*Gazeta Renana*), encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais. Os debates do *Landtag* [parlamento – alemão] renano sobre os delitos florestais e o parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o sr. Von Schaper, então governador da província renana, travou com a *Gazeta Renana* sobre as condições de existência dos camponeses do Mosela, as discussões, por último, sobre o livre-câmbio e o protecionismo, proporcionaram-me os primeiros motivos para que eu começasse a me ocupar das questões econômicas” (Marx, 2008, p. 48).

toma então a decisão de se recolher ao seu “gabinete de estudos” e se debruçar não somente sobre os autores que até então embasavam as suas elucubrações, como, fundamentalmente, iniciar seus estudos sobre uma teoria que ele ainda desconhecia: a teoria da Economia Política²⁵. O realinhamento teórico marxiano neste período não pode, no entanto, ser adequadamente compreendido sem considerar dois outros fatores fundamentais que se conferiram exatamente neste momento de sua vida: o início de sua parceria e sua amizade com Friedrich Engels²⁶ e, muito em função desta parceria, a sua aproximação dos movimentos operários que afloravam na Europa naquele tempo. Foi este contexto que demarcou irreversivelmente a sua ruptura com a orientação política democrata radical e sua definitiva adesão ao comunismo.

Os resultados de seus estudos realizados entre os meses finais de 1843 e os primeiros meses de 1844 vieram à público na forma de artigos publicados em um periódico organizado por Marx em parceria com

²⁵ Na realidade, nos anos que se seguiram, o leque de temáticas sobre as quais Marx se dedicou foi muito além da retomada dos seus estudos de filosofia e dos seus primeiros estudos de Economia Política. Trata-se de uma diversidade de áreas do conhecimento que abrangia desde conteúdos de política e direito até mesmo estudos sobre mineralogia, agronomia, química, física, dentre outros tantos. E, não se pode deixar de mencionar, os socialistas franceses e alemães, com os quais travava debates que se materializaram em obras futuras de Marx as quais não somente apontam as limitações do socialismo tal como compreendido naquela época, mas igualmente corroboram para o desenvolvimento da teoria socialista com base em novos pressupostos incomparavelmente superiores. Sobre a bibliografia consultada por Marx naquela época, Mario Duayer, em sua *Apresentação* (Duayer, 2010) à publicação brasileira dos *Grundrisse* (Marx, 2011 [1857-1858]) pela editora Boitempo, fornece maiores elucidações. Sobre o debate de Marx e Engels com os socialistas da época e com a chamada “esquerda hegeliana”, *A Sagrada Família* (Marx; Engels, 2011 [1845]), *A Ideologia Alemã* (Marx; Engels, 2007 [1845]) e *A miséria da filosofia* (Marx, 2017 [1847]) permitem compreender e dimensionar o “acerto de contas” realizado pelos dois amigos.

²⁶ “Friedrich Engels (1820-1895) era filho de um industrial têxtil, que pretendia fazê-lo seguir a carreira dos negócios e, por isso, afastara-o do curso universitário. Dotado de enorme curiosidade intelectual, que lhe daria saber enciclopédico, Engels completou sua formação como aluno-ouvinte de cursos livres e incansável autodidata. Viveu curto período de hegeliano de esquerda e também sentiu o impacto da irrupção materialista feuerbachiana. Mas, antes de Marx, aproximou-se do socialismo e da Economia Política. O que ocorreu na Inglaterra, onde esteve a serviço dos negócios paternos e entrou em contato com os militantes operários do Partido Cartista. Daí ao estudo dos economistas clássicos ingleses foi um passo” (Gorender, 1981, p. X).

Arnold Ruge (1802-1880): os *Anais Franco-Alemães*. O primeiro artigo: *Para a questão judaica* (Marx, 2009 [1844]), foi redigido no final de 1843 em Paris e, o segundo: *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Introdução (Marx, 2005 [1844]), elaborado entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844; ambos publicados num único número deste periódico em março de 1844. Ainda em 1844 também é publicado o seu artigo *Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social"*. De um prussiano; este, porém, no jornal alemão *Avante!* vindo à público em dois números nos dias 7 e 10 de agosto de 1844²⁷.

Além destes textos encaminhados para publicação por Marx em vida, também foram publicados os seus cadernos de estudos, perfazendo neste período um conjunto de nove cadernos onde se encontram transcrições de passagens de obras de alguns dos mais destacados teóricos da Economia Política como Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823). Concomitantemente à escrita destes cadernos, consta deste período a elaboração de um conjunto de textos os quais foram postumamente publicados com o título *Manuscritos econômico-filosóficos*²⁸. Os resultados das investigações empreendidas sobre estes materiais são apresentados no item que se segue.

²⁷ É interessante notar a irredutibilidade com que Marx defende a sua posição diante dos acontecimentos políticos e suas repercussões naquela época. E em suas consequentes críticas não poupava sequer seus antigos parceiros intelectuais. O referido artigo, endereçado a ninguém menos que o próprio Arnold Ruge, simboliza esta sua rigorosidade e, fundamentalmente, o seu enraizamento no comunismo, concepção esta divergente de Ruge, um liberal democrata assumido. Para mais detalhes sobre este rompimento, recomenda-se o texto de Apresentação de José Paulo Netto acima mencionado (Netto, 2015b) e o texto de Ivo Tonet *A propósito de "Glosas Críticas"* (Tonet, 2010), texto de apresentação para a publicação brasileira da Editora Expressão Popular das *Glosas críticas marginais...* (Marx, 2010 [1844]).

²⁸ O conjunto destes cadernos de estudos de Marx de 1844 teve a sua primeira publicação na União Soviética pela *Marx-Engels-Gesamtausgabe* [Mega] no final dos anos 1920. No Brasil parte destes cadernos foi publicada pela Editora Expressão Popular, juntamente com os manuscritos elaborados por Marx no mesmo ano, com o título *Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* (Marx, 2015 [1844]). Para mais detalhes sobre as edições destes textos marxianos pela MEGA e pela MEGA 2, vale a consulta à nota de José Paulo Netto (2015b, p. 137 – nota 120).

Marx e o trabalho alienado

Os anos de 1843 e 1844 marcam o percurso intelectual de Marx de forma determinante e irrevogável. E não se trata de uma mera “correção de percurso” em que ele está a ajustar este ou aquele recurso analítico; consiste, fundamentalmente, do momento em que ocorre o realinhamento de seu referencial teórico e de sua prática política: o comunismo se apresenta a partir de então como sua referência teórico-política e como finalidade central de sua inflamada militância a qual se dedica até seus últimos dias de vida. Trata-se também do momento em que, aquele desconforto sofrido no ano anterior (1842) diante da insuficiência de respostas adequadas aos “chamados interesses materiais”, incita-o a estudos que não somente fá-lo revisitare os referenciais que até então embasavam as suas análises, como demarca o início de um dilema profundamente inquietante: por um lado a necessidade de uma rigorosa crítica ao maior referencial e grande mentor da filosofia alemã até então, e do qual ainda sofria significativa influência: Hegel; e por outro lado, diante da insuficiência de aporte teórico para a sua compreensão da realidade social, faz-se mister a busca de respostas na crítica ao que denominava ainda “economia nacional”. E, este percurso ele não estava a fazer sozinho: em um prefácio que redige a um possível livro²⁹ – que, em decorrência deste turbilhão de realinhamentos acaba

²⁹ Ao explicar as diferenças entre os *Cadernos* e os *Manuscritos*, José Paulo Netto esclarece que este último apresenta uma redação mais desenvolvida já que Marx possuía a intenção de redigir um livro sobre o que vinha estudando na época. Isto é sinalizado no prefácio ao terceiro dos *Manuscritos*: “Responde seguramente por esta distinção o fato de o autor estar projetando a redação de um livro, conforme assinalará no “prefácio” (proveniente do “Manuscrito III”). E, realmente, em inícios do ano seguinte (mais exatamente, a 1º de fevereiro de 1845), Marx assinala com o editor C. W. Leske, de Darmstad, um contrato para a edição, em dois tomos, de um livro de “crítica da política e da Economia Política” – tudo indica que de tal livro constariam textos elaborados à base da sua “Crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução” (a parte da “crítica da política”) e conteúdos dos *Manuscritos* (a parte da “crítica da Economia Política”). Já no segundo semestre de 1844, porém, a energia de Marx se concentra na crítica da filosofia alemã pós-hegeliana (de que logo proveio, com a colaboração de Engels e publicada em 1845, *A sagrada família...* e, na sequência, a preparação, também com Engels, d’*A Ideologia Alemã*, dada à luz só postumamente, em 1932) e o projeto daquele livro, em termos imediatos, não foi adiante” (Netto, 2015b, p. 49).

não sendo concluído – ele declara quem eram os personagens nos quais se amparava na época:

Entende-se por si que eu tenha utilizado, além dos socialistas franceses e ingleses, também trabalhos dos socialistas alemães. No entanto, os trabalhos alemães *originais* e com conteúdo para essa ciência reduzem-se – além dos escritos de Weitling – aos artigos de Hess publicados nas 21 folhas de impressão e aos “*Umrisse zur Kritik der Nationalökonomie*”³⁰ de Engels, nos *Anais franco-alemães*, onde igualmente eu aponte, de um modo muito geral, os primeiros elementos do presente trabalho.

Além disso, a crítica da economia nacional, tal como a crítica positiva em geral, deve a sua verdadeira fundação às descobertas de Feuerbach. Somente de Feuerbach data a crítica *positiva* naturalista e humanista (Marx, 2015 [1844], p. 239, grifos do autor).

Neste prefácio, redigido à altura de seu terceiro caderno dos *Manuscritos*³¹, ele anuncia a possibilidade de divulgar as suas primeiras considerações acerca da “economia nacional” e, para tanto, elucida a respeito das bases teóricas sobre as quais desenvolve as suas análises: Moses Hess (1812-1875), Weitling (1808-1871), Engels e, fundamentalmente, Feuerbach (1804-1872)³².

E alerta para a necessidade de uma crítica à filosofia hegeliana que supere a superficialidade dos “teólogos críticos”³³ de seu tempo,

³⁰ Trata-se do *Esboço de uma Crítica da Economia Política* de Friedrich Engels, publicado em janeiro de 1844 nos *Anais Franco-Alemães*.

³¹ Para maior fluência na leitura, sempre quando mencionados os *Manuscritos econômico-filosóficos* será utilizada a expressão *Manuscritos* e, quando mencionados os *Cadernos de Paris*, será utilizada a expressão *Cadernos*.

³² Cada um deles: Hess, Engels e Feuerbach, com a exceção de Heitling, serão aqui retomados, como se verá a seguir, para elucidação do percurso marxiano na temática do fetichismo.

³³ Mais uma vez Marx deixa evidente a sua utilização de termos do campo da religião para ironizar os seus oponentes: aqui “teólogos” são os filósofos neohegelianos sobre os quais, em parceria com Engels, no ano seguinte desenvolverá críticas mais elaboradas. Seguindo este mesmo recurso, não é por acaso que no próprio título de sua primeira obra em parceria com Engels é utilizada a expressão: “A Sagrada Famí-

denotando esta crítica como tarefa central naquele momento de seus estudos:

Considerei inteiramente necessário o capítulo conclusivo do presente escrito, a confrontação com a *dialética* e a filosofia *hegelianas* em geral, pois um tal trabalho não só nunca foi levado a cabo como nem uma só vez a sua necessidade foi reconhecida pelos *teólogos críticos* do nosso tempo (Marx, 2015, [1844], p. 240, grifos do autor).

Os *Cadernos*, em linhas gerais, consistem em anotações realizadas por Marx, principalmente de seus estudos sobre os economistas políticos mais reconhecidos na época. Não obstante o caráter destes cadernos – rascunhos com uma diversidade de trechos de diferentes autores –, neles se fazem presentes algumas das suas primeiras reflexões sobre este temário³⁴; reflexões estas notadamente norteadas por alguns de

lia”; como era de se esperar, não se tratará de um livro a respeito da Sagrada Família cristã, mas destes mesmos filósofos neohegelinos, bem como os socialistas da época aos quais a dupla alcinhará, com base em suas críticas, como “socialistas utópicos”.

³⁴ O leitor iniciado no estudo da obra magna de Marx, *O Capital*, ao realizar uma apreciação dos *Cadernos* e, em parte, dos *Manuscritos*, e verificar argumentações com base na lei da oferta e da procura, ou a ausência de distinção entre trabalho escravo e trabalho assalariado, ou a divisão social do trabalho como única determinação da elevação da força produtiva do trabalho, ou – e aí o que seria mais notável – a definição de capital como custos de produção e como acúmulo de riqueza, dentre outras inumeráveis observações que porventura poder-se-iam ser realizadas, levaria possivelmente a uma interpretação de que se tratariam de equívocos existentes nas elaborações marxianas em sua juventude. Entretanto, ao se observar o contexto em que se desenvolveu esta redação e a inteireza de seus escritos desta época: a evidência de que se tratam de notas de estudos *iniciais* acerca de um campo de conhecimento que até então era novidade a Marx: a Economia Política; nota-se que, ainda que ocorreram expressões nestes escritos de Marx que coincidam com aquelas utilizadas em suas obras posteriores, inclusive n’*O Capital*, estes cadernos se inserem exclusivamente no conjunto categorial das obras daqueles autores sobre as quais ele se debruçava naquela época. Trata-se, portanto, de conceitos *absolutamente* distintos daqueles verificados mais tarde, já que, diferentemente destes, a elaboração conceitual que Marx fará posteriormente lhe permitirá formular *a sua própria teoria*. Desta forma, pode-se neste sentido seguramente afirmar que o conteúdo da teoria verificada nos *Cadernos* não seria de forma alguma passível de ser cotejado à teoria marxiana formulada décadas depois enquanto possíveis diferenças entre um “jovem Marx” e um “Marx maduro”. Tal cotejamento só seria possível ser realizado por meio de uma relação entre a *teoria de Marx* – apresentada em sua forma mais desenvolvida n’*O Capital* –, e a teoria daqueles economistas políticos sobre os quais ele realizava as suas primeiras apre-

seus referenciais supracitados: o *Esboço* de Engels, as publicações de Moses Hess e as três obras mais importantes de Feuerbach: *A essência do cristianismo*, *Teses provisórias para a reforma da filosofia* e *Princípios fundamentais da filosofia do futuro*.

E no que concerne ao tema do fetichismo, não se pode deixar de notar a sua breve anotação a respeito das considerações de James Mill (1773-1836) sobre o dinheiro como intermediário da troca entre dois artigos. Inspirado num ensaio de Moses Hess³⁵, *Über das Geldwesen*³⁶, Marx atribui ao dinheiro um caráter divino; um objeto cultuado a ponto de se tornar um *deus* que, em sua relação com a propriedade privada, torna-se um ser místico correlato à Jesus Cristo. Dada a riqueza de detalhes da reflexão marxiana sobre o culto ao dinheiro nesta breve reflexão, vale a sua transcrição integral:

Ao caracterizar o dinheiro como o mediador da troca, Mill disse algo essencial. O que, antes de tudo, caracteriza o dinheiro não é o fato de a propriedade alienar-se nele: a *atividade mediadora* é que se aliena nele, é o movimento mediador, o ato humano, social, através do qual os produtos do homem se complementam uns aos outros; este ato mediador torna-se a função de uma *coisa material*, externa ao homem – uma função do dinheiro.

Através deste mediador externo, o homem, em lugar de ser ele mesmo o mediador para o homem, experimenta a sua vontade, a sua atividade, a sua relação com os outros como **uma potência independente de si mesmo e dos outros**. Chega aqui ao cúmulo da servidão. Não é surpreendente

ciações nos idos de 1844: Schulz, Buret, Smith, Ricardo, Sismondi, entre outros; coisa que, inclusive, ele próprio fez exaustivamente no decorrer de toda a sua trajetória teórica posterior.

³⁵ Em sua tradução dos *Cadernos de Paris* e *Manuscritos econômico-filosóficos*, a editora Expressão Popular oferece uma elucidação sobre o referencial teórico utilizado por Marx ao redigir esta passagem. Haja vista a utilização da edição de Maximilien Rubel nesta versão brasileira dos *Cadernos*, infere-se que a sigla MR ao final da nota refere-se às iniciais deste editor: “Marx formula aqui as mesmas ideias que Moses Hess apresenta em seu ensaio sobre o dinheiro (*Über das Geldwesen*), cujo manuscrito lera em finais de 1843. [MR]” (Marx, 2015, p. 200 – nota de rodapé).

³⁶ *Sobre o dinheiro* (tradução nossa).

que este mediador se converta em um **verdadeiro deus**, porque reina onipotentemente sobre as coisas para as quais ele me serve como intermediário. **Seu culto torna-se um fim em-si**. Separados deste mediador, os objetos **perdem o seu valor. Se, primitivamente, o dinheiro só tinha valor na medida em que representava os objetos, estes, agora, só possuem valor na medida em que o representam. Esta inversão da relação primitiva é necessária.** Este mediador é, por consequência, **a essência da propriedade privada que se perdeu a si mesma, que se alienou**; é a essência da propriedade privada tornada exterior a ela mesma, expulsa dela mesma, tanto como é a mediação entre as produções humanas, mas **uma mediação alienada**, a atividade genérica do homem separada do homem. Todos os caracteres que pertencem à atividade genérica da produção, próprios a esta atividade, são transferidos a este mediador. O homem se empobrece tanto mais como homem separado deste mediador quanto mais este se torna rico.

Cristo, primitivamente, *representa*: 1º) os homens diante de Deus; 2º) Deus para os homens; 3º) os homens para o homem.

De igual modo, o dinheiro – por definição – representa primitivamente: 1º) a propriedade privada para a propriedade privada; 2º) a sociedade para a propriedade privada; 3º) a propriedade privada para a sociedade.

Mas Cristo é o Deus *alienado* e o homem alienado. Deus só tem valor na medida em que o representa Cristo; o homem só tem valor na medida em que o representa Cristo. O mesmo vale para o dinheiro.

Por que a propriedade privada deve chegar ao *dinheiro*? Porque o homem, ser social, deve chegar ao intercâmbio e porque o intercâmbio – suposta a propriedade privada – deve chegar ao valor. De fato, **o movimento mediador do homem que intercambia não é um movimento social, humano**. Não é uma relação humana, mas a relação abstrata da propriedade privada com a propriedade privada, e esta relação abstrata é o *valor*, que só existe como tal enquanto *dinheiro*. Pois, **trocando, os homens não se comportam mutuamente como homens**, o *objeto* perde a sua significação de propriedade humana, pessoal. A relação da propriedade privada com a propriedade privada é já uma relação

em que a propriedade privada alienou-se de si mesma. O dinheiro, que encarna esta relação, é, conseqüentemente, a alienação da propriedade privada, a abstração da sua natureza *específica*, pessoal (Marx, 2015 [1844], p. 200-202, *itálicos do autor, negritos nossos*).

Ao analisar o dinheiro no interior da teoria de James Mill, Marx chama atenção para o fato de que não se trata apenas da evidência de que o dinheiro se torna o elemento mediador entre os produtos, mas o caráter que o dinheiro adquire de mediador das próprias relações entre os seres humanos. Ao tomar este posto de mediador, o dinheiro – uma coisa material – adquire um papel humano. Por isso, o homem experiencia a sua atividade por meio de uma “potência independente de si mesmo e dos outros”. E, desta forma, o dinheiro se apresenta como um deus: é o agente por meio do qual o homem tem acesso às coisas. Por meio desta ascensão como ser divino, ele então passa a ser cultuado: “Seu culto torna-se um fim em-si”. É a *essência alienada* da propriedade privada e dos homens, porque se autonomiza, se separa do homem, ao passo que as características humanas se transferem a este ser.

Trata-se de um movimento *necessário*: o intercâmbio não é humano, mas uma relação abstrata entre propriedades privadas. E esta relação se efetiva por meio de sua abstração: por meio do **valor “que só existe como tal enquanto dinheiro”**. Efetivamente, já não se trata da relação entre indivíduos, nem sequer da relação entre propriedades privadas. Ambos se *alienam*, são abstraídos porque o dinheiro “encarna esta relação”.

Ainda que não seja mencionado o termo “fetichismo” nesta passagem, é notável a similaridade desta descrição do culto ao dinheiro com aquelas abordagens realizadas em seus artigos redigidos no ano anterior nos quais qualificava como “fetichistas” a sociedade prussiana, ou os deputados da Assembleia da Colônia, tal como tratadas anteriormente. Aqui, no entanto, não se trata de um extrato social específico, mas da sociedade em geral na qual se verifica o dinheiro como instrumento de intercâmbio entre os produtos.

Todavia, ao dizer que não se trata apenas do dinheiro enquanto meio de intercâmbio entre os produtos, mas como mediador entre propriedades privadas e, fundamentalmente, como mediador externo das relações humanas, Marx identifica este atributo do dinheiro exclusivamente em decorrência do fenômeno da *alienação*³⁷ da propriedade privada e da *alienação* dos seres humanos. E não se trata somente do fato de que ocorrem estas formas de alienação, mas ainda, de que estas formas de alienação se fazem *necessárias*: “Esta inversão da relação primitiva é necessária”, pois, enquanto nas sociedades primitivas o objeto que servia de intercâmbio só tinha *valor* porque representava os produtos, agora são os produtos que passam a ter *valor* na medida em que representam o objeto de intercâmbio, o dinheiro.

Esta reflexão de Marx em seus *Cadernos* apresenta uma categoria norteadora de suas análises que não se evidenciava naquelas críticas desenvolvidas enquanto redator da *Gazeta Renana*: a *alienação*. Logo, estes escritos de 1844 demandam uma nova questão rumo à compreensão do caminho conceitual marxiano na sua elaboração teórica do fetichismo: o que é *alienação*³⁸?

O mote conceitual dos seus *Manuscritos* vai justamente se explicar em torno desta questão. Já no primeiro caderno³⁹ dos *Manuscri-*

³⁷ Sobre as traduções das expressões “*Entäusserung*” e “*Entfremdung*” vale a consulta aos esclarecimentos fornecidos por Marcelo Backes em sua nota à tradução brasileira d’ *A sagrada família*, ou, *A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes* (Backes, 2011).

³⁸ Evidentemente a *alienação* é um tema tratado amplamente em toda a história do pensamento filosófico, desde a filosofia clássica até os dias atuais, ganhando distintos conteúdos conceituais no interior de cada abordagem filosófica. Trata-se, neste contexto, de uma análise específica do conceito de alienação no interior da teoria marxiana, mais especificamente, no texto marxiano aqui analisado: os *Manuscritos econômico-filosóficos*.

³⁹ No primeiro caderno dos *Manuscritos*, em resumo, Marx apresenta – em forma de uma redação mais trabalhada – as suas primeiras críticas aos economistas políticos e aos socialistas alemães, franceses e ingleses, culminando, ao final deste caderno, numa explanação acerca da *alienação* com base na relação entre trabalho e propriedade privada. Ao tratar sobre os temas do salário e da propriedade fundiária, discorre sobre os antagonismos entre a classe capitalista, a classe trabalhadora e a classe dos

tos, na seção em que se dedica à análise da renda fundiária – ponto este que lhe instiga desde o seu artigo sobre o roubo de lenha, tal como aqui já mencionado – Marx, dialogando mais uma vez com Adam Smith, procura compreender a gênese da relação entre propriedade privada e a propriedade feudal. E para isso, encontra resposta, mais uma vez, na *alienação*.

Ele argumenta que a progressiva diminuição da renda fundiária propulsiona a concorrência entre os proprietários, o que acaba culminando na sobrevivência somente de algumas grandes propriedades fundiárias. Soma-se a isto o fato de que parte destas terras acaba passando a ser propriedade de capitalistas. A consequência é que *proprietário de terra* e *capitalista* se tornam *uma só pessoa* e, na totalidade da população, passa a predominar duas classes: a classe dos capitalistas e a classe dos trabalhadores. Eis a derrocada da velha aristocracia e a ascensão da “**aristocracia do dinheiro**”. Neste contexto, Marx mais uma vez retoma aquela noção de progresso histórico enquanto “necessidade” inerente ao desenvolvimento da *alienação da propriedade privada*, tal como abordado na sua explanação anterior sobre o culto do dinheiro:

Não partilhamos as lágrimas sentimentais que o romantismo chora sobre isto. Ele confunde sempre a infâmia que reside na *venda da terra* com a **consequência inteiramente racional, necessária, desejável dentro da propriedade privada** e que está contida na *venda da propriedade privada* da terra. Em primeiro lugar, já a propriedade fundiária feudal é pela sua essência a terra vendida, **a terra alienada** (*entfremdete*) do homem e que se lhe confronta por isso na figura de alguns poucos grandes senhores.

Na posse fundiária feudal reside já a dominação da terra como um **poder alienado** (*fremden*) **acima dos homens**. O servo é o acidente da terra. Do mesmo modo, o morgado, o primogênito, pertence à terra. Ela herda-o. Em geral, com a posse fundiária começa a dominação da propriedade pri-

proprietários de terra. Seu foco de análise está nas teorias de Adam Smith, Wilhelm Schulz, Pierre-Joseph Proudhon, Antoine-Eugène Buret, Constantin Pecqueur, Jean-Baptiste Say e David Ricardo.

vada, ela é a sua base (Marx, 2015 [1844], p. 295, itálicos do autor, negritos nossos).

Marx aponta a *alienação da terra do homem* como gênese do problema da concentração das terras nas mãos dos grandes proprietários fundiários, haja vista que a venda da terra é somente a consequência da anterior apropriação privada da terra. Esta apropriação da terra repercute – aqui no contexto do feudalismo – num domínio como poder *alienado* sobreposto aos homens. Neste contexto se caracteriza mais uma vez uma *inversão*: assim como ao tratar do culto ao dinheiro Marx caracterizava a *inversão* na qual os produtos passam a ter valor somente enquanto representam o dinheiro, aqui a *inversão* ocorre na relação entre os homens e a terra: morgado e primogênito *pertencem* à terra, ao passo que o servo não passa de um *acidente* dela.

E, finalmente, aquele problema ao qual se debatia no seu artigo redigido ao final de 1842, em que a tradição do *direito consuetudinário* dos ricos se opunha à tradição do *direito consuetudinário* dos pobres, tem aqui a resposta que emerge por hora: a base da posse fundiária é a *propriedade privada* que decorre da *alienação* da terra do homem.

A partir desta compreensão sobre o desenvolvimento da propriedade fundiária, que, como mencionado, culmina na predominância de duas classes, a dos capitalistas e a dos trabalhadores, Marx aponta uma tendência histórica: 1) considerando que na Inglaterra grande parte dos proprietários fundiários já se transformaram em proprietários industriais, 2) considerando a drástica redução de trabalhadores agrícolas, 3) considerando que grande parte dos arrendatários já se transformaram em proletários, 4) considerando a ruína dos proprietários rurais que restam e, por fim, 5) considerando a progressiva diminuição dos salários dos trabalhadores, a consequência necessária é só uma: “Isto conduz então **necessariamente à revolução**” (Marx, 2015 [1844], p. 303, grifos nossos).

Assim ele encerra por hora as suas análises sobre a “economia nacional”, por meio das quais discorre sobre o processo de gênese, desenvolvimento e desmoronamento da propriedade fundiária:

A propriedade fundiária tinha de se desenvolver de cada um desses dois modos, para em ambos experimentar a sua necessária decadência, como também a indústria tinha de se arruinar na forma do monopólio e na forma da concorrência para aprender a acreditar no homem (Marx, 2015, [1844], p. 302).

Após estas considerações, Marx então, traz à luz as bases teóricas sobre as quais discorreu as suas críticas. Em outras palavras: após explanar sobre o processo histórico de gênese, desenvolvimento e decadência da propriedade privada, ele passa a apresentar os pressupostos teóricos que conduziram as suas análises: a teoria da relação entre *trabalho alienado* e *propriedade privada*. E esta elucidação se faz necessária porque: “A economia nacional parte do fato da propriedade privada. Ela não no-lo esclarece” (Marx, 2015 [1844], p. 302).

Enquanto o “economista nacional” parte da propriedade privada como algo dado, como pressuposição e, portanto, acaba por cair numa “situação originária fictícia”, Marx argumenta que seu ponto de partida é o “fato nacional-econômico *presente*” e o fato presente é que quanto mais o trabalhador produz, mais pobre ele se torna, quanto mais é valorizado o “mundo das coisas”, mais se desvaloriza do “mundo dos homens”. E isto ocorre porque o trabalhador não somente produz mercadorias, *ele próprio é uma mercadoria*: “O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e **o trabalhador como uma mercadoria**, e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral” (Marx, 2015 [1844], p. 304, itálicos do autor, negritos nossos). Esta transformação do próprio trabalhador em mercadoria exprime o processo de *alienação* do ser humano em relação 1) ao produto do seu trabalho; 2) ao seu trabalho e, conseqüentemente, 3) ao *gênero humano* e 4) a si mesmo; esta é a determinação central sobre a qual se sustenta a relação entre trabalho alienado e propriedade privada.

A alienação em relação ao produto do trabalho – *alienação da coisa* – consiste no fato de que o fruto da objetivação, ou seja, do processo de produção, se converte na *perda* do objeto (do produto).

O ser humano só produz em função da natureza como seu *mundo exterior sensível*. É ela que fornece os meios de vida em geral (objetos do trabalho) e os meios de vida em seu sentido estrito (objetos de subsistência). Porém, na medida em que ele se *apropria* da natureza por meio de seu trabalho, estes recursos deixam de ser *objeto* da sua atividade; ele se *priva* dos *meios de vida*, eles deixam de lhe pertencer. Estes dois fatores – a privação dos *meios de vida* no sentido geral e a privação dos *meios de vida* no sentido estrito – propulsionam a inversão da relação entre o ser humano e o mundo exterior sensível: agora é o trabalhador que passa a ser *servo* do objeto que criou. E a culminância desta inversão se dá numa forma de *servidão* do trabalhador em que “ele só já como *trabalhador* se pode manter como *sujeito físico* e só já como *sujeito físico* é trabalhador” (Marx, 2015, [1844], p. 307, grifos do autor). A consequência é que a natureza se converte em um ser estranho que se lhe *confronta hostilmente*.

A alienação do produto do trabalho, porém, se revela apenas como um resumo da própria alienação do *processo de trabalho*, dado que a primeira consiste, na realidade, no resultado da segunda. A alienação do trabalho, então, consiste no fato de que o processo de trabalho é *exterior* ao trabalhador e, portanto, não pertence à sua *essência*. Não se trata mais de uma *livre iniciativa espiritual*, mas de uma atividade que passa a *coagir* o trabalhador porque ela se *autonomiza* e se volta contra ele.

Na medida em que a *vida humana* é a própria *atividade humana*, o trabalho alienado, por conseguinte, se revela como a *autoalienação* do homem. O trabalho se converte em uma *atividade* que já não mais pertence ao trabalhador, e assim o próprio trabalhador também já não se lhe pertence:

O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador aparece no fato de que ele não é [trabalho] seu, mas de um outro, em que **ele não lhe pertence, em que nele não**

pertence a si próprio, mas a um outro (Marx, 2015 [1844, p. 309, grifos nossos).

Contudo, o homem não é meramente um indivíduo abstrato, isolado do mundo exterior; ele é um *ser genérico*: um ser que em sua atividade, por um lado, transforma o objeto que produz em objeto de seu *gênero* e, por outro, em sua atividade também se afirma enquanto *gênero*, ou seja, enquanto um *ser universal*. É um ser que, assim como os outros animais, faz parte da natureza física e vive da *natureza inorgânica*, mas na medida em que faz do mundo sensível objeto de sua *consciência* e de sua *atividade*, mais universal ele se torna em relação aos outros animais e maior é o seu domínio sobre a sua natureza inorgânica. Desta forma, conforme os *meios de vida* se tornam parte de sua atividade, ele próprio se constitui como *natureza inorgânica*; ele faz da natureza seu *corpo inorgânico*.

Dado este caráter do homem enquanto *ser genérico*, visto que o *trabalho alienado* aliena o produto do trabalho humano, o processo de trabalho humano e, conseqüentemente, o próprio ser humano, ele também aliena o *gênero humano*. Assim, “torna-lhe a *vida genérica* meio de vida individual. Primeiro, aliena a vida genérica e a vida individual e, segundo, **torna a última na sua abstração finalidade da primeira**, igualmente na sua forma abstrata e alienada” (Marx, 2015 [1844], p. 311, itálicos do autor, negritos nossos). Deste modo, a atividade produtiva já não lhe aparece mais como *objeto de sua vontade*, mas somente como um *meio de vida*. Conforme a *abstração da vida individual* se torna a finalidade da vida genérica, a vida produtiva se torna um mero meio de satisfação de uma *necessidade*: aquilo que antes era *essência* se torna um *meio de sobrevivência*. Em consequência, aquela vantagem em relação aos outros animais se transforma em desvantagem:

Por isso, na medida em que arranca ao homem o objeto da sua produção, o trabalho alienado arranca-lhe a sua *vida genérica*, a sua real objetividade genérica, e transforma sua vantagem sobre o animal na desvantagem de lhe ser retira-

do o seu corpo inorgânico, a natureza (Marx, 2015 [1844], p. 313, itálicos do autor).

Ora, se o indivíduo em sua abstração se torna a finalidade da vida genérica, logo, o *outro homem* se torna a ele igualmente *alienado*. O outro homem se converte em um ser estranho que se lhe confronta: “Quando o homem se confronta a si próprio, enfrenta-o o *outro homem*” (Marx, 2015 [1844], p. 314, itálicos do autor).

Em síntese, a relação entre propriedade privada e trabalho alienado tem a sua caracterização por meio da alienação do produto do trabalho, da alienação do processo de trabalho, da alienação do ser genérico, da alienação de si mesmo e da alienação do outro homem. Assim ele expressa o *conceito da alienação do trabalhador e de sua produção*. Com base nesta caracterização, Marx então aponta a consequência de sua análise: se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, então ele pertence a *outro homem*. Deste modo, “através do *trabalho alienado, exteriorizado*, o trabalhador gera a relação de um homem alienado ao trabalho e postado (*stehenden*) fora deste trabalho. **A relação do trabalhador com o trabalho gera a relação daquele para com o capitalista**” (Marx, 2015 [1844], p. 317, grifos nossos). Se é o trabalho alienado que gera a relação do trabalhador com o capitalista, então, a *propriedade privada* é, assim, o *resultado* desta relação: “A *propriedade privada* é, portanto, o produto, o resultado, a **consequência necessária** do *trabalho exteriorizado*, da relação exterior do trabalhador com a natureza e consigo próprio” (Marx, 2015 [1844], p. 317, itálicos do autor, negritos nossos).

Ele conclui a partir de sua análise que por meio desta relação entre *trabalho alienado* e *propriedade privada* é possível compreender todas as demais categorias que subjazem ao terreno da economia nacional:

Tal como encontramos por *análise* o conceito de *propriedade privada* a partir do conceito do *trabalho alienado, exteriorizado*, assim todas as *categorias* nacional-econômicas podem ser desenvolvidas com a ajuda desses dois fatores,

e reencontraremos em cada categoria, p. ex., a mesquinha-ria (*Schacher*), a concorrência, o capital, o dinheiro, apenas uma expressão determinada e desenvolvida dessas primeiras bases (Marx, 2015 [1844], p. 319 – grifos do autor).

Ademais, na parte conservada do segundo caderno e no início do terceiro caderno dos *Manuscritos* Marx retoma – tendo agora elucidado as suas bases analíticas – a apreciação de alguns dos principais expoentes da economia política.

No que se refere ao uso do termo “fetichismo” no conjunto dos *Manuscritos*, Marx apenas menciona-o pontualmente em alguns momentos, como no início do terceiro caderno num contexto em que ele se refere mais uma vez a *Adam Smith*, atribuindo a ele, bem como à “economia nacional esclarecida” a descoberta do trabalho como *essência subjetiva da riqueza*, ainda que não compreendam a propriedade privada como uma *situação exterior* do homem. Segundo Marx, para estes teóricos da indústria moderna, os “discípulos do sistema mercantil e do sistema monetário” não passam de meros *servidores do fetiche*:

para a economia nacional esclarecida que descobriu a *essência* subjetiva da riqueza – no interior da propriedade privada –, aparecem como *servidores do fetiche* (*Fetischdiener*), como *católicos*, os discípulos do sistema mercantil e do sistema monetário, os quais estão cientes de que a propriedade privada é uma *essência somente objetiva* para o homem (Marx, 2015 [1844], p. 336, *itálicos do autor*).

Aqui, tal como nos diversos momentos em que Marx denomina os economistas da época como *teólogos* – como já mencionado – ele está a chamar atenção para a superficialidade analítica deste ou daquele teórico na temática tratada em cada contexto. Em determinados momentos de sua arguição, inclusive, não se trata dele mesmo alcunhando algum personagem com um viés religioso, mas da alusão dele a outro autor que está a utilizar este mesmo recurso. Nesta passagem, no caso, Marx está a alertar para o fato de que os próprios economistas políticos

consideram os discípulos do sistema mercantil e do sistema monetário como *servidores do fetiche* na medida em que estes últimos acreditam que a propriedade privada se constitui somente como *essência objetiva*, não levando em consideração o trabalho como *essência subjetiva* da propriedade privada⁴⁰.

Entretanto, ainda que Marx tenha caracterizado o *trabalho alienado*, ou seja, tenha apresentado o *conceito* de um fato nacional-econômico – tal como ele explica ao final de seu primeiro caderno dos *Manuscritos* –, ainda subjaz a questão sobre a fundamentação teórica que lhe permite descrever este conceito, ou seja, ainda não está dada a resposta para a pergunta: *o que é alienação*⁴¹?

É sabido que Feuerbach – como o próprio Marx explicita em seu prefácio presente no terceiro caderno dos *Manuscritos* acima citado – desempenha um papel central nas suas reflexões desenvolvidas neste

⁴⁰ Exatamente com esta mesma finalidade e com o mesmo conteúdo (a riqueza concebida somente como objeto exterior ao trabalho) Marx chega a mencionar o termo “fetichismo” pouco depois no mesmo caderno: “Mas enquanto o **fetichismo da velha riqueza exterior** (*äuserlichen*) e existindo apenas como objeto se reduz a um elemento muito simples da natureza, e a sua essência é já reconhecida na sua existência subjetiva, embora apenas parcialmente e de um modo particular, o progresso necessário é que a *essência universal* da riqueza seja reconhecida, e por isso o *trabalho*, na sua absolutidade completa, i. é, abstração, seja elevado a *princípio*” (Marx, 2015 [1844], p. 339, itálicos do autor, negritos nossos).

⁴¹ Não se pode ignorar a vultuosa produção realizada acerca da teoria da alienação em Marx na história do pensamento marxista; produção esta que abrange contribuições de alguns dos mais importantes referências marxistas, tais como György Lukács, Adolfo Sanchez Vásquez, István Mészáros, dentre tantos outros. Para acesso a uma detalhada lista de autores que se ocuparam desta temática, vale uma consulta à já mencionada *Apresentação* de José Paulo Netto (2015b) – especialmente às notas 13 (p. 110-114) e 107 (p. 132-133). No contexto do presente trabalho, no entanto, o tratamento dado ao conceito de alienação na obra marxiana se faz presente somente enquanto instrumento de elucidação ao tema aqui abordado: a teoria do fetichismo em Marx, principalmente considerando os resultados apresentados no primeiro capítulo referente às interpretações dos estudiosos na área da educação no Brasil sobre o conceito de fetichismo. Soma-se a isto o fato de que a alienação consiste numa categoria indispensável à análise de uma das obras que perpassa a constituição do pensamento marxiano, os *Manuscritos econômico-filosóficos*.

momento⁴², inclusive em sua caracterização do *trabalho alienado*, como a pouco descrito. É conhecido também o impacto do *Esboço* de Engels sobre a teoria marxiana⁴³ – influência esta que é reconhecida por Marx não somente aqui nos *Manuscritos*, mas rememorado por ele em suas obras posteriores⁴⁴. Entretanto, é no desenrolar de seus apontamentos no terceiro caderno dos *Manuscritos* que Marx oferece, senão a chave primordial, ao menos algumas elucidações extremamente relevantes acerca desta questão.

⁴² Jacob Gorender (1983) em sua *Apresentação* já aqui mencionada, oferece uma boa síntese, ainda que breve, sobre o contexto teórico em que Feuerbach se insere como participante das influências sobre o pensamento marxiano: “Em 1841, Ludwig Feuerbach dava a público *A Essência do Cristianismo*. O livro teve forte repercussão, pois constituía a primeira investida franca e sem contemplações contra o sistema de Hegel. O idealismo hegeliano era desmistificado e se propunha, em seu lugar, uma concepção materialista que assumia a configuração de antropologia naturalista. O homem enquanto ser natural, fruidor dos sentidos físicos e sublimado pelo amor sexual, colocava-se no centro da natureza e devia voltar-se para si mesmo. Estava, porém, impedido de fazê-lo pela alienação religiosa. Tomando de Hegel o conceito de alienação, Feuerbach invertia os sinais. A alienação, em Hegel, era objetivação e, por consequência, enriquecimento. A Idéia se tornava ser-outro na natureza e se realizava nas criações objetivas da história humana. A recuperação da riqueza alienada identificava Sujeito e Objeto e culminava no Saber Absoluto. Para Feuerbach, ao contrário, a alienação era empobrecimento. O homem projetava em Deus suas melhores qualidades de ser genérico (de gênero natural) e, dessa maneira, a divindade, criação do homem, apropriava-se da essência do criador e o submetia. A fim de recuperar tal essência e fazer cessar o estado de alienação e empobrecimento, o homem precisava substituir a religião cristã por uma religião do amor à humanidade.

Causador de impacto e recebido com entusiasmo, o humanismo naturalista de Feuerbach foi uma revelação para Marx. Apetrechou-o da visão filosófica que lhe permitia romper com Hegel e transitar do idealismo objetivo desde último em direção ao materialismo” (Gorender, 1983, p. IX).

⁴³ José Paulo Netto (2015b), referenciando-se em H. Chambre, denota a influência direta do *Esboço* de Engels na elaboração conceitual de Marx sobre a *alienação do produto do trabalho*: “como notou Chambre, nos mesmos *Manuscritos*, Marx desenvolveu a concepção de alienação do proletariado a partir da sua alienação diante do produto do trabalho, tal como Engels indica no “*Esboço...*” (cf. H. Chambre, prefácio a F. Engels, *Esquisse d’une critique de l’économie politique/Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie*. Paris: Aubier Montaigne, 1974)” (Netto, 2015b, p. 121).

⁴⁴ No prefácio à sua *Contribuição à crítica da economia política* ele se refere a este ensaio de Engels como um “genial esboço de uma crítica das categorias econômicas” (Marx, 2008 [1859], p. 50-51). Também em diferentes momentos do primeiro capítulo de sua obra *O Capital*, Marx se remete a excertos deste escrito engelsiano.

Após discorrer sobre o desenvolvimento histórico das sociedades humanas⁴⁵ e a culminância do *comunismo* como superação das relações baseadas no trabalho alienado e na propriedade privada – reflexão esta marcada por um humanismo profundamente inspirado em Feuerbach –, Marx se põe, neste ponto, a “dar algumas indicações tanto para o **entendimento e legitimação** da **dialética** hegeliana em geral quanto, nomeadamente, da sua exposição na **fenomenologia e lógica**, finalmente da relação com o movimento crítico recente” (Marx, 2015 [1844], p. 359, grifos nossos). Ou seja, Marx se propõe a uma análise da filosofia hegeliana compreendendo a sua pertinência enquanto método *dialético*, instrumento *lógico*, e como *fenomenologia*, bem como a sua relação com o *movimento crítico recente*.

Ele demarca primeiramente os pontos que considera como avanços da teoria de Feuerbach presentes em suas obras já mencionadas. Estes avanços consistem basicamente 1) na compreensão de que a filosofia, como até agora desenvolvida, se apresenta como a “religião trazida ao pensamento” – e, portanto, uma forma de *alienação* da essência humana; 2) no materialismo e no humanismo feuerbachianos; e 3) na superação da “negação da negação” de Hegel, já que Feuerbach apresenta um positivismo que “se funda sobre si próprio”, ou seja, sobre o ser humano enquanto tal, como se verá a seguir.

⁴⁵ E, nesta altura dos escritos marxianos, uma contextualização se faz necessária. Em suas reflexões sobre a história humana, defendendo uma perspectiva científica do surgimento do homem, Marx, com base na *Enciclopédia* de Hegel, menciona a teoria da *geração espontânea* como única teoria que, até então, se opôs ao criacionismo: “A *generatio aequivoca* é a única refutação prática da teoria da criação” (Marx, 2015 [1844], p. 357). Eis o Marx como um homem de seu tempo: a geração espontânea da Terra se apresenta como única oposição à teoria do criacionismo dos escritos bíblicos. À esta época não só Marx, como a ciência da natureza em geral ainda oferecia este tipo de resposta à compreensão da história do homem e da natureza. Não é de se admirar, deste modo, porque Marx e Engels celebram o lançamento em 1859 da obra de Charles Darwin *On the origin of species by means of natural selection or The preservation of favoured races in the struggle for life* (Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural ou A preservação das raças favorecidas na luta pela vida) (Darwin, 2018 [1859]). Em 1869, Marx escreve uma carta a Engels em que diz: “Embora escrito no rústico estilo inglês, este é o livro que contém a base, em história natural, para nossa tese” (Marx, 2001 [1869]).

A partir desta elucidação, Marx se lança a uma análise pormenorizada da obra *Fenomenologia do Espírito*⁴⁶ de Hegel, já que, segundo ele, esta obra consiste no “lugar de nascimento” e no “segredo” da filosofia de Hegel. Ao examinar esta obra em seu conjunto, ele a compara com outra obra hegeliana, a *Enciclopédia*⁴⁷, e caracteriza esta última como *auto-objetivação* do espírito filosófico, ou seja, a expressão, na realidade, do próprio “espírito do mundo” alienado que se manifesta por meio da abstração: “assim o espírito filosófico não é senão o espírito do mundo, pensante no interior da sua autoalienação, i. é, **[o espírito do mundo] alienado que se apreende abstratamente**” (Marx, 2015 [1844], p. 366, grifos nossos).

Para Hegel, enquanto a *natureza* se manifesta como autoperda, como externa ao pensar, como pensar abstrato *exteriorizado*, o *Espírito* – a autoconsciência – se explicita como um processo do pensar em constante regresso ao seu lugar. Este processo só possui validade enquanto movimento do *saber absoluto*. Assim, conclui Marx “a sua existência real [do espírito] é a abstração...” (Marx, 2015, [1844], p 367).

Após realizar esta apreciação da obra hegeliana, centrando-se principalmente no movimento de manifestação do *saber absoluto*, compreendendo-o como processo de *abstração pura* da consciência, relaciona este movimento com as contribuições de Feuerbach acima mencionadas. Marx verifica, então, que existe um mérito na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel: este consegue apreender as diferentes formas de *alienação* que ocorrem na vida humana – religião, poder do Estado, vida civil etc. –, porém, descreve estas formas apreendendo-as somente como formas inerentes ao pensamento abstrato.

Aquela constatação de Marx – ao comparar a *Fenomenologia do Espírito* com a *Enciclopédia* – de que a abstração do pensamento filosófico na realidade se trata da manifestação na consciência do próprio

⁴⁶ *Phänomenologie des Geistes*. (Hegel, 1832). Para uma versão brasileira da *Fenomenologia do Espírito*: (Hegel, 2016).

⁴⁷ *Encyclopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse* (Hegel, 1817).

mundo alienado, aqui se confirma no movimento da consciência e seu retorno ao *saber absoluto*:

A *alienação*, que forma portanto o interesse propriamente dito dessa exteriorização e da superação dessa exteriorização, é a oposição de *em-si* e *para-si*, de *consciência* e *autoconsciência*, de *objeto* e *sujeito*, i. é, **a oposição do pensar abstrato e da realidade sensível ou da sensibilidade real no interior do próprio pensamento** (Marx, 2015 [1844], p. 367, *itálicos do autor, negritos nossos*).

Na compreensão de Marx, portanto, a *alienação* como agente do processo de exteriorização e da consequente superação desta exteriorização, ou antes, a *alienação* como explicitação das oposições do *em-si* e *para-si*, da *consciência* e da *autoconsciência*, do *objeto* e do *sujeito*, constituem na realidade a oposição entre o pensar abstrato e a realidade sensível como tal: a expressão da *sensibilidade real* no pensamento.

A *apropriação* das “forças essenciais” do ser humano, que na factualidade do mundo alienado se convertem em *objetos alienados* (por exemplo, a religião, o Estado, a sociedade civil), se manifestam no *pensar puro* somente como *movimentos do pensamento*. A consequência é que para Hegel estas formas de alienação acabam por se resumir a *seres espirituais*. Assim,

A fenomenologia é por isso a crítica mistificadora, oculta e ainda não clara para si própria; mas, **na medida em que ela capta a alienação do homem** – ainda que o homem apareça apenas na figura do espírito –, **residem nela todos os elementos da crítica**, ocultos e frequentemente *preparados* e *elaborados* de um modo que excede de longe o ponto de vista de Hegel (Marx, 2015 [1844], 369, *itálicos do autor, negritos nossos*).

E mais, o movimento da consciência abstrata de apreensão do objeto (diferenciação da consciência) e o retorno, o movimento de identidade da autoconsciência com a consciência (o saber absoluto) perfazem a “dialética do pensamento puro” que na realidade expressam a *autgeração do homem como um processo*:

A grandeza da *Phänomenologie* de Hegel e do seu resultado final – da dialética, da negatividade como princípio motor e gerador – é, portanto, por um lado, que Hegel apreende a **autogeração do homem como um processo**, a objetivação (*Vergegenständlichung*) como desobjetivação (*Entgegenständlichung*), como exteriorização e como superação dessa exteriorização; que ele, portanto, **apreende a essência do trabalho** e concebe o homem objetivo, verdadeiro, porque homem real, como resultado do seu *próprio trabalho*. O comportamento *real, ativo*, do homem para consigo como ser genérico, ou o acionamento do seu ser genérico como um ser genérico real, i. é, como essência humana, só é possível pelo fato de ele realmente evidenciar (*herausschafft*) – todas as suas *forças genéricas* – o que, por sua vez, só é possível pelo operar conjunto dos homens, **somente como resultado da história –, a se comportar para com elas como objetos, o que por sua vez só é possível, em primeiro lugar, na forma da alienação** (Marx, 2015, [1844], p. 369-370, itálicos do autor, negritos nossos).

Desta forma, o mérito de Hegel se encontra tanto na apreensão da *autogeração* do homem, ou seja, do processo histórico humano, como também na compreensão da *essência do trabalho*, qual seja: *só é possível ser acionado o ser genérico real pela mediação histórica do comportamento do homem em relação às forças genéricas como objetos, este acionamento só pode se efetivar em decorrência da alienação.*

Evidencia-se, portanto, que não se trata aqui apenas da apropriação da teoria hegeliana como lógica, ou como método de pesquisa⁴⁸, mas da apropriação marxiana da *concepção de história* de Hegel, da

⁴⁸ Um adendo importante: não que ele não identificasse no interior da teoria hegeliana o método formal analítico; ele aqui já o reconhecia, ainda que, entretanto, a sua inspiração em Hegel neste momento fosse muito além do método: “Porque essa chamada negatividade não é senão a forma *abstrata, desprovida de conteúdo*, daquele ato vivo, real, o seu conteúdo pode ser meramente um conteúdo formal, gerado pela abstração de todo o conteúdo. São, por isso, as *fórmulas de abstração* universais, abstratas, que pertencem a qualquer conteúdo, por isso tanto indiferentes a todo o conteúdo como válidas para qualquer conteúdo, as formas de pensamento, as categorias lógicas, desprendidas do espírito *real* e da natureza *real*” (Marx, 2015 [1844, p. 385-386, itálicos do autor).

fenomenologia hegeliana⁴⁹. Logo, retomando-se as inversões tratadas anteriormente: aquela inversão **necessária** na relação de troca em que o homem passa a ser o servo do *dinheiro* ao passo que o *dinheiro* se transforma em um deus cultuado pelo homem, apresentada nos *CADERNOS DE PARIS*, ou aquela transição **necessária** da “aristocracia feudal” para a “**aristocracia do dinheiro**” abordada no primeiro caderno dos *Manuscritos*, ou aquela concepção de **comunismo** como **autoposse** do homem a partir da superação do *trabalho alienado* tal como verificado no terceiro caderno dos *Manuscritos*, ou, finalmente, as caracterizações elencadas do **trabalho alienado** decorrente do processo de **alienação de si**, de **perda de si**, do fato de que o homem **vende a si mesmo** como mercadoria para o capitalista, perpassam precisamente por esta compreensão do processo de desenvolvimento histórico do ser humano tal como evidenciada na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel. Ainda que em formas de categorias do pensamento abstrato – e em decorrência da própria inserção do filósofo⁵⁰ no mundo alienado –, Hegel, na compreensão marxiana, capta o movimento da história humana⁵¹ em sua objetivação e em sua superação.

⁴⁹ Neste aspecto, o próprio Marx esclarece, ainda em suas reflexões sobre o pensamento hegeliano: “A alienação efetivamente *real* [*wirkliche*], que aparece como *real* [*real*], antes não é segundo a sua *mais íntima* essência ocultada – e apenas pela filosofia trazida à luz – senão o *fenômeno* da alienação da essência humana real, da *autoconsciência*. Por isso, a ciência que concebe isto chama-se *fenomenologia*. Toda a reapropriação da essência objetiva alienada aparece, portanto, como uma incorporação na autoconsciência” (Marx, 2015 [1844], p. 372).

⁵⁰ “O filósofo – portanto ele próprio uma figura abstrata do homem alienado – erige-se como o padrão do mundo alienado” (Marx, 2015 [1844], p. 367, itálicos do autor).

⁵¹ E o próprio Hegel apresenta de forma cristalina a sua concepção de história, advinda da necessidade de *diferenciação* do espírito; diferenciação que culmina no conceito (tempo) e no conteúdo (*Em-si*): “Assim, pois, enquanto o espírito é necessariamente esse diferenciar dentro de si, seu todo intuído se contrapõe à sua consciência-de-si simples. E já que esse todo é o diferenciado, diferencia-se em seu conceito puro: no tempo, e no conteúdo – ou no *Em-si*. A substância, como sujeito, tem nela a necessidade, *inicialmente interior*, de apresentar-se nela mesma como o que ela é *em si*, como *espírito*. **Só a exposição completa e objetiva é, ao mesmo tempo, a reflexão da substância, ou seu converter-se em Si. Portanto, o espírito não pode atingir sua perfeição como espírito consciente-de-si antes de ter-se consumado em-si, antes de ter-se consumado como espírito do mundo.**” (Hegel, 2016, p. 526, itálicos do autor, negritos nossos).

Porém, Marx detecta duas limitações na *Fenomenologia do Espírito*: Hegel, assim como os “economistas nacionais” só concebe o “lado *positivo*” do trabalho e, diretamente relacionada a esta primeira limitação, Hegel compreende o processo de reapropriação da essência objetiva, não somente como superação da *alienação*, como a superação da própria objetividade. A resposta que Marx formula é emblemática:

Quando o *homem* real, corpóreo, de pé sobre a terra bem redonda e firme, expirando e inspirando todas as forças da natureza, *põe*, pela sua exteriorização, as suas *forças essenciais* objetivas, reais, como objetos alienados, o *pôr* não é sujeito; é a subjetividade de forças essenciais *objetivas*, cuja ação tem por isso de ser também uma *ação objetiva* (Marx, 2015 [1844], p. 374-375, grifos do autor).

Eis o ponto de partida não somente para a crítica a Hegel, mas para uma nova emergência ao pensamento marxiano: “o *pôr* não é *sujeito*”; faz-se necessário, portanto, compreender as forças essenciais objetivas, reais, da história, conceber a atividade humana como *determinação histórica*, para além de qualquer *formalismo filosófico*⁵².

Aqui se encontra o núcleo fundamental por meio do qual Marx realizará no decorrer de décadas seus aprofundamentos nos estudos da Economia Política: o materialismo como ponto de partida de sua compreensão da sociedade capitalista; materialismo que, progressivamente, se distancia de forma irrevogável daquele materialismo feuerbachiano no qual ele se inspirava, convertendo-se numa teoria social sui generis, que se apresentará em sua forma mais acabada na sua obra *O Capital*.

Poder-se-ia a partir daqui trazer a este conjunto expositivo as demais obras escritas por Marx, bem como aquelas desenvolvidas por ele em parceria com Engels; indubitavelmente, *A Sagrada Família...* (Marx;

⁵² E aqui é deveras relevante alertar que não se trata de uma possível “superação” da filosofia, mas do aprofundamento teórico que permita a não subsunção da história a formas categoriais ideais, como ocorre no enfoque hegeliano, tal como aqui explicitado. Superação esta que Marx já demonstra por meio de alguns lampejos essenciais nesta altura de seus estudos e que se aprimorará incomparavelmente em suas obras posteriores.

Engels, 2011 [1845]), *A Ideologia Alemã* (Marx; Engels, 2007 [1845-1846]), a *Miséria da Filosofia* (Marx, 2017 [1847]), o *Manifesto do Partido Comunista* (Marx; Engels, 2010 [1848]), *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 2011 [1852]), são obras que evidenciarão os primeiros desdobramentos das sinalizações apontadas acima. No entanto, este balanço da produção teórica marxiana realizada no decorrer dos anos 1842-1844, além de já possibilitar elucidacões acerca de pontos cruciais de suas bases teórico-metodológicas e teórico-políticas – notadamente no que concerne às continuidades e às rupturas de tais bases –, também permite levantar algumas consideracões acerca da temática do fetichismo que, certamente, se confirmariam em uma análise pormenorizada dos anos posteriores de sua producao teórica. Não obstante se tratar de um curto período de amostragem analítica, precisamente este período acaba por evidenciar as primeiras peculiaridades em relação ao uso do termo “fetichismo” na trajetória de Marx.

Primeiramente, se faz necessário um critério de análise que não se aplica somente ao tema do fetichismo, mas a toda e qualquer apreciação que almeje alguma rigorosidade científica: a compreensão de determinado conceito no interior do conjunto categorial no qual ele se desenvolve. Assim, o estudo da temática do fetichismo não pode estar desvinculado da abordagem dos diferentes contextos conceituais nos quais ele se insere. Não é possível, ao se alçar ao uso deste conceito, trata-lo indistintamente, mencionando-o com base em um mero recurso de *ocorrências* da expressão nesta ou naquela obra marxiana. E isto leva à segunda observação: há de se distinguir entre o “fetichismo” como expressão utilizada para fins literários, ou seja, o fetichismo como expressão *metafórica* no interior de uma abordagem claramente embebida numa linguagem sarcástica, do fetichismo constituído com um estatuto especificamente conceitual, desenvolvido estritamente vinculado a uma metodologia expositiva de uma determinada teoria. Desta forma, quando Marx – assim como outros personagens citados por ele – refere-se, por exemplo, aos *servidores do fetichismo* do sistema mercantil, que concebem a riqueza sem qualquer vinculacão com o trabalho, ele

está a empregar o mesmo conteúdo à expressão “fetiche” que tradicionalmente se fazia presente naquela época, direcionando-a, porém, não ao fetichismo dos “povos primitivos” tal como abordado pelo filósofo Charles de Brosses, como visto anteriormente, mas inversamente, à própria sociedade burguesa na qual se insere. Tal *inversão* no destinatário do “fetichismo” não significa, no entanto, a constituição de uma nova teoria, mas a apropriação de um conceito já amplamente utilizado na filosofia para se remeter de forma irônica⁵³ à própria sociedade no interior da qual esta filosofia é gestada. Muito diverso é o uso que ele atribui ao “fetichismo” décadas mais tarde, como se verá a seguir.

Entretanto, antes de se encaminhar para a exegese a respeito da *teoria do fetichismo* em sua forma acabada, é necessário pontuar ainda a respeito dos textos que serviriam de antessala à exposição final da referida teoria, ou seja, os escritos que antecederam a primeira publicação d’*O Capital*: os rascunhos de 1857-1858, postumamente publicados sob o título *Grundrisse* (Marx, 2011 [1857-1858]), e o *Contribuição à crítica da Economia Política* (Marx, 2008 [1860]).

Uma análise pormenorizada destes dois escritos certamente traria algumas elucidações não somente sobre a gênese deste conceito, como sobre uma série de elementos que constituem a teoria marxiana na obra *O Capital*, demonstrando, antes de mais nada, o progressivo aprofundamento teórico de Marx efetivado entre 1857 (início da redação dos *Grundrisse*) e 1867 (data da sua primeira publicação d’*O Capital*), perfazendo um período de dez anos de estudo e aprimoramento de sua teoria. No entanto, entre despender-se a ponderações a respeito do processo de refinamento conceitual da teoria marxiana no decorrer destes dez anos e dedicar-se à própria teoria em sua forma mais aprimorada, ou seja, no conjunto expositivo que perfaz *O Capital*, urge, sem mais delongas, a análise d’*O Capital*.

⁵³ Evidentemente, o caráter *reflexivo* que Marx confere a este termo não deixa de explicitar uma genial inversão metafórica, inserida, por sua vez, num contexto no qual ele está a levantar os seus primeiros questionamentos à sociedade burguesa, tal como tratado anteriormente.

3

O FETICHISMO EM O CAPITAL DE KARL MARX

Trabalho morto

*Cérebro, nervos e músculos...
meu corpo explode em coisas que não sou eu.
Os seres humanos fazem coisas maravilhosas
que os transformam em coisas terríveis.*

M – D – M

Disse – Me – Deus

D – M – D

*E Deus não mais existe
O Diabo expulso do céu... resiste.*

D – M – D'

*E as coisas caminham com seus pés
suas almas cheiram a sangue
quando se vendem em cada esquina.*

*Saíram de mim por cada poro
fugiram de mim pelo cansaço
romperam meu corpo de carne
fluido de óleo... pele de aço.*

*Ganham vida roubando a minha.
assumem porque abdicó
falam porque me calo
fetichizam porque reifico.*

*Sou eu que me olho da coisa
já fui ela, mas me esqueço
É a vida que olho no corpo da coisa,
mas, morto... não reconheço.*

MAURO IASI

Alguns esclarecimentos se fazem necessários antes de se seguir à exposição acerca da obra *O Capital* de Karl Marx e os resultados obtidos na investigação realizada sobre o conceito de fetichismo tal como se apresenta nesta obra.

Primeiro: as linhas que se seguem não têm qualquer objetivo de alçar-se como uma – ou mais uma – possível interpretação da referida obra, com supostas orientações “facilitadoras” à compreensão da mesma. Neste aspecto, a forma expositiva do conjunto conceitual preparada pelo próprio autor consiste, indubitavelmente, no instrumento mais adequado à apreensão do objeto em questão. Qualquer pretensa “facilitação” incorreria – e incorre por vezes – no risco de descaracterização e na conseqüente fuga do universo categorial d’*O Capital*. Desta forma, a exposição que se segue tem como objetivo unicamente trazer a base teórica sobre a qual se sustenta a compreensão de fetichismo que serve de fundamentação às considerações acerca da análise empreendida sobre as produções brasileiras na área da educação que reivindicam o aporte teórico deste conceito tal como se apresenta na obra *O Capital*; discussão a ser explicitada no capítulo posterior.

Segundo: ao realizar o estudo da obra *O Capital* com o objetivo de se vislumbrar os principais aspectos que envolvem o conceito de fetichismo, verificou-se a imprescindível relação deste conceito com o *conjunto categorial* que perfaz esta obra, bem como a necessária atenção ao *método expositivo* marxiano inerente a ela; método este que, como se verá, compreende as diferentes determinações do objeto central desta obra, qual seja, o próprio capital, abarcando desde as suas determinações mais abstratas às suas determinações mais concretas. Desta forma, notou-se que o fetichismo não se apresenta somente como um termo utilizado ao final do capítulo primeiro desconectado do conjunto categorial abordado, mas fundamentalmente, como uma categoria central articulada com o desenvolvimento de todo o conjunto conceitual delineado no transcorrer da exposição. Assim, para a apresentação dos resultados obtidos no presente estudo, fez-se necessário discorrer, em

linhas gerais, sobre o percurso conceitual transcorrido pelo autor por meio do qual se desdobra o fetichismo em suas diferentes expressões. Isto poderá contribuir para uma melhor elucidação a respeito das diferentes caracterizações dadas ao fetichismo no decorrer da obra.

Terceiro: acredita-se que somente a caracterização dos diferentes contextos da obra em que se explicita de forma direta o fetichismo é de-veras insuficiente para a compreensão de tal categoria, já que repercute necessariamente numa exposição fragmentada de suas expressões. O fetichismo, neste sentido, só pode ser captado por meio de uma análise que vislumbre as suas determinações, seu desenvolvimento conceitual e sua articulação com a categoria capital. No entanto, considerando a abrangência da referida obra, tal como mencionada na introdução deste livro, e evitando incorrer nas mesmas “interpretações” aligeiradas d’*O Capital*, tal como dito acima, optou-se, nesta explanação, por uma exegese centrada nas seções iniciais da referida obra. Será tratado, portanto, o conjunto conceitual que compreende os capítulos primeiro ao oitavo d’*O Capital*, atentando-se para os dois aspectos a pouco mencionados: o universo categorial em sua inteireza e o método expositivo inerente a esta obra. Levando em consideração estes dois aspectos, acredita-se que a exposição não sofrerá qualquer prejuízo quanto à apreensão de seu objeto: o fetichismo. A demonstração panorâmica das deduções obtidas será explicitada pormenorizadamente no item final deste capítulo.

E, por fim, quanto a possíveis ressalvas em relação à complexidade das categorias marxianas que se seguem, que venham a reivindicar pelo uso de recursos mais “didáticos” à sua apresentação, faz-se relevante a advertência de Karl Marx em seu prefácio à edição francesa d’*O Capital*:

Essa é uma desvantagem contra a qual nada posso fazer, exceto prevenir e acautelar os leitores sequiosos da verdade. Não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos (Marx, 1983 [1872], p. 23).

A Mercadoria

Marx inicia a sua exposição contextualizando o seu objeto: as *sociedades onde domina o modo de produção capitalista*. Neste sentido, todo o conjunto teórico trata de uma forma social específica, a qual por vezes o autor denomina “sociedade burguesa”, ou “sociedade capitalista”. É importante considerar este ponto já que, ainda que no decorrer da obra sejam citadas sociedades precedentes, estas servem somente como recurso para evidenciar as especificidades da sociedade onde o capital se impõe como modo de produção dominante. Do início ao fim, portanto, desta obra, o autor está a tratar desta forma social específica, ainda que lançando mão de graus de abstração em diferentes níveis, tal como se evidencia em diversos momentos da exposição.

Desde o início da obra se explicita o seu método de exposição. Ainda que seu objeto de análise seja o capital, a exposição se inicia pela análise da mercadoria. A explicação pode ser conferida no decorrer de sua obra, por exemplo, ao final do primeiro capítulo, no item *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo* em que ele diz que: “a forma mercadoria é a forma mais geral e menos desenvolvida da produção burguesa” (Marx, 1983, p. 77). Assim, ele inicia a sua obra pela forma com que *aparece* a riqueza na sociedade onde domina o modo de produção capitalista: “como uma imensa coleção de mercadorias”. A mercadoria é a “célula” deste modo de produção, a forma com que imediatamente ele se apresenta, justamente por ser a “forma mais geral e menos desenvolvida”. Por isso se desenvolve um percurso que se inicia na mercadoria com o objetivo de evidenciar por completo ao final da trajetória o capital.

Se a riqueza se apresenta como o conjunto das mercadorias, sendo a mercadoria individual a sua forma elementar, as mercadorias, no entanto, não se definem somente por constituírem-se como riqueza. Ainda que sejam objetos que satisfazem necessidades humanas tanto de ordem física como de ordem espiritual, ou seja, consistam em valores de uso, estes valores de uso também são “os portadores materiais do – **valor de troca**” (Marx, 1983, p. 46, grifos nossos).

Enquanto valores de troca as mercadorias à primeira vista parecem conter uma contradição: por um lado aparentam casualidade já que os valores de troca são mutáveis, por outro lado os valores de troca aparentam ser inerentes à própria forma mercadoria.

O valor de troca apresenta uma condição imprescindível à análise da mercadoria: ela enquanto produto singular não explicita o seu caráter; sua unidade mais simples, portanto, consiste na relação entre duas mercadorias. É somente lançando mão deste ponto de partida que se torna possível empreender a análise da dinâmica desta forma.

Ao se estabelecer a comparação entre mercadorias, vê-se que esta equiparação só é viabilizada porque existe algo que as iguala. Porém, este elemento que as iguala não consiste em si em nenhuma delas, já que é condição para que sejam equiparadas o fato de serem mercadorias distintas entre si. O que as iguala, portanto, está presente em cada mercadoria e, ao mesmo tempo, é um elemento distinto de cada uma delas; elemento este que viabiliza a relação enquanto valores de troca. Para que a relação possa ocorrer independentemente da mercadoria que esteja presente nesta relação, tudo o que diz respeito à sua caracterização como valor de uso é necessariamente abstraído. Portanto, para que se realizem como valores de troca, estas devem ser abstraídas enquanto valores de uso. Abstraído todas as suas características úteis, resta apenas a característica de serem frutos do trabalho. Porém, assim como as suas características úteis foram abstraídas, igualmente as características úteis dos trabalhos nelas empreendidos são abstraídas, restando apenas o fato destes trabalhos consistirem em *trabalho humano abstrato*. Desta forma, Marx apresenta o trabalho independentemente de toda e qualquer forma de qualificação específica, dado o objetivo de produzirem-se mercadorias.

Feita tal abstração de todas as características úteis dos produtos do trabalho e de todas as características úteis dos trabalhos que os produziram, resta a estes produtos apenas uma “mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado”,

a cristalização de dispêndio de força humana de trabalho em geral, a qual Marx denomina “*valores mercantis*”.

Consequentemente, medir a grandeza destes valores para que sejam comparados significa considerar as quantidades existentes desta substância do valor. Se esta é o trabalho, as quantidades dizem respeito às unidades de tempo. Assim, as *grandezas de valor* são dadas pelo tempo de trabalho humano abstrato.

No entanto, não se trata do tempo de trabalho despendido na produção de cada mercadoria singular, mas, considerando o trabalho como trabalho humano em geral, trata-se do trabalho social médio necessário à produção desta mercadoria num determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e numa dada intensidade média de trabalho existente no contexto em que se advém estas determinadas forças produtivas. Por isso a grandeza do valor de uma determinada mercadoria é dada pelo tempo gasto em média na sua produção. Trata-se, portanto, do “*tempo socialmente necessário*” à produção.

As forças produtivas, por sua vez, abrangem um conjunto de fatores, dentre eles a habilidade dos trabalhadores, o desenvolvimento científico e tecnológico, as condições impostas pela natureza, o grau de desenvolvimento geral do processo de produção e dos meios de produção. O conjunto destes fatores caracteriza o grau em que se encontram as forças produtivas que, por sua vez, repercute sobre o processo produtivo e o tempo necessário à produção das mercadorias.

Considerando o objetivo da produção, coloca-se como condição na equiparação entre mercadorias que estas sejam mercadorias distintas, valores de uso diversos, caso contrário, o intercâmbio entre mercadorias não ocorreria. Por outro lado, o valor não é verificado no valor de uso das mercadorias:

Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam **expressões da mesma unidade social de trabalho humano**, pois sua objetividade de valor é **puramente social**

e, então, **é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria**. Partimos, de fato, do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar à pista de seu valor aí oculto (Marx, 1983, p. 54, grifos nossos).

O valor das mercadorias não possui qualquer relação com a sua objetividade natural, com a sua corporalidade; a objetividade do valor é puramente social. Neste sentido, a forma com que o valor aparece necessariamente é "*numa relação social de mercadoria para mercadoria*". E é pela forma dinheiro que se evidencia imediatamente esta relação. No entanto, a forma dinheiro em si não explicita o que é o valor; na realidade o oculta. Portanto, para desvelar o valor é necessário partir da expressão mais simples da troca, sendo esta a relação entre duas únicas mercadorias: a mercadoria na *forma relativa* e a mercadoria na *forma equivalente*.

As formas relativa e equivalente, ao mesmo tempo em que são inseparáveis, são mutuamente excludentes. Por um lado, não é possível a existência de uma sem a outra, por outro lado, a forma relativa se encontra em oposição à forma equivalente. São polos da mesma expressão porque são caracteres opostos que constituem uma única forma: a forma mercadoria em sua mais elementar expressão. Então é exposto o seu caráter: elas se repartem entre as diversas mercadorias pela expressão de seu valor. Este atributo, esta condição, pertence a todas as mercadorias, independentemente de seu valor de uso. Portanto, necessariamente a relação entre a forma relativa e a forma equivalente é o cerne da relação entre todas as mercadorias. Estes dois polos são imprescindíveis porque a forma relativa não se expressa em si mesma e, por sua vez, a forma equivalente não expressa o seu próprio valor. A mercadoria possui forma relativa porque se realiza somente em relação com outra, a forma equivalente. A forma equivalente se realiza porque expressa o valor da forma relativa. Ela por si mesma não expressa, em seu corpo, o seu valor, apenas "empresta o seu corpo" para a expressão de valor de outra mercadoria.

Ao equiparar estas mercadorias, está-se a equiparar o trabalho socialmente necessário à produção destas mercadorias, que se cristaliza como valor na objetividade social das mercadorias. Se o trabalho abstrato é a substância do valor, esse em si mesmo não é valor. Somente enquanto forma de “objetividade”, ou enquanto concretizada a sua finalidade, ele se torna valor. Para expressar o valor de uma mercadoria, o trabalho precisa estar materializado. Assim, a mercadoria que assume a forma de equivalente empresta o seu corpo para expressar o valor da mercadoria que se encontra na forma relativa, ou seja, se encontra diante dela para expressar este trabalho abstrato cristalizado.

A mercadoria que possui a forma equivalente apresenta em seu corpo, então, a forma de valor. A mercadoria na forma relativa expressa o seu valor por meio do corpo da mercadoria na forma equivalente. A mercadoria equivalente passa a ter, assim, somente a função de expressar o valor da mercadoria que possui forma relativa. *Não se expressa, portanto, a relação entre as grandezas de valor como tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, mas como determinado quantum de uma coisa.* Tão logo uma mercadoria assume a forma de equivalente, “sua grandeza de valor não adquire nenhuma expressão como grandeza de valor. Ela figura na equação de valor muito mais apenas como determinado quantum de uma coisa” (Marx, 1983, p. 59). Assim, a relação se estabelece de tal forma que:

Como valor de uso é o linho uma coisa fisicamente diferente do casaco, como valor é algo igual ao casaco e parece, portanto, como um casaco. Assim, o linho recebe uma forma de valor diferente de sua forma natural. **Sua existência de valor aparece em sua igualdade com o casaco, assim como a natureza de carneiro do cristão em sua igualdade com o cordeiro de Deus** (Marx, 1983, p. 57, grifos nossos).

Dado que o valor não é a forma natural da mercadoria, mas uma expressão social, já que se trata de trabalho humano abstrato cristalizado, a existência do valor que expressa esta igualdade na relação se compara à “natureza de carneiro do cristão em sua igualdade com o

cordeiro de Deus”, sendo tanto a primeira como a segunda relação expressões puramente sociais.

Outros fatores também repercutem sobre o modo com que a mercadoria se expressa. Dentre estes, pode-se verificar, por exemplo, as mudanças na grandeza do valor das mercadorias que se encontram na posição de mercadoria na forma relativa; estas mudanças podem culminar numa expressão que não coincida com a sua *expressão* na forma equivalente. O valor, desta forma, não necessariamente coincide com a sua *expressão* relativa.

Outro fator se encontra nos desdobramentos desta forma simples que culminam na forma dinheiro. A forma simples do valor da mercadoria é somente uma forma embrionária que, por meio de metamorfoses, se desenvolve para a sua forma mais acabada, a *forma dinheiro*. O processo destas metamorfoses, no entanto, pode não somente não chegar a explicitar a relação entre uma e outra forma, como pode repercutir num caráter *enigmático*:

Daí o enigmático da forma equivalente, que de início fere o olhar burguês rústico de economista político, tão logo esta se apresenta a ele, já pronta, sob a forma dinheiro. Então, ele busca explicações que ponham de lado o **caráter místico** de ouro e prata, substituindo-os por mercadorias menos ofuscantes, e salmodiando, com sempre renovado prazer, o catálogo das mercadorias vulgares, que em outros tempos desempenharam o papel do equivalente de mercadorias. Ele não suspeita que a mais simples expressão de valor, como 20 varas de linho = 1 casaco, já dá a solução do **enigma da forma equivalente** (Marx, 1983, p. 60-61, grifos nossos).

O enigma é desvendado por esta relação simples porque é por meio desta relação simples que se alcança a substância desta relação:

Na forma de alfaiataria como na forma de tecelagem é despendida força de trabalho do homem. Ambas as atividades possuem, portanto, a propriedade geral do trabalho humano e, por conseguinte, em determinados casos, como, por

exemplo, na produção de valor, podem ser consideradas somente sob esse ponto de vista. Tudo isso não é misterioso. **Mas na expressão de valor da mercadoria a coisa torna-se distorcida.** Por exemplo, para expressar que a tecelagem, não em sua forma concreta como tecelagem, mas sim em sua propriedade geral como trabalho humano, gera o valor do linho, ela é confrontada com a alfaiataria, o trabalho concreto que produz o equivalente do linho, como a forma de realização palpável do trabalho humano abstrato (Marx, 1983, p. 61, grifos nossos).

A relação “20 varas de linho = 1 casaco” possui em sua substância o trabalho concreto expressando – como “forma de realização palpável” – o seu contrário: o trabalho abstrato. O trabalho concreto da alfaiataria se coloca em igualdade em relação ao trabalho da tecelagem. Assim, se verifica que “é, portanto, ainda que trabalho privado, como todos os outros, trabalho que produz mercadorias, por conseguinte, trabalho em forma diretamente social” (Marx, 1983, p. 61). É *trabalho privado* que se converte em seu contrário: “*trabalho em forma diretamente social*”.

Neste sentido, com a metamorfose da relação simples em *forma geral do valor*, aquela representação da forma relativa na relação com a forma equivalente em que o trabalho privado contido na mercadoria na forma equivalente se expressa como forma diretamente social por estabelecer a sua relação com a mercadoria na forma relativa, agora se transforma numa relação geral que estrutura o mundo das mercadorias:

A tecelagem, o trabalho privado que produz linho, encontra-se, ao mesmo tempo, em forma social geral, na forma da igualdade com todos os outros trabalhos. As inúmeras equações em que consiste a forma valor geral equiparam, sucessivamente, o trabalho realizado no linho a cada trabalho contido em outra mercadoria e tornam, com isso, a tecelagem **a forma geral de manifestação do trabalho humano enquanto tal.** Assim, o trabalho objetivado no valor das mercadorias não se representa apenas de um **modo negativo**, como trabalho em que todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais são abstraídas. Sua própria **natureza positiva é expressamente ressaltada.** Ele

é a redução de todos os trabalhos reais à sua característica comum de trabalho humano, ao dispêndio de força de trabalho do homem.

A forma valor geral, que representa os produtos de trabalho como meras gelatinas de trabalho humano indiferenciado, mostra por meio de sua própria estrutura que é a expressão social do mundo das mercadorias. Assim, **ela evidencia que no interior desse mundo o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social** (Marx, 1983, p. 67, grifos nossos).

A tecelagem (trabalho privado) agora é *forma social geral*, ou seja, “a forma geral de manifestação do trabalho humano enquanto tal”. Trata-se da equiparação geral e de sua consequência: por um lado a negatividade da abstração de todos os trabalhos em confronto com esta manifestação geral, por outro lado a positividade na forma de redução de todos os trabalhos a trabalho humano¹. A representação das *gelatinas de trabalho humano indiferenciado* se apresenta como expressão social e impõe ao trabalho que se apresente como tal representação. Esta é a sociedade do mundo das mercadorias.

Desta forma, sintetizando os fatores circunscritos ao processo de expressão da relação social do mundo das mercadorias por meio de suas características gerais e de suas metamorfoses, podem-se elencar os seguintes pontos:

1. A forma equivalente como “corpo de valor”. Como expressão meramente quantitativa deste corpo, manifesta o seu contrário: o valor contido em cada mercadoria envolvida nesta relação. A forma equivalente é a forma de permutabilidade que se apresenta como “quantum de uma coisa”;
2. Ainda que ocorram mudanças na grandeza do valor das mer-

¹ Não seria esta contradição o pressuposto da lógica marxiana ao final do capítulo XXIV quando afirma que: “A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista”? (Marx, 1984, p. 294). Eis uma questão que merece ser futuramente desenvolvida no que concerne à contradição entre capital e trabalho.

cadorias que se encontram na posição de relativas, isso não significa necessariamente mudança na expressão relativa das mercadorias, pois, enquanto mercadorias na forma relativa, estão em relação com outras mercadorias. O valor da mercadoria, portanto, não necessariamente coincide com a sua expressão relativa;

3. O trabalho concreto que se encontra na forma equivalente serve como “forma de realização palpável” de seu contrário: o trabalho abstrato; e também é trabalho privado que se converte em seu contrário: trabalho em forma diretamente social;
4. As metamorfoses da forma simples à forma geral do valor ocultam que o caráter místico da forma dinheiro tem sua essência na forma simples da relação entre duas mercadorias;
5. O caráter humano do trabalho é expresso na relação social entre as mercadorias.

Nota-se que o caráter fetichista da mercadoria é apresentado desde o início do capítulo, demonstrando pelo movimento da aparência à substância do valor e pela relação entre ambos, a forma e o conteúdo da mercadoria e seu inerente fetichismo.

O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo

Se à primeira vista a mercadoria parece algo trivial, uma análise mais pormenorizada acaba por descobrir que a mercadoria possui algo que não apresenta qualquer trivialidade, mas aspectos *metafísicos* e *teológicos*. A metafísica e a teologia dizem respeito a características que desafiam uma explicação científica, incorrendo-se num caráter místico. É este caráter místico que inicialmente se investiga neste item. Ao se perguntar o motivo pelo qual a mercadoria possui caráter místico, primeiramente a busca da resposta vai no sentido do valor de uso da mercadoria. Porém, sob o ponto de vista do valor de uso, esta resposta *não é encontrada*, já que somente enquanto mercadoria é que o objeto se apresenta de forma mistificada. Como foi demonstrado no início do

capítulo, o valor de uso em si, ainda que seja condição da existência da mercadoria, não explica o que é a mercadoria.

Assim como não advém do valor de uso, o caráter fetichista da mercadoria também não advém do conteúdo das determinações do valor por si mesmo. Ainda que se trate de uma diversidade de trabalhos úteis, não é segredo que o trabalho humano é realizado por meio de dispêndio de força física e força mental. Também não advém da grandeza do valor, já que sempre, independentemente da forma histórica, os seres humanos consideraram o tempo despendido na fabricação dos produtos do trabalho. O trabalho adquire uma forma social específica no ato de seres humanos trabalharem para outros seres humanos, desta forma, tanto sob o ponto de vista da qualidade desses trabalhos como sob o ponto de vista da quantidade, esta forma histórica específica deve ser considerada nesta análise.

Assim, o caráter místico, enigmático do produto do trabalho nesta forma social específica, na qual ele se apresenta como mercadoria, é desvendado por meio "*dessa forma mesmo*". Ou seja, não se trata do valor de uso, do conteúdo do valor, ou da grandeza do valor em si independentemente da forma histórica em que se realizam, mas desta forma específica em que esta igualdade dos trabalhos se converte em *valor* dos produtos do trabalho, em que a medida de dispêndio de força de trabalho se converte em *grandeza de valor* e, assim, as relações entre os produtores se apresentam como *relações entre os produtos do trabalho*. Portanto, o caráter místico que os produtos do trabalho adquirem, como coisas que se relacionam entre si, possui sua base na *conversão do trabalho realizado pelos produtores em relação de valor entre os produtos destes trabalhos*.

As características das relações entre os produtores aparecem como características das relações entre os produtos, como características "*naturais sociais*" dessas coisas. Por isso, enquanto mercadorias, são "*coisas físicas metafísicas ou sociais*". Porque as coisas por si mesmas não possuem vida própria, mas na medida em que se apresentam como

mercadorias e refletem aos produtores as suas relações como relações entre elas, se apresentam aos homens como seres com vida. Não são nada além de relações sociais entre seres humanos que assumem a “forma fantasmagórica” de relação entre coisas.

Marx, neste sentido, faz analogia com a *religião* porque os produtos “parecem dotados de vida própria” enquanto se apresentam como mercadoria. Isso ele chama de “fetichismo que adere aos produtos do trabalho”, fetichismo este que é necessariamente expressão desta forma, extingüível somente com a *extinção de tais relações de produção*. Assim como Marx utilizou como analogia o ferro como unidade de medida do peso em sua explicação sobre a relação entre os valores das mercadorias, demonstrando a diferença de que o ferro enquanto peso possui um caráter físico enquanto o valor possui caráter social², aqui, para explicar o fetichismo, ele utiliza o exemplo da luz refletida do objeto ao olho. Enquanto o reflexo da luz é um fenômeno físico, o fetichismo, por outro lado, é puramente social, e se apresenta como representação aos seres humanos de suas relações sociais; relações entre pessoas que se convertem em relações entre mercadorias.

O caráter fetichista da mercadoria se origina do caráter do traba-

² “Que nos ilustre isso o exemplo de uma medida que se aplica aos corpos de mercadorias como corpos de mercadorias, isto é, como valores de uso. Um pão de açúcar sendo corpo é pesado e tem, portanto, peso, porém não se pode ver ou sentir o peso de nenhum pão de açúcar. Tomemos então pedaços diferentes de ferro, cujo peso foi determinado antes. Considerada em si, a forma do ferro é tão pouco forma de manifestação do peso quanto a do pão de açúcar. Contudo, para expressar o pão de açúcar como peso, nós o colocamos numa relação de peso com o ferro. Nessa relação o ferro figura como um corpo, que nada representa além de peso. Quantidades de ferro servem, portanto, como medida de peso do açúcar e representam perante o corpo do açúcar mera figuração do peso, forma de manifestação de peso. O ferro desempenha esse papel apenas dentro dessa relação, na qual entra o açúcar ou qualquer outro corpo, cujo peso deve ser encontrado. Caso ambas as coisas não fossem pesadas, não poderiam entrar nessa relação, e um não poderia servir, portanto, de expressão do peso do outro. Lancemos ambos sobre uma balança, e veremos de fato que eles enquanto peso são o mesmo e, portanto, em proporção determinada, são do mesmo peso. Como medida de peso, o ferro representa em confronto com o pão de açúcar apenas peso, e assim, em nossa expressão de valor, o corpo do casaco representa em relação ao linho apenas valor” (Marx, 1981 [1867], p. 60).

lho produtor de mercadorias, trabalhos estes privados e independentes uns dos outros que, em seu conjunto, formam o trabalho social. Porém, haja vista que as relações entre os produtores se dão pela troca das mercadorias, as características sociais do trabalho só aparecem por meio desta troca. Trabalhos privados, como membros do trabalho social, só atuam na troca que medeia a relação entre os produtores. Por isso *aparecem os trabalhos dos produtores como o que são: relações diretamente sociais entre coisas e relações reificadas entre pessoas.*

É somente por meio da troca que os valores de uso recebem uma objetividade distinta de sua utilidade, o seu *valor*. A troca fornece uma *objetividade* física distinta da objetividade do objeto. Essa cisão ocorre na medida em que os objetos passam a ser produzidos especificamente para a troca; o valor passa a ser considerado na própria produção. Os trabalhos são concebidos com duplo caráter, por um lado enquanto trabalho útil que atende a uma necessidade social, por outro como trabalho permutável por outro trabalho, ou que lhe equivale. Esta igualdade que abstrai as desigualdades dos trabalhos consiste em trabalho humano abstrato. Para os produtores esse duplo caráter aparece por meio da circulação, pela sua troca, ou seja, pela utilidade da mercadoria aos outros.

Os produtores relacionam os seus produtos não como meros envoltórios materiais de trabalho igual, mas comparam diferentes trabalhos. Ainda que não sabem que fazem isso, o fazem. Por isso não aparece o que é o valor, mas somente o seu caráter enigmático. Assim, tentou-se no decorrer da história decifrar esse enigma. No entanto, a descoberta científica deste enigma, “de que os produtos de trabalho, enquanto valores, são apenas expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção” (Marx, 1983, p. 72) *não dissipa a expressão objetiva desse trabalho*. E assim aparece aos produtores, como algo definitivo. O produto do trabalho apresenta-se indissolúvelmente sob a forma do valor.

A proporção com que se trocam os produtos com o tempo adqui-

re um aspecto natural, como se fosse da natureza mesma dos produtos do trabalho. As grandezas de valor mudam *independentemente da vontade dos produtores*. Assim, “Seu próprio movimento social possui para eles a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-las” (Marx, 1983, p. 72-73). Por isso necessitou o desenvolvimento e generalização da forma mercadoria para que houvesse a descoberta científica dessa forma, já que o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias se impõe “com violência como lei natural reguladora”. Neste sentido:

A determinação da grandeza de valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta supera a aparência da determinação meramente casual das grandezas de valor dos produtos de trabalho, **mas de nenhum modo sua forma material** (Marx, 1983 [1867], p. 73, grifos nossos).

Quanto à compreensão sobre tais relações, verifica-se que a análise das formas de vida humana segue um caminho oposto ao desenvolvimento histórico, tendo em vista que a descoberta ocorre após os desdobramentos e as relativas consolidações de determinado modo de vida. Por isso a análise do conteúdo da mercadoria no que concerne à sua circulação ocorre após a estabilização desta forma. O seu ponto de partida, por sua vez, impõe-se pelo preço, ou seja, pela expressão monetária que fixa o caráter de valor às mercadorias. Porém, a forma dinheiro ao invés de desvelar, mascara o caráter social das relações entre os produtores privados. Desta forma, a igualação dos produtos do trabalho apresenta-se como expressão absurda. Porém, ao igualarem-se ao dinheiro, é justamente assim que esta forma absurda aparece aos produtores.

Estas são as formas utilizadas pela economia burguesa e socialmente válidas nesta forma social. *Este misticismo, no entanto, se esvai quando se recorre a modos de produção precedentes à forma generalizada da mercadoria*. Na Idade Média as relações de produção são

caracterizadas pela forma diretamente social do trabalho, o que não repercute em seus produtos um caráter místico. O mesmo pode ser conferido na indústria familiar rural. No caso de uma produção comunal, parte do produto converte-se em meios de subsistência e parte é distribuída entre os produtores. A forma de distribuição variará dependendo do nível do desenvolvimento da produção. Neste caso, igualmente, as relações se expressam transparentemente tanto no que diz respeito à distribuição como no que concerne à produção. Mesmo o comércio existente na Antiguidade é, além de marginal, infinitamente mais transparente que as relações mercantis burguesas. Por outro lado, estas relações ainda se apresentam com nível de desenvolvimento das forças produtivas extremamente precário, o que se reflete nas religiões e os cultos à Natureza. Neste sentido, na relação de produção de mercadorias, a religião *cristã* se apresenta como a mais adequada. Isto infere conseqüentemente, que a religião deixará de ser reflexo do mundo real e desaparecerá somente quando as relações de produção da vida se apresentarem de forma transparente, de forma consciente e planejada:

O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa (Marx, 1983 [1867], p. 76).

A Economia Política, ainda que tenha investigado o valor e a grandeza do valor, não se perguntou o porquê dessa fórmula. Concebe esta fórmula como inerente à natureza das relações humanas ao passo que, na realidade, pertence a uma sociedade específica, a sociedade burguesa.

No entanto, a forma mercadoria é a forma mais geral e menos desenvolvida desta sociedade. Por isso o seu caráter fetichista é relativamente mais fácil de penetrar. Por outro lado, persiste o misticismo do sistema monetário em que o dinheiro representa as relações de produção “na forma de objetos naturais com insólitas propriedades sociais”, e também o misticismo dos fisiocratas em relação à renda da terra. Formas mais desenvolvidas e igualmente enigmáticas.

O Processo de Troca

Após a exposição da mercadoria, Marx passa a discorrer sobre a troca no segundo capítulo e sobre o dinheiro no terceiro capítulo para que, por meio deste conjunto conceitual, apresente a mais-valia na segunda seção. Com o mesmo procedimento utilizado no primeiro capítulo, caracterizando primeiramente o mais simples e elementar para em seguida apresentar o mais complexo e desenvolvido, realiza a exposição sobre a troca culminando no dinheiro.

A troca no primeiro capítulo foi caracterizada pela relação entre as mercadorias. No segundo capítulo apresenta a troca demonstrando os agentes que a viabilizam. No último item do primeiro capítulo, em que trata sobre o fetichismo, Marx elucidou que na sociedade onde predomina as relações entre mercadorias se explicita uma relação social entre coisas e uma relação reificada entre pessoas. No segundo capítulo tais relações são esmiuçadas na medida em que, sob o ponto de vista das relações mercantis, as mercadorias não se trocam sozinhas, desta forma, os indivíduos são compreendidos como personificações das relações econômicas e, é somente como tal personificação é que podem estar inseridos nesta sociedade: “Veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam” (Marx, 1983 [1867], p. 80).

Enquanto relações fetichizadas, as mercadorias são os agentes que

se relacionam na troca. Porém, como não podem se trocar sozinhas, os indivíduos “guardiões” das mercadorias lhes fornecem os sentidos para que a troca ocorra: “Esse sentido, que falta à mercadoria, para apreciar o concreto do corpo da mercadoria, o dono da mercadoria supre por meio dos seus cinco ou mais sentidos” (Marx, 1983 [1867], p. 80).

Assim, Marx retoma pontualmente cada etapa das metamorfoses da troca até a forma dinheiro, caracterizando desta vez especificamente os indivíduos possuidores de mercadorias e a forma com que se comportam na troca:

Para que a alienação³ seja recíproca, basta que os homens se defrontem, tacitamente, como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e portanto, por intermédio disso, como pessoas independentes entre si. Tal relação de estranhamento recíproco não existe, porém, para os membros de uma comunidade primitiva (Marx, 1983 [1867], p. 81).

É demonstrado o caráter histórico desta relação, a forma com que germinou, as condições sociais que propiciaram este processo, pois somente na medida em que a produção passa a ser realizada com o objetivo da troca é que se tem as bases para o fetichismo da mercadoria e o desenvolvimento da forma dinheiro.

A partir desta exposição é que Marx prepara para a caracterização do dinheiro não somente como expressão do valor, mas como meio de circulação, tal como será apresentado no capítulo seguinte.

Pelo fato de que o dinheiro se apresenta como manifestação do valor, tal como descrito no primeiro capítulo, a análise do dinheiro repercutiu em deduções equivocadas sobre o seu caráter:

Viu-se que a forma dinheiro é apenas o reflexo aderente a uma única mercadoria das relações de todas as outras mercadorias. Que o dinheiro seja mercadoria é, portanto,

³ Nota-se o uso da expressão “alienação” neste contexto de modo muito diverso daquele tratado no capítulo anterior. Ver-se-á a seguir outros momentos em que se isto repete, denotando a forma conceitual que a “alienação” assume na referida obra.

apenas uma descoberta para aquele que parte de sua forma acabada para posteriormente analisá-la. **O processo de troca dá à mercadoria, a qual é por ele transformada em dinheiro, não o seu valor, porém sua forma valor específica.** A confusão entre essas duas determinações levou a considerar o valor do ouro e da prata como sendo imaginário. Podendo o dinheiro ser substituído, em certas funções, por meros signos dele mesmo, surgiu o outro erro, que ele seja mero signo. **Por outro lado, essa noção implicava vislumbrar que a forma dinheiro da coisa é externa a ela mesma e mera forma de manifestação de relações humanas ocultas atrás dela.** Nesse sentido, cada mercadoria seria um signo, pois, **como valor, é apenas um invólucro reificado do trabalho humano nela despendido.** Mas, ao considerar signos os caracteres sociais que as coisas ou os caracteres reificados que as determinações sociais do trabalho recebem, com base em determinado modo de produção, como meros signos, eles passam, ao mesmo tempo, a ser explicados como produto arbitrário da reflexão dos homens. Essa era uma mania de esclarecer muito apreciada, no século XVIII, para eliminar pelo menos transitoriamente a aparência estranha das formas enigmáticas de que se revestiam as condições humanas, cujo processo de formação não se podia ainda decifrar (Marx, 1983, p. 83-84, grifos nossos).

A confusão entre a determinação do valor e a forma de valor específica do dinheiro leva por um lado ao equívoco de que a forma dinheiro é o próprio valor. Por outro lado, foi somente pelo desenvolvimento desta forma acabada é que se tornou possível desvelar a determinação de valor por trás desta forma, explicitando as relações reificadas entre pessoas (como invólucro reificado de trabalho humano) por trás das relações sociais entre as mercadorias (signos do valor). Porém, na medida em que os signos (a aparência destas relações) são concebidos por si mesmos, são caracterizados apartados das relações entre os indivíduos. Esta era a única forma de explicação possível em momentos históricos em que esta forma não estava plenamente desenvolvida.

A explicitação de tais determinações torna possível compreender a relação entre o fetichismo da mercadoria tal como exposto ao final do

primeiro capítulo com a relação entre os “guardiões” de mercadorias e a forma dinheiro tal como tratadas no segundo capítulo, sendo todos integrantes da mesma relação: a mercadoria e o seu fetichismo:

Já vimos que na expressão mais simples de valor, x mercadoria $A = y$ mercadoria B , a coisa, em que a grandeza de valor de outra coisa é representada, parece possuir sua forma equivalente independentemente dessa relação, como uma propriedade social de sua natureza. Já investigamos a consolidação dessa falsa aparência. Ela completou-se tão logo a forma de equivalente geral se fundiu com a forma natural de uma espécie particular de mercadoria ou cristalizou-se na forma dinheiro. Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro. **O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio.** As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, ouro e prata, tais como saem das entranhas da terra, são imediatamente a encarnação direta de todo o trabalho humano. **Daí a magia do dinheiro.** A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é **independente de seu controle e de sua ação consciente individual**, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. **O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante** (Marx, 1983 [1867], p. 85, grifos nossos).

O modo com que a forma equivalente aparece, como coisa em si independente da relação de valor que estabelece com o mundo das mercadorias, na forma dinheiro se cristaliza, tornando-se manifestação de seu contrário: as mercadorias parecem manifestar valor porque se relacionam com o dinheiro. As metamorfoses que culminaram nesta aparência são integralmente apagadas, aparecendo somente o dinheiro como figura de valor pronta sobre a qual é estabelecido o valor das

mercadorias. *É sobre esta inversão que atuam os indivíduos.* A forma geral da mercadoria propulsiona esta conduta em que são reificadas as relações de produção, aparecendo a produção aos produtores “independente de seu controle e de sua ação consciente individual”. Portanto, o fetiche do dinheiro é o desdobramento do fetiche da mercadoria.

O Dinheiro ou a Circulação das Mercadorias

Neste capítulo, Marx descreve as diferentes funções do dinheiro. Primeiramente retomando a função do dinheiro como medida de valor, caracterizando em seguida a função do dinheiro como padrão de medida dos preços, para finalmente apresentar o dinheiro como meio de circulação.

Em sua função de medida de valor, basta ao dinheiro apresentar-se em sua forma imaginária ou ideal ainda que o preço necessite de que o dinheiro num momento apareça em sua existência tangível para que seja viabilizada a troca, apresentando-se como mercadoria monetária que possui o mesmo quantum de trabalho da mercadoria para a qual serve como medida de valor.

O valor de ferro, linho, trigo etc., embora invisível, existe nessas coisas mesmas; ele é imaginado por sua igualdade com ouro, uma relação com o ouro que, por assim dizer, só **assombra suas cabeças** [...]. Como a expressão dos valores das mercadorias em ouro é ideal, aplica-se nessa operação também somente ouro ideal ou imaginário. [...] Em sua função de medida de valor o dinheiro serve, portanto, como dinheiro apenas imaginário ou ideal (p. 88 [1867], grifos nossos).

O valor cristalizado nessas mercadorias só pode se materializar pela sua igualação ao ouro. Porém, esta relação “assombra suas cabeças” porque ouro e ferro, ou linho, trigo etc., são valores de uso completamente distintos que, em tal relação são espelhados, vistos como coisas que se equivalem. É com base no *absurdo* desta relação que os

agentes econômicos *interagem*. Posta esta igualação, basta ao dinheiro apresentar-se de forma ideal, já que o valor está dado.

A divisão do dinheiro em partes alíquotas também é transformada em padrão de medida de preços. Por isso, são distintas as funções do dinheiro como medida do valor das mercadorias e o dinheiro como padrão de medida de preços: na primeira serve para transformar os valores em preços e na segunda serve para diferenciar as medidas de preços. A mudança de valor não prejudica a sua medida em preços – considerando que a mudança de valor repercute sobre a mudança das partes alíquotas – e também não prejudica a sua medida de valor – considerando que a mudança de valor repercute sobre a medida de valor das mercadorias em geral: “Com relação ao movimento dos preços das mercadorias em geral, valem as leis anteriormente desenvolvidas da expressão relativa simples de valor” (Marx, 1983 [1867], p. 90).

Verifica-se na história a separação da denominação monetária em relação à denominação do peso do dinheiro. Porém, considerando que a denominação de uma coisa é externa à natureza da coisa, tal separação não prejudica nas funções do dinheiro como medida de valor e do dinheiro como padrão de medida de preços. Na realidade, além de não prejudicar nas relações mercantis, esta separação promoveu o total apagamento na aparência do dinheiro em relação às suas funções específicas, aprimorando, assim, a expressão destas relações:

A confusão sobre o sentido secreto desses signos cabalísticos é tanto maior na medida em que as denominações monetárias expressam ao mesmo tempo o valor das mercadorias e partes alíquotas de um peso metálico, do padrão monetário. Por outro lado, é necessário que o valor, em contraste com os coloridos corpos do mundo das mercadorias, evolua para essa forma reificada sem sentido próprio, mas também simplesmente social (Marx, 1981 [1867], p. 91-92).

As condições das forças produtivas e, conseqüentemente, o tempo socialmente necessário de trabalho, não dependem dos produtores individuais. Ao se remeter ao preço, as condições aparecem como da-

das na troca da mercadoria pela mercadoria monetária. Porém, nesta troca estão representadas tanto a grandeza de valor da mercadoria como as condições de troca desta mercadoria pela mercadoria monetária:

A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra (Marx, 1983 [1867], p. 92).

Esta média impõe-se como regra a qual se *submetem* os produtores individuais, ainda que a incongruência passível de ocorrer não seja perceptível na circulação. No entanto, a incongruência não se restringe à relação entre o preço e o valor da forma relativa, mas também na relação do preço com o próprio valor, haja vista que o preço enquanto forma imaginária não tem valor por si mesmo. Assim, a forma preço “pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser expressão de valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias” (Marx, 1983 [1867], p. 92).

O processo de troca das mercadorias, tal como descrito, envolve contradições específicas a esta forma. Ao se considerar o metabolismo social que constitui a circulação das mercadorias, tem-se que compreender tais contradições que se desenvolvem pela complexificação da forma e, concomitantemente, pela permanência de sua fórmula básica: “O desenvolvimento da mercadoria não suprime essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem mover-se. [...] A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição tanto se realiza como se resolve” (Marx, 1983 [1867], p. 93).

Considerando o que foi exposto até o momento, constata-se que o intercâmbio de mercadorias envolve uma contradição externa (valor de uso e valor de troca) que guarda, por sua vez, uma contradição interna (valor de uso e valor):

A princípio, as mercadorias entram no processo de intercâmbio sem serem douradas, nem açucaradas, da forma que chegam ao mundo. Esse processo produz uma duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro, uma antítese externa, dentro da qual elas representam sua antítese iminente entre valor de uso e valor. Nessa antítese, as mercadorias confrontam-se, como valores de uso, com o dinheiro, como valor de troca. Por outro lado, ambos os lados da antítese são mercadorias, portanto, unidades de valor de uso e valor. Mas essa unidade de diferenças se representa inversamente em cada um dos dois polos, e por isso representa, ao mesmo tempo, a correlação entre eles. A mercadoria é realmente valor de uso, a sua existência como valor aparece apenas idealmente no preço, que a relaciona com o ouro, situado no outro polo, como sua figura real de valor. Ao contrário, o material ouro somente funciona como materialização do valor, dinheiro. Por isso, é realmente valor de troca. Seu valor de uso se apresenta apenas idealmente na série das expressões relativas de valor em que se relaciona com as mercadorias situadas de outro lado, como o círculo de suas figuras de uso reais. Essas formas antitéticas das mercadorias são os movimentos reais de seu processo de intercâmbio (Marx, 1983 [1867], p. 94).

Considerando tais antíteses, a análise da circulação do dinheiro exige o acompanhamento de cada metamorfose da mercadoria em sua circulação. A primeira metamorfose consiste na transformação da mercadoria em dinheiro (venda – “salto mortal da mercadoria”). Caso isso não ocorra, o possuidor da mercadoria que necessita de outra mercadoria sofre as consequências desta falha: “Caso ele falhe, não é a mercadoria que é depenada, mas sim o possuidor dela. A divisão social do trabalho torna tão unilateral seu trabalho quanto multilaterais suas necessidades. Por isso mesmo, seu produto serve-lhe apenas de valor de troca” (Marx, 1983 [1867], p. 95). Devido à concorrência entre os produtores e o desenvolvimento das forças produtivas, caso a mercadoria fabricada pelo produtor individual tenha sido produzida com um tempo de trabalho superior ao tempo social médio de trabalho necessário àquela mercadoria, tempo de trabalho excessivo foi despendido já

que o valor de cada mercadoria individual “é somente a materialização do mesmo quantum, socialmente determinado, de trabalho humano homogêneo” (Marx, 1983 [1867], p. 96). Tal articulação entre o conjunto das mercadorias e a mercadoria individual que estabelece o seu trabalho socialmente necessário e, por sua vez, o seu valor, se sobrepõe à vontade do produtor individual:

Nossos possuidores de mercadorias descobrem por isso que a mesma divisão de trabalho, que os torna produtores privados independentes, torna independentes deles mesmos o processo social de produção e suas relações dentro desse processo, e que **a independência recíproca das pessoas se complementa num sistema de dependência reificada universal** (Marx, 1983, p. 96, grifos nossos).

As relações de independência entre os produtores e as relações de concorrência mercantil que estabelecem propulsionam a reificação universal da relação entre os indivíduos. A divisão social do trabalho exige que os produtores estabeleçam a troca para suprir suas necessidades e, por sua vez, também exige a existência do dinheiro como mediador desta troca. A concorrência, no entanto, caracteriza circunstâncias em que não necessariamente a troca é viabilizada por possuidores individuais, o que repercute necessariamente na exclusão destes indivíduos como agentes da relação concorrencial.

No mesmo processo em que ocorre a venda (mercadoria – dinheiro), também está ocorrendo a compra (dinheiro – mercadoria). Portanto, a venda também é compra e, por sua vez, a compra também é venda. Neste intercâmbio, o dinheiro, na medida em que é expressão ideal do valor das mercadorias, possui forma externa à sua natureza física e, portanto, importância secundária quanto a esta forma, podendo, portanto, servir a este metabolismo:

Em sua figura de valor, a mercadoria desfaz-se de qualquer vestígio de seu valor de uso natural e do trabalho útil particular ao qual deve sua origem, para se metamorfosear na materialização social uniforme de trabalho humano indis-

tinto. Não se reconhece, portanto, no dinheiro, a espécie de mercadoria nele transformada. Em sua forma monetária, uma parece exatamente igual à outra. Dinheiro, por isso, pode ser lixo, embora lixo não seja dinheiro (Marx, 1983 [1867], p. 97).

A segunda metamorfose da mercadoria (compra) apresenta o dinheiro como mercadoria universalmente alienável. Na forma do dinheiro não se distingue qual mercadoria se converteu em dinheiro: “Como a mercadoria desaparece ao converter-se em dinheiro, não se reconhece no dinheiro como chegou às mãos de seu possuidor ou o que transformou-se nele” (Marx, 1983 [1867], p. 98). Também a compra é ao mesmo tempo venda já que no sentido oposto um agente econômico está a realizar o processo inverso. No processo como um todo, num momento um agente econômico é comprador, em outro momento é vendedor e vice-versa, resultando, ao final, num ciclo: “O ciclo descrito pela série de metamorfoses de cada mercadoria entrelaça-se, portanto, inextricavelmente, com os ciclos de outras mercadorias. O processo em seu conjunto apresenta-se como circulação de mercadorias” (Marx, 1983 [1867], p. 99).

No entanto, diferentemente do intercâmbio direto de produtos, neste caso os agentes não necessariamente trocam mercadorias reciprocamente. Ainda que isso possa ocorrer, não é determinado pelas leis gerais da circulação das mercadorias:

Por um lado, vê-se aqui como o intercâmbio de mercadorias rompe as limitações individuais e locais do intercâmbio direto de produtos e desenvolve o metabolismo do trabalho humano. Por outro lado, desenvolve-se todo um círculo de vínculos naturais de caráter social, **incontroláveis pelas pessoas atuantes** (Marx, 1983, p. 99, grifos nossos).

Trata-se de um processo contraditório em que se generalizam as relações econômicas de mesmo tipo, extrapolando as barreiras locais e os limites individuais sendo que, por outro lado, os seres humanos são submetidos a tais relações para a sua sobrevivência. O dinheiro possui

condições de viabilizar este processo porque, diferentemente da mercadoria, ele não sai da esfera da circulação: “A circulação exsuda, constantemente, dinheiro” (Marx, 1983 [1867], p. 99).

Tais circunstâncias não caracterizam uma harmonia entre compra e venda, já que não necessariamente a compra pode repercutir em venda. A circulação nesta forma específica de intercâmbio não significa identidade imediata entre compra e venda. Por isso é que seu movimento rompe as limitações de tempo, espaço e relações entre indivíduos na circulação, podendo, inclusive, abrir a possibilidade de crise econômica devido a esta falta de identidade imediata entre compra e venda (ainda que a crise não esteja prevista ainda sob o ponto de vista da circulação simples de mercadorias):

A circulação rompe as limitações temporais, locais e individuais do intercâmbio de produtos precisamente porque parte a identidade imediata que existe aqui entre a alienação do próprio produto de trabalho e a aquisição de alheio na antítese entre venda e compra. **Que os processos, que se confrontam autonomamente, formem uma unidade interna, significa por outro lado que a sua unidade interna se move em antíteses externas.** Se a autonomização externa dos internamente não autônomos por serem mutuamente complementares se prolonga até certo ponto, a unidade se faz valer de forma violenta, por meio de uma – crise. A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, de trabalho privado, que ao mesmo tempo tem de representar-se como trabalho diretamente social, de trabalho concreto particular, que ao mesmo tempo funciona apenas como trabalho geral abstrato, de personificação da coisa e reificação das pessoas – essa contradição imanente assume nas antíteses da metamorfose das mercadorias suas formas desenvolvidas de movimentos (Marx, 1983 [1867], p. 100, grifos nossos).

Nota-se que, após descrever as metamorfoses da mercadoria na circulação, são retomadas as antíteses interna e externa da mercadoria, conferindo a elipse contraditória em que num mesmo processo ocorre o adensamento desta forma (na medida em que se desenvolve este mo-

vimento) e a confirmação da base sobre a qual esta forma se sustenta (valor de uso e valor – valor de uso e valor de troca), o que repercute no aprofundamento da *subsunção* dos indivíduos a tais relações.

No entanto, a descrição da metamorfose das mercadorias explicita apenas os contornos gerais deste processo. No interior desta metamorfose se realiza o curso do dinheiro. Desta forma, Marx então passa a esmiuçar as formas com que o dinheiro se apresenta no interior desta metamorfose.

Na metamorfose M-D-M, enquanto a mercadoria volta ao ponto de partida (ainda que não seja a mesma mercadoria, já que a primeira entrou na esfera do consumo), o dinheiro se distancia constantemente de seu ponto de partida, retornando apenas quando ocorre um novo ciclo: “Que essa forma unilateral do movimento do dinheiro nasça do movimento de forma bilateral das mercadorias é **ocultado**. A natureza da própria circulação das mercadorias produz uma **aparência contrária**” (Marx, 1983 [1867], p. 101, grifos nossos). Neste sentido, o movimento da mercadoria aparece como movimento do dinheiro. O dinheiro como meio de circulação afasta constantemente as mercadorias desta esfera. A circulação das mercadorias acaba por possuir a aparência de circulação de dinheiro já que, na segunda metamorfose da mercadoria, é perceptível apenas o movimento do dinheiro. Por isso aparece apenas o dinheiro como meio de circulação, ocultando que na realidade está a ocorrer a circulação das próprias mercadorias.

Enquanto as mercadorias, em uma única metamorfose, saem de circulação entrando na esfera do consumo, o dinheiro mantém-se na circulação. Assim, o montante de dinheiro que a esfera da circulação absorve depende de alguns fatores. Considera-se a soma de preços das mercadorias presentes na circulação (multiplicado pela massa de mercadorias), o valor da própria mercadoria monetária enquanto medida de valor (que repercutirá na quantidade de dinheiro caso os valores das mercadorias não se alterem), e o número de cursos que o mesmo material monetário realiza (já que há metamorfoses ocorrendo paralela-

mente e metamorfoses subsequentes nestes ciclos). Em resumo, pode-se estabelecer como lei geral do curso do dinheiro: “Soma dos preços das mercadorias/número de cursos das peças monetárias da mesma denominação = volume do dinheiro funcionando como meio circulante” (Marx, 1983 [1867], p. 104).

Dependendo da velocidade do curso do dinheiro, aparecerá de forma distinta o processo da metamorfose das mercadorias. Se o curso se dá de forma acelerada, aparecerá a contínua substituição de mercadorias da esfera da circulação, se o curso ocorre de forma lenta, aparecerá a paralisia e dissociação do processo:

A própria circulação, naturalmente, **não nos deixa ver de onde provém essa estagnação. Ela nos mostra apenas o próprio fenômeno.** A interpretação popular, que vê, com um giro monetário mais lento, o dinheiro aparecer ou desaparecer menos frequentemente em todos os pontos da periferia da circulação, tende a atribuir esse fenômeno à quantidade insuficiente do meio circulante (Marx, 1983, p. 105, grifos nossos).

Desta forma, o conjunto destes fatores – massa de mercadorias, soma de seus preços, valor do material monetário e número de cursos do mesmo material monetário –, considerando o movimento de cada um destes elementos, repercutirá sobre o volume do dinheiro em circulação.

Na medida em que o dinheiro se estabelece como meio de circulação, se patenteia como sua forma material a moeda, na qual se representam os preços das mercadorias. Sua cunhagem e padronização são de responsabilidade do Estado, atribuindo-se denominações diferenciadas em cada país. Conforme as moedas se desgastam no processo de circulação, progressivamente seu valor e sua representação monetária se dissociam, o que permite uma diferenciação entre o ouro como meio de circulação e o ouro como padrão de preços. Assim, por um lado o dinheiro já não é equivalente real das mercadorias (como padrão de preços) e, ao mesmo tempo, confirma-se contraditoriamente como

equivalente real das mercadorias (como medida dos valores e como meio de circulação). Verifica-se mais uma vez a elipse como representação da forma dinheiro que se distancia e se desenvolve para além de sua forma básica e, concomitantemente, a revela e a generaliza. É somente esta forma que permite o desenvolvimento das condições para o uso do papel-moeda como substituto da moeda de ouro:

A existência do ouro como moeda dissocia-se radicalmente de sua substância de valor. Coisas relativamente sem valor, bilhetes de papel, podem portanto funcionar, em seu lugar, como moeda. **Nas senhas metálicas de dinheiro, o caráter puramente simbólico ainda está em certa medida oculto. Na moeda papel revela-se plenamente** (Marx, 1983 [1867], p. 108, grifos nossos).

A circulação do papel-moeda segue a lei da circulação do dinheiro, sendo, portanto, necessariamente liberada pelo Estado a quantidade de papel-moeda que representa a quantidade de ouro necessária à circulação, seguindo as eventuais oscilações consequentes dos fatores supracitados que determinam o curso do dinheiro. Assim, o papel-moeda passa a ser o signo do dinheiro: “Somente na medida em que representa quantidades de ouro, que são também, como todas as quantidades de mercadorias, quantidades de valor, a moeda papel é signo de valor” (Marx, 1983 [1867], p. 109). Em outras palavras, ainda que nesta forma se oculte totalmente a relação entre o dinheiro como meio de circulação e o dinheiro como medida do valor, o papel-moeda só pode se estabelecer como signo do dinheiro na medida em que viabiliza a circulação sem deixar de representar quantidades de valor.

Após todo o processo de descrição do dinheiro, adentrando à sua forma, primeiramente expondo-o como medida de valor e como meio de circulação e, em sequência descrevendo-o pelas suas metamorfoses, pelo seu curso e pela moeda como signo do valor, Marx realiza, então, sua análise num grau menor de abstração, demonstrando o dinheiro pela sua efetivação como entesouramento, meio de pagamento e pela sua circulação mundial.

A circulação do dinheiro pode ser interrompida em sua primeira metamorfose, caracterizando em forma estagnada o seu aspecto de “crisálida áurea”. Assim, como não ocorre compra após a venda, se condensa dinheiro sob esta forma, mantendo-o como acumulação de riqueza na forma dinheiro: “O dinheiro petrifica-se, então, em tesouro e o vendedor de mercadorias torna-se entesourador” (Marx, 1983 [1867], p. 111).

Historicamente, no começo da circulação das mercadorias, somente o excedente tornava-se valor de troca. No entanto, com a generalização da circulação e com a transformação das necessidades, cada vez mais voltadas para este incessante intercâmbio, toda a produção passa a ter o objetivo de converter-se em mercadorias: “Tudo se torna vendável e comprável. A circulação torna-se a grande retorta social, na qual lança-se tudo, para que volte como cristal monetário” (Marx, 1983 [1867], p. 112). Como o dinheiro permite a troca universal, a riqueza passa a ser medida pela sua posse. A forma valor, no entanto, é inseparável do valor. O valor do dinheiro varia em função da relação entre o seu valor e o valor das mercadorias em geral. Ainda assim, isso não impede que o dinheiro passe a ser o foco de busca incessante pelo entesourador:

Para reter o ouro como dinheiro e, portanto, como elemento de entesouramento, é necessário impedi-lo de circular ou de dissolver-se como meio de compra, em artigos de consumo. O entesourador sacrifica, por isso, ao **fetichismo do ouro** os seus prazeres da carne. Abraça com seriedade o evangelho da abstenção. Por outro lado, somente pode subtrair da circulação em dinheiro o que a ela incorpora em mercadoria. Quanto mais ele produz, tanto mais pode vender. Laboriosidade, poupança e avareza são, portanto, suas virtudes cardeais, vender muito e comprar pouco são o resumo de sua economia política (Marx, 1983 [1867], p. 113, grifos nossos).

O entesouramento acaba por desempenhar papel de relevância na circulação do dinheiro na medida em que, ao se demandar uma certa quantidade mínima de dinheiro em dado momento das oscilações, o tesouro escoia ouro e prata na forma de dinheiro, ou o reserva,

quando necessário, propiciando um relativo equilíbrio no curso do dinheiro de cada país.

A circulação de mercadorias, no entanto, pode ocorrer de forma que a troca de equivalentes se realize aparecendo primeiramente. Neste caso, a mercadoria aparece de forma isolada e, somente após o consumo da mercadoria, aparece o dinheiro. Isso se dá por meio do dinheiro como *meio de pagamento*. Nesta relação, o agente que vende a mercadoria se apresenta como credor e o agente que a compra se apresenta como devedor. Nesta forma da circulação, o dinheiro aparece no início somente como forma do valor e como dinheiro ideal já que realiza o seu preço somente no final do processo, ao passo que, no final do processo ele aparece totalmente isolado, desvinculado da mercadoria por ele representada.

Diferentemente das formas anteriores, o dinheiro “já não media o processo. [...]. A figura de valor da mercadoria, dinheiro, torna-se, portanto, agora **um fim em si** da venda, em virtude de uma necessidade social que se origina das condições do próprio processo de circulação” (Marx, 1983 [1867], p. 115, grifos nossos). Como o dinheiro já não aparece mais no início do processo, aqui acaba por ocorrer uma inversão das metamorfoses: a segunda metamorfose (D – M) aparece depois da primeira (M – D). Tal necessidade social gera a possibilidade de surgimento de uma nova faceta do dinheiro: o dinheiro como fim em si, propulsor do *mercado financeiro*.

Uma das consequências do dinheiro como meio de pagamento é que o montante de dinheiro sonante necessário à circulação, tal como descrito anteriormente, não se restringe mais somente à relação entre a soma dos preços das mercadorias e o número de cursos da moeda, mas também se acrescenta a isso a quantidade de prazos de pagamentos vencidos em cada momento. No entanto, este último fator refere-se às mercadorias que já saíram da circulação e entraram na esfera do consumo. Assim, o dinheiro como meio de pagamento encerra uma contradição específica:

A função do dinheiro como meio de pagamento implica uma contradição direta. Na medida em que os pagamentos se compensam, ele funciona apenas idealmente, como dinheiro de conta ou medida de valor. Na medida em que tem-se de fazer pagamentos efetivos, ele não se apresenta como meio circulante, como forma apenas evanescente e intermediária do metabolismo, senão como **a encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta**. Essa contradição estoura no momento de crises comerciais e de produção a que se dá o nome de crise monetária. Ela ocorre somente onde a cadeia em processamento dos pagamentos e um sistema artificial para sua compensação estão plenamente desenvolvidos. Havendo perturbações as mais gerais desse mecanismo, seja qual for a sua origem, o dinheiro se converte súbita e diretamente de figura somente ideal de dinheiro de conta em dinheiro sonante. Torna-se insubstituível por mercadorias profanas. **O valor de uso da mercadoria torna-se sem valor e seu valor desaparece diante de sua própria forma de valor [...]. Na crise, a antítese entre a mercadoria e sua figura de valor, o dinheiro, é elevada a uma contradição absoluta**. A forma de manifestação do dinheiro é aqui portanto também indiferente. A fome de dinheiro é a mesma, quer se tenha de pagar em ouro ou em dinheiro de crédito, em notas de banco, por exemplo (Marx, 1983[1867], p. 116, grifos nossos).

O dinheiro como “expressão autônoma do valor de troca” tal como aparece quando se desenvolve na forma de meio de pagamento possibilita também a sua expressão como “dinheiro de crédito”. Assim se desenvolvem instituições voltadas para compensação de dívidas e especificamente especializadas em transações com dinheiro sob esta forma. *Estas transações, no entanto, de forma alguma se encontram desvinculadas da esfera da produção*. Ainda que o dinheiro como meio de pagamento apareça ao final do processo como expressão autonomizada, *seu fundamento permanece nas relações de produção*. Assim, pelo desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento, o entesouramento em grande medida dá lugar aos “fundos de reserva dos meios de pagamento”.

A generalização da circulação do dinheiro em escala mundial exige que os padrões de preços e moedas específicas de cada país se convertam, enquanto relações internacionais, em *dinheiro mundial*. Deste modo, a forma de valor das mercadorias ganha condições de se apresentar plenamente como “forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato” (Marx, 1983 [1867], p. 119). A compensação de meios de pagamento entre países predomina na circulação do dinheiro, ainda que também tenha considerável importância a circulação do dinheiro como “meio internacional de compra”. A reserva de dinheiro, portanto, deve ser suficiente tanto para atender às necessidades da circulação interna de dinheiro como para as necessidades internacionais. Porém, normalmente esta reserva nacional se restringe aos limites mínimos necessários:

Os países de produção burguesa desenvolvida limitam os tesouros maciçamente concentrados nas reservas bancárias ao mínimo requerido por suas funções específicas. Embora haja exceções, **o crescimento extraordinário da reserva do tesouro, acima de seu nível médio, indica estancamento da circulação das mercadorias ou interrupção do fluxo de metamorfose das mercadorias** (Marx, 1983, p. 120-121, grifos nossos).

Enquanto no primeiro capítulo é abordado o fetichismo da mercadoria e, no segundo capítulo, o fetichismo do dinheiro como desdobramento do fetichismo da mercadoria, no terceiro capítulo é demonstrado como se constitui materialmente o fetichismo do dinheiro. Ao final do segundo capítulo foi mencionado o fetichismo do dinheiro. No decorrer do terceiro capítulo, no entanto, o fetichismo que havia sido somente mencionado, é explicitado detalhadamente.

Transformação do Dinheiro em Capital

A segunda seção desse livro é a única que se restringe somente a um capítulo: o capítulo quatro, “Transformação do Dinheiro em Capital”. Neste capítulo Marx apresenta primeiramente a fórmula geral

do capital para em seguida demonstrar a contrariedade desta fórmula à teoria do valor tal como explicitada no decorrer de toda a exposição até o presente capítulo. Toda a sua argumentação se desenvolve primeiramente pela investigação da origem do capital na esfera da circulação para, em seguida, se contrapor frontalmente a tal lógica, desvelando a origem do capital na esfera da produção, sendo esta produção especificamente aquela na qual se assentam as relações sociais de produção capitalistas.

Neste sentido, Marx inicia a sua exposição caracterizando a forma com que primeiramente *aparece* o capital: ainda que o ponto de partida do capital seja a circulação de mercadorias, ao abstrair-se a variedade de valores de uso existentes nas trocas, encontra-se o dinheiro como “primeira forma de aparição do capital” (Marx, 1983 [1867], p. 125). Esta constatação não se dá somente por meio da origem histórica do capital, mas pelos próprios processos a partir dos quais empiricamente se desdobra dinheiro em capital.

A diferenciação entre o dinheiro em seu papel específico de dinheiro e o dinheiro como capital aparece de imediato na circulação pela diferenciação entre a circulação simples de mercadorias ($M - D - M$) e a circulação relacionada à transformação de dinheiro em capital ($D - M - D$). Esta última forma de circulação consiste na compra com o objetivo da venda. No entanto, a troca de dinheiro por dinheiro que resultasse no mesmo efeito quantitativo seria inútil. Nota-se que há um conteúdo no interior desta relação que de imediato se encontra *oculto*.

Também se constata que nesta inversão das fases o dinheiro permanece na circulação, ou seja, ele é liberado para em seguida ser resgatado: “Ele é, portanto, apenas adiantado” (Marx, 1983 [1867], p. 127). O fato de o dinheiro refluir para o seu ponto de partida, no entanto, não significa que a mercadoria foi vendida por um preço maior do que ela foi comprada. Significa apenas que ela foi revendida. Enquanto na circulação simples, o processo se dá com o objetivo de satisfazer necessidades, ou seja, o valor de uso da mercadoria, na circulação do dinheiro

em que este reflui ao seu ponto de partida, o que move este processo é a finalidade do valor de troca. Por isso esta última forma de circulação parece tautológica, já que “Ambos os extremos têm a mesma forma econômica” (Marx, 1983 [1867], p. 127). Deste modo, a troca de dinheiro por dinheiro é inútil se o resultado da troca não repercutir num incremento quantitativo de dinheiro:

No final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele (sic) no começo. [...]. A forma completa desse processo é, portanto, $D - M - D'$, em que $D' = D + \Delta D$, ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de – mais-valia (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital (Marx, 1983 [1867], p. 128).

Dado o objetivo de se realizar o valor de troca, o processo necessariamente é interminável. Caso o dinheiro fosse gasto somente como dinheiro, este deixaria de se transformar em capital. Por isso, ao se verificar o conteúdo presente no final de cada metamorfose, não aparece qualquer diferença entre o dinheiro que existia em sua forma inicial e o seu incremento que surge posteriormente. O capital aparece somente como uma forma única⁴, a partir da qual se reinicia este processo: “[...] a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável” (Marx, 1983 [1867], p. 129). Intercalando dinheiro e mercadoria, valor original e mais-valia, o capital só se autovaloriza por que já é valor: “Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou ao menos põe ovos de ouro” (Marx, 1983 [1867], p. 130).

⁴ “Ele se distingue, como valor original, de si mesmo como mais-valia, assim como **Deus Pai se distingue de si mesmo como Deus Filho**, e ambos são de mesma idade e constituem, de fato, uma só pessoa, pois só por meio da mais-valia de 10 libras esterlinas tornam-se as 100 libras esterlinas adiantadas capital, e assim que se tornam isso, assim que é gerado o filho e, por meio do filho, o pai, desaparece a sua diferença e ambos são unos, 110 libras esterlinas” (Marx, 1983, p. 131, grifos nossos).

Assim como é apresentada pela primeira vez a forma com que aparece o capital, também Marx apresenta pela primeira vez como se caracteriza, sob tais circunstâncias, o personagem *capitalista* (ou o *capital personificado*): como portador deste dinheiro que se converte em capital, ou, em outras palavras, como possuidor deste dinheiro que está em constante processo de valorização, sendo este processo de valorização a “meta subjetiva” deste agente econômico. Não se trata, portanto, de lucro como evento avulso, ou isolado, mas do “incessante movimento do ganho” (Marx, 1983 [1867], p. 129). Na análise do capital realizada sob o ponto de vista exposto neste início do capítulo, o capitalista aparece como uma versão “racional” de entesourador que, ao contrário deste, joga sempre novamente o dinheiro na circulação.

Dado o movimento em que ora aparece como mercadoria, ora como dinheiro, o valor só consegue adquirir forma autônoma por meio de sua aparição como dinheiro. Ele necessariamente deve se transformar em mercadoria para ao final aparecer como mais-valia, mas não somente isso, o valor precisa manter-se como valor em processo, numa “relação privada consigo mesmo”, entrando na circulação, saindo dela e entrando nela novamente para se reproduzir. Em síntese: “D – M – D’ é a fórmula geral do capital, como aparece diretamente na esfera da circulação” (Marx, 1983 [1867], p. 131).

No entanto, após a explanação sobre o dinheiro como capital tal como aparece na esfera da circulação, demonstrando em detalhes o nível máximo que tal argumentação pode alcançar, esclarece que, na realidade, toda esta *lógica contradiz a teoria do valor tal como apresentada até o momento na presente obra*.

Tal argumentação por si mesma demonstra seu limite na investigação sobre a transformação do dinheiro em capital, já que a mera inversão formal na metamorfose do dinheiro não pode acarretar em valorização do valor. Primeiramente porque tal inversão consiste apenas no ponto de vista de cada agente do processo de troca, ou seja, sob o

foco de cada agente, a transação, a troca tem seu ponto de partida e seu ponto de chegada, o que no final repercute na própria circulação simples: “Portanto, por meio da inversão da sequência, nós não transcendemos a esfera da circulação simples de mercadorias” (Marx, 1983 [1867], p. 132). E ainda, consistindo em troca de equivalentes, não há complemento de valor nesta relação sob nenhum aspecto: quando se trata de troca de mercadorias, dá-se a troca de equivalentes em espécie e, quando se trata de troca intermediada pelo dinheiro, o preço já está dado antes da efetivação da troca:

O mesmo valor, isto é, o mesmo quantum de trabalho social objetivado, permanece nas mãos do mesmo possuidor de mercadoria, primeiro na figura de sua mercadoria, depois na do dinheiro em que se transforma, finalmente na da mercadoria na qual esse dinheiro se retransforma. Essa mudança de forma não inclui nenhuma mudança de grandeza do valor (Marx, 1983 [1867], p. 133).

Poder-se-ia ainda questionar a restrição da troca a equivalentes, sustentando que a troca não se dá somente de forma pura, ou seja, não ocorre somente entre equivalentes. Ainda assim não seria possível derivar da troca de não-equivalentes a origem da mais-valia, já que, por um lado, o acréscimo proveniente de uma possível venda acarretaria necessariamente num futuro decréscimo na compra e vice-versa, e por outro lado, a totalidade do processo, compra e venda, mais valor num polo e menos valor em outro polo, repercutiria no mesmo valor total existente antes da troca. Em síntese:

Pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não-equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia. A circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor (Marx, 1983 [1867], p. 136).

No processo de produção, por outro lado, o produtor, ao alterar um produto transformando-o em novo produto, adiciona valor, pois o

segundo produto possui uma maior quantidade de trabalho que o primeiro. Porém, não se trata de um complemento de valor ao mesmo produto, mas de dois produtos distintos. A valorização do valor, portanto, também não se realiza neste processo.

Assim, se foi possível verificar que a mais-valia não é gerada na circulação, também se verifica que sem que ocorra uma relação de troca, ou seja, sem que se recorra à circulação, também não é possível que se gere mais-valia. Então, onde pode ocorrer tal modificação do valor? Dado que se trata da troca de equivalentes, a resposta não pode ser encontrada no ato da venda ou da revenda. Assim, só é possível ocorrer valorização do valor no primeiro estágio da metamorfose do dinheiro: $D - M$. No entanto, M enquanto valor só caracteriza a sua equivalência em relação a D . Portanto, o segredo está no *valor de uso de M* . O capitalista só pode encontrar uma mercadoria disponível no mercado que, ao se efetivar o seu valor de uso, gera valor: a mercadoria *força de trabalho*.

A força de trabalho, definida como capacidade de dispêndio de força mental e física do ser humano, obedece a determinados critérios para servir a tais relações de produção. O trabalhador, deve ser proprietário desta e vendê-la no mercado, ou seja, deve ser livre e vendê-la por determinado período de tempo, já que se vendida por inteiro, o trabalhador já não pode ser caracterizado como livre proprietário da força de trabalho, mas como escravo, propriedade de outrem, o que não permitiria a relação de troca entre força de trabalho e dinheiro. Além de ser livre e proprietário da força de trabalho, o trabalhador também não pode possuir os meios de produção e os meios de subsistência que permitiriam a sua sobrevivência como ser humano, haja vista que tais circunstâncias igualmente inviabilizariam esta relação de troca:

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem ou-

tras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (Marx, 1983 [1867], p. 140).

Trata-se do desenvolvimento de condições históricas em que, com a generalização das relações de troca, tem-se a possibilidade de surgimento desta forma específica de relação de produção; relação esta que apresenta a força de trabalho como condição determinante de sua existência. A força de trabalho, tal como as demais mercadorias, possui determinado valor que propicia a sua troca no mercado, no caso, a troca entre trabalhador (que vende a sua força de trabalho) e capitalista (que a compra e lança mão de seu valor de uso). Da mesma forma, assim como as demais mercadorias, também o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho despendido em sua produção (enquanto determinado quantum social médio de trabalho). Ora, o tempo de trabalho despendido na produção da força de trabalho se caracteriza pelo tempo de trabalho gasto em média na produção do conjunto dos meios de subsistência necessários ao trabalhador para que ele se apresente em condições mentais e físicas para trabalhar para o capitalista:

A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres. Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado (Marx, 1983 [1867], p. 141).

Dado que o trabalhador morre e a produção necessita continuidade de seu processo, além dos meios de subsistência necessários ao trabalhador, torna-se necessário ainda os meios de subsistência que suprem a sua prole, ou seja, que tornem possível a produção de futuros trabalhadores.

Considerando ainda a qualificação necessária aos diferentes níveis de complexidade do trabalho, soma-se também ao valor da força de trabalho o tempo médio necessário à produção do conjunto dos produtos mercantis que participam da *educação* do trabalhador.

Por fim, os diferentes itens que compõem o valor da força de trabalho possuem uma variedade no tempo de seu desgaste e, portanto, de sua substituição, o que repercute numa escala de tempo em que ocorre a substituição de um ou outro item dos meios de subsistência; considerando o tempo necessário a esta ou àquela substituição, é estabelecido um valor médio anual que, dividindo-o, se converte no valor diário da força de trabalho.

A relação de compra e venda da força de trabalho se dá pela função do dinheiro como “meio de pagamento”, ou seja, a compensação da compra não ocorre no momento em que ocorre a compra. É estabelecido o contrato por meio do qual o capitalista pode fazer uso da força de trabalho e, no final de determinado período é realizado o pagamento ao trabalhador:

O seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado quantum de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na **exteriorização** posterior dessa força. Por isso, a **alienação** da força e a sua verdadeira **exteriorização**⁵, ou seja, a sua existência como valor de uso, se separaram no tempo. No caso de mercadorias, porém, em que a alienação formal do valor de uso mediante a venda e sua

⁵ Neste contexto o termo “alienação” se refere simplesmente à *venda*. E o termo “exteriorização”, por sua vez, refere-se a ao trabalho em processo, *valor de uso* do capitalista.

verdadeira entrega ao comprador se separam no tempo, o dinheiro do comprador funciona geralmente como meio de pagamento. Em todos os países com modo de produção capitalista, a força de trabalho só é paga depois de ter funcionado durante o prazo previsto no contrato de compra, por exemplo, no final de cada semana (Marx, 1983 [1867], p. 143, grifos nossos).

Assim são estabelecidas todas as condições que determinam o valor da força de trabalho e a sua forma de alienação. Dado o processo de compra e venda da força de trabalho – realizado na esfera da circulação –, é iniciado então o processo de consumo do valor de uso da força de trabalho – processo este realizado na esfera da produção. Marx, então, esclarece que é justamente neste momento que se desvenda a fonte da qual provém a mais-valia, já que é por meio do consumo da força de trabalho que ocorre “produção de mercadoria e de mais-valia” (Marx, 1983 [1867], p. 144). Portanto, se faz necessário adentrar à esfera da produção para encontrar a resposta a esta questão, resposta esta a ser dada nos capítulos subsequentes.

Assim, verificando-se o capítulo quatro em sua totalidade, nota-se que só foi possível a inversão realizada no decorrer da exposição deste capítulo – a esfera da circulação que apresenta a mais-valia em sua aparência e a relação entre a circulação e a produção que desvenda a mais-valia em sua essência – porque nas etapas anteriores da exposição foram apresentadas as principais bases conceituais da teoria do valor. Caso não houvesse esta elucidação nos capítulos precedentes, a inversão realizada no quarto capítulo seria metodologicamente inapreensível.

Da mesma forma, assim também se torna possível verificar o conteúdo fetichista expresso neste capítulo, ainda que não apareça explicitamente, haja vista que o fetichismo guarda uma relação com as bases fundamentais da teoria do valor.

Assim como no capítulo primeiro é apresentado o fetichismo da mercadoria, no segundo capítulo, o fetichismo do dinheiro e no terceiro capítulo, o conteúdo do fetichismo do dinheiro, no quarto capítulo, por

sua vez, nota-se os apontamentos introdutórios para o que se pode antever como sendo o *fetichismo do capital*.

Ao enfatizar que as relações de produção capitalistas só podem ocorrer por meio de um processo ininterrupto, incessante e generalizador, e ao apresentar a força de trabalho como condição fundamental à produção de mercadorias, de valor e de mais-valia, Marx neste capítulo inicia a caracterização do modo de funcionamento da relação entre capital e trabalho, relação esta eminentemente alimentada pelo fetichismo do capital e pela reificação das relações de produção. No entanto, só se torna possível uma compreensão geral desta relação por meio do conteúdo conceitual apresentado nos capítulos subsequentes.

Processo de Trabalho e Processo de Valorização

Após os apontamentos introdutórios à produção de mais-valia no modo de produção capitalista realizado no quarto capítulo, Marx realiza no decorrer do quinto ao nono capítulos, que compõem a terceira seção desta obra, a exposição sobre a *mais-valia absoluta*, sendo o capítulo V a apresentação da base conceitual que define a mais-valia e os demais capítulos os desdobramentos que demarcam a mais-valia absoluta.

Para tanto, divide o capítulo V em duas seções, sendo na primeira seção, “O processo de trabalho”, tratada a produção de valores de uso indistintamente à formação social na qual a produção se insere e, na segunda seção, “O processo de valorização”, tratada a valorização do valor e, portanto, a extração de mais-valia no modo de produção capitalista.

Assim como em outros momentos da obra em que se inicia a exposição de cada conjunto conceitual por meio da categoria *valor de uso*, aqui também Marx retoma esta categoria, já que, para tratar do processo de valorização do valor, é necessário abordar primeiramente o processo de trabalho abstraindo-o das peculiaridades do trabalho sob

determinado modo de produção. Portanto, o trabalho sob este aspecto, apresenta-se como trabalho produtor de valores de uso: “A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada” (Marx, 1983 [1867], p. 149).

Desta forma, sob o ponto de vista da produção de valores de uso, são apresentados os conceitos de “objeto de trabalho”, “matéria-prima”, “matéria auxiliar” e “meio de trabalho”. O conjunto destes elementos caracteriza os *meios de produção* que, pela intervenção humana, viabiliza o *trabalho produtivo de valores de uso*. As características dos meios de trabalho em cada momento histórico possibilitam vislumbrar o grau de desenvolvimento dos processos produtivos neste dado momento, ao passo que o produto do trabalho, além de servir como meio de subsistência, também pode servir como meio de produção de novos valores de uso.

O processo de trabalho, enquanto intervenção humana sobre os meios de produção, consiste em *consumo produtivo*, diferentemente do uso designado ao produto final enquanto consumo humano para a subsistência:

O trabalho gasta seus elementos materiais, seu objeto e seu meio, os devora e é, portanto, processo de consumo. Esse consumo produtivo distingue-se do consumo individual por consumir o último os produtos como meios de subsistência do indivíduo vivo, o primeiro, porém, como meios de subsistência do trabalho, da força de trabalho ativa do indivíduo. O produto de consumo individual é, por isso, o próprio consumidor, o resultado do consumo produtivo um produto distinto do consumidor (Marx, 1983 [1867], p. 153).

Porém, o trabalho produtivo, enquanto consumo produtivo dos meios de produção, tal como descrito neste item, restringe-se à definição de trabalho produtor de *valores de uso*, definição esta que, segundo Marx, de forma alguma é suficiente para a compreensão de trabalho

produtivo tal como se verifica no modo de produção capitalista, objeto desta obra: “Essa definição de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista” (Marx, 1983 [1867], p. 151, nota de rodapé).

Desta forma, após realizar esta digressão que esclarece a respeito das peculiaridades do trabalho produtor de valores de uso, Marx retoma a sua narrativa tal como apresentada no final do quarto capítulo em que, com o objetivo de desvendar a fonte da mais-valia, convida o leitor a “seguir” capitalista e trabalhador ao processo produtivo e verificar sua execução.

Marx designa, neste momento da exposição, o capitalista como capitalista *in spe* (em aspiração⁶) porque, ao comprar meios de produção e força de trabalho, cada qual pelo seu valor, e dar início ao processo de produção, o capitalista lança mão do valor de uso da força de trabalho tal como encontra disponível no mercado, sendo as condições da força de trabalho ainda marcadas pelos limites impostos pelas condições sociais anteriores à generalização do modo de produção capitalista⁷:

A natureza geral do processo do trabalho não se altera, naturalmente, por executá-lo o trabalhador para o capitalista, em vez de para si mesmo. Mas também o modo específico de fazer botas ou de fiar não pode alterar-se de início pela intromissão do capitalista. Ele tem de tomar a força de trabalho, de início, como a encontra no mercado e, portanto, também seu trabalho da maneira como se originou em um período em que ainda não havia capitalistas. A transformação do próprio modo de produção mediante a subordina-

⁶ Nota dos tradutores (Marx, 1983 [1867], p. 154).

⁷ Observa-se mais uma vez que os apontamentos históricos não se constituem como base expositiva do objeto; a história aqui é tomada exclusivamente como instrumento analítico que se insere num método de exposição que abrange o delineamento do objeto perfazendo fundamentalmente dois processos: o primeiro que descreve a sua processualidade, da sua unidade mais simples à sua forma mais complexa, e o segundo, que perfaz distintos graus de abstração do objeto, caminhando dos mais altos graus de abstração aos graus mais simples.

ção do trabalho ao capital só pode ocorrer mais tarde e deve por isso ser considerada somente mais adiante (Marx, 1983 [1867], p. 154).

Nota-se que a relação de compra e venda da força de trabalho realizada entre capitalista e trabalhador, bem como a extração de mais-valia, ainda que sejam os fatores basilares para a existência do modo de produção capitalista, são contudo, ainda insuficientes para sua consolidação como modo de produção predominante e sua conseqüente generalização, já que os fatores que redundam na subsunção do trabalho, bem como de toda a vida social, ao capital, ainda não estão presentes neste momento da exposição. Tais fatores são apresentados no decorrer dos capítulos posteriores desta obra.

Contudo, o processo produtivo fundamentado nesta relação de compra e venda da força de trabalho já caracteriza um dos aspectos centrais deste modo de produção caracterizado pelo valor de uso da força de trabalho consumido pelo capitalista que, a partir do momento em que compra a força de trabalho, juntamente com os meios de produção, torna-se proprietário destes e os utiliza no decorrer da jornada de trabalho como *coisas* que lhe pertencem: “O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega” (Marx, 1983 [1867], p. 154).

Deste modo Marx dá início ao segundo item deste capítulo, “O processo de valorização”, no qual, com o objetivo de desvendar a verdadeira fonte da mais-valia, caracteriza primeiramente cada elemento da produção pelo uso que o capitalista faz destes elementos.

No item anterior havia sido descrito o processo produtivo somente enquanto produção de valores de uso. Neste item, ao contrário, é descrito o processo produtivo enquanto *produção de valor*. Desta forma, o resultado da produção deve possuir valor de uso, porém, independentemente do valor de uso produzido, este valor de uso deve conter *valor*.

Assim, a produção neste momento é caracterizada somente pelo conjunto dos trabalhos humanos socialmente necessários que, cristalizados na mercadoria, constituem valor:

O trabalho do fiandeiro era especificamente diferente de outros trabalhos produtivos, e a diversidade manifestava-se subjetiva e objetivamente no fim particular da fiação, em seu modo particular de operar, na natureza particular de seus meios de produção, no valor de uso particular de seu produto. Algodão e fuso servem de meios de subsistência do trabalho de fiar, mas não se pode com eles fazer canhões raiados. **Na medida em que o trabalho do fiandeiro é, pelo contrário, formador de valor, isto é, fonte de valor, não se distingue em nada do trabalho do perfurador de canhões**, ou, que está aqui mais próximo, dos trabalhos do plantador de algodão e do produtor de fusos, realizados nos meios de produção do fio (Marx, 1983 [1867], 157, grifos nossos).

Marx dá prosseguimento à narrativa na qual são descritos os objetivos do capitalista sobre o resultado da produção e como esse processo produtivo atinge estes objetivos. Para tanto, primeiramente são contabilizados somente os valores dos meios de produção e da força de trabalho empregados em meia jornada de trabalho (no exemplo, equivalente ao valor da força de trabalho que corresponde a um dia). Diante do resultado deste cálculo, o qual não demonstra a mais-valia adquirida, é descrita a reação do personagem “capitalista”, sua indignação e suas argumentações. Este recurso expositivo permite expressar o ponto de vista da economia política clássica e seus limites na compreensão sobre o valor e a mais-valia.

Em seguida, Marx desvenda a mais-valia demonstrando a distinção entre o *valor da força de trabalho* e o *valor de uso* que o trabalho possui sob a posse do capitalista; diferença esta fundamental, já que o valor produzido na jornada de trabalho corresponde não somente ao valor da força de trabalho, como também a um valor que o excede: “O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho

são, portanto, duas grandezas distintas” (Marx, 1983 [1867], p. 159). A partir do momento que o trabalhador vende a sua força de trabalho, esta pertence ao capitalista e, o uso que é feito desta mercadoria, portanto, é determinado pelo último, ao passo que ao primeiro, resta proporcionar este uso por meio de seu trabalho:

Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, segundo as leis eternas do intercâmbio de mercadorias. **Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro.** O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor (Marx, 1983 [1867], p. 160, grifos nossos).

Portanto, respeitando todas as condições à troca de equivalentes, o capitalista comprou a força de trabalho pelo seu valor e, pelo uso que fez desta mercadoria, extraiu mais-valia do trabalho realizado no decorrer da jornada. Considerando que a força de trabalho é a única mercadoria que, ao ser utilizada, gera valor, nada impede ao capitalista que, ao utilizar esta mercadoria, extraia dela um valor que exceda o valor dela: “Todas as condições do problema foram resolvidas e, **de modo algum, as leis do intercâmbio de mercadorias foram violadas.** Trocou-se equivalente por equivalente” (Marx, 1983 [1867], p. 160, grifos nossos). Assim, o capitalista vai ao mercado e, igualmente, vende a

mercadoria pelo seu valor, já que o valor nela cristalizado corresponde ao valor transferido pelos meios de produção nela empregados e ao valor novo gerado no decorrer da jornada de trabalho em que se produziu o produto final. Deste modo, o capitalista

ao incorporar força de trabalho viva à sua [dos meios de produção] objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, **um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo** (Marx, 1983, p. 160-161, grifos nossos).

A descrição da valorização do valor como “um monstro animado que começa a ‘trabalhar’ como se tivesse amor no corpo” nada mais é que uma forma de expressão do fetichismo do capital descrito neste momento da exposição ainda como *embrião*. Neste contexto, o monstro passa a ser “animado”, ou seja, *ganha vida*. Este ser, que aqui se apresenta como a valorização do valor, começa a “trabalhar”, quando quem está trabalhando é o fiandeiro. Por fim, este ser não só ganha vida, mas ainda vive “como se tivesse amor no corpo”, ou seja, como se fosse literalmente *humano*.

Conseqüentemente, neste mesmo processo, o trabalhador, a partir do momento em que aliena a sua força de trabalho, tudo o que executa no decorrer da jornada de trabalho, sob o ponto de vista do capital, importa apenas como dispêndio de músculos, nervos, energia física e mental, para cumprir o objetivo de valorização do valor. Ele em si não é considerado de outra forma senão como elemento imprescindível à produção de valor e de valorização do valor. Trata-se de uma relação, portanto, *reificada*, ou em outras palavras, trata-se do conjunto de fatores que dão vida ao capital, pois, só esta relação de produção pode transformar “valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo”.

Ainda que nesta altura da exposição só se apresente o embrião do fetichismo do capital, pois não se explicitaram ainda os elementos

constituintes da mais-valia absoluta, da mais-valia relativa, da relação entre ambas, do salário e do processo de acumulação de capital, vem à luz neste momento a *base fundamental* sobre a qual se alicerçam todos estes elementos. Neste momento, o fetichismo que antes aparecia somente como inerente à forma mercadoria e à forma dinheiro, agora se explicita como o fetichismo no qual estas duas formas – mercadoria e dinheiro – estão inseridas. É considerada toda a estrutura categorial antes apresentada, trazendo-a em um grau menor – mais concreto – de abstração. Agora a relação entre a *contradição externa* e a *contradição interna* do valor se apresenta no próprio processo de *valorização do valor*, no processo produtivo de valor e de mais-valia propriamente dito:

Vê-se: a diferença obtida anteriormente da análise da mercadoria, entre o trabalho enquanto criador de valor de uso e o mesmo trabalho enquanto criador de valor, apresenta-se agora como diferenciação dos diferentes aspectos do processo de produção.

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias (Marx, 1983 [1867], p. 162).

Capital Constante e Capital Variável

Após a exposição no capítulo V de como ocorre a extração de mais-valia, os capítulos subsequentes especificarão e caracterizarão cada componente do processo produtivo voltado para a produção de valor e valorização do valor. Assim, o capítulo VI é voltado ao desnudamento do processo por meio do qual ocorre a *conservação* e a *transfêrência* do valor dos meios de produção ao produto, bem como à relação deste fator produtivo com a força de trabalho no que diz respeito ao resultado final do processo, ou seja, ao valor total do produto.

No processo de trabalho ocorre concomitantemente acréscimo de valor ao objeto de trabalho e transferência do valor dos meios de produção ao produto do trabalho. No mesmo processo de trabalho há conservação do valor antigo e criação de valor novo. Sendo dois procedimentos completamente distintos que ocorrem no mesmo processo, esta dualidade só pode ser explicada pela dualidade do próprio trabalho: o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Enquanto o valor novo só pode ser criado pelo próprio trabalho concreto específico que, ao objetificar-se, agrega trabalho em geral e cristaliza valor no produto, os valores antigos dos meios de produção também só podem reaparecer no produto pelo uso destes meios neste processo de trabalho, convertendo estes valores de uso na forma de um novo produto que possibilita por esta objetificação a transferência do valor antigo ao produto final:

em virtude de sua propriedade abstrata, geral, como dispêndio de força de trabalho humana, o trabalho do fiandeiro agrega novo valor aos valores do algodão e do fuso, e em virtude de sua propriedade concreta, específica, útil, como processo de fiação, transfere o valor desses meios de produção ao produto e recebe assim seu valor no produto. Daí a dualidade do seu resultado no mesmo instante (Marx, 1983 [1867], p. 166).

A contradição interna da mercadoria: valor de uso e valor, não deixa de se explicitar na transferência do valor dos meios de produção ao produto. Toda mercadoria só pode possuir valor porque possui valor de uso e, na medida que perde valor de uso, também perde valor. Entretanto, ainda que a mercadoria tenha que possuir valor de uso, independente qual é este valor de uso. O fato de que os meios de produção, ao serem transformados no processo de trabalho, apareçam ao final como novo valor de uso, não inviabiliza que seu valor reapareça neste novo valor de uso.

Para elucidar como a contradição entre valor de uso e valor se apresenta na transferência de valor dos meios de produção para o produto final, Marx lança mão da própria força de trabalho como elemen-

to explicativo. Nota-se neste momento da exposição, mais uma vez, a reificação das relações humanas na medida em que, sob o ponto de vista da relação capitalista de produção, a força de trabalho consiste somente em uma “coisa” que deve ser convertida em objeto do processo produtivo de valor:

Valor, abstraindo sua representação puramente simbólica no signo de valor, existe apenas num valor de uso, numa coisa. (O próprio homem, considerado como mera existência de força de trabalho, é um objeto natural, uma coisa, embora uma coisa viva, consciente, e o próprio trabalho é manifestação material dessa força.) (Marx, 1983 [1867], p. 167).

Enquanto elemento integrante da produção de mercadorias, de valor e de mais-valia, os seres humanos são apenas concebidos enquanto portadores de força de trabalho, ao passo que o trabalho em si é a “manifestação material dessa força”. Marx, neste sentido, dá continuidade à elucidação realizada no capítulo anterior, sobre o valor da força de trabalho e o valor de uso desta força extraído pelo capitalista, explicitando-se, assim – ainda que de forma embrionária – a relação entre o fetichismo do capital e a reificação das relações humanas neste modo de produção.

Sendo viabilizada a transferência do valor dos meios de produção ao produto final pela própria contradição entre valor e valor de uso que permeia a metamorfose das mercadorias, esta transferência de valor, no entanto, não se dá de forma homogênea em toda e qualquer espécie de meio de produção. A matéria-prima pode ter seu valor transferido integralmente ao produto unitário, ao passo que o valor das instalações, dos maquinários e dos instrumentos de trabalho não é totalmente transferido; esta transferência se dá no decorrer de toda a vida útil destes meios de produção:

Se consideramos todo o período em que tal meio de trabalho presta serviço, desde o dia de sua entrada na oficina até o dia de seu banimento ao despejo, veremos que, durante

esse período, seu valor de uso foi inteiramente consumido pelo trabalho e seu valor de troca transferiu-se, por isso, totalmente ao produto. Se, por exemplo, uma máquina de fiar teve vida útil de 10 anos, então seu valor total transferiu-se, durante o processo de trabalho de 10 anos, ao produto de 10 anos. O período de vida de um meio de trabalho compreende, portanto, um número maior ou menor de processos de trabalho, repetidos com ele sempre de novo. **E acontece ao meio de trabalho o mesmo que ao homem.** Todo homem perece diariamente por 24 horas. Mas não se nota em ninguém por quantos dias já pereceu. Isso não impede, entretanto, as companhias de seguros de vida de tirarem, da vida média dos homens, conclusões muito seguras e, o que é muito mais, muito lucrativas (Marx, 1983 [1867], p. 168, grifos nossos).

Assim como existe uma média de tempo de vida útil de um determinado maquinário, também se estipula um tempo médio de vida da força de trabalho – e não só de vida, como também de sua vida útil, já que se tratam de duas grandezas distintas –, considerando seu desgaste em média exigido no decorrer dos anos de uso em determinado ramo de trabalho. Neste sentido, Marx exemplifica pelo proveito que as companhias de seguro fazem desta média. Nos capítulos seguintes será ainda retomado o desgaste da força de trabalho pelo seu uso intensivo ao ponto de gerar prejuízos ao próprio capitalista que, assim como os demais itens do processo produtivo, necessita que este instrumento também esteja em boas condições para extrair todo o uso que ele pode oferecer.

É relevante ainda denotar que o processo de transferência de valor dos meios de produção ao produto final não pode ser confundido com o valor de uso empregado aos meios de produção. O valor já está dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção dos mesmos: “Seu valor não é determinado pelo processo de trabalho em que entra como meio de produção, mas pelo processo de trabalho de que sai como produto” (Marx, 1983 [1867], p. 169). Neste sentido, o valor dos meios de produção não é reproduzido, mas transferido e

conservado, diferentemente do que acontece com a força de trabalho que cria valor e, não somente um valor que equivale ao seu valor, mas um valor que o excede:

Mediante a atividade da força de trabalho, reproduz-se, portanto, não só seu próprio valor, mas produz-se também valor excedente. Essa mais-valia forma o excedente do valor do produto sobre o valor dos constituintes consumidos do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho (Marx, 1983 [1867], p. 171).

Marx, desta forma, para caracterizar cada componente da produção enquanto conversão do capital originário em processo de valorização, denomina a parte do produto final que compõe os meios de produção como *capital constante*, haja vista a conservação de seu valor no produto, ao passo que o valor referente à força de trabalho é denominado *capital variável*, considerando a sua peculiaridade de gerar novo valor.

A preocupação de Marx em dar uma denominação a cada elemento do processo produtivo, diferenciando capital constante, capital variável e mais-valia ao invés de denominar apenas como meios de produção, força de trabalho e mais-valia, não se dá por uma questão meramente terminológica. A teoria do valor, tal como apresentada desde o início desta obra, postula claramente a diferenciação entre a forma mercadoria, a forma dinheiro e o valor como a *substância* destas formas nas relações de produção aqui tratadas.

Na realidade, ao se apresentar a teoria do valor e a chave da extração de mais-valia, não resta nenhuma possibilidade de atribuir-se aos elementos do processo produtivo interpretações que ocultariam as determinações por trás destas relações sociais de produção.

Assim, dada a definição de mais-valia nos capítulos anteriores e as definições de capital constante e capital variável no presente capítulo, tem-se todos os componentes necessários ao cálculo da taxa de mais-valia e da massa de mais-valia a serem apresentadas nos capítulos posterior-

res, dando prosseguimento, portanto, à teoria do valor em todas as suas determinações tal como se apresenta no modo de produção capitalista.

A Taxa de Mais-Valia

Considerando a caracterização dos elementos do processo produtivo realizada nos capítulos anteriores, é apresentado então o cálculo da taxa de mais-valia – ou taxa de exploração da força de trabalho; cálculo este que possui um alto grau de exatidão, dados os fatores objetivos do processo produtivo e a própria relevância deste resultado à finalidade específica deste modo de produção.

Num primeiro momento tem-se como resultado no valor do produto a soma dos elementos da produção: capital constante, capital variável e mais-valia. Porém, mediante o fato de que o valor referente ao capital constante é apenas transferido ao produto, ou seja, não se integra aos valores criados na jornada de trabalho⁸, tal componente é excluído do cálculo da taxa de mais-valia, restando apenas a relação entre o capital variável e a mais-valia:

Sabe-se que o valor do capital constante apenas reaparece no produto. O produto de valor realmente criado no processo distingue-se, portanto, do valor do produto obtido dele.

[...]

A análise pura do processo exige, portanto, a abstração total da parte do valor do produto em que apenas reaparece o valor do capital constante (Marx, 1983 [1867], p. 174).

No valor total do produto está incluso o valor do capital constante transferido. Porém, este valor total por si mesmo não permite verificar

⁸ Neste aspecto, é importante salientar que o valor referente ao capital constante, ainda que não componha os valores criados na jornada de trabalho de um processo produtivo específico no qual integram os valores dos meios de produção, é fruto, entretanto, de um processo produtivo de valor e de mais-valia realizado anteriormente, enquanto valor inerente a qualquer mercadoria produzida num modo de produção capitalista.

a diferença entre o valor criado e o valor transferido. O valor criado na jornada de trabalho equivale somente à soma do capital variável e da mais-valia. Neste sentido, ainda que o capital constante seja adiantado – independentemente de sua natureza, deve estar presente no processo produtivo para que a força de trabalho possa ser absorvida como tempo de trabalho despendido –, o seu valor é necessariamente abstraído para que o grau de exploração da força de trabalho seja explicitada e se obtenha assim, a taxa de mais-valia.

Desta forma, a mais-valia como grandeza absoluta consiste no tempo despendido na jornada de trabalho que excede o valor da força de trabalho, ao passo que a grandeza proporcional é obtida relacionando a mais-valia com o capital variável, alcançando assim uma porcentagem que expressa a proporção entre estes dois fatores e, portanto, a taxa de exploração da força de trabalho, ou a *taxa de mais-valia*.

Nesta relação, o tempo que equivale ao valor da força de trabalho se apresenta como *trabalho necessário*, já que sem este tempo, seria inviabilizada a reprodução da força de trabalho; ao passo que o tempo correspondente à extração de mais-valia denomina-se *mais-trabalho*, que se refere ao trabalho que excede o tempo de trabalho necessário à correspondente produção dos meios de subsistência imprescindíveis à existência desta força de trabalho: “Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações socioeconômicas, por exemplo a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado”⁹ (Marx, 1983 [1867], p. 176-177).

O que distingue a relação entre mais-valia e força de trabalho e a relação entre trabalho excedente e trabalho necessário é apenas o fato de que a primeira relação se refere ao trabalho objetivado e a segunda ao trabalho em andamento.

⁹ Marx ainda retomará em capítulos posteriores esta comparação entre o tempo extorquido do trabalhador no modo de produção capitalista e o tempo de trabalho extorquido do trabalhador em outros momentos da história. Tal comparação permite compreender o fetichismo enquanto fator *inerente* ao modo de produção capitalista, tal como se verá mais adiante.

Após tais esclarecimentos, ao voltar agora para o valor total do produto pode-se verificar as partes em que este produto final se divide, fracionando-o nas proporções referentes ao capital constante, ao capital variável e à mais-valia. O capital constante transferido a este produto também pode ser fracionado, obtendo as proporções referentes à matéria-prima, às matérias auxiliares e aos meios de trabalho consumidos.

Essa decomposição do produto – resultado do processo de produção – em um quantum de produto que representa somente o trabalho contido nos meios de produção ou a parte do capital constante, em outro quantum que representa somente o trabalho necessário agregado durante o processo de produção ou a parte do capital variável, e num último quantum que representa somente o mais-trabalho agregado durante o mesmo processo ou a mais-valia, essa decomposição é tão simples quanto importante, conforme evidenciará sua aplicação posterior a problemas complicados e ainda não resolvidos (Marx, 1983 [1867], p. 180).

Ainda que Marx não esclareça nos parágrafos seguintes quais são esses “problemas complicados e ainda não resolvidos”, nem diga em qual momento vai tratar sobre esses problemas, diante do exposto neste item pode-se vislumbrar ou ao menos supor a qual problemática ele está se referindo. O produto, ao ser dividido em partes referentes a cada elemento de valor, apresenta uma imagem que lembra a fantasmagoria apresentada no último item do primeiro capítulo. Quando o produto é observado somente em sua fração que representa a matéria-prima, é como se desta parte que não representa este elemento:

houvesse sido arrancado o algodão e o algodão do produto total houvesse sido comprimido em 13 1/3 libras de fio. Estas, por outro lado, não contêm agora nenhum átomo do valor das matérias auxiliares e meios de trabalho consumidos, nem do novo valor criado no processo de fiação (Marx, 1983 [1867], p. 179).

Ainda que só se visualize no produto um valor de uso, ele, enquanto valor, se apresenta de forma tão absurda que aparenta ser uma

“mentira” ou uma “fraude”:

Por isso, 8/10 do produto, ou seja, 16 libras de fio, apesar de serem fisicamente vistos como valor de uso, como fio, não menos produtos do trabalho de fiação que as demais partes do produto, neste caso não contêm nenhum trabalho de fiação, isto é, nenhum trabalho absorvido durante o próprio processo de fiação. É como se tivessem sido transformados em fio sem fiação e como se sua figura de fio fosse mera mentira e fraude. De fato, quando o capitalista os vende por 24 xelins e compra assim de volta seus meios de produção, vê-se que as 16 libras de fio não são nada mais que algodão, fuso, carvão etc. disfarçados (Marx, 1983 [1867], p. 180).

O produto, enquanto valor de uso, contém em toda a sua integralidade a matéria-prima. Ele é fruto do trabalho do produtor. Sem as ferramentas, sem a maquinaria, sem o conjunto dos elementos do processo produtivo de valor de uso, ele não existiria. Porém, enquanto valor, é fracionado como se não houvesse “nenhum átomo” de trabalho (no caso, trabalho de fiação) na fração de valor que condiz ao capital constante e, por sua vez, a parte que se refere ao capital variável, é como se o linho tivesse sido fiado “do ar ou com algodão e fusos preexistentes na Natureza, sem colaboração de trabalho humano, que não acrescentassem nenhum valor ao produto” (Marx, 1983 [1867], p. 180).

O produto não deixa de existir como valor de uso, já que para se expressar como valor deve ser valor de uso, mas, na medida em que se apresenta como valor, ele não é mais uma forma fisicamente vista como valor de uso. Por isso, ainda que pareça fraude, quando o capitalista vende o produto e compra de volta matéria-prima, “vê-se que as 16 libras de fio não são nada mais que algodão, fuso, carvão etc. disfarçados”, ou seja, esta expressão absurda se revela factual: parte do produto foi convertido em meios de produção por intermédio destas relações de produção e circulação. A dupla existência do produto enquanto valor e valor de uso, portanto, se reafirma, assim como a mediação fetichista da mercadoria, do dinheiro e do capital.

Assim como é possível considerar o fracionamento do produto total, também é possível realizar o fracionamento do produto parcial, ou seja, caracterizar os elementos de valor de, por exemplo, meia jornada, ou de 6/5 da jornada etc., seguindo-se o mesmo processo. Neste sentido, Marx chama atenção para as teorias do economistas políticos burgueses que, com o objetivo de justificar o lucro dos capitalistas, deturpam os valores constituintes deste fracionamento, apresentando, por exemplo, teorias como a da “última hora” de Nassau W. Senior, teoria esta que sustenta a necessidade de permanência da extensão da jornada de trabalho sem diminuí-la, pois a última hora da jornada representaria a fração equivalente ao lucro do capitalista. A partir da elucidação apresentada, Marx refuta a teoria em questão trazendo os esclarecimentos tais como expostos anteriormente.

Por fim, ele encerra este capítulo nomeando a parte do produto que equivale à mais-valia como *mais-produto*, sendo esta grandeza aquela que representa o grau de *riqueza* do capitalista: “Como a produção de mais-valia é o objetivo determinante da produção capitalista, não é a grandeza absoluta do produto mas a grandeza relativa do mais-produto que mede o grau de riqueza” (Marx, 1983 [1867], p. 185).

A Jornada de Trabalho

Ainda na seção dedicada a tratar da mais-valia absoluta, após serem demonstrados os elementos do processo produtivo e o cálculo da taxa de exploração da força de trabalho, neste momento da exposição Marx passa então a descrever como estes conceitos se configuram na historicidade das relações capitalistas.

Neste aspecto, se faz necessário evidenciar na trajetória de elaboração da obra marxiana, a distinção entre o *método de pesquisa* e o *método de exposição*. Ainda que em seus estudos sobre o modo de produção capitalista, Marx tenha também utilizado da empiria como instrumento de pesquisa – tal como verificado em alguns momentos

deste capítulo; conforme suas pesquisas se adensaram até o ponto da constituição e adensamento das categorias e do conjunto conceitual presentes nesta obra, deu-se a necessidade de uma sistematização teórica de tal monta que no decorrer da trajetória expositiva não necessariamente coincide o curso conceitual com a narrativa cronológica. Tal como já mencionado, o método de exposição se constitui por meio de diferentes graus de abstração imprescindíveis à compreensão da totalidade deste objeto: o capital; ao passo que os fatos históricos selecionados e apresentados em cada momento revelam-se como descritores inerentes a cada momento da exposição.

Desta forma, após a caracterização e diferenciação entre *trabalho necessário*, *mais-trabalho* e *taxa de mais-valia* nos capítulos precedentes, neste capítulo Marx dedica-se a descrever como se confere na fatualidade histórica a relação entre capital e trabalho; relação esta que se materializa por meio do tensionamento e da luta entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Enquanto a classe capitalista se impõe por meio da pressão pelo aumento da jornada de trabalho – e pelo aumento da taxa de mais-valia –, no outro extremo a classe trabalhadora padece devido à deterioração das condições básicas de manutenção da força de trabalho e procura resistir lutando pela diminuição da jornada de trabalho.

Inerentemente a esta dinâmica, pela própria necessidade de sobrevivência deste modo de produção, dá-se materialmente as crises e a consequente intervenção do Estado transformando em leis aspectos que já se apresentavam como fundamentais à estabilização da relação entre capital e trabalho e também impondo diferentes formas de repressão tanto à classe trabalhadora como ao exército industrial de reserva.

Para descrever todo este processo, Marx primeiramente aborda a jornada de trabalho sob o ponto de vista do modo de produção capitalista, apresentando-a em seu aspecto conceitual. Logo em seguida, expõe os antecedentes históricos à constituição da jornada de trabalho sob a forma capitalista, fornecendo critérios comparativos aos episódios

narrados nos itens subsequentes demonstrando como, a partir destes pressupostos históricos, se desenvolveu e se consolidou a jornada de trabalho voltada especificamente a este modo de produção. O desenvolvimento do capítulo segue, portanto, uma sequência em que se apresenta a jornada de trabalho enquanto conjunto conceitual e, consecutivamente, o germe, o desenvolvimento e as contradições gerais que permitem compreender o movimento cíclico que caracteriza os componentes da jornada de trabalho configurada e transformada com base na tensão entre capital e trabalho. Esta sequência fornece também algumas bases necessárias à compreensão da *mais-valia relativa* e da combinação entre a *mais-valia absoluta* e a *mais-valia relativa*, objetos da seção seguinte desta obra.

Sendo assim, Marx inicia o capítulo lembrando que o pressuposto da composição da jornada de trabalho é que a força de trabalho é *vendida pelo seu valor* e, portanto, é *uma grandeza dada*. A variação da jornada para além do trabalho necessário é referente à mais-valia. Desta forma, o cálculo da taxa de mais-valia, conforme já tratado no capítulo anterior, se dá pela relação entre estas duas grandezas.

A grandeza da jornada de trabalho varia considerando os seus dois componentes: o mínimo para a manutenção da força de trabalho – que possui caráter físico e cultural¹⁰ – e a mais-valia. Logo, seu limite mínimo que seria a grandeza referente ao trabalho necessário, *não é de forma alguma atingido*, dado que o modo de produção capitalista possui como fundamento a produção de mais-valia. E seu limite máximo, por sua vez, possui dupla determinação:

Esse limite máximo é duplamente determinado. Uma vez pela limitação física da força de trabalho. Uma pes-

¹⁰ Marx retoma a definição do valor da força de trabalho tal como apresentada no capítulo IV desta obra, porém agora num grau menor de abstração, especificando suas características mais peculiares e seu caráter mutável tendo em vista a tensão entre capital e trabalho e, por outro lado, demonstrando como necessariamente tais características tendem a se *estabilizar* dada a sua relevância à sobrevivência deste modo de produção, tal como exposto no decorrer deste capítulo.

soa pode, durante o dia natural de 24 horas, despender apenas determinado quantum de força vital. Dessa forma, um cavalo pode trabalhar, um dia após o outro, somente 8 horas. Durante parte do dia, a força precisa repousar, dormir, durante outra parte a pessoa tem outras necessidades físicas a satisfazer, alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desse limite puramente físico, o prolongamento da jornada de trabalho esbarra em limites morais. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer a necessidades espirituais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura. A variação da jornada de trabalho se move, portanto, dentro de barreiras físicas e sociais. Ambas as barreiras são de natureza muito elástica e permitem as maiores variações. Dessa forma encontramos jornadas de trabalho de 8, 10, 12, 14, 16, 18 horas, portanto, com as mais variadas durações (Marx, 1983 [1867], p. 188).

Para além da grandeza da jornada de trabalho que diz respeito ao valor da força de trabalho, a grandeza referente à mais-valia, dentro dos termos da extração da *mais-valia absoluta*, possui também determinações físicas e culturais. Neste sentido, Marx compara a capacidade do trabalho humano à atividade exercida por um cavalo. Enquanto o cavalo possui grau máximo de rendimento de oito horas, a jornada de trabalho do proletariado sob o modo de produção capitalista pode possuir as variações tais como enumeradas, chegando inclusive a 18 horas de extensão. As consequências das variações da extensão da jornada sobre a deterioração da força de trabalho são descritas neste capítulo. No entanto, seguindo as leis da circulação, dada a realização da compra da força de trabalho, é direito do capitalista o uso desta mercadoria. Desta forma, a força de trabalho é comprada para realizar a jornada de trabalho por um dia, ao passo que o limite máximo desta jornada, sob o ponto de vista do capitalista¹¹, possui como critério a realização máxima de extração de mais-valia:

¹¹ Aqui é igualmente retomada a definição de “capitalista” tal como realizada no capítulo IV, trazendo-a agora num grau menor de abstração e detalhando-a.

Como capitalista ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. **O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho.** O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista (Marx, 1983 [1867], p. 188-189, grifos nossos).

Para o capital, o trabalhador nada mais é do que instrumento através do qual ele cria vida, por isso a analogia feita com os vampiros. Reanimando o trabalho morto, ou trabalho passado, por meio do trabalho vivo, extrai-se o mais-trabalho por meio do qual se viabiliza a renovação deste processo. Quanto mais tempo disponível ao trabalhador, menor o tempo de uso de seu trabalho, e assim, menor o tempo disponível ao capital¹².

Porém, na medida em que se estende a jornada de trabalho, a classe trabalhadora, diante de sua deterioração, se opõe ao aumento da jornada organizando-se institucionalmente. Neste sentido, para representar tal oposição, Marx retoma sua narrativa trazendo à voz o seu personagem proletário, baseando-se, inclusive, em declarações verídicas de comitês de trabalhadores. Assim,

Mediante prolongamento desmesurado da jornada de trabalho, podes em 1 dia fazer fluir um quantum de minha força de trabalho que é maior do que o que posso repor em 3 dias. O que tu assim ganhas em trabalho, eu perco em substância de trabalho. A utilização de minha força de trabalho e a espoliação dela são duas coisas totalmente diferentes. Se o período médio que um trabalhador médio

¹² Ver-se-á posteriormente que na realidade o tempo disponível ao trabalhador acaba por ser igualmente necessário à reprodução do capital. Portanto, a subsunção do trabalhador ao capital não ocorre somente no interior do processo de trabalho, como também em sua vida fora dele.

pode viver com um volume razoável de trabalho corresponde a 30 anos, o valor de minha força de trabalho que me pagas, um dia pelo outro, é $1/365 \times 30$ ou $1/10.950$ de seu valor global. Se, porém, tu a consumes em 10 anos, pagas-me diariamente $1/10.950$ em vez de $1/3.650$ de seu valor global, portanto, apenas $1/3$ de seu valor de 1 dia, e furtas-me assim diariamente $2/3$ do valor de minha mercadoria. Pagas-me a força de trabalho de 1 dia, quando utilizas a de 3 dias. **Isso é contra nosso trato e a lei do intercâmbio de mercadorias. Eu exijo, portanto, uma jornada de trabalho de duração normal** (Marx, 1983 [1867], p. 189, grifos nossos).

Nota-se que o personagem “trabalhador” aqui não está a questionar a jornada de trabalho para além do trabalho necessário, ou para além do que corresponde ao valor de sua força de trabalho, mas a *espoliação* de seu trabalho, ou seja, o pagamento que não condiz com o *acordo* realizado entre trabalhador e capitalista. Reivindica, portanto, uma jornada de trabalho condizente ao pagamento de um dia, enquanto está a ser pago pela jornada de um dia para trabalhar por três. Assim sendo, Marx representa aqui a luta da classe trabalhadora pela exploração de seu trabalho condizente ao contrato com a classe capitalista. A *luta de classes* é definida, assim, no modo de produção capitalista, pela tensão entre proletariado e capitalistas fundamentalmente em torno da *jornada de trabalho* e o *pagamento* da força de trabalho:

Ocorre aqui, portanto, uma antinomia, direito contra direito, ambos apoiados na lei do intercâmbio de mercadorias. Entre direitos iguais decide a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o capitalista coletivo, isto é, a classe dos capitalistas, e o trabalhador coletivo, ou a classe trabalhadora (Marx, 1983 [1867], p. 190).

A luta do proletariado como luta pela autoafirmação enquanto classe ainda persiste no interior da própria dinâmica da relação entre capital e trabalho. Em outras palavras, esta luta está inscrita na subsun-

ção do trabalho ao capital, na reificação das relações de produção e no fetichismo do modo de produção capitalista, ao passo que a sua *ruptura* na realidade consistiria precisamente no aniquilamento do proletariado enquanto classe, obviamente articulado ao aniquilamento da classe capitalista, o que caracterizaria uma revolução social.

Para dar início à exposição histórica sobre esta relação entre a avidez por mais-trabalho da classe capitalista e a luta pela diminuição da jornada de trabalho por parte da classe trabalhadora, Marx primeiramente esclarece a respeito da gênese do mais-trabalho: “Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente” (Marx, 1983 [1867], p. 190). Portanto, o mais-trabalho está diretamente relacionado à propriedade privada dos meios de produção; onde quer que ela exista, necessariamente há mais-trabalho.

Entretanto, nas sociedades onde o valor de troca apresenta-se de forma esporádica e ainda predomina o valor de uso, o mais-trabalho é extraído em um grau muito inferior comparativamente às sociedades onde o valor de troca se generaliza. E, para além da mera expansão das relações mercantis, nota-se que, em nenhuma formação social o mais-trabalho assumiu um grau tão intensificado como sob o modo de produção capitalista. Neste sentido, Marx apresenta dois fatores fundamentais que possibilitaram essa intensificação: a extração de mais-valia e a junção entre trabalho necessário e trabalho excedente na jornada de trabalho assalariado¹³. A extração de mais-valia é um fator específico deste modo de produção que provoca uma conversão na forma de exploração de mais-trabalho:

¹³ Além destes pontos, nota-se, ainda que subliminarmente, um outro fator que Marx irá desenvolver em outros capítulos: a *necessidade ilimitada* do proprietário dos meios de produção por mais-trabalho como inerente ao próprio modo de produção: “É claro, entretanto, que se numa formação socioeconômica predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais estreito ou mais amplo de necessidades, ao passo que não se origina nenhuma necessidade ilimitada por mais-trabalho do próprio caráter da produção” (Marx, 1983 [1867], p. 190).

Tão logo porém os povos, cuja produção se move ainda nas formas inferiores do trabalho escravo, corveia etc., são arrastados a um mercado mundial, dominado pelo modo de produção capitalista, o qual desenvolve a venda de seus produtos no exterior como interesse preponderante, os horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho. Por isso, o trabalho dos negros nos Estados sulistas da União Americana preservou um caráter moderadamente patriarcal, enquanto a produção destinava-se sobretudo ao auto-consumo direto. Na medida, porém, em que a exportação de algodão tornou-se interesse vital daqueles Estados, o sobretrabalho dos negros, aqui e ali o consumo de suas vidas em 7 anos de trabalho, tornou-se fator de um sistema calculado e calculista. **Já não se tratava de obter deles certa quantidade de produtos úteis. Tratava-se, agora, da produção da própria mais-valia** (Marx, 1983 [1867], p. 191, grifos nossos).

Portanto, não se tratava mais apenas do *valor de troca*, mas da extração de *mais-valia*. O trabalho escravo, assim, já não era viável ao modo de produção que florescia nos Estados Unidos. De tal modo, também ocorreu de forma progressiva nos demais países em que ainda predominava o trabalho escravo: a conversão em trabalho assalariado – e trabalho assalariado que produz valor e mais-valia – se fazia, então, necessária.

Em seguida, ao apresentar outro fator diferenciador do modo de produção capitalista em relação aos outros modos de produção, a junção entre trabalho necessário e trabalho excedente, Marx compara a corveia, então realizada nos principados do Danúbio, com a jornada de trabalho assalariado. Enquanto na corveia a diferença entre a grandeza referente ao trabalho necessário e a grandeza que diz respeito ao sobretrabalho se apresentava de forma visível, no trabalho assalariado esta diferenciação *não é perceptível*:

Suponha que a jornada de trabalho constitua-se de 6 horas de trabalho necessário e 6 horas de mais-trabalho. Assim, o trabalhador livre fornece semanalmente ao capitalista 6

x 6 ou 36 horas de mais-trabalho. É o mesmo se ele trabalhasse 3 dias por semana para si e 3 dias por semana gratuitamente para o capitalista. **Isso não é, porém, visível. O mais-trabalho e o trabalho necessário confundem-se um com o outro.** Posso exprimir a mesma relação, por exemplo, dizendo que o trabalhador em cada minuto trabalha 30 segundos para si e 30 segundos para o capitalista etc. Já com a corveia é diferente. O trabalho necessário que, por exemplo, o camponês valáquio executa para sua automanutenção está espacialmente separado de seu mais-trabalho para o boiardo. Um ele realiza em seu próprio campo, o outro na propriedade do senhor. Ambas as partes do tempo de trabalho existem, independentemente, uma ao lado da outra. **Na forma de corveia, o mais-trabalho está nitidamente dissociado do trabalho necessário** (Marx, 1983 [1867], p. 191, grifos nossos).

Diante desta distinção entre a jornada de trabalho sob o modo de produção capitalista e a jornada de trabalho com base na corveia, apresentando-se agora a indiferenciação na relação entre trabalho necessário e mais-trabalho no decorrer da jornada de trabalho, questiona-se então se esta não seria uma das consequências materiais do fetichismo inerente ao capital¹⁴?

Em seguida, Marx realiza uma outra comparação entre a corveia e o trabalho assalariado: a legislação. Neste sentido, o Estado se apresenta cumprindo um papel inerente a cada modo de produção. No caso dos principados do Danúbio, as leis se desenvolveram no sentido da regulamentação que permitia uma extrapolação do nível de exploração existente, ou seja, o Estado serviu como impulso necessário à legitimação da exploração do boiardo sobre o servo. No caso das leis fabris, a legislação é utilizada para regulamentar uma necessidade já existente à sobrevivência do modo de produção capitalista: a imposição de limites à extensão da jornada de trabalho, haja vista, por um lado o esgotamen-

¹⁴ Nos capítulos desta obra em que ele se dedica a tratar do salário, Marx retoma esta comparação entre o modo de produção capitalista e o trabalho escravo, trazendo mais elementos que remetem igualmente a este questionamento.

to da força de trabalho – componente indispensável a este modo de produção – e, por outro, a progressiva organização dos trabalhadores:

Se o *Règlement Organique* dos principados danubianos foi uma expressão positiva da avidez por mais-trabalho, a qual cada parágrafo legaliza, as Leis Fabris inglesas são uma expressão negativa da mesma avidez. **Essas leis refreiam o impulso do capital por sucção desmesurada da força de trabalho**, por meio da limitação coercitiva da jornada de trabalho pelo Estado e na verdade por um Estado que capitalista e Landlord dominam (Marx, 1983 [1867], p. 193, grifos nossos).

Uma contradição é verificada neste momento inerente à condição da própria classe capitalista: por um lado, sua necessidade ilimitada por mais-trabalho impulsiona o desmesurado aumento da jornada de trabalho, por outro lado, a necessidade das condições básicas para que a força de trabalho se apresente minimamente apta para ser explorada impõe a limitação da jornada de trabalho. Desta forma, é pela própria classe capitalista paramentada pelo Estado que a consolidação de leis que refreiam este impulso pela extração por mais-trabalho se realiza sob este modo de produção, não obstante a pressão realizada pela classe trabalhadora decorrente do esgotamento das suas condições básicas de sobrevivência. Uma das expressões deste modo de produção, portanto, é a cíclica manutenção do aparelho do Estado, moldando-o a cada momento circunstancial, para maior ou menor liberalização do aumento da jornada de trabalho, considerando por um lado as condições que permitem este aumento sem acarretar num esgotamento das condições básicas de manutenção da força de trabalho, e por outro, o refreamento de possíveis organizações de trabalhadores que possam prejudicar o curso normal da extração de mais-trabalho.

Marx citará ainda a busca pela extração de mais-valia para além da jornada de trabalho, ou seja, impondo ao trabalhador iniciar o trabalho antes do início da jornada e permanecer trabalhando após o término. Tal tendência será igualmente vigiada pelo Estado, levando também à

sua regulamentação. Neste sentido, quanto ao que se refere à indiferenciação na relação entre trabalho necessário e mais-trabalho, Marx salienta: “Vê-se que nessa atmosfera a formação de mais-valia por meio do mais-trabalho não é nenhum segredo” (Marx, 1983 [1867], p. 195). Em outras palavras, quanto às horas extras de trabalho, a extração de mais-trabalho aparece de forma nítida, já que extrapola os limites da jornada. E quanto à forma com que aparece esta relação ao capitalista, a reificação das relações de trabalho se impõe: “O trabalhador não é aqui mais que tempo de trabalho personificado. Todas as diferenças individuais reduzem-se às de ‘tempo integral’ e ‘meio tempo’” (Marx, 1983 [1867], p. 196), ou seja, o trabalhador não passa de personificação de tempo de trabalho.

Ademais, o recurso descritivo utilizado por Marx no decorrer dos itens 3 a 7 deste capítulo, traz com riqueza de detalhes um amplo leque de fatos históricos que vêm demonstrar todo o conteúdo exposto nos itens anteriores.

Primeiramente demonstra a avidez da classe capitalista pelo mais-trabalho e as consequências nefastas à classe trabalhadora entre os séculos XIV e XIX e, em seguida, haja vista os problemas acarretados ao próprio capital, apresenta o processo de diminuição da extensão da jornada de trabalho e a regulamentação geral do trabalho – limites de idade, sexo, intervalos para as refeições etc. – que ocorreu substancialmente a partir do século XIX.

Para caracterizar todo esse processo, Marx lança mão de relatórios de inspetores de fábricas e de médicos, estatutos e relatos de trabalhadores, legislações de diferentes países, declarações de movimentos de trabalhadores, obras de economistas políticos clássicos, e mais uma série de documentos que trazem com riqueza de detalhes as contradições vivenciadas nesse período histórico. Denuncia a situação precária do trabalho realizado nas indústrias de cerâmica, de fósforo, de papel de parede, de panificação, entre outros ramos, principalmente da indústria inglesa, comparando, inclusive com a situação do trabalho em

outros países. Explicita a exploração de homens, mulheres e crianças nessas indústrias, demonstrando que, quando se trata do uso da força de trabalho como mercadoria, não importa o sexo, a idade, ou o trabalho específico, concreto – a comparação entre a modista e o ferreiro é simbólica neste quesito –, mas da extração de mais-valia e do lucro proporcionado à classe capitalista.

Em momentos em que se impõe um prolongamento cada vez maior da jornada de trabalho, os limites tanto morais quanto físicos da força de trabalho são extrapolados em graus que repercutem na extinção prematura de trabalhadores, exigindo a sua substituição e a contratação de novos trabalhadores com cada vez maior frequência:

Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. Tempo para educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo – e mesmo no país do sábado santificado – pura futilidade!¹⁵ Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção, suprimindo o trabalhador, enquanto mero meio de produção, de alimentos, como a caldeira, de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. Reduz o sono saudável para a

¹⁵ É importante lembrar neste aspecto que o “tempo livre”, ou seja, o tempo que se refere à vida do trabalhador fora do processo produtivo de trabalho, é retomado por Marx em capítulos posteriores, demonstrando que, em determinado grau de desenvolvimento deste modo de produção, até mesmo este tempo não será mais “pura futilidade”, mas tempo direcionado, direta ou indiretamente, à sustentação e sobrevivência do capital.

concentração, renovação e restauração da força vital a tantas horas de torpor quanto a reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensáveis. Em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho, é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um máximo de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feita fluir. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso que consegue aumentar o rendimento do solo por meio do saqueio da fertilidade do solo (Marx, 1983 [1867], p. 211-212).

Fez-se necessária a transcrição desta passagem, ainda que relativamente extensa, porque por meio dela é possível verificar de forma límpida não só como é concebida a vida humana sob o capital, como também porque ela esclarece um ponto fundamental no que se refere ao trabalho sob este modo de produção: o aumento da extração de mais-trabalho não se refere somente à jornada diária do trabalhador, mas também ao conjunto das jornadas compondo o tempo total de utilização da força de trabalho no decorrer da vida do trabalhador; ou seja, para o capital não se trata do tempo de vida humana, mas do tempo de vida útil à extração de mais-trabalho. Neste sentido, inicialmente o capital “não se importa com a duração de vida da força de trabalho”, porém, como é demonstrado no decorrer deste capítulo, diante da morte de trabalhadores em grande escala¹⁶, chegando ao ponto de faltar força de trabalho nas fábricas, o capital acaba, ele mesmo, passando a con-

¹⁶ O crescimento exacerbado do genocídio da classe trabalhadora leva os capitalistas, inclusive, a transportar, em determinados momentos, força de trabalho de outras nações para suprir a sua demanda, ao passo que o excessivo contingente que compõe por vezes o exército industrial de reserva igualmente coage os capitalistas a promoverem imigrações de tais contingentes suprindo o mercado de outros países. Para exemplificar, Marx apresenta exemplos de acordos entre nações, como França e Inglaterra para o transporte de trabalhadores. Nota-se que até mesmo o próprio processo migratório dos seres humanos passa a ser condicionado por este modo de produção.

trolar este tempo útil de trabalho vivo, o que se cristaliza por meio de leis que viabilizam este controle.

No que concerne ao ponto de vista da classe capitalista sobre a degradação e extinção de gerações de trabalhadores, reafirma-se a reificação na relação entre capital e trabalho:

À queixa sobre degradação física e mental, morte prematura, tortura do sobretrabalho, ele [o capitalista] responde: Deve esse tormento atormentar-nos, já que ele aumenta o nosso gozo (o lucro)? De modo geral, porém, **isso também não depende da boa ou da má vontade do capitalista individual**. A livre-concorrência impõe a cada capitalista individualmente, como leis externas inexoráveis, as leis iminentes da produção capitalista (Marx, 1983 [1867], p. 215, grifos nossos).

Também o capitalista individual, à medida que compõe o conjunto de fatores que põe em funcionamento este modo de produção, está sujeito a tais leis, sob o risco, caso desobedeça a essas leis, de deixar de constituir-se ente da classe capitalista. Neste sentido, o fetichismo do capital, a *subsunção da vida social ao capital*, se impõe também ao capitalista enquanto peça para o funcionamento sadio e devastador deste modo de produção.

As definições de dia e noite, as definições de infância e juventude, as definições de coerção e consentimento, são subjugadas ao modo de funcionamento dessa forma de existência. Aquilo que se define como modo normal de transcurso da vida do trabalhador, conforme explica Marx, demorou séculos para se consolidar e ser concebida como habitual:

Custou séculos para que o trabalhador 'livre', como resultado do modo de produção capitalista desenvolvido, consentisse voluntariamente, isto é, socialmente coagido, em vender todo o seu tempo ativo de sua vida, até sua própria capacidade de trabalho, pelo preço de seus meios de subsistência habituais, e seu direito à primogenitura por um prato de lentilhas (Marx, 1983 [1867], p. 215).

Assim, a subsunção de ambas as classes, da classe capitalista e da classe trabalhadora, cada uma à sua forma, à manutenção deste modo de produção, apresentam-se neste capítulo como a peça *fundamental* à sobrevivência do capital; ambas constituem-se como a reificação pela qual o capital ganha vida, ou seja, o capital se constitui como o fetiche ao qual elas servem.

Fetichismo: a subsunção real da vida social ao capital

Marx dizia em 1844: “a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica” (Marx, 2002 [1844], p. 45). A crítica à religião é o ponto de partida para o saber que não se esgota no imediatismo da realidade, é a abertura de possibilidades para o desenvolvimento de formulações que não se baseiam no misticismo, no sobrenatural, ou em superstições. Ele dizia isso em 1844 e, certamente, tal pressuposto de que a crítica da religião é o primeiro passo para a possibilidade de se caminhar para o conhecimento científico, se manteve até o fim de sua vida. Marx, como abordado no capítulo anterior, reconheceu o progresso teórico de Feuerbach ao demonstrar que as figuras místicas do cristianismo nada mais são que criações humanas, que a sagrada família cristã expressa a própria família humana, que o reduto celeste na realidade não passa do fruto de nossa própria fantasia; criação esta que, conforme se impõe como verdade, passa a regulamentar as ações dos indivíduos. Então,

A crítica da religião, no caso da Alemanha, foi na sua maior parte completada [...] Mesmo o homem, que na realidade magnífica do céu, onde procurara um ser sobre-humano, encontrou apenas o seu próprio espelho, já não será tentado a encontrar o aspecto de si mesmo – um ser não humano – onde procura e deve buscar a sua verdadeira realidade (Marx, 2002 [1844], p. 45, itálicos do autor).

O homem encontrou o seu próprio espelho no céu; aquele Deus que o teria criado, na realidade é fruto de sua criação.

Assim também Marx viu que aqui nas relações mundanas era hora de os homens se olharem no espelho. Aqueles seres mitológicos em forma de animais, totens, pedras, reverenciados pelos povos estrangeiros eram os seus deuses-fetiches; fetichismo este que consistia na forma mais primitiva de religiosidade segundo o pensamento científico e filosófico da época. Porém, aquele horrendo fetichismo, no final das contas, rondava o povo europeu, não o fetichismo que adere aos totens ou animais, mas o fetichismo que adere a outras formas.

A crítica à teologia celestial passa a ser a crítica à teologia mundana. Com o sarcasmo característico de Marx e de seu amigo Engels, a sagrada família cristã permite alcunhar a sagrada família Bauer, enquanto o que antes era somente o deus-fetichismo animal ou pedra, agora é o deus-fetichismo madeira que levou os deputados daquela Assembleia na província renana a converter em roubo a coleta de lenha, ou o deus-fetichismo ouro que despertava o apetite dos europeus em conhecer novos horizontes, ou ainda, Adam Smith que acabava por se revelar como o Martim Lutero da Economia Política¹⁷. O misticismo cristão e o misticismo dos povos ditos primitivos não são mais as únicas formas de crença “religiosa”. A “religião” permeia o pensamento mais culto, mais evoluído da época. O pensamento “religioso” já não é mais aquele voltado para o céu; o pensamento “religioso” aqui passa a consistir na superficialidade da filosofia e da ciência que, devido às suas determinações de classe, não apreende a realidade em sua essência.

¹⁷ “Por isso Engels chamou com razão a Adam Smith o *Lutero nacional-econômico*. Tal como Lutero reconheceu a fé como a essência do mundo exterior da religião, tal como fez frente ao paganismo católico ao superar a religiosidade exterior, ao fazer da religiosidade a essência interior do homem; tal como ele negou o padre existindo fora do leigo, porque transferiu o padre para o coração do leigo, assim é superada a riqueza que se encontra fora do homem e independe dele – portanto apenas a ser conservada e afirmada de um mundo exterior –, i. é., é superada essa sua *objetividade sem pensamento*, exterior na medida em que a propriedade privada se incorpora ao próprio homem e reconhece o próprio homem como sua essência – mas por isso o próprio homem é posto na determinação da propriedade privada, tal como em Lutero na da religião” (Marx, 2015 [1844], p. 336, itálicos do autor). Marx em seus *Manuscritos* está a se referir ao *Esboço* de Engels no qual ele chama Smith de Lutero nacional-econômico.

E foi esta busca incessante pela apreensão da realidade, um caminho que percorreu progressivamente de uma “representação caótica do todo” para um “concreto pensado”¹⁸; um percurso de décadas de ávidos estudos e de ferrenha militância política; que permitiu a ele não somente compreender que a realidade ia além do que a filosofia e a ciência descreviam até então, mas que dependia da mais rigorosa e exata compreensão desta realidade – ainda que não somente dela – o desdobramento de possibilidades realmente eficazes de revolucioná-la.

Assim, cedo compreendeu que independentemente se Deus existe ou não, ele está presente no agir humano, Ele “abençoou” Cruzadas e legitimou a construção de grandes impérios; mas, muito mais do que isto, depois de décadas de pesquisas que permitiram a Marx o desenvolvimento de uma *teoria sobre as sociedades em que domina o modo de produção capitalista*, mostrou finalmente que, enquanto aquele Deus cristão, ou aqueles deuses-fetiches africanos, são meros frutos da imaginação humana, existem “cismas muito mais estranhas” que “assombram as cabeças”, “signos cabalísticos” e novos evangelhos que constituem um deus-fetice muito diverso, muito específico de uma determinada sociedade, da sociedade burguesa. Este deus-fetice, ao contrário dos outros, existe *efetivamente*.

A teoria do fetichismo em O Capital

No item *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo* do primeiro capítulo do livro I d’*O Capital*, Marx verifica que num primeiro olhar a mercadoria parece algo trivial, mas após uma análise mais detalhada, nota-se nela um feitiço *místico*. Ela possui um caráter *teológico*, *metafísico*, algo que desafia a compreensão científica:

¹⁸ Trata-se aqui de uma alusão ao célebre *O método da Economia Política*, terceiro item da *Introdução ao Para a crítica da economia política* (Marx, 1978 [1857]). Sobre o método de pesquisa e o método de exposição de Marx no decorrer de sua trajetória teórica, além deste texto, recomenda-se a leitura do *Prefácio* de Paulo Sérgio Tu-molo ao livro *O método de ensino da pedagogia histórico-crítica: uma análise crítica*, de Alessandra Wihby (2019).

A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa (Marx, 1983 [1867], p. 70).

Então Marx pergunta qual seria o segredo deste caráter místico das mercadorias. De onde ele vem? Ele verifica que o caráter místico não vem do valor de uso, nem do conteúdo das determinações do valor; tampouco da grandeza do valor. E, por fim, a resposta emerge do próprio conjunto categorial tratado no decorrer de todo o capítulo primeiro d’*O Capital* até então: o caráter enigmático da mercadoria é a *forma mercadoria*¹⁹. Ou, em outras palavras, o segredo do caráter místico da mercadoria se encontra na *teoria do valor* exposta por Marx no transcorrer de todo o capítulo primeiro de sua obra.

Utilizando uma analogia com a religião como recurso didático em sua exposição, Marx demonstra como o trabalho como *produtor de mercadorias*, trabalhos privados, independentes um dos outros, que constituem – e só podem aparecer como – *trabalho social total*, se apresentam *nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista*. Este trabalho humano em sua *forma social total* se expressa, *exclusivamente*, por meio da relação de troca entre mercadorias. Assim, aparecem “as relações entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e

¹⁹ Marcelo Carcanholo, em seu curso “Capital e fetichismo: historicidade, classes sociais e luta de classes” (Carcanholo, 2017), para elucidar sobre este momento da exposição marxiana, faz uma interessante comparação com um inquérito criminal. Nesta investigação Marx interroga, um por um, cada suspeito: primeiro o valor de uso, depois as determinações do valor, e assim por diante. E sobra uma alternativa: “compô, todos são culpados, unidade, bando”. O responsável pelo caráter místico da mercadoria é a própria forma mercadoria.

relações sociais entre as coisas” (Marx, 1983 [1867], p. 71). As características *sociais* dos trabalhos só podem se expressar por meio da *troca de mercadorias*²⁰, porque “Somente dentro da sua troca, os produtos recebem uma **objetividade de valor socialmente igual**, separada da sua objetividade de uso, **fisicamente diferenciada**” (Marx, 1983 [1867], p. 71, grifos nossos).

E é precisamente devido a esta forma – exclusiva – com que se expressam as relações entre os produtores que deriva o *caráter fetichista da mercadoria*: “[...] os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens [...] [e esta condição, frisa-se] é **inseparável da produção de mercadorias**” (Marx, 1983 [1867], p. 71, grifos nossos).

Os produtos do cérebro humano não têm vida própria, não são figuras autônomas, são frutos do trabalho humano. No entanto, é exatamente assim que eles *aparecem* nas relações entre os produtores privados, como entidades independentes do trabalho humano, como seres autônomos²¹. É assim que os produtores privados se comportam, se relacionam entre si: pela intermediação da mercadoria; logo, é como se a vida estivesse realmente nela, não nos seres humanos, ao passo que estes últimos se resumissem somente a “dar vida” a ela²².

²⁰ “[...] o objeto passa de um indivíduo determinado para outro, não com base nas relações de produção estabelecidas entre eles previamente, mas com base na compra e venda, que está limitada à transferência desses objetos. A transferência de coisas estabelece uma relação de produção direta entre indivíduos determinados; tem não apenas um significado técnico, mas também social” (Rubin, 1987 [1923], p. 29).

²¹ Eles não têm vida, mas possuem uma *função social* que *determina* as relações entre os produtores: “Os *agentes da produção* são combinados através dos *elementos da produção*; os vínculos de produção entre as *pessoas* são estabelecidos através do movimento das *coisas*. [...] Esta estreita vinculação das relações de produção entre as pessoas ao movimento das coisas no processo material de produção leva à ‘reificação’ das relações de produção entre as pessoas” (Rubin, 187 [1923], p. 33, itálicos do autor).

²² Neste aspecto, fica claro o motivo pelo qual Marx se remeteu ao fenômeno do fetichismo ao invés do cristianismo para realizar esta analogia. Esta passagem, num primeiro olhar, remete claramente ao próprio conceito de fetichismo tal como tradicionalmente usado na época: a personificação de coisas. Ele lança mão do termo com aquela mesma significação, agora, porém, para abordar especificamente o modo com que

Nota-se que os valores de uso por si mesmos não possuem qualquer mistério; tratam-se de produtos do trabalho humano que servem para suprir necessidades humanas. Porém, ao voltar-se a análise à expressão “ x mercadoria $A = y$ mercadoria B ”, verifica-se que esta expressão já não remete mais àquela trivialidade do valor de uso. Trata-se de uma expressão que, por si, consiste numa absurdidade, pois, não consistindo em duas coisas *iguais* em sua natureza, apresentam-se *efetivamente* como igualdade. Esta igualdade evidencia-se como algo *fantasmagórico*, pois contradiz a evidência das desigualdades. Pois, é exatamente sobre esta fantasmagoria que interagem os agentes econômicos. É somente por meio desta relação de igualdade que os indivíduos podem satisfazer as suas *necessidades humanas*; caso não recorra a esta intermediação, estes indivíduos são apartados dos meios para satisfazer tais necessidades; em outras palavras, *efetivamente* eles não sobrevivem.

Ora, se este é o modo com que a *forma mercadoria* se expressa, se esta é a sua *linguagem*, se este é o movimento em sua *aparência*²³, logo, não só os produtores individuais se relacionam por meio desta expressão²⁴, como o pensamento humano mais evoluído nesta forma

aparece a forma mercadoria e o modo com que os produtores individuais se comportam com base nesta forma. Consequentemente, confere a este termo um novo caráter conceitual, compreendido agora no interior do conjunto categorial da obra *O Capital*. Por isso, não é de maneira alguma contornável a relevância e centralidade do conceito de fetichismo para a compreensão do funcionamento da sociedade burguesa. Não é necessário dizer que em nada se parece com aquelas metáforas criadas por Marx há décadas atrás, já que a teoria aqui apresentada em muito se distancia daquela. Mais claro ainda é o objetivo deste uso: a utilização desta analogia como recurso didático-expositivo, haja vista que nas linhas seguintes ele aponta qual a religião – no sentido literal – que realmente melhor se adequa ao capital: “[...] o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais adequada, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo etc.” (Marx, 1983 [1867], p. 75).

²³ A *aparência* neste contexto, como a pouco se demonstrou, de forma alguma se remete à *falsidade*, à *falsa aparência*, ou a alguma forma de *ilusão da consciência*, mas, ao contrário, à realidade da forma mercadoria em sua contradição externa.

²⁴ “A partir daí, essa determinada forma social do produto do trabalho serve não somente como ‘expressão’ de um determinado tipo de relações de produção entre pessoas, mas também como ‘portadora’ delas. A presença de uma coisa com uma determi-

social, a economia política burguesa – alvo da crítica marxiana – edifica as suas teorias justamente com base nela; eis o *fetichismo da economia política*, ele não é outra coisa senão o *culto à aparência*: “Tais formas constituem pois as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias” (Marx, 1983 [1867], p. 73).

E a descoberta do *fetichismo da mercadoria*, o desvelamento do segredo oculto por trás do movimento dos valores relativos das mercadorias, “supera a aparência da determinação meramente casual das grandezas de valor dos produtos de trabalho, **mas de nenhum modo sua forma material** (Marx, 1983 [1867], p. 73, grifos nossos). A superação de sua *forma material*, Marx nas linhas precedentes já havia evidenciado: se o caráter fetichista da mercadoria é uma condição *inseparável da produção de mercadorias*, por conseguinte, o caráter fetichista da mercadoria só pode ser superado com a superação da *forma mercadoria*.

Como se confere no decorrer da exposição d’*O Capital*, desde a *forma simples*, passando pela *forma de valor total ou desdobrada* e pela *forma geral de valor*, até chegar à *forma dinheiro*, as relações entre os produtores individuais são *efetivamente* intermediadas pela mercadoria²⁵, as grandezas de valor mudam *independentemente* da vontade do

nada forma social nas mãos de uma dada pessoa, a induz a manter determinadas relações de produção e lhe infunde seu caráter social específico. ‘A reificação das relações de produção’ entre as pessoas é agora complementada pela ‘personificação das coisas’. *A forma social do produto do trabalho, sendo resultado de incontáveis transações entre os produtores mercantis, torna-se um poderoso meio de exercer pressão sobre a motivação dos produtores individuais de mercadorias, forçando-os a ajustar seu comportamento aos tipos dominantes de relações de produção entre as pessoas nessa dada sociedade. O impacto da sociedade sobre o indivíduo é levado adiante mediante a forma social das coisas.* Esta objetivação, ou “reificação” das relações de produção entre as pessoas sob a forma social de coisas, dá ao sistema econômico maior durabilidade, estabilidade e regularidade. O resultado é a ‘cristalização’ das relações de produção entre as pessoas (Rubin, 1987 [1923], p. 37, itálicos do autor, negritos nossos).

²⁵ “[...] a existência da mercadoria-fetice não deriva da simples atitude humana frente às coisas, não se trata de um mero ato subjetivo de cada um dos seres humanos;

produtor A ou do produtor B. Os produtores individuais, por seu turno, no interior destas relações de produção constituem-se como elementos indispensáveis à mercadoria, pois eles se apresentam como seus “guardiões”, são as “personificações das relações econômicas”; eles emprestam os seus cinco – ou mais – sentidos para o “corpo da mercadoria”.

Viu-se também que os “agentes econômicos” interagem entre si com base na consolidação da *forma equivalente geral* que se fundiu numa forma particular de mercadoria: na cristalização da *forma dinheiro*. O conjunto das diversas metamorfoses do dinheiro – que guarda na realidade as séries de metamorfoses das mercadorias – culmina numa lei geral da circulação que “**rompe as limitações individuais e locais** do intercâmbio direto de produtos [...], desenvolve-se todo um círculo de vínculos naturais de caráter social, **incontroláveis pelas pessoas atuantes** (Marx, 1983, p. 99, grifos nossos). Por meio das metamorfoses que culminaram nesta forma, não deixando *nenhum vestígio* da sua forma simples, concretizou-se o *fetichismo do dinheiro*, que nada mais é do que “apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante” (Marx, 1983 [1867], p. 85).

Entretanto, Marx assevera desde o início – mais especificamente, desde a primeira linha de sua obra –, que não está a tratar somente de relações mercantis, mas de relações que se estabelecem em “sociedades em que domina o modo de produção capitalista” (Marx, 1983 [1867], p. 45), portanto, trata-se de *relações mercantis capitalistas*. Dito de outro modo, não se trata somente da forma M, ou M-M, ou M-D-M, nem sequer da forma D-M-D, mas da *forma D-M-D'*. Ou dito ainda de outra forma, não se trata somente de trabalho concreto, nem só de trabalho abstrato, mas essencialmente, de *trabalho produtivo*.

Viu-se que, diferentemente da circulação simples de mercadorias (M-D-M), a circulação do dinheiro como capital (D-M-D) apresenta à primeira vista, algo de *oculto* no interior desta expressão, pois a

muito menos se trata de uma falsa aparência, fruto de um erro de observação. O fetichismo é real, embora fantasmagórico” (Carcanholo, 2011, p. 93).

compra com o objetivo da venda só poderia acarretar num complemento ao final do processo, ou seja, tratar-se-ia, portanto, de D-M-D'. No entanto, ao perscrutar-se de onde surge D', Marx demonstra que "virando-se ou revirando-se como se queira", a esfera da circulação por si mesma *não produz valor*. Dada esta evidência, ele então convida o leitor para acompanhar os agentes econômicos (capitalista e trabalhador) à esfera da produção para procurar descobrir, afinal, de onde surge D'. E descobre que o *segredo* está no *valor de uso de M*. Contudo, não se trata de qualquer mercadoria; só existe uma mercadoria no mercado que, ao ser efetivado o seu valor de uso, gera valor: a mercadoria *força de trabalho*²⁶. Dadas as determinações do *valor da força de trabalho*, como já descritas, Marx denota que, assim como ocorre com as demais mercadorias, o valor da força de trabalho "estava determinado antes de ela entrar em circulação (Marx, 1983 [1867], p. 143). Realizada a relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador, ou seja, vendida a mercadoria força de trabalho, viu-se que tal mercadoria passa a ser *propriedade* do capitalista e, portanto, ele faz dela o *valor de uso* que bem entender. Assim, na jornada de trabalho tem-se a produção tanto de um valor que *equivale* ao valor da força de trabalho, bem como de um valor superior a ele, uma *mais-valia*. Eis o processo de valorização do valor; neste processo, "**de modo algum, as leis do intercâmbio de mercadorias foram violadas. Trocou-se equivalente por equivalente**" (Marx, 1983 [1867], p. 160, grifos nossos). A *igualdade* evidencia-se *efetivamente* mais uma vez. Se a expressão simples do valor se mostrava absurda e fantasmagórica, se o dinheiro em sua relação com as demais mercadorias se apresentava como um "signo cabalístico" que "assombra as cabeças", agora, o processo de valorização do valor:

ao incorporar força de trabalho viva à sua [dos meios de produção] objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se

²⁶ Nota bene, não se trata da mercadoria trabalhador, mas da mercadoria **força de trabalho**.

valoriza a si mesmo, **um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo**²⁷ (Marx, 1983, p. 160-161, grifos nossos).

Rememorando: Marx no último item do primeiro capítulo desta obra dizia que a mercadoria *mesa* criava *vida* e desenvolvia cismas como se pusesse a *dançar*. Aqui, no entanto, o *processo de valorização do valor* não somente adquire *vida*, mas se apresenta como um *monstro* que possui *amor* em seu corpo. É isto ocorre especificamente numa relação de *igualdade*, por meio da troca entre *equivalentes*²⁸. Marx, neste momento da exposição, explica que não somente ocorre uma inversão em que as relações de produção aparecem como se as coisas possuíssem vida; agora é como se a coisa (o processo de valorização do valor) adquirisse um atributo muito peculiar aos seres humanos, uma característica reconhecida como eminentemente humana: o amor²⁹. Aqui, a coisa não somente ganha vida, enquanto as relações entre as pessoas se tornam reificadas; aqui a coisa se *humaniza*, enquanto o trabalho se apresenta como instrumento imprescindível para fornecer-lhe esta *humanidade* (não é por acaso que, pouco depois, Marx ainda compara o capital a um vampiro que, incessantemente, suga trabalho vivo). Portanto, se o fetichismo do dinheiro consistia no fetichismo da mercadoria “tornado visível e ofuscante”, o fetichismo que se efetiva na *produção*

²⁷ Em nota da edição alemã esclarece-se que se trata de uma citação de Goethe: “Como se tivesse amor no corpo” – *als haett’ es Lieb im Leibe* – citação modificada de Goethe. *Fausto*. Parte Primeira. “adega de Auerbach, em Leipzig”. (Marx, 1983 [1867], p. 161, nota de rodapé).

²⁸ Frisa-se: em tais relações de produção, tal como visto, não se detecta uma suposta *igualdade formal*, mas a determinação, em sua forma mais incisiva e concreta, da *igualdade real*, posto que ocorre, sem qualquer *transgressão*, a troca de equivalentes.

²⁹ Como dizem os cristãos: “Deus é amor”. Ou ainda, comparando-se à mitologia grega, Reinaldo Carcanholo apresenta mais uma boa analogia do fetichismo do capital. Assim como na Grécia há uma hierarquia entre os deuses, aqui também ela ocorre: “[...] como na Grécia, há toda uma hierarquia, e os três [deuses] maiores são: a mercadoria, o dinheiro e o capital. Este último é o senhor de todos: é Zeus, zeus-capital. [...] O capital, como o deus dos deuses, tem ao seu lado direito o dinheiro, que é o segundo na hierarquia. Sentada ao lado esquerdo de Zeus, encontra-se a mercadoria. Capital, dinheiro e mercadoria, na verdade, formam uma trindade: três em um só” (Carcanholo, 2011, p. 88-89).

de *capital*, se evidencia como o fetichismo da mercadoria em sua forma mais cabal e assombrosa.

Qual o segredo oculto por trás da mercadoria força de trabalho? Repete-se a mesma resposta: *é esta forma mesma*: “O segredo de toda forma de valor encerra-se nessa forma simples de valor” (Marx, 1983 [1867], p. 54). Qual é essa forma? “ x mercadoria A = y mercadoria B (20 varas de linho = 1 casaco)” (Marx, 1983 [1867], p. 54). Se esta mercadoria, ao ser realizado o seu valor de uso, possui neste valor de uso a peculiaridade de gerar *mais valor*, “é grande sorte para o comprador, mas, **de modo algum**, uma injustiça contra o vendedor (Marx, 1983 [1867], p. 160, grifos nossos). E se a jornada de trabalho acresce a extensões para além da média estabelecida, ainda que ela possua, como se viu, barreiras físicas e sociais, estas barreiras “são de natureza muito elástica e permitem as maiores variações. Dessa forma encontramos jornadas de trabalho de 8, 10, 12, 14, 16, 18 horas, portanto, com as mais variadas durações (Marx, 1983 [1867], p. 188). Possuindo oito ou dezoito horas, tais relações sociais de produção não consistem em *roubo*, ou *expropriação*, mas especificamente em relações de *exploração do trabalho* viabilizadas por meio da troca de equivalente por equivalente.

Nota-se que neste contexto Marx adverte que se trata de um capitalista *in spe*, em aspiração, porque está a encontrar os elementos da produção (força de trabalho e meios de produção) tais como encontra no mercado. Nos capítulos posteriores são demonstrados os demais elementos que caracterizam as condições gerais para a consolidação e generalização deste modo de produção, quais sejam: os demais fatores que caracterizam a mais-valia absoluta; a mais-valia relativa; a combinação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa; a reprodução simples e a reprodução ampliada de capital; e a lei geral da acumulação capitalista. Neste sentido, é sabido que Marx remete-se à caracterização da *subsunção formal* e da *subsunção real* do trabalho ao capital no transcorrer da exposição da mais-valia absoluta, da mais-valia relativa e da relação entre elas. Entretanto, como se pode verificar no decorrer

de sua exposição até aqui analisada, pode-se certamente afirmar que a *subsunção real de toda a vida social ao capital*³⁰, em suas determinações mais abstratas, já está dada no próprio fetichismo da mercadoria³¹, haja vista que

Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de **trabalhos privados**, exercidos **independentemente** uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o **trabalho social total**. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, **as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca** (Marx, 1983 [1867], p. 71, grifos nossos).

E, conseqüentemente, “Seu próprio movimento social possui para eles a forma de um movimento de coisas, **sob cujo controle se encontram, em vez de controla-las**” (Marx, 1983 [1867], p. 72-73).

A subsunção da vida social ao capital, que aparece em seu germe³² na exposição d’*O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*, desdobra-se em suas determinações mais concretas no decorrer de toda a exposição categorial d’*O Capital*, culminando na sua forma mais bizarra no *fetichismo do capital portador de juros*, tal como descrito no livro terceiro desta obra. Neste sentido, a transcrição da passagem que se segue, notadamente extensa, justifica-se por si mesma, dada a sua relevância elucidativa:

D-D’: temos aqui o ponto de partida do capital, o dinheiro na fórmula D-M-D’, reduzida aos dois extremos D-D’, em

³⁰ Paulo Sergio Tumolo já sinalizava em sua obra *O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? esta relação entre o fetiche do capital e a subsunção real da vida social ao capital* (Tumolo, 2005b).

³¹ Neste aspecto, não é em vão que Rubin em 1923 já afirmava que a “teoria do fetichismo da mercadoria” em Marx “poderia ser chamada, com maior exatidão, de **teoria geral das relações de produção** na economia mercantil-capitalista (Rubin, 1987 [1923], p 16, grifos nossos).

³² Marcelo Carcanholo, em seu curso supramencionado, esclarece que: nas relações sociais de produção intermediadas pela **mercadoria**, necessariamente os seres humanos se reconhecem **a posteriori** (Carcanholo, 2017).

que $D' = D + \Delta D$, ou seja, dinheiro que gera mais dinheiro. É a fórmula geral e originária do capital, condensada de modo absurdo. É o capital consumado, a unidade do processo de produção e do processo de circulação, que por conseguinte, gera mais-valor ao final de determinado período. Sob a forma do capital portador de juros, isso aparece de maneira direta, sem a mediação do processo de produção e de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa e autocriadora de juros, de seu próprio incremento. A coisa (dinheiro, mercadoria, valor) é, por si só, capital, e o capital aparece como simples coisa; o resultado do processo inteiro de reprodução aparece como uma qualidade inerente a uma coisa material; depende da vontade do possuidor do dinheiro, isto é, da mercadoria em sua forma constantemente mutável, se ele irá desembolsá-lo como dinheiro ou alugá-lo como capital. No capital portador de juros, portanto, produz-se em toda sua pureza esse fetiche automático do valor que se valoriza a si mesmo, do dinheiro que gera dinheiro, mas que, ao assumir essa forma, não traz mais nenhuma cicatriz de seu nascimento. A relação social é consumada como relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. Em vez da transformação real do dinheiro em capital, aqui se mostra apenas sua forma vazia de conteúdo. [...] agora os juros aparecem, ao contrário, como o verdadeiro fruto do capital, como o originário, ao passo que lucro, transfigurado em ganho empresarial, aparece como simples acessório e ingrediente adicionado no processo de reprodução. Aqui se completam a forma fetichista do capital e a ideia do fetichismo do capital. Em $D-D'$, temos a forma mais sem conceito [*begriffslose*] do capital, a inversão e a coisificação das relações de produção elevadas à máxima potência (Marx, 2017 [1894], p. 441-442).

A forma do capital portador de juros, já sinalizada no terceiro capítulo do livro I, vem coroar este processo em que o *criador* dá vida à *criatura* que o subsume. Diferentemente do processo de valorização do valor, tomado em sua forma singular, em que se antevia o processo de produção e o processo de circulação, $D-M-D'$, aqui eles formam uma unidade sem deixar resquício de qualquer mediação: dinheiro gerando dinheiro, $D-D'$, sem trazer “nenhuma cicatriz de seu nascimento”.

4

O FETICHISMO ENTRE OS ESTUDIOSOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Aos que hesitam

Você diz:

Nossa causa vai mal.

A escuridão aumenta. As forças diminuem.

Agora, depois que trabalhamos por tanto tempo

Estamos em situação pior que no início.

Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca.

Sua força parece ter crescido. Ficou com aparência de invencível.

Mas nós cometemos erros, não há como negar.

Nosso número se reduz. Nossas palavras de ordem

Estão em desordem. O inimigo

Distorceu muitas de nossas palavras

Até ficarem irreconhecíveis.

Daquilo que dissemos, o que é agora falso:

Tudo ou alguma coisa?

Com quem contamos ainda? Somos o que restou, lançados fora

Da corrente viva? Ficaremos para trás

Por ninguém compreendidos e a ninguém compreendendo?

Precisamos ter sorte?

Isto você pergunta. Não espere

Nenhuma resposta senão a sua.

(BERTOLT BRECHT)

Após a apresentação da investigação acerca da temática do fetichismo na teoria marxiana, faz-se necessária a retomada das suas reverberações nas pesquisas científicas brasileiras voltadas à educação. Conforme demonstrado no primeiro capítulo, foi averiguado um total de 87 (oitenta e sete) trabalhos científicos, dentre teses, dissertações e artigos, produzidos na última década (2009 – 2019) que, tendo como escopo da pesquisa o fenômeno educativo, se remeteu ao conceito marxiano de fetichismo.

O primeiro ponto que se evidencia desta investigação é a significativa quantidade de produções rastreadas, o que denota, sem dúvida nenhuma, a expressiva difusão da teoria marxiana no meio acadêmico, notadamente no campo de estudos da educação. Este destaque à teoria marxiana – como também pôde se verificar – vem entremeadado à ascendência de uma diversidade de autores que se inspiraram – e/ou se inspiram – nos escritos de Karl Marx para o desenvolvimento de suas teorias sociais, tais como, Theodor Adorno (1903-1969)¹, Newton Duarte (1961)², Karel Kosik (1926-2003)³, György Lukács (1885-1971)⁴, István Mészáros (1930-2017)⁵, José Paulo Netto (1947)⁶, Adolfo Sánchez Vázquez (1915-2011)⁷, Slavoj Žižek (1949)⁸, entre outros, tal como elencados no Apêndice C da presente obra. Estas reverberações no meio acadêmico na última década denotam, na realidade, um reflexo das incursões já realizadas em décadas anteriores, tal como apontado por

¹ Adorno (1975 – Apêndice C); e Adorno, T. W.; Horkheimer, M., (2006 – Apêndice C).

² Duarte, Newton. (org.). (2004 – Apêndice C); Duarte, N. (2016 – Apêndice C); e Duarte, N. (2013 – Apêndice C).

³ Kosik, K. (1976 – Apêndice C).

⁴ Lukács, György. (2003 – Apêndice C).

⁵ Mészáros, István. (2008 – Apêndice C); Mészáros, I. (2005 – Apêndice C); e Mészáros, I. (1998 – Apêndice C).

⁶ Netto, José Paulo. (2015 – Apêndice C); e Netto, José Paulo; Braz, Marcelo (2007 – Apêndice C).

⁷ Vázquez, A. S. (1977 – Apêndice C).

⁸ Žižek, Slavoj. (1996 Apêndice C.); Žižek, Slavoj. (1991 – Apêndice C); e Žižek, Slavoj. (2012 – Apêndice C).

Eunice Trein (1996) que, em meados de 1990, já enfatizava a significativa quantidade de trabalhos que vinham sendo realizados com base em referenciais como os mencionados acima, evidenciados especialmente nas produções divulgadas pelo GT⁹ Trabalho e Educação¹⁰ da ANPED¹¹ no decorrer das décadas de 1980 e 1990¹².

O levantamento realizado na primeira etapa desta pesquisa também permitiu a constatação de que, dentre as inúmeras temáticas abordadas pelos estudiosos brasileiros com base na teoria marxiana, o fetichismo se insere como objeto de apreciação científica, e em alguns casos, como elemento teórico norteador de análise dos fenômenos sociais contemporâneos; o fenômeno educativo, por sua vez, não é exceção dentre os temas analisados com base neste conceito marxiano. Assim, dentre as produções examinadas que tratam de questões concernentes à educação mencionando o referido conceito, emergiu uma considerável diversidade de interpretações do “fetichismo”, ainda que a totalidade destas produções estivesse a se remeter à mesma matriz teórica: a teoria marxiana.

Dentre as 87 (oitenta e sete) produções averiguadas, foi possível verificar que uma grande quantidade de trabalhos recorre a citações diretas da obra *O Capital*, especialmente de passagens da última seção do primeiro capítulo desta obra, para apresentar o conceito de fetichismo. Na sequência à transcrição destas passagens, remetem-se a teorias desenvolvidas por autores que se fundamentam no referido conceito

⁹ Grupo de Trabalho.

¹⁰ Outros balanços sobre o GT Trabalho e Educação da ANPED no decorrer das décadas de 1980 e 1990 podem ser conferidos em Trein & Ciavatta (2003) e em Rodrigues & Reis (2011).

¹¹ Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação.

¹² Dentre as referências internacionais, já se destacavam naquela época Antônio Gramsci (1891-1937), Mario Alighiero Manacorda (1914-2013), Mariano Enguita (1952), Helena Hirata (1946), entre outros. Nos programas de pós-graduação se despontavam autores como Miguel Arroyo, Paolo Nosella, Gaudêncio Frigotto, Lucília Machado, Acácia Kuenzer, Celso Ferretti etc. (Trein, 1996).

marxiano¹³ e, por meio do cotejamento de ambos os referenciais, extraiem conjecturas que lhe permitem tratar de temas como: a “manipulação” proveniente das novas tecnologias, o “esvaziamento” do trabalho educativo escolar, a “pulverização da racionalidade” no âmbito da produção científica acadêmica, e até mesmo, o “individualismo”, o “egoísmo”, o “consumismo”, as “idealizações”, as “fantasias”, os “desejos”, provenientes dos valores morais hegemônicos na sociedade atual.

Com base nos estudos realizados acerca da temática do fetichismo na teoria marxiana, tal como apresentados no decorrer dos capítulos segundo e terceiro da presente obra, poder-se-ia certamente extrair-se alguns prognósticos a respeito da multiplicidade de interpretações deste conceito. Uma primeira possível causa poderia estar relacionada aos comentadores do conceito marxiano de fetichismo: estes estariam a servir de base a tais interpretações e a permitir tal ensejo especulativo. Entretanto, denota-se que na absoluta integralidade dos trabalhos, os autores em questão estão a sinalizar o próprio autor matricial, Karl Marx¹⁴. Desta forma, uma outra possível causa poderia ser descoberta na própria complexidade da obra deste autor: a sua teoria desenvolvida na obra *O Capital*, reconhecida mundialmente tanto pela sua relevância científica como pela sua complexidade teórica¹⁵, poderia, pelo próprio método expositivo de seu conteúdo, dar margem a tal diversidade de

¹³ Vide listagem no Apêndice C.

¹⁴ Da mesma forma que os autores elencados no Apêndice C não podem ser responsabilizados por possíveis problemas na interpretação deste conceito marxiano, já que as interpretações de suas próprias obras igualmente podem sofrer incompreensões que não possuem qualquer relação com os propósitos de suas teorias, tais autores merecem do mesmo modo as devidas apreciações científicas, considerando não somente as possíveis contribuições de suas teorias, como também as suas evidentes reverberações dentre os estudiosos da educação brasileira e, fundamentalmente, as necessárias averiguações se estas teorias postulam-se adeptas da teoria marxiana, ou se, ao contrário, se explicitam como teorias desvinculadas, ou até mesmo, antagônicas a ela. Tais empreendimentos, evidentemente, fogem do caráter da presente pesquisa, ainda que se denote a sua relevância para futuros estudos.

¹⁵ O próprio Marx, em seu prefácio à primeira edição desta obra reconhece tal complexidade, especialmente do primeiro capítulo – justamente o capítulo no qual se encontra o item *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*: “Todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência. O entendimento do capítulo I, em especial a parte

interpretações. Todavia, a partir da classificação destas interpretações apresentada no primeiro capítulo, demonstrou-se que elas seguem, em sua quase totalidade, três diferentes perspectivas analíticas: 1) o fetichismo como fenômeno eminentemente cultural; 2) o fetichismo como conceito correlato ao conceito marxiano de alienação; e 3) o fetichismo como fenômeno subjetivo. Então, a questão que se apresenta diante de tais encaminhamentos é se realmente a teoria de Karl Marx daria ensejo para tal problemática¹⁶.

Como se procurou demonstrar no decorrer de todo o percurso deste livro, um pressuposto crucial para a adequada compreensão do fetichismo que provém da teoria marxiana é exatamente a sua definição no *interior* desta teoria¹⁷; em outras palavras, a compreensão do conceito de fetichismo demanda necessariamente a compreensão do *universo categorial* no qual ele está inserido. Atentando-se para tal pressuposto, verificou-se que: 1º) o fetichismo, tal como definido por Marx em sua obra *O Capital*, se encontra umbilicalmente relacionado à *teoria do valor* desenvolvida nesta obra; assim sendo, considerando que esta teoria – tal como abordada no terceiro capítulo – diz respeito às relações sociais de produção sob a forma capitalista, conseqüentemente, o conceito de fetichismo não pode ser compreendido à margem de tais relações, concebendo-o como fenômeno exclusivamente cultural – ou, ainda pior: como fenômeno eminentemente subjetivo – apartado destes pressupostos; 2º) por meio desta pesquisa foi possível verificar – tal como explicitado no segundo capítulo – que o conceito de alienação,

que contém a análise da mercadoria, apresentará, portanto, a dificuldade maior” (Marx, 1983 [1867], p. 11 – Prefácio da Primeira Edição).

¹⁶ Há de se lembrar que – como já apontado no segundo capítulo – tais interpretações sobre o conceito marxiano de fetichismo – especialmente aquela que remonta ao conceito de alienação – não possuem qualquer ineditismo no interior das pesquisas científicas que se fundamentam na teoria deste autor; elas se fizeram – e se fazem – presentes em toda a trajetória da história do pensamento marxista.

¹⁷ Naturalmente, tal atenção se faz necessária não somente no que diz respeito ao referido conceito e à teoria em questão, bem como a toda a investigação que se alça aos rigores metodológicos e fidedignidades conceituais imprescindíveis ao âmbito da pesquisa de caráter científico.

desenvolvido por Marx no ano de 1844 em seus *Manuscritos*, não somente não corresponde ao conceito de fetichismo presente na obra *O Capital*, como, se explicita como um conceito *antagônico* a ele¹⁸.

Neste sentido, considerando que a causa da multiplicidade de interpretações acerca do conceito marxiano de fetichismo não pode ser dirigida aos comentadores da obra de Marx utilizados nestas produções já que os autores se referenciam na obra matricial deste conceito, nem tampouco ao próprio Marx, já que as interpretações em questão se remetem a sentidos que não condizem ao conjunto conceitual da obra, resta apenas uma suposição: a de que ocorre na produção científica brasileira na área da educação o desconhecimento ou a negligência em relação à obra marxiana *O Capital*.

Como foi abordado no decorrer do capítulo terceiro deste livro, todo o conteúdo desenvolvido no item *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo* possui intrínseca relação com o conjunto conceitual desenvolvido no transcorrer dos itens anteriores deste mesmo capítulo; assim sendo, procedimentos analíticos que se restringem a transcrever ou parafrasear passagens deste item com o intuito de apresentar a definição de fetichismo tal como se expressa nesta obra, podem incorrer no risco de repercutir em insuficiências analíticas sobre esta teoria, ou até mesmo, em alguns casos, na deturpação do referido conceito¹⁹.

Assim também foram rastreadas produções que se propuseram a remeter-se ao surgimento histórico do conceito de fetichismo, o que

¹⁸ Ainda que os resultados obtidos por meio desta pesquisa e apresentados nos capítulos anteriores já permitam tais conclusões, estes dois pontos serão retomados e melhor elucidados no decorrer dos itens subsequentes.

¹⁹ As consequências de se extrair passagens desta obra – especialmente do item supramencionado – sem considerar o contexto em que estas passagens se inserem, são flagrantes em produções que apresentam, no decorrer de suas argumentações, diferentes definições de fetichismo, claramente contrastantes entre si, sem no entanto, qualquer esclarecimento a respeito de tais discrepâncias. A incompreensão deste conceito – ou sua negligência – acabam, nestes casos, por incorrer na equiparação de teorias que, por vezes, se revelam frontalmente antagônicas entre si; o que demonstra, indubitavelmente, episódios de inexistência de qualquer rigor científico na análise conceitual.

pode vir a contribuir com a compreensão deste conceito em Marx. No entanto, a elucidação a respeito da gênese histórica do conceito por si, relacionando-a apenas a passagens do referido item d'*O Capital*, sem considerar o desenvolvimento marxiano do conceito no interior de sua teoria – assim como nos casos acima mencionados –, pode incorrer, igualmente, em proposições equivocadas acerca do fetichismo.

Em síntese, a imensa maioria das produções rastreadas não explicita qualquer forma de abordagem que remeta o conceito de fetichismo ao universo categorial no qual ele se insere. Ou, até mesmo, quando se remetem à teoria na qual se insere o referido conceito, ao trazer essa teoria para o conjunto argumentativo, acabam, por vezes, se eximindo de relacionar apropriadamente esta teoria com a temática tratada em cada produção. Diante disto, reitera-se a questão: trata-se realmente de casos em que ocorre determinada insuficiência na compreensão da teoria marxiana, ou de um flagrante descaso em relação a esta teoria?

Sabe-se da corrente interpretação das obras marxianas, especialmente d'*O Capital*, como contribuições teóricas imprescindíveis à compreensão das bases econômicas sobre as quais se desenvolve a sociedade capitalista; ou seja, conforme esta perspectiva interpretativa, Marx, em todo o seu percurso investigativo, estaria a tratar estritamente do desvelamento e da caracterização geral da estrutura econômica sobre a qual se ergue a sociedade atual²⁰. Evidentemente, haja vista que as relações humanas não se resumem à atividade no âmbito econômico,

²⁰ Sem mencionar as teorias que, compreendendo *O Capital* como obra datada, ou seja, como uma contribuição científica estrita à compreensão das relações econômicas proeminentes no século XIX, reivindicam a necessidade de “atualização” da referida obra em função dos problemas vivenciados no capitalismo contemporâneo; capitalismo este que possui especificidades inerentes a esta “fase” de desenvolvimento deste modo de produção. A teoria do valor de Marx, neste sentido, careceria de complementações devido a “particularidades” apresentadas nas relações de produção atuais. Aqui poder-se-ia elencar uma diversidade de teorias que são desenvolvidas com base neste pressuposto; entretanto, devido aos limites do presente estudo, pontua-se esta perspectiva analítica e recomenda-se, para um tratamento adequado a um dos desmembramentos deste pressuposto teórico, a obra de Paulo Sérgio Tumolo *A atual configuração capitalista na periferia do sistema: contribuições teóricas para um debate* (Tumolo, 2017).

as ciências sociais se fazem necessárias não somente à compreensão das diferentes esferas de atuação humana, como, primordialmente, às devidas análises e desmembramento de possíveis respostas aos problemas vivenciados neste campo. Assim, na busca por vislumbrar possíveis desdobramentos teóricos no campo das ciências sociais a partir da teoria econômica marxiana, encontrar-se-ia no conceito de *fetichismo* um ponto de partida na obra *O Capital* para se empreender análises que vislumbrem uma adequada correlação entre os fenômenos de ordem estrutural e os fenômenos de ordem superestrutural inerentes à sociedade burguesa.

Certamente, há de se primar pela relevância das ciências sociais em suas várias áreas de atuação, ainda mais aquelas que se alçam a uma perspectiva crítica de análise, seguindo na “contramão” das teorias hegemônicas que, como é bem sabido, têm provocado um notável recuo no aperfeiçoamento científico nos diferentes campos de conhecimento. Entretanto, fazem-se necessários alguns questionamentos em relação aos pressupostos acima mencionados. Primeiramente, na hipótese de que a teoria de Marx, especialmente aquela desenvolvida em sua obra *O Capital*, possua realmente um caráter especificamente econômico, quer dizer, seja dedicada exclusivamente à descrição geral das relações econômicas sob o modo de produção capitalista; o desenvolvimento de instrumentos conceituais que almejem corroborar com a elucidação sobre as relações sociais nas esferas superestruturais com base no conceito marxiano de *fetichismo*, imprescindivelmente requereriam a adequada compreensão deste conceito, o que, como por vezes reiterado na presente pesquisa, requer o estudo e apreensão do *universo categorial* no qual ele se insere; dito de outro modo, vislumbrar possíveis intercur­sos investigativos nas ciências sociais reivindicando as bases conceituais marxianas d’*O Capital* – tal como o conceito em questão – requer necessariamente a devida fundamentação na teoria marxiana do valor²¹.

²¹ Neste aspecto, a estrita e repetida ênfase na evidência de que ocorre na relação entre a esfera econômica e as demais esferas de atividade humana – como a família, o direito, o Estado, a educação, a arte, a cultura etc. – um processo que envolve “conti-

Contudo, outra questão se faz necessária em relação a tal pressuposto: seria a teoria marxiana desenvolvida n' *O Capital* realmente uma teoria estritamente demarcada pela explicação sobre as bases econômicas capitalistas? Indiscutivelmente, esta é uma questão que requer a devida cautela e o merecido rigor teórico que, seguramente, uma mera pesquisa de doutorado é deveras insuficiente para tal empreendimento; não obstante, um possível indício – ou um possível ponto de partida – para se perscrutar o merecido encaminhamento de tal resposta, esteja no ponto tratado ao final do segundo capítulo do presente livro: o método analítico de Marx, desenvolvido desde seus escritos de 1844, assenta-se na compreensão *materialista* do ser social. Neste sentido, faz-se relevante rememorar aqui aquela nota de 1844: “[...] o *pô* não é sujeito; é a subjetividade de forças essenciais *objetivas*, cuja ação tem por isso de ser também uma ação *objetiva* (Marx, 2015 [1844], p. 374-375, itálicos do autor). Ora, é de comum acordo que os desdobramentos deste pressuposto – do materialismo como fundamento para a compreensão da realidade social – se estende por toda a trajetória de sua produção teórica, logo, *O Capital*, não consistiria numa exceção. E ainda, remetendo-se às categorias basilares da referida obra – algumas das quais, abordadas no decorrer do terceiro capítulo desta tese –, bem como aos desdobramentos sobre a teoria do fetichismo – também a pouco tratado –, poder-se-ia afirmar que a teoria desenvolvida nesta obra seria restrita aos estudos econômicos?

Neste sentido, possivelmente um dos momentos d' *O Capital* no qual Marx fornece de forma mais límpida²² – um indicativo à resposta

nidades e descontinuidades”, ou complexos que denotam “mediações” entre elas, é notadamente insuficiente para a compreensão das relações sociais a partir de tal base teórica. Um estudo minimamente introdutório à referida relação requereria, primeiramente, demonstrar como se efetivam tais “continuidades e descontinuidades”, em que aspectos se verificam tais “mediações”, o que exigiria, como mencionado acima, a referida compreensão dos fundamentos conceituais da teoria em questão.

²² Mais límpida justamente por se tratar de um momento da exposição em que esta se apresenta num grau menor de abstração, o que de forma alguma significa que este indicativo não se evidencie nos momentos supramencionados de sua exposição.

mais apropriada a esta questão esteja no contexto da reprodução simples do capital, no capítulo XXI. Compreendendo a produção capitalista não mais como processo singular, mas em seu conjunto, abrangendo trabalhadores e capitalistas enquanto classes, Marx apresenta a produção de capital sob os seguintes termos:

O capital alienado no intercâmbio por força de trabalho é transformado em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora é portanto retransformação dos meios de subsistência, alienados pelo capital por força de trabalho, em força de trabalho de novo explorável pelo capital. Esse consumo é produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador. **O consumo individual do trabalhador continua sendo, pois, um momento da produção e reprodução do capital**, quer ocorra dentro, quer fora da oficina, da fábrica etc., quer dentro quer fora do processo de trabalho, exatamente como a limpeza da máquina, se esta ocorre durante o processo de trabalho ou durante determinadas pausas do mesmo. **Em nada altera a coisa se o trabalhador realiza seu consumo individual por amor a si mesmo e não ao capitalista.** Assim, o consumo do animal de carga não deixa de ser um momento necessário do processo de produção, porque o animal se satisfaz com o que come. **A constante manutenção e reprodução da classe trabalhadora permanece a condição constante para a reprodução do capital.** O capitalista pode deixar tranquilamente seu preenchimento a cargo do impulso de autopreservação e procriação dos trabalhadores. Ele apenas cuida de manter o consumo individual deles o mais possível nos limites do necessário e está muito longe daquela brutalidade sul-americana, que obriga o trabalhador a ingerir alimentos mais substanciosos em vez de menos substanciosos (Marx, 1984 [1867], p. 157, grifos nossos).

Na medida em que o trabalhador produz a riqueza alheia, seu consumo, nos limites do imprescindível para dar continuidade à valorização

do valor, é necessário e produtivo. A classe trabalhadora é um acessório, assim como os meios de produção, para o capital²³.

Feitos tais apontamentos, e considerando o conjunto conceitual apresentado no terceiro capítulo do presente livro, acredita-se que a teoria marxiana desenvolvida n' *O Capital* certamente vai muito além dos limites da esfera econômica. Ainda assim, reitera-se a necessidade de um tratamento com a mais extrema rigorosidade à referida questão, enfatizando que, tal como visto acima, ela não é de forma alguma secundária àqueles que se alçam ao estudo da obra marxiana.

Entrementes, diante da série de questionamentos levantados a respeito das produções averiguadas no decorrer desta pesquisa, poder-se-ia, em resposta a tais questionamentos, protestar-se pelo fato de que uma amostra considerável de produções se limita a apenas mencionar o conceito de fetichismo, sem, no entanto, inseri-lo no conjunto argumentativo da produção, ao passo que outras, apropriam-se deste conceito no transcorrer da arguição, ainda que não o utilize como base central da análise empreendida na produção, o que intimaria, certamente, a uma apreciação aprofundada no caso destas últimas. São advertências certamente legítimas e, em resposta, merecem em sua integralidade análises pormenorizadas explicitando tanto as suas possíveis contribuições à temática em questão, como também, nos casos necessários, as críticas condizentes aos devidos rigores científicos que ensejam. Contudo, justamente em função de tal rigorosidade, se fez necessário, dentro dos limites desta pesquisa, a triagem de produções que tenham abordado o fetichismo como conceito que integra o conjunto conceitual central na análise do fenômeno educativo. Acredita-se que a apreciação pormenorizada de tais produções – considerando que estas apresentam caracterizações deste conceito que coincidem com a abordagem realizada em significativa quantidade das demais produ-

²³ Isto porque nesta altura da exposição não está ainda em questão a *produção ampliada de capital* e a *lei geral de acumulação capitalista*, o que traria ainda em maior riqueza de detalhes a subsunção da vida social ao capital.

ções averiguadas – venha contribuir para a elucidação, ainda que não em sua totalidade, a respeito do tratamento empreendido ao referido conceito entre os estudiosos da educação no Brasil na última década. Segue-se, portanto, aos resultados da referida análise.

A escola pública como instrumento de subjetivação do fetichismo

Carolina de Roig Catini inicia a sua tese *A escola como forma social: um estudo do modo de educar capitalista* com uma narrativa sobre um episódio de violência no interior da escola pública que, lamentavelmente, tem se verificado cada vez mais frequente no cotidiano da vida escolar brasileira; e então levanta questões acerca do papel da instituição escolar na sociedade. À primeira vista a escola se apresenta como a instituição por meio da qual os indivíduos são inseridos no mundo letrado e na cultura geral para sua inserção na sociedade. Também se explicita como um instrumento de formação que propicie as condições gerais para os indivíduos ingressarem no mercado de trabalho. E, considerando estes dois aspectos, a escola se constitui como um *direito social* que prevalece na contemporaneidade. A escola, como instituição historicamente direcionada a tais fins, se naturaliza como instituição precípua e indispensável à educação humana. Qualquer questionamento em relação à sua existência torna-se intolerável, sendo as críticas direcionadas a ela, quando muito, estritas a possíveis desvios em relação às suas atribuições. No entanto, estes *princípios universais* da escola se desenvolvem, segundo a autora, em oposição às *situações particulares* que ela vivencia – tal como o episódio descrito nas linhas iniciais de sua tese. Desta forma, ela carrega em si uma aparente independência em relação aos demais setores da sociedade, porém, ainda que com suas particularidades, possui uma inerente relação com o conjunto social no qual ela se insere. Assim, como uma primeira aproximação às determinações que envolvem estas discrepâncias entre seus princípios universais e suas situações particulares, Catini (2013) levanta a seguinte oposição:

Diante do confronto entre uma imagem caótica e irracional de uma **situação de ensino concreta**, e uma imagem racionalizada e abstrata da **estrutura formal da escola**, aparece um aspecto comum aos **conteúdos formais e concretos** desta forma de educar: ambos se dão por meio de relações objetivadas, mediadas pelas coisas. A presença das particularidades da igualação não se anulam [sic], ao contrário, são aspectos copertinentes da forma escolar. Quer dizer, ao mesmo tempo em que cada experiência particular é singularizada, a educação de massas demanda certo grau de **homogeneização e abstração das características individuais**, sem as quais é impossível a relação da educação escolar como trabalho de ensinar.

Na prática, ao mesmo tempo em que as especificidades buscam espaço para se manifestar, os efeitos de uma homogeneização [sic] se efetivam, e de fato, de um ponto vista, “não interessa se um é míope, o outro disléxico e um terceiro assistiu o pai surrar a mãe ainda ontem à noite. Na escola todos são iguais e há trabalho a fazer” (Bracher, 2004). **A formalidade das relações impõe uma abstração das diferenças**, uma **homogeneização** de práticas dirigidas universalmente *para todos, sem consideração para a qualidade das relações*. **É sobre esta igualdade formal que se dão as relações educativas concretas**, que são particulares e se distinguem como processos educativos atomizados, mas que devem mover-se num quadro pré-definido que implica numa continuidade de tais relações, **socialmente determinadas** (p. 7-8, itálicos da autora, grifos nossos).

A *forma escolar* se define, portanto, pela oposição entre a estrutura formal e homogeneizante, que se estabelece pela *abstração das diferenças* e os conteúdos concretos das relações educativas, as experiências particulares que se dão no interior das escolas. Trata-se de uma oposição em que ambos os fatores não se anulam, mas se fazem copertinentes à forma escolar; forma esta que é *socialmente determinada*.

Consistindo a escola numa instituição socialmente determinada, ela se desenvolve e se consolida como *modo de educar socialmente necessário* no interior da *sociedade capitalista*. Assim, a autora se põe a inquirir o lugar que a escola ocupa no interior das *relações sociais capi-*

talistas, advertindo, no entanto, que:

O que se pretende aqui, considerando estes esforços no campo do marxismo, não é exatamente compreender a influência da escola no processo de reprodução das classes sociais ou realizar a crítica da ideologia transmitida no interior da escola; nem mesmo apreender como o processo de trabalho capitalista se instaura na educação escolar em métodos similares e tampouco expor a concepção de Marx sobre a educação e o ensino (Catini, 2013, p. 9).

Então, ela questiona quais as relações que existem entre a forma dominante de educar e as relações capitalistas, e se há relação entre a *forma-escola* e as formas *mercadoria* e *trabalho assalariado*. Para tanto, apresenta como hipótese que a resposta a tais questões perpassa pelo exame da contradição entre a escola concreta e as suas *determinações formais e universalizantes* em que a *forma prevalece sobre a formação*.

E, considerando que, tal como dito acima, as relações escolares são *mediadas* pelas coisas e que a escola possui este caráter formal e universalizante, o conceito marxiano de *fetichismo* se explicita como *pressuposto* desta análise, pois, “[...] o conceito se refere à subsunção dos conteúdos concretos à totalidade formal capitalista” (Catini, 2013, p. 09), relacionando também este ao *fetichismo do direito*, já que este último se institui como *forma social específica* desta sociedade.

Em síntese, diante da problemática que aflora da discrepância entre as atribuições universais da escola e aquilo que se presencia no cotidiano desta instituição, se apresenta como encaminhamento analítico a necessidade de compreender a escola como uma instituição historicamente determinada, constituindo-se, portanto, como *modo socialmente necessário de educar* das relações sociais capitalistas. Neste sentido, a elucidação sobre o modo de produção capitalista se apresenta como fundamento teórico da investigação. No entanto, diante da observação de que ocorre na forma-escola uma contradição entre seu aspecto formal e seu aspecto concreto, faz-se necessário articular estas duas dimensões: a escola como instituição inserida nas relações sociais capita-

listas e a escola que é demarcada pela referida contradição, cogitando como hipótese que, devido a tais determinações, a *forma* prevalece à *formação*. O fetichismo, por sua vez, é seu pressuposto porque, tal como se observa na forma-escola, ele também diz respeito à subsunção das relações concretas ao que é formal e universalizante.

Articulando às categorias fundamentais para a compreensão da sociedade capitalista – forma mercadoria, trabalho assalariado, classes sociais, Estado e fetichismo –, a autora aponta outra base analítica: o fetichismo do direito, mencionando logo em seguida, o *sujeito de direito*, tendo em vista que a escola não diz respeito somente à formação para o trabalho, mas também ao *convívio entre sujeitos de direito*. E com base nesta fundamentação teórica ela complementa a sua hipótese: “Partiremos da hipótese de que não somente os meios educacionais estão reificados, mas também seus próprios conteúdos” (Catini, 2013, p. 12), porque tanto a formação para o trabalho como a formação do sujeito de direito baseiam-se na *igualdade e universalidade da tarefa educativa*.

Compreende-se, por conseguinte, que a partir da investigação em que procura relacionar a contradição “escola formal” e “escola concreta” com as relações sociais capitalistas, ela argumenta ser necessário também compreender a relação entre as relações sociais capitalistas e o direito porque a educação escolar diz respeito tanto à formação de força de trabalho como a formação para o *sujeito de direito*; ao passo que a sua hipótese redundante não somente no prevalecimento da forma sobre a formação como também na *reificação* dos meios e dos conteúdos educacionais. A autora, portanto, adota como ponto de partida de sua tese a articulação entre a teoria marxiana do valor e a teoria do direito para compreender a forma-escola:

[...] tomamos os conceitos de força de trabalho e sujeito do direito a partir de *O Capital*, de Karl Marx, e das teorias marxistas do direito desenvolvidas por Evgeny Pachukanis, Bernard Edelman e Walter Benjamin. Este foi o ponto de partida para o estudo das relações entre a forma escolar e a forma mercadoria (Catini, 2013, p. 13).

É este ponto de partida que lhe permite articular a referida contradição entre o aspecto formal e o aspecto concreto da escola com o conteúdo que desenvolve no decorrer de toda a sua tese, vislumbrando a contraposição entre *forma* e *formação*, a noção de *tempo abstrato*, a *reificação* dos meios e conteúdos escolares, e a contraposição entre *direito público* e *direito privado* como fatores que definem a *escola como forma social*.

Ora, detectar como problemáticas as relações que se dão no interior de uma instituição a qual se apresenta consolidada historicamente como meio socialmente necessário de se educar os seres humanos, tomando como pressuposto de sua investigação o fato de que esta instituição é *historicamente determinada*, é incontestavelmente um avanço científico notável perante as diversas incursões – sem dúvida, a imensa maioria – que se resumem somente a desenvolver soluções paliativas ao problema educacional. Entretanto, no que diz respeito ao tema em questão: o conceito marxiano de fetichismo, consistiria mesmo este conceito na *subsunção dos conteúdos concretos à totalidade formal capitalista*? De que forma a autora chega a esta definição? Como se observou nos capítulos anteriores do presente livro, a adequada compreensão deste conceito não dispensa a adequada compreensão da teoria do valor de Marx. Porém, como a autora aponta, ela se propõe a articular a teoria do valor de Marx tal como apresentada n’*O Capital* à teoria do direito dos autores supramencionados. Como se daria tal articulação? Quais as consequências desta articulação à compreensão da *forma-escola* e do *fetichismo*?

Após a análise do percurso conceitual da tese de Catini (2013), observou-se que o fio condutor de toda a argumentação da autora sobre todos os temas por ela abordados, é a relação entre a *igualdade formal* na esfera da circulação e a *desigualdade real* na esfera da produção. Tal relação não só viabiliza a articulação entre a teoria marxiana do valor com a teoria do direito, como também fornece as bases para

o seu encaminhamento analítico acerca da educação escolar, do Estado e do fetichismo.

A partir desta base central, verificou-se o desmembramento dos seguintes fatores que merecem ser analisados pormenorizadamente com o intuito de se averiguar respostas para as questões acima apresentadas: a expropriação no processo de produção capitalista; a transgressão da lei de equivalentes; o tempo abstrato; a subordinação do trabalho docente ao Estado e ao capital; e a interdição do fetichismo.

A expropriação no processo de produção capitalista

No início de sua tese a autora alerta para a necessidade de compreender o trabalho como “[...] atividade historicamente determinada, que precisa ser descrita, como em Marx, em oposição a uma concepção ‘ontológica’ [...] [e, portanto, deve ser compreendido] o processo de trabalho no interior do modo de produção capitalista, em sua dupla determinação – como processo de valorização e como processo de trabalho concreto” (Catini, 2013, p. 16). Assim como ela reivindica a análise da escola como instituição *historicamente determinada* – como mencionado acima –, Catini também denota a necessidade de compreensão do trabalho como atividade determinada historicamente, ou seja, como atividade que se desenvolve no interior do *modo de produção capitalista*, constituindo-se portanto, pela dupla determinação do trabalho como *processo de valorização* e como *processo de trabalho concreto*. Tal delimitação, realmente vem confirmar a relevância de sua tese, na medida em que se põe a uma análise do conceito de trabalho oposta à maciça maioria das pesquisas empreendidas não somente na área da educação, como na produção teórica em geral de cunho marxista. Entretanto, ao pontuar, ainda nas linhas iniciais de sua tese, as definições de classe capitalista e classe proletária com base na obra marxiana, ela se refere a esta última nos seguintes termos:

o proletariado é determinado por não ser detentor de capital – tendo como propriedade apenas sua força de trabalho

–, ao mesmo tempo em que fornece a substância do capital – o trabalho abstrato. **No interior do processo de produção, os trabalhadores são permanentemente afastados da posse do capital, reproduzindo em escala ampliada a expropriação que inaugura a formação social capitalista** (Catini, 2013, p. 11, grifos nossos).

São apresentados, por conseguinte, os seguintes atributos da classe proletária nas relações de produção capitalistas: ela não detém capital, possui como única propriedade a sua força de trabalho, fornece a substância ao capital – o trabalho abstrato e, pelo fato de serem permanentemente afastados da *posse do capital*, reproduzem a *expropriação* que inaugurou a sociedade capitalista. Logo, este último elemento definidor da classe proletária, leva a perscrutar-se de que forma se dá tal expropriação.

No primeiro capítulo, ao apresentar as características gerais do modo de produção capitalista, a autora, ao esclarecer acerca da produção de mais-valia, diz que:

Mas não é na troca, e sim na produção que a força de trabalho efetivamente gera mais valor, pois, se ela tem como valor seu custo de produção e reprodução, como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho tem, no entanto, que efetuar um processo de trabalho que é, ao mesmo tempo, o próprio processo de valorização, no interior do qual fica **dissimulada a apropriação deste tempo de mais-trabalho** (Catini, 2013, p. 20, grifos nossos).

Catini (2013) rememora um elemento fundamental da produção capitalista: a mais-valia não é produzida na circulação, mas na produção, haja vista que *a força de trabalho efetivamente gera mais valor*. Considerando que no *processo de trabalho* ocorre concomitantemente o *processo de valorização*, tem-se nele a produção de mais-valia. Entretanto, a autora diz que na produção fica *dissimulada a apropriação do tempo de mais-trabalho*. Questiona-se então se ela estaria a se referir a uma possível expropriação do trabalhador no próprio processo de produção de mais-valia, haja vista que anteriormente ela já

havia mencionado que a classe trabalhadora na produção capitalista reproduz em escala ampliada a *expropriação* que inaugura historicamente o capital. Ela explica então esta sua afirmação com base em uma passagem d'*O Capital*:

No trabalho escravo, a parte da jornada de trabalho em que [sic] escravo repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, realmente só trabalha para si mesmo, aparece como trabalho para seu dono. Todo seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. Ali a relação de propriedade oculta o trabalho escravo para si mesmo; aqui a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado (Marx, 1988a, p. 124 apud Catini, 2013, p. 20-21).

Esta passagem marxiana se refere ao capítulo XII d'*O Capital* no qual Marx está a discorrer sobre a transformação do valor da força de trabalho em *salário*. Diferentemente da corveia (em que havia diferença demarcada no tempo e no espaço trabalhados para si e para o dono) e do trabalho escravo (em que o trabalho aparecia somente como trabalho exercido para o dono, quando na realidade estava incluso o trabalho para a sua subsistência do escravo), na *forma salário* se extingue, “portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em *trabalho necessário* e *mais-trabalho*” (Marx, 1984, p. 130). Nesta passagem Marx está a demonstrar que a *forma salário* oculta a parte da jornada de trabalho em que é extraída a mais-valia e que equivale ao mais-trabalho, aparecendo apenas como “preço do trabalho”. Neste sentido, trata-se do contexto em que se trata da *jornada de trabalho*, compreendida entre *trabalho necessário* e *mais-trabalho*. A parte referente ao mais-trabalho diz respeito ao “trabalho gratuito do assalariado” que fica oculta na forma salário. Evidentemente, este “trabalho gratuito”, ainda que, como mencionado, esteja oculto, não diz respeito a *trabalho expropriado*.

No entanto, há de se observar que a autora não está a mencionar aqui a *expropriação*, mas a *apropriação* do capitalista. Aparentemente,

não se trata de uma apropriação que se realiza na jornada de trabalho em decorrência de uma *expropriação* do trabalho – ou seja, de um roubo. Até mesmo porque a autora deixa explícito que “[...] no capitalismo, os trabalhadores são livres e vendem sua força de trabalho como mercadoria” (Catini, 2013, p. 15).

Entretanto, logo a seguir, a autora explicita o modo pelo qual o conceito *sujeito de direito* se articula com a teoria marxiana do valor:

[...] o contrato não funda uma relação, mas sela uma relação de **tratamento igual entre desiguais**, prescrevendo uma maneira de agir entre aqueles que **se equivalem apenas formalmente**, ou seja, ele protege a relação do conflito que pode aparecer já que cada parte contratante representa interesses distintos. O contrato só existe, portanto, por conta da possibilidade do litígio (Catini, 2013, p. 25, grifos nossos).

O direito, aqui apresentado na forma do contrato, revela-se como prescrição a uma relação entre *desiguais* que *formalmente* se equivalem, com o intuito de prevenir possíveis conflitos que possam vir a ocorrer decorrentes de tal desigualdade. E esta desigualdade, primeiramente, se explicita no fato de que, ainda que o trabalhador seja livre e proprietário da mercadoria força de trabalho, ele contraditoriamente é também uma mercadoria:

A emergência da categoria *sujeito de direito* vai possibilitar, então, que **o homem circule no mercado como mercadoria**, ou melhor, como **proprietário que oferece a si mesmo no mercado** [...]. O direito põe o homem em termos de propriedade, ele aparece ao mesmo tempo na condição de sujeito e objeto de si mesmo, isto é, na condição de proprietário que aliena a si próprio” (Naves, 2012, p. 12, itálicos do ator apud Catini, 2013, p. 26, negritos nossos).

Com base em Naves (2012), a autora esclarece sobre como se dá a *desigualdade* na esfera da produção: o trabalhador vende a *si mesmo* como mercadoria. Trata-se da *alienação de si* que viabiliza as relações

capitalistas de produção. Esta desigualdade é, segundo a autora, *fundamental*, pois é com base nela que estas relações se efetivam:

[...] a relação de igualdade e de propriedade se afirma e se nega a um só tempo: se na esfera da circulação se afirma a igualdade entre proprietários de mercadorias distintas, como a força de trabalho e os meios de produção, **na esfera da produção a desigualdade entre eles é fundamental para que a relação se efetive**. Isto é, o momento de igualdade é verdadeiro, mas é uma **igualdade apenas formal**, que não acaba com a **desigualdade entre proprietários de mercadorias diferentes**, de modo que tomar o momento da igualdade como sendo a totalidade, significa assumir uma **perspectiva fetichista**, pois a igualdade “não é aparência ilusória da **desigualdade verdadeira**: é sua forma de aparecimento” (Grespan²⁴, 2012, p. 99) (Catini, 2013, p. 27, itálicos da autora, negritos nossos).

A igualdade não se revela, portanto, somente no fato de que o trabalhador vende a si mesmo para o capitalista, mas que, também consiste no fato de que se tratam de *proprietários de mercadorias diferentes*. A igualdade se apresenta como *forma de aparecimento* da desigualdade, ao passo que o fetichismo se explicita como uma *perspectiva* que toma a igualdade como totalidade do processo, ou seja, toma a parte como o todo.

As *mercadorias diferentes* que a autora menciona, tratam-se dos *meios de produção* e da *força de trabalho*. Os trabalhadores, por conseguinte, não são somente expropriados de si mesmos – como citado acima –, como também são expropriados dos meios de produção e dos produtos de seu trabalho, como ela esclarece na seguinte passagem:

Na exploração está posta e pressuposta a **desigualdade profunda entre os donos de meios de produção e os expropriados**, estes que estão privados da possibilidade de dirigir seu próprio trabalho e se apropriar de seus produtos. Assim, a relação externa, a da circulação, reflete a igualda-

²⁴ Obra não mencionada nas referências.

de, mas é completada pela relação de produção que se assenta sobre a **desigualdade**, que não apenas é pressuposto das relações de produção, mas que é reposta por elas, na medida em que **afasta o trabalhador da propriedade dos meios de produção** (Catini, 2013, p. 27).

A desigualdade, desta forma, é reposta frequentemente nestas relações de produção *na medida em que afasta o trabalhador da propriedade dos meios de produção*. Com base em passagens das obras de Edelman (1976)²⁵, Naves (2012), Grespan (2003)²⁶, Benjamin (1986), Pachukanis (1972) e Mészáros (2006)²⁷, tratando das relações de produção capitalistas nos termos acima descritos, a autora claramente está a discorrer em sua tese sobre o conceito de *trabalho alienado*, caracterizando-o como a alienação do trabalhador 1) em relação a si mesmo; 2) em relação ao processo de trabalho (aqui inclusos os meios de produção); 3) em relação ao produto do seu trabalho. Ainda que ela não mencione os famosos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Karl Marx, ao discorrer sobre a contradição entre a igualdade na esfera da circulação e a desigualdade na esfera da circulação, caracterizando o trabalhador como *expropriado*, ou como *alienado*, nas relações capitalistas de produção, remete à referida obra.

No decorrer do segundo capítulo deste livro foi abordada a concepção de trabalho como *trabalho alienado* nesta obra marxiana. Tal

²⁵ “[...] a liberdade prova-se pela alienação de si, e a **alienação de si** pela liberdade” (Edelman, 1976, p.97 apud Catini, 2013, p. 25, grifos nossos).

²⁶ “[...] por outro lado esta identidade superficial, aparente, repousa numa desigualdade profunda, social, entre a classe dos proprietários privados dos meios de produção e a dos trabalhadores ‘privados’ desta propriedade, isto é, dela excluídos”. (Grespan, 2003, p. 32 apud Catini, 2013, p. 28).

²⁷ “A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da ‘vendabilidade’ (isto é, transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em ‘coisas’, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a reificação das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em indivíduos isolados, que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, ‘em servidão à necessidade egoísta’, fazendo de seu próprio egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade” (Mészáros, 2006, p. 39 apud Catini, 2013, p.208 – nota de rodapé).

como a caracterização dada pela autora, nos *Manuscritos* o trabalhador é alienado do produto do trabalho, do processo de trabalho e de si mesmo. Entretanto, em sua tese, a autora está a tratar da concepção de trabalho tal como é conceituada em outra obra de Marx, n' *O Capital*. Seriam similares estas duas concepções de trabalho?

Primeiramente, ao se considerar a *alienação* do trabalhador em relação a si mesmo no processo de trabalho, ou seja, a privação de si mesmo – ou nos termos utilizados pela autora, na *expropriação* de si mesmo – no processo de trabalho, o trabalhador se converte na própria mercadoria. Ora, historicamente se verifica este fato: no trabalho escravo o trabalhador se constitui como mercadoria. Neste contexto, ele, em sua integralidade, não é concebido como humano, mas somente como instrumento de trabalho. Trata-se, portanto, de um processo de *desumanização*, em que o trabalhador se converte em objeto, ou seja, o indivíduo é *coisificado* ou *reificado*. A manutenção deste *valor de uso*, por sua vez, fica a cargo de seu proprietário; o *senhor* tem sob sua responsabilidade a manutenção deste instrumento de trabalho, disponibilizando os *meios de subsistência* que se encontram sob a sua propriedade, para possibilitar a subsistência de seu escravo. Há de se notar, entretanto, que nos *Manuscritos* Marx não está a discorrer sobre o trabalho escravo, mas sobre o trabalho na *forma capitalista*.

Remetendo-se, então, para *O Capital*, nota-se que Marx apresenta como condições necessárias para que ocorram as relações de produção capitalistas: 1) O trabalhador deve ser livre e proprietário da força de trabalho. A liberdade se apresenta como condição indispensável para que sejam viabilizadas tais relações de produção. Primeiramente porque se não é livre, não pode ser proprietário de coisa alguma e, segundo, se é proprietário de sua força de trabalho, logo, possui plena responsabilidade pelo provimento de seus meios de subsistência e atender as suas *necessidades humanas* – frisa-se, o trabalhador neste contexto é concebido como *humano*, esta condição é *necessária* a este modo de produção; 2) Esta força de trabalho deve ser vendida por

determinado limite de tempo. Se o trabalho é realizado por tempo indeterminado, logo, se exclui a primeira condição (que seja proprietário da força de trabalho) e se caracteriza então trabalho escravo; e 3) O trabalhador não deve possuir os meios de produção necessários à sua subsistência. Caso possuísse, não necessitaria vender a sua força de trabalho. Desta forma, diferentemente do que ocorria no trabalho escravo, o intercâmbio neste caso não ocorre mais entre diferentes proprietários de escravos – constituindo-se estes últimos como mercadorias –, mas entre proprietários de *mercadorias* que devem seguir estritamente a lei do livre intercâmbio, em que o trabalhador é *proprietário* de uma mercadoria específica: a *força de trabalho*. Assim, o trabalhador comparece ao mercado para vender a sua mercadoria que, assim como as demais mercadorias possui determinado *valor*. O seu valor é dado pelo *tempo socialmente necessário* de trabalho despendido em sua produção. Este tempo *equivale* ao conjunto dos meios de subsistência que permitem ao trabalhador estar em plenas condições de, por meio da venda desta mercadoria, despendar toda a energia física e mental necessária ao processo de produção. Isto significa dizer que o *valor da força de trabalho* é distinto do *valor de uso* do trabalho empreendido durante a jornada de trabalho. Na medida em que, por meio da lei do intercâmbio de mercadorias, o trabalhador vende a força de trabalho – pelo seu valor – ao capitalista, este último passa a ser o seu *proprietário*. A partir de então esta passa a ser seu *valor de uso*. E, tal como visto no terceiro capítulo, esta mercadoria específica possui a peculiaridade de produzir valor. Assim, o capitalista utiliza esta capacidade no decorrer da jornada de trabalho. Esta jornada perfaz um tempo que não somente *equivale* àquele que está dado no valor da força de trabalho, mas um tempo que lhe possibilita nesta jornada um *mais-valor*, ou uma *mais-valia*, um valor maior que o correspondente ao valor da força de trabalho. Nota-se que na relação aqui empreendida não ocorre *expropriação* do trabalhador, mas a *exploração* do seu trabalho. Portanto, para que a relação de produção capitalista ocorra, é necessário que se apresentem proprietários *iguais*. O fato de serem mercadorias diferentes (meios de produção e

força de trabalho), dizem respeito ao caráter concreto destas mercadorias e, como a própria autora diz “Cabe insistir, é esta redução das propriedades particulares de cada trabalho concreto, que lhe confere um caráter geral, *abstrato* de mercadoria que se compra no mercado e que produz outras mercadorias” (Catini, 2013, p. 20, *itálico da autora*). Por conseguinte, trata-se de uma relação entre indivíduos concretamente *livres e iguais*.

Entretanto, segundo Catini (2013) a circulação se resume à *aparência* da relação, que na realidade oculta o *divórcio* entre trabalho e propriedade. E para sustentar a sua argumentação, ela se apoia na seguinte passagem da obra *O Capital*:

A relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se portanto mera aparência pertencente ao processo de circulação, *mera forma, que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista sempre troque parte do trabalho já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um quantum maior de trabalho vivo alheio. Originalmente, o direito à propriedade apareceu-nos fundado sobre o próprio trabalho. Pelo menos tinha de valer essa suposição, já que somente se de-frota possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o meio de apropriação de mercadoria alheia porém é apenas a alienação da própria mercadoria e esta pode ser produzida apenas mediante trabalho. A propriedade aparece agora, do lado do capitalista, como direito de apropriar-se de trabalho alheio não pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A separação entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, se originava na identidade* (Marx, 1988, p. 157, *apud Catini, 2013, p. 28, grifos da autora*).

Segundo a autora, a expropriação do trabalhador em relação aos meios de produção nas relações capitalistas – que ela caracteriza como o “divórcio” entre trabalho e propriedade – constitui-se como fundamento desta relação e, ainda, realiza-se continuamente na produção de

capital. Esta passagem d'O *Capital* aparenta descrever exatamente o processo de expropriação que ela apresenta. A partir da explicação de Catini (2013), este trecho da obra de Marx demonstra que, enquanto a circulação – o intercâmbio entre capitalista e trabalhador – constitui-se como *forma*, ou seja, constitui-se como igualdade formal, a produção se explicita como a *expropriação* do trabalhador em relação ao seu trabalho, aos meios de produção, e ao produto do trabalho; este é o *conteúdo* que é constantemente repostos. Isto se dá como *consequência* da “necessária lei que, aparentemente, se originava na identidade”, ou, pela explicação da autora, que se *originava na igualdade*.

Entretanto, ao se recorrer à fonte da citação, descobre-se que ela provém do capítulo XXII d'O *Capital*, no qual Marx se põe a tratar sobre a *transformação de mais-valia em capital*.

Partindo do processo de produção do ponto de vista do *capitalista individual*, ele demonstra como ocorre a *capitalização* da mais-valia produzida neste processo; capitalização esta que consiste na transformação desta mais-valia em elementos para a realização da produção em *escala ampliada*, ou seja, o capitalista redireciona esta mais-valia extraída no processo anterior na compra de mercadorias necessárias para recomeçar o processo produtivo, porém, agora não somente naquelas dimensões, mas com este incremento de capital adiantado. Somando-se os capitais individuais – aqui ele utiliza o exemplo do capital de uma nação – tem-se o *capital social global*. E, neste contexto, se apresenta um fator muito importante: as operações realizadas com este capital social global “ não podem aumentar a produção anual conjunta nem modificar a natureza dos objetos produzidos. Qual o uso que poderá ser feito do produto anual total, isso depende de sua própria composição, **de nenhum modo, porém, da circulação**” (Marx, 1984, p. 164, grifos nossos). Esta produção anual, além de fornecer o material necessário para a reposição do processo anterior, deve fornecer também todos os fatores necessários à ampliação deste processo, sendo estes fatores: meios de produção e o conjunto dos meios

de subsistência necessários para a manutenção da força de trabalho. Considerando que o processo deve ocorrer em escala ampliada, tem-se também um *acréscimo de trabalho*, por meio do incremento da exploração *extensiva* ou *intensiva* dos trabalhadores já ocupados, ou senão, pela contratação de mais trabalhadores. Marx explica que, diferentemente daquela mais-valia “original”, nesta última produção “Conhecemos exatamente seu processo de surgimento. É mais-valia capitalizada” (Marx, 1984, p. 165). O conjunto do capital adiantado para dar origem a esta produção é fruto da mais-valia extraída no processo de produção realizado anteriormente; tanto meios de produção adquiridos como o conjunto dos *meios de subsistência* com os quais mantém os trabalhadores ativos, advêm da mais-valia.

Por que a relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se *mera aparência* – segundo a citação utilizada pela autora? Porque esta relação de intercâmbio por si não explicita que ele só foi possível em decorrência da mais-valia realizada no processo produtivo *anterior*. Por isso, ele diz que “O conteúdo é que o capitalista sempre troque parte do trabalho já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um quantum maior de trabalho vivo alheio”. O capitalista troca parte do trabalho já objetivado no conjunto das mercadorias produzidas, por mais trabalho, agora numa produção em escala ampliada. A apropriação incessante *sem equivalente* consiste na mais-valia que, não é trabalho *expropriado*, mas exploração do trabalho alheio por meio da compra da mercadoria força de trabalho. Assim, Marx diz que “Originalmente, o direito à propriedade apareceu-nos fundado sobre o próprio trabalho” porque, como em sua explicação na página anterior da qual a autora extraiu esta citação, ele realiza a seguinte crítica:

O capital original formou-se pelo adiantamento de 10 mil libras esterlinas. De onde as obtém seu possuidor? Por seu próprio trabalho e pelo de seus antepassados!, respondem-nos unanimemente os porta-vozes da Economia Política, e essa suposição parece ser realmente a única coerente com as leis da produção de mercadorias (Marx, 1984, p. 165).

Ora, o capital original formou-se, como largamente exposto por Marx no capítulo XXIV – *A Assim Chamada Acumulação Primitiva* –, por meio de um processo histórico de *expropriação* e de extermínio do campesinato – tal como a própria autora menciona no segundo capítulo de sua tese – associado ao enriquecimento dos arrendatários, sendo estes alguns dos fatores a partir dos quais teve-se as condições históricas para a gênese do modo de produção capitalista²⁸. E isto ocorre por que lá – na acumulação primitiva – a *propriedade privada* já era uma realidade posta e, como Marx esclarece, comparando-se a acumulação primitiva ao capital:

Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a antiga sociedade, tão logo os trabalhadores tenham sido convertidos em proletários e suas condições de trabalho em capital, tão logo o modo de produção capitalista se sustente sobre seus próprios pés, a socialização ulterior do trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados, portanto, coletivos, a conseqüente expropriação ulterior dos proprietários privados ganha nova forma. **O que está agora para ser expropriado já não é o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores.**

Essa **expropriação** se faz por meio do jogo das leis iminente da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista mata muitos outros (Marx, 1984, p. 293).

²⁸ Em linhas gerais, no capítulo XXIV, Marx caracteriza a transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista, elencando diversos fatos históricos que possibilitaram as condições necessárias ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Este processo que ocorreu principalmente entre o final do século XV e o final do século XVIII consistiu, entre outros fatos históricos, na expulsão violenta do campesinato do campo, na Reforma Protestante, na proletarização de antigos moradores de propriedades da Igreja Católica, na imposição legal da usurpação de proprietários fundiários, na Revolução Gloriosa de Guilherme III que possibilitou a ascensão ao poder de capitalistas propiciando roubo de terras em grande escala, na transformação de lavouras em terras de pastagens de ovelhas – matéria-prima esta fundamental ao crescimento da indústria têxtil – e na proibição de emigrações com o intuito de impelir trabalhadores expulsos da terra ao trabalho nas cidades fabris.

Portanto, se tem alguém que é expropriado sob o modo de produção capitalista, são os capitalistas individuais que ciclicamente acabam por ser “postos em cheque” pela centralização e concentração de capitais²⁹. Assim, quando ao final da citação utilizada pela autora, Marx diz que “A separação entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, se originava na identidade” ele está a argumentar que aparentemente, ou conforme defendem os “porta-vozes da Economia Política”, a propriedade originar-se-ia do trabalho realizado pelo seu proprietário, porém, como ele demonstra, nas *relações capitalista de produção*, ela advém da incessante *exploração* do trabalho alheio.

A transgressão da lei de equivalentes

Segundo Catini (2013) a *ideologia* do direito, como também o Estado, não são necessários somente para conter possíveis *litígios* provenientes da revolta dos trabalhadores em relação à desigualdade nas relações de produção, como também para servir como contenção às demandas provenientes da *transgressão* da lei do valor:

Senão vejamos. Quando um capitalista contrata um trabalhador, **a lei da troca de equivalentes é ao mesmo tempo obedecida e transgredida**, já que sua força de trabalho foi adquirida pelo seu valor, e que, não obstante, no interior da fábrica o trabalhador será reduzido à condição de capital variável e produzirá uma mais-valia que será apropriada pelo capitalista, reproduzindo na esfera da essência a profunda desigualdade que existe entre ambos os “agentes econômicos”, formalmente iguais. Mesmo nesse plano, a própria possibilidade de transgressão [sic] da lei de equivalentes explica a necessidade da ideologia e do Estado (Catini, 2013, p. 31).

²⁹ E ainda, se em alguns recônditos cantos do mundo – especialmente no Brasil – estão a ser *expropriados* povos indígenas e camponeses, sob o ponto de vista do capital, estes consistem em resquícios de modos de produção que devem ser exterminados em benefício do capital mundial.

A lei da troca de equivalentes é, segundo a autora, obedecida na medida em que a força de trabalho *foi adquirida* pelo seu valor, e é transgredida porque o capitalista irá se apropriar da mais-valia produzida na jornada de trabalho. Nota-se que neste contexto a autora acaba por se contradizer, pois, se a força de trabalho já foi adquirida pelo capitalista, logo, o capitalista não irá se apropriar da mais-valia; a mais-valia produzida *já lhe pertence*. Entretanto, ao mencionar que *mesmo neste plano* ocorre a possibilidade de *transgressão da lei de equivalentes*, infere-se que a autora está a argumentar que a transgressão ocorre não somente na esfera da produção, como também na esfera da circulação. Em outras palavras, enquanto na produção se verifica a transgressão na *apropriação* do valor que extrapola o valor da força de trabalho, na circulação o valor da força de trabalho pode ser igualmente transgredido³⁰, ou seja, a força de trabalho pode ser vendida por um preço que não corresponde ao seu valor.

De fato, no transcorrer da seção IV d’*O Capital*, Marx remete-se à venda da força de trabalho *abaixo de seu valor*. No entanto, relacionando esta seção às seções que a precedem, e também, compreendendo o contexto em que aparece na própria seção tal afirmação, nota-se que, ainda que ocorram momentos em que haja a pressão do capitalista individual para que a força de trabalho seja vendida abaixo de seu valor, a venda da força de trabalho pelo seu valor é *condição para a própria sobrevivência do modo de produção capitalista*. Para enfatizar esta condição é importante rememorar a passagem na qual

³⁰ Em outra passagem de sua tese, a argumentação de Catini (2013) vai neste mesmo sentido: “O custo da produção da mercadoria força de trabalho se altera por conta da regulação do mercado, e não se estabelece numa relação direta entre valor e preço” (p. 195). E, para embasar esta argumentação, ela recorre em nota de rodapé à seguinte citação d’*O Capital*: “Nessa relação [o preço] pode expressar-se tanto a grandeza de valor da mercadoria como o mais ou o menos em que, sob dadas circunstâncias, ela é alienável. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra” (Marx, 1988, p.91 apud Catini, 2013, p. 195-196, nota de rodapé).

Marx se remete ao *valor da força de trabalho*:

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. **A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo.** Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor [...]. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal [...]. **Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral** (Marx, 1983, p. 141, grifos nossos).

Esta citação demonstra que o valor da força de trabalho, assim como o valor de qualquer mercadoria, consiste em tempo de trabalho *social médio* objetivado. Ou seja, não se trata de tempo de trabalho de um indivíduo em particular, ou ainda, do tempo de trabalho exercido num determinado ramo de produção, mas de uma média constituída pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas que permite atender a *necessidades humanas* também, por sua vez, constituídas historicamente. Este quantum de trabalho social médio se estabelece por meio dos padrões de “vida normal”, necessários a determinada força de trabalho. Desta forma, o único critério que se sobrepõe aos diferentes padrões do que pode ser concebido como “vida normal”, é o fato de que “A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo”. Dito de outro modo: se as necessidades sociais para dada força de trabalho envolvem uma gigantesca multiplicidade de valores de uso, ao passo que as necessidades sociais para outro tipo de força de trabalho

envolvem somente uma ínfima quantidade de meios de subsistência, dependerá do nível de desenvolvimento das forças produtivas e dos padrões históricos e morais estabelecidos.

Remetendo-se, portanto, ao contexto do capítulo treze d’*O Capital* no qual Marx refere-se à força de trabalho “abaixo de seu valor”³¹, pode-se verificar que, ao demonstrar a transição da manufatura para a grande indústria e a pressão dos capitalistas para que a força de trabalho seja vendida abaixo de seu valor, logo na página seguinte Marx declara que “**O meio de trabalho mata o trabalhador**” (Marx, 1984, p. 49, grifos nossos). Note-se claramente que não se trata neste caso somente da *degradação* da força de trabalho, mas da *morte* do trabalhador. As condições históricas em que a grande indústria capitalista se sobrepõe à manufatura, ao artesanato e ao trabalho domiciliar, são descritas por Marx em detalhes, utilizando inclusive uma série de documentos como relatórios de supervisores de fábrica, artigos de jornais da época, levantamentos oficiais etc. Tais documentos não deixam dúvida quanto a situação de miserabilidade do proletariado que levou considerável número de homens, mulheres e crianças à morte.

Marx, no entanto, não retrata esta condição somente para caracterizar aquele momento histórico específico, ao contrário, seu intuito era compreender o funcionamento *do capital*, o que envolve a compreensão de sua dinâmica global, de seus ciclos e de suas contradições

³¹ “Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, **extingue-se**, com o valor de uso, **o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação.** A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada; inunda, por outro lado, todos os ramos acessíveis da indústria, abarrotando o mercado de trabalho e **reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor**” (Marx, 1984, p. 48, grifos nossos).

mais evidentes. Assim, ao remeter-se mais uma vez no mesmo capítulo à venda da força de trabalho abaixo de seu valor, Marx apresenta claramente esta dinâmica:

A enorme capacidade de expansão aos saltos do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial produzem necessariamente produção febril e consequente saturação dos mercados, cuja contração provoca estagnação. **A vida da indústria se transforma numa sequência de períodos de vitalidade média, prosperidade, superprodução, crise e estagnação.** A insegurança e a instabilidade a que a produção mecanizada submete a ocupação e, com isso, a situação de vida dos trabalhadores tornam-se normais com essas oscilações periódicas do ciclo industrial. Descontados os tempos de prosperidade, impera entre os capitalistas a mais intensa luta em torno de sua participação individual no mercado. Essa participação está em relação direta com a barateza do produto. Além dessa rivalidade, produzida por esse fato, no uso de maquinaria aperfeiçoada, que substitui a força de trabalho, e de novos métodos de produção, surge toda vez um ponto em que o barateamento da mercadoria é buscado mediante diminuição forçada dos salários **abaixo do valor da força de trabalho** (Marx, 1984, p. 64-66, grifos nossos).

Evidencia-se nesta citação a importância de uma compreensão precisa do ciclo industrial, tanto dos momentos de relativa estabilidade como dos momentos de massiva estagnação, dado que os momentos de crise que se seguem, fomentam novas contradições e uma série de novas transformações. Ao pontuar que o capitalista individual busca o barateamento da mercadoria utilizando, inclusive, a diminuição dos salários dos trabalhadores *abaixo do valor da força de trabalho*, Marx, após a passagem supracitada, apresenta a situação dos trabalhadores da indústria algodoeira no período de 45 anos (entre 1770 e 1815) demonstrando os momentos de estagnação e os momentos de ascensão deste ramo industrial. Assim também, no decorrer dos outros capítulos desta seção, Marx oferece uma série de outros exemplos de transformações em diferentes ramos industriais, caracterizando tanto as

transformações gerais ocorridas nestes ciclos como a luta dos trabalhadores dos principais ramos industriais da época. A partir destes apontamentos, evidenciam-se os diferentes momentos que caracterizam o movimento geral do modo de produção capitalista, o que, em linhas gerais, demonstram: 1) o desenvolvimento das forças produtivas que delineiam novos padrões de produção, 2) os processos produtivos que impõem novos padrões de exploração, 3) as transformações sofridas nos diferentes ramos de produção que impulsionam novos padrões de troca, 4) a concorrência intercapitalista e as mutações mercadológicas que prescrevem novos padrões de necessidades humanas e, por sua vez, 5) o novo padrão de acumulação de capital que impinge novas determinações do *valor da força de trabalho*.

Desta forma, ao se estabelecer o valor da força de trabalho a partir deste conjunto de fatores, o preço não deixa de ser *expressão monetária do valor*, já que o valor da força de trabalho, assim como o valor de qualquer mercadoria, não exclui a *correlação de forças* existente na luta de classes, ao contrário, se constitui no interior desta luta assim como descrito exaustivamente por Marx na seção IV d’*O Capital*. Portanto, o conceito de valor, assim como o conceito de preço, *não estão isentos da luta de classes*. O preço não é só *originalmente* expressão monetária do valor, mas expressão da forma valor tal como se apresenta no *modo de produção capitalista*. Neste sentido, Marx, ao apresentar a relação entre a forma relativa e a forma equivalente no capítulo primeiro d’*O Capital*, não se refere a formas originárias, mas à forma mesma como ocorre a relação de troca mercantil; ou seja, a antítese interna entre valor de uso e valor e a antítese externa entre valor de uso e valor de troca não perdem a sua validade em qualquer padrão de acumulação de capital porque consistem na expressão da relação entre a esfera da produção e a esfera da circulação neste modo de produção independentemente de sua fase:

A antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio da relação de duas merca-

dorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso, vale diretamente apenas como valor de troca. A forma simples de valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da antítese entre valor de uso e valor, nela contida (Marx, 1983, p. 63).

Independentemente se o valor das mercadorias é representado em sua forma fenomênica como ouro, como papel moeda, ou como cartão de crédito, ele não deixa de representar valor, ou seja, *as mercadorias em média são trocadas pelo seu valor*, inclusive a mercadoria força de trabalho.

A forma preço, portanto, representa este conteúdo social desenvolvido historicamente: a concorrência intercapitalista e a luta entre capitalista e proletário se condicionam mutuamente impondo um incessante desenvolvimento das forças produtivas e novos padrões de acumulação, que por sua vez levam à diminuição do valor das mercadorias, novos padrões concorrenciais e novas necessidades de saltos tecnológicos, científicos e sociais. Se o preço da força de trabalho apresenta-se momentaneamente abaixo do seu valor, este é um fenômeno que incorre da própria condição imediata de crise impulsionada pelos ciclos de acumulação e estagnação. A condição, no entanto, de sobrevivência do capital, é a extração de mais-valia, e portanto, a venda da força de trabalho, o que necessariamente exige que as mercadorias, inclusive a força de trabalho, sejam vendidas em média pelo seu valor, independentemente do país em que ocorram tais relações ou o padrão de acumulação imposto.

O tempo abstrato

É com base nesta fundamentação teórica que a autora parte à análise da escola. Após uma detalhada exposição histórica sobre a organização e a expansão da escola pública, tanto em âmbito mundial como no Brasil, ela inicia uma análise geral deste processo por meio de dois

fatores fundamentais: o “tempo abstrato” e a “vivificação” dos meios de trabalho no desenvolvimento e na consolidação da instituição escolar. Estes dois fatores são caracterizados com base na contradição entre a igualdade formal, abstrata, homogeneizante, vazia de conteúdo e a desigualdade real, concreta e vivenciada. Ambos os fatores – o tempo abstrato e a vivificação dos meios de trabalho – provocam a *abstração das determinações que individualizariam o aluno* e a *abstração dos trabalhadores da educação*.

A autora caracteriza o que chama de “tempo abstrato” como um “[...] tempo de vida [que] corresponde a um incessante *fazer*, quase sempre um fazer automático e **alienado**, no interior de um **tempo vazio e desprovido de conteúdo**, tão mensuráveis quanto o dinheiro (Catini, 2013, p. 99, itálicos da autora, negritos nossos). Esse caráter do tempo provoca uma sincronização das individualidades aos tempos sociais: “Imersos como estamos no tempo abstrato, nos parece natural que usemos o tempo mensurável dos relógios na educação, estes aparelhos que tornam possível a sincronização dos tempos individuais aos tempos sociais” (Catini, 2013, p. 99). Assim, no processo de expansão do ensino escolar, deixa-se progressivamente de se considerar o caráter *qualitativo* da formação, ou seja, os conhecimentos escolares, passando a se constituir o “tempo abstrato” como critério para a formação do aluno:

[...] depois da crítica da alfabetização intensiva e da remodelação da escola no sentido de sua generalização, a eficiência do trabalho escolar não era mais medida pelo máximo de aprendizados de conteúdos escolares no menor tempo de escolarização, mas sim por meio do controle e **organização do tempo despendido no interior da escola**. Tal mutação no campo pedagógico altera as práticas disciplinares, ocultas sob o caráter racional da escolarização (Catini, 2013, p. 129, grifos nossos).

Isto acaba por acarretar no *esvaziamento dos conteúdos escolares*. Porém, a constituição da prática escolar como prevalência da *forma* sobre a *formação*, não se deveu somente em função deste “tempo vazio”,

mas também a outros dois fatores: ao aprofundamento da *divisão do trabalho* na escola e à submissão dos conteúdos aos *meios escolares*:

Analisando historicamente, no que tange ao trabalho educativo pode-se observar **um crescente grau de divisão do trabalho**, de controle externo à prática docente, e de fragmentação das tarefas, que correspondem, sobretudo, à necessidade de tornar o ensino massivo. O aumento da quantidade de pessoas atendidas impõe a realização de diversas tarefas simultaneamente e de maneira especializada para ampliar a capacidade de atendimento. **Essa divisão de tarefas implica numa alienação do trabalho docente**, mas, mais do que isso, o desenvolvimento de tal divisão apenas se realiza de maneira imanente ao desenvolvimento dos **meios de trabalho educativo**. [...] Não apenas sofremos com um **estranhamento** advindo das relações parcelares do trabalho, e temos limitada a nossa percepção dos modos de exploração e da totalidade do processo de trabalho, mas nele também **os meios de trabalho se vivificam** (Catini, 2013, p. 142, grifos nossos).

Segundo a autora, com a generalização da educação escolar a cargo do Estado, os professores autônomos são *expropriados* de seus meios de trabalho e passam a submeter-se à organização do trabalho inerente à escola pública; organização esta que é ditada pelo Estado. Em consequência, se impõe uma divisão hierárquica de tarefas e o trabalho cooperativo se desenvolve de forma exterior ao professor. O professor que antes era *polivalente*, agora passa a ter o seu trabalho fragmentado. Assim, não somente a divisão, a cooperação, e a organização do trabalho passam a estar sob a tutela do Estado, como o próprio conhecimento do professor:

Esse conhecimento passa a se concentrar no Estado e nos mecanismos de gestão e controle da prática educativa, e do ponto de vista de sua gestão e suas tentativas de homogeneizar a prática, **o trabalho docente concreto se iguala e se torna indiferenciado, ocorrendo uma abstração dos trabalhadores(as) da educação** (Catini, 2013, p. 147, grifos nossos).

Devido ao controle externo do *Estado* sobre o trabalho escolar, tem-se, portanto, não somente uma *abstração* dos conteúdos em função do “tempo vazio”, mas uma *abstração* dos próprios trabalhadores da educação, e isto porque *o trabalho docente concreto se iguala e se torna indiferenciado*.

O desenvolvimento dos métodos de ensino realizados igualmente de forma externa ao trabalho concreto do professor, veem aprofundar ainda mais esta *abstração* da própria prática docente. Assim, a didática e as formulações pedagógicas em geral passam cada vez mais a corroborar com a homogeneização do ensino: “Desse modo, a pedagogia tida como ‘*arte de ensinar*’ cada vez [sic] **abstrai** a própria prática, fundamentando-se na necessidade de **homogeneizar** os sistemas de ensino, universais e voltado ‘para todos’, **tomados como iguais**” (Catini, 2013, p. 159, itálicos da autora, negritos nossos).

Assim, o “tempo abstrato” e a “vivificação” dos meios de trabalho e, por outro lado, o “esvaziamento dos conteúdos escolares” e a “abstração do trabalhador da educação” constituem-se como a contradição inerente à forma escolar sob o comando do Estado. Em outras palavras: trata-se, portanto, de um processo em que as *coisas ganham vida* e as *pessoas são reificadas* na escola pública.

Ora, tal análise da *escola como forma social* poderia evidentemente ser desenvolvida sob bases teóricas que dão sustentação a estes argumentos, no entanto, verifica-se no decorrer de toda a exposição que Catini (2013), para realizar tal apreciação da escola pública, está a se fundamentar na obra *O Capital* de Marx. Ela justifica esta correlação das conceituações que apresenta à referida obra nos seguintes termos:

Ora, ao admitir que há relação do tempo escolar com o modo de vida, concernente aos tempos modernos e à sociedade industrial, e explicitado pela própria maneira de se organizar o ensino, não se pretende anular as especificidades da forma escolar, como se esta se resumisse a mimetizar as “leis econômicas” da produção de mercadorias no interior da escola. Ao contrário, enfatiza-se a necessidades

de estabelecer os nexos entre os imperativos de ordenação escolar e do modo de viver, advindo do novo modo de produção material, o modo de produção capitalista

Nem por isso, sustentamos que a escola seja apenas um reflexo da organização do trabalho fabril, uma aplicação direta de seu modo de funcionamento. Ao contrário, pretendemos demonstrar que a escola está inserida numa relação social geral, uma vez que as relações sociais presididas pela forma do capital não se circunscrevem às leis econômicas, ou ao modo de produção, circulação, distribuição e consumo de mercadorias; mas também *cindida* da sociedade, uma vez que a educação adquire uma forma própria separada de outras esferas da vida social. Neste sentido, sob uma aparência de autonomia e independência, a forma escolar se desenvolve *no interior* desse complexo de relações sociais, e é aqui que estabelece suas especificidades, num processo de autonomização (Catini, 2013, p. 105-106, *itálicos da autora*).

Certamente, pôs-se a uma análise que considere a relação entre o tempo escolar e o modo de vida geral no qual a escola se insere é uma tarefa imprescindível e merece louvor, ainda mais se esta análise procura compreender os nexos que envolvem esta relação, sem repercutir numa transposição das “leis econômicas” ao cotidiano escolar. Porém, ainda que Catini (2013) procure compreender tanto a inserção da escola na sociedade capitalista como os nexos que lhe confere especificidades em sua forma, em que medida, com a sua interpretação do conjunto conceitual que utiliza, alcança este objetivo?

Ao discorrer sobre o “tempo abstrato”, ou o “tempo vazio”, um tempo “desprovido de conteúdo” por meio do que se submetem as individualidades aos “tempos sociais”, ela argumenta que:

Da mesma maneira que o **aluno abstrato** apenas pode existir atrelado à noção de um *sujeito de direito*, na medida em que o objetivo da educação se materializa nesse objeto, que é a mercadoria *força de trabalho*, o **tempo abstrato da educação também tem relação direta com a materialidade do trabalho abstrato** (Catini, 2013, p. 107, *itálicos da autora, negritos nossos*).

Por conseguinte, a sua arguição a respeito do “tempo abstrato” possui *relação direta* com o conceito de trabalho abstrato. Entretanto, diante de tal correlação, ao verificar-se a exposição marxiana acerca do tempo inerente ao conceito de trabalho abstrato, se observa que, diferentemente da conceituação de *tempo abstrato* realizada pela autora, este tempo não é “vazio”, ou “desprovido de conteúdo”, mas exatamente o contrário: ele é *indispensavelmente* repleto de conteúdo.

Quando Marx, no capítulo primeiro d’*O Capital* diz que: “20 varas de linho = 1 casaco, ou: 20 varas de linho valem 1 casaco”, ao se observar esta expressão, constata-se primeiramente que se trata de uma dupla diferenciação: tratam-se de dois valores de uso distintos (linho e casaco) e duas quantidades distintas (20 e 1). Assim também, ao se verificar o trabalho concreto realizado para a produção do linho, nota-se que ele é distinto do trabalho concreto realizado para a produção do casaco. Devido a estas características concretas, Marx diz que elas de forma alguma poderiam se confrontar enquanto mercadorias. Entretanto, enquanto valores, casaco e linho são *iguais*, pois possuem a mesma substância: *trabalho abstrato*: “Enquanto valores, casaco e linho são coisas de igual substância, expressões objetivas do mesmo tipo de trabalho”. Marx, neste momento de sua exposição está a discorrer sobre a *qualidade* do trabalho produtor de mercadorias: tratam-se de trabalhos *privados* que, por meio do “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos”, se cristalizam em *valores mercantis*. Casaco e linho, enquanto valores, também possuem uma dimensão *quantitativa*. 20 varas de linho e 1 casaco se equivalem porque foi demandada a mesma *quantidade de tempo socialmente necessário* para a produção de ambos. Tem-se, assim, uma relação de *dupla igualdade*: ambos são valores mercantis e ambos possuem o mesmo quantum de valor. O que se pode depreender desta descrição? Que neste contexto, o tempo, no interior da caracterização do *trabalho abstrato* não é desprovido de conteúdo, não consiste em tempo vazio, nem sequer carente de qualidade, ao contrário, ele é a dimensão *quantitativa* necessariamente relacionada com a dimensão *qualitativa* deste conceito.

Assim também, se a análise se remetesse ao *tempo* que constitui a jornada de trabalho produtivo de capital. Ora, o tempo empreendido na jornada de trabalho consiste em tempo que produz *mercadoria*, que produz *valor* e que, por fim, produz *mais-valia*. Tem-se um *tempo* (jornada de trabalho) que é a *dimensão quantitativa* de um trabalho triplamente qualitativo, já que concomitantemente produz mercadoria, valor e mais-valia.

Ainda, remetendo-se a análise ao *desenvolvimento das forças produtivas do trabalho*. Trata de um fator fundamental à sobrevivência do capital, pois, como se sabe, a diminuição do valor individual da mercadoria é indispensável para que o capitalista individual sobreviva diante da concorrência, tem-se assim como um dos fatores indispensáveis para a diminuição do tempo socialmente necessário à produção, o desenvolvimento tecnológico e científico; trata-se de uma corrida acirrada pela ciência e pela tecnologia “de ponta” para que o capitalista, como já mencionado, não *morra* enquanto capitalista. O tempo, neste contexto, não se reduz somente a dois produtores privados individuais, nem sequer a uma jornada de trabalho singular, mas ao desenvolvimento das *forças produtivas do trabalho* de forma *generalizada*, o que significa que o tempo aqui, enquanto aspecto quantitativo (tempo socialmente necessário), está relacionado a uma *qualidade* que envolve todo um setor produtivo e a concorrência intercapitalista no interior deste setor. Desta forma, trata-se de um tempo *repleto* de qualidade.

Portanto, a conceituação realizada por Catini (2013) acerca do “tempo abstrato” é absolutamente oposta ao conceito de *trabalho abstrato* tal como se apresenta na obra *O Capital*³².

³² Nota-se que a autora, no início de sua tese, se remete à dimensão qualitativa do trabalho abstrato: “[...] o trabalho abstrato consiste numa substância puramente social, advinda de uma redução objetiva dos diferentes trabalhos concretos, e que possui como **determinação qualitativa** seu caráter “geral”, mero “dispêndio de cérebros, músculos, nervos, mãos, etc. humanos” (Marx, 1988, p.51) (Catini, 2013, p. 19, grifos nossos). Porém, ao abordar o conceito de trabalho abstrato nos capítulos posteriores, ela não considera esta determinação, restringindo-se apenas a mencionar a abstração das determinações qualitativas do trabalho concreto. “Note-se, de passagem, que a

As “determinações concretas” do trabalho docente

Catini (2013) também discorre sobre o processo de generalização da educação pública como uma transição da *subsunção formal* para a *subsunção real* do trabalho do professor ao Estado – ainda que esta última seja limitada, como se verá a seguir. Como já mencionado, a *abstração do professor* não se deu somente em decorrência do “tempo abstrato”, mas também da divisão do trabalho, da cooperação, e da hierarquização do trabalho docente. No início, tem-se uma “subordinação formal” do trabalho do professor ao Estado porque este último se apropria deste trabalho tal como ele o encontra:

Por meio do contrato de docentes e da aquisição de suas “salas de aulas”, mobiliário, etc., o Estado se apropria de boa parte dos meios necessários à realização da atividade educativa, e passa a fiscalizar as escolas públicas e privadas [...]. Até esse momento, há uma subordinação formal do trabalho educativo ao Estado, já que o processo de trabalho propriamente dito não se altera, mas passa a ser mediado por um contrato (Catini, 2013, p. 144).

Neste sentido, a autora observa que: “Nota-se uma similaridade entre esse processo de constituição da forma escolar capitalista, e o processo de acumulação primitiva e de subordinação do trabalho ao capital” (Catini, 2013, p. 144). Assim também, a autora nota similaridade no conteúdo apresentado por Marx no capítulo XI “Cooperação” ao analisar na história da escola pública a cooperação no trabalho dos professores como *exterior* a eles, como também verifica similaridade no conteúdo do capítulo XII d’*O Capital*, “Divisão do Trabalho e Manufatura” ao verificar o progressivo parcelamento e a hierarquização do traba-

abstração real das características da criança-aluno se assemelha à abstração real de que se falou no capítulo anterior, ao se tratar do processo de abstração presente no intercâmbio das mercadorias, tendo como fundamento a **abstração das determinações qualitativas dos trabalhos concretos** que as produzem (Catini, 2013, p. 59, grifos nossos). Isto lhe possibilita se remeter ao tempo de educação escolar como *abstração* das individualidades. Assim, no *cronograma* desenvolvido para a organização do tempo escolar “a quantidade tem mais relevância que a qualidade” (Catini, 2013, p. 98).

lho escolar. Cooperação, divisão do trabalho e hierarquização estas que, sob o comando do *Estado*, como mencionado acima, acabaram por acarretar na homogeneização do trabalho docente e no esvaziamento do conteúdo escolar.

Verifica-se que a autora procura compreender a escola como instituição *historicamente determinada* e, apresentando-se seu processo de expansão e consolidação no interior da sociedade capitalista, é compreensível o cotejamento que realiza entre as transformações históricas que a escola sofre, principalmente no período que vai do final o século XIX às primeiras décadas do século XX, aos capítulos supracitados d’*O Capital*. Indubitavelmente, pode-se verificar similaridades entre o processo do modo de produção capitalista, tal como apresentado por Marx, e o processo de consolidação da escola que ela apresenta. Entretanto, faz-se necessário observar que em raros momentos de sua análise a autora se remete a uma *diferenciação entre a escola pública e a escola privada* (a diferenciação mais pormenorizada que ela realiza se verá a seguir). Outro elemento que se faz necessário pontuar, e possui relação direta com a observação anterior, é: seriam a *cooperação*, a *divisão do trabalho*, o *aumento da produtividade* e a *aplicação das tecnologias* fatores que transcendem em seu caráter as *relações de produção* nas quais estão inseridas? Poderiam estas se desenvolver independentemente das relações de produção necessariamente como descritas nos capítulos d’*O Capital* supramencionados?

Entretanto, antes de discorrer sobre estas questões, faz-se necessário apontar outro elemento importante: segundo Catini (2013), o trabalho do professor, devido às suas *determinações concretas*, apresenta *resistência* a um processo *semelhante à subsunção real* de seu trabalho:

Entretanto, há de se notar que o trabalho docente resiste à tendência à um processo semelhante à subsunção real, em grande medida em função das suas **determinações concretas**. Um intrigante indício desse fato é o ritmo extremamente lento em que se dão as mudanças no interior da escola, que se exprime, por exemplo, na incipiente introdução de

recursos tecnológicos integrados à prática docente.

Conceitualmente, o trabalho docente é um serviço (cujo produto do trabalho é a própria atividade) e um trabalho imaterial, que pode ser produtivo ou improdutivo (no primeiro caso, se é realizado sob o contrato de um empresário e produz mais-valia diretamente, ou no [sic] segundo, se é realizado para o Estado); [sic]. **É seu caráter imaterial que opõe resistência à um processo completo de subsunção real do trabalho docente ao capital** (Catini, 2013, p. 151-152).

Para embasar a sua argumentação sobre o trabalho docente como *serviço*, como *trabalho produtivo ou trabalho improdutivo* e também sobre a *resistência* deste trabalho diante do capital, a autora cita em notas de rodapé diferentes passagens do “Capítulo VI – Inédito” d’*O Capital*.

No capítulo VI inédito, com o objetivo de diferenciar *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo*, Marx primeiramente delimita como trabalho produtivo aquele no qual ocorre extração de mais-valia, ou seja, o trabalho que esteja diretamente direcionado à valorização do valor. E, a partir de tal delimitação – já pressupondo aqui a subsunção real do trabalho ao capital –, alerta que a *atividade combinada* do *trabalhador coletivo*, no interior de tais relações de produção, necessariamente constituem-se como trabalho produtivo, mesmo este trabalhador coletivo sendo constituído por uma diversidade de trabalhos concretos. Este, portanto, é trabalho *assalariado* que serve à autovalorização do capital. Independentemente se o trabalho é de um engenheiro, de um técnico ou de um operário, “[...] é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalhador coletivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto [...] a atividade dessa capacidade de trabalho coletiva é seu *consumo produtivo direto pelo capital*” (Marx, 1978 [1863-1865], p. 72).

No entanto, o trabalho pode apresentar-se como trabalho assalariado sem ser trabalho produtivo de capital. Isso se dá quando o trabalho é comprado para se produzir estritamente valor de uso. Esse pode

se realizar na forma de produto ou na forma de serviços. Além deste caso, em que o trabalhador é contratado para produzir valor de uso, ainda cita dois casos: o trabalhador autônomo – que trabalha para si mesmo – e os serviços realizados sob impostos. Ambos também se inserem no caso de trabalhos que não são produtivos de capital.

Feitas tais diferenciações, ele acrescenta que um trabalho com *idêntico conteúdo* pode tanto ser trabalho produtivo como trabalho improdutivo. Então dá três exemplos: o escritor, a cantora e o mestre-escola. Se um escritor produz livros e os vende para se converterem em valores de uso, trata-se de um trabalho improdutivo; porém, se os vende para um livreiro, então seu trabalho está “próximo a ser trabalho produtivo”, ainda que ainda não o seja. Se o trabalho de uma cantora se realiza como valor de uso – a apreciação de um público em troca de dinheiro – este trabalho é improdutivo; porém, se é contratada por um empresário, produz capital. E por fim,

Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário (*entrepreneur*) da instituição que trafica com o conhecimento (*knowledge mongering institution*), é trabalhador produtivo. Ainda assim, a maior parte desses trabalhos, do ponto de vista da forma, mal se subsumem formalmente ao capital: pertencem às formas de transição (Marx, 1978 [1863-1865], p. 76).

Então Marx reitera que tais trabalhos, enquanto prestação de serviços, comparados aos produtos “separáveis dos trabalhadores”, são “magnitudes insignificantes” quanto ao volume de produção capitalista; e, portanto, devem ser considerados como trabalhos assalariados “que não é ao mesmo tempo produtivo”. E, mais ao final deste seu escrito, ele reitera que, no caso em que:

O produto não é separável do ato de produção. Aqui também o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada e, pela própria natureza da coisa, não se dá senão em algumas esferas. (Necessito do médico não de

seu moleque de recados.) Nas instituições de ensino, por exemplo, os docentes podem ser meros assalariados para o empresário da fábrica de conhecimentos. Não se deve considerar o mesmo para o conjunto da produção capitalista (Marx, 1978 [1863-1865], p. 79, grifo do autor).

Num primeiro olhar a esta arguição, parece realmente que os trabalhos do escritor, do artista plástico e do professor são exceções no interior do modo capitalista de produção; tratar-se-iam de trabalhos, independentemente das relações de produção, eminentemente improdutivos. No entanto, um aspecto chama atenção no contexto em que seguem tais considerações: ele demarca que está a construir a sua análise considerando o “desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital”. A que isto, conseqüentemente remete? No universo categorial d’*O Capital*, o contexto em que se caracteriza tal categoria não é outro senão aquele em que ele discorre sobre a combinação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa.

Assim, imediatamente ao se voltar a análise para o capítulo XIV do livro primeiro d’*O Capital*, capítulo este intitulado “Mais-valia absoluta e relativa”, logo no início de sua exposição ele diz:

Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar (Marx, 1984 [1867], p. 105-106).

Portanto, independentemente se o trabalho se constitui como *trabalho material* ou como *trabalho imaterial*, independente se o trabalho produz salsichas ou produz ensino, em síntese, independentemente do caráter *útil* deste trabalho, trata-se de *valorização do valor*, e por conseguinte, de *trabalho produtivo*.

Todavia, voltando agora para a questão feita a pouco, considerando o conjunto das considerações realizadas sobre a tese de Catini (2013), denota-se que a questão basilar sobre a *forma escola* não se encontra na natureza do trabalho educativo como material ou imaterial, ou como produtivo ou improdutivo. A totalidade da argumentação de Catini (2013) permite compreender que, ainda que a autora procure investigar a escola como instituição *historicamente determinada*, ao adotar como eixo condutor de sua análise a contradição entre *igualdade formal* e *desigualdade real*, ela acaba, na realidade, por repercutir numa compreensão alheia às determinações históricas de seu objeto de estudo.

Não obstante abordar vários aspectos do conjunto conceitual da obra *O Capital* de Marx, ao procurar relacionar esta teoria com a instituição escolar, Catini (2013) acaba por negligenciar uma determinação fundamental de seu objeto: a *diferenciação entre escola pública e escola privada*. Ainda que ela mencione as duas formas, a distinção entre elas é vilipendiada. Neste sentido, embora afirme a centralidade da categoria marxiana do *fetichismo* para a compreensão da instituição escolar, ao se furta da referida distinção em sua análise, a categoria do fetichismo como instrumento analítico acaba por ser integralmente interdita na própria origem da sua argumentação, dado que se apresenta, de antemão, interditado o próprio caráter *mercantil* do fetichismo. Assim, o que resta: o fetichismo do direito, o fetichismo do capital, o fetichismo como autonomização e subjetivação, explicitam-se como teorizações inerentes à referida contradição entre *igualdade formal* e *desigualdade real*; teorizações estas, por conseguinte, absolutamente antagônicas à categoria marxiana do fetichismo.

O potencial *desfetichizador* da educação escolar

A segunda produção sobre a qual se reservou uma análise por menorizada, o artigo de Newton Duarte (2009), *Arte e educação contra o fetichismo generalizado da sociedade contemporânea*, vem chamar atenção para o fato de que, ao contrário do que defende grande parte dos cientistas sociais da atualidade, não vivemos numa suposta “sociedade pós-moderna ou numa sociedade do conhecimento”, mas, considerando que as relações fundamentais ainda consistem nas relações entre classe capitalista e classe trabalhadora, e portanto, ainda são demarcadas pela contradição entre capital e trabalho, bem como pela contradição entre relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas, logo: “Nós ainda vivemos numa sociedade capitalista” (Duarte, 2009, p. 463). Tal direcionamento teórico vem indubitavelmente na contramão do caminho que vem tomando a pesquisa científica brasileira, notadamente nas ciências sociais, na contemporaneidade, e possui notável relevância para o aprimoramento científico numa perspectiva crítica. Entretanto, ao se empreender uma análise do conjunto teórico e expositivo do referido artigo, explicitaram-se questões que serão tratadas por meio do desenvolvimento dos seguintes pontos: 1) o conceito e fetichismo; 2) a relação entre o fetichismo e a religião; 3) A desfetichização pela arte e pela educação escolar.

O conceito *marxiano de fetichismo*

Duarte (2009), ao denotar que a *essência* da sociabilidade nos dias atuais, em relação àquela verificada no século XIX, não mudou, enfatizando que a sociedade continua a ser *capitalista*, remete-se logo em seguida à citação de uma passagem de uma obra marxiana³³ para de-

³³ Trata-se da seguinte passagem: “A dependência mútua e generalizada dos indivíduos reciprocamente indiferentes constitui seu nexos social. Este nexos social se expressa no valor de troca e somente neste a atividade própria ou o produto se transformam para cada indivíduo em uma atividade ou em um produto para ele mesmo. O indivíduo deve produzir um produto universal: o valor de troca ou, considerado este em si mesmo isoladamente e individualizado, o dinheiro. Por outra parte, o poder que cada

monstrar o que é *essencial* nesta sociedade: o dinheiro como *representante universal da riqueza* e como *mediação universal nas relações entre os indivíduos*. Em seguida, argumenta que a mediação do dinheiro possui seu *correlato* na *universalização do fetichismo*. E para fundamentar tal correlação cita mais uma passagem da mesma obra³⁴. Após esta citação, diz que “Marx viria posteriormente a chamar esse fenômeno de fetichismo da mercadoria” (Duarte, 2009, p. 464). E apresenta, em seguida, um trecho³⁵ do item *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo* da obra *O Capital*.

Ao verificar a passagem marxiana que Duarte (2009) utiliza para se referir ao dinheiro como representante universal da riqueza e como mediador universal das relações humanas, bem como para se referir ao que Marx posteriormente viria a chamar de *fetichismo da mercadoria*, observou-se que tais excertos foram extraídos dos *Grundrisse*.

Os *Grundrisse (Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie – Esboços da crítica da economia política)* é o título dado pelo Instituto Marx-Engels-Lenin quando publicou pela primeira vez, no ano de 1939,

indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais, ele o possui na medida em que é proprietário de valores de troca, de dinheiro. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, ele leva consigo em seu bolso” (Marx, 1987, p. 84 apud Duarte, 2009, p. 463).

³⁴ Ele utiliza o seguinte excerto: “O caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, apresentam-se aqui como algo alienado, coisificado frente aos indivíduos, não como sua condição de relacionamento recíproco, mas sim como sua subordinação a relações que subsistem independentemente deles e nascem do choque dos indivíduos reciprocamente indiferentes. [...] No valor de troca o vínculo social entre as pessoas se transforma em relação social entre coisas, a capacidade pessoal em uma capacidade das coisas”. (Marx, 1987, p. 84-85 apud Duarte, 2009, p. 463).

³⁵ Refere-se ao seguinte trecho: “[...] para encontrar uma analogia temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos aos produtos do trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável de mercadorias. Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias”. (Marx, 1983a, p. 71 apud Duarte, 2009, p. 464).

os rascunhos de Karl Marx elaborados entre os anos de 1857 e 1858. Estes primeiros esboços de Marx, juntamente com uma série de manuscritos posteriores, representam uma trajetória de intensas pesquisas, descobertas e reelaborações que abarcaram um período de dez anos³⁶, vindo a culminar em sua obra *O Capital*. Os *Grundrisse* são compostos por dois capítulos: o “Capítulo do Dinheiro” e o “Capítulo do Capital”, que se referem aos seus cadernos I ao VII.

O trecho citado por Duarte (2009) foi extraído do “Capítulo do Dinheiro”. Marx neste capítulo, por meio de críticas já empreendidas sobre obras de diversos autores, tais como David Ricardo, Pierre-Joseph Proudhon, Wilhelm Weitling, Jean-Baptiste Say etc., procura caracterizar, com base na relação entre produção, circulação e consumo, a gênese do dinheiro. O alvo principal de suas críticas no início deste capítulo é o livro de Alfred Darimon, intitulado *De la reforme des banques*, de 1856. Em linhas gerais, Marx aponta uma série de problemas em Darimon por este último não considerar em sua análise sobre o Banco da França, os números referentes à circulação das notas bancárias e aos depósitos realizados no período, o que, na realidade demonstra que Darimon não compreende que os bancos por si mesmos não controlam o conjunto dos fatores que caracterizam a vida econômica do país, por exemplo, a massa dos meios de circulação, a relação entre oferta e demanda, a baixa na colheita de produtos nacionais que ocasionam o aumento da importação, a concorrência entre os bancos, os gastos provocados por guerras etc.. Marx procura demonstrar que, ao contrário do que afirma Darimon, não são os bancos por si mesmos que ocasionam o aumento dos títulos bancários, mas a sua inserção e sua função na economia em geral.

³⁶ Demarcam ainda este período um primeiro ensaio à sua crítica, publicado em 1859 – dois anos após estes esboços, sob o título *Zur Kritik der Politischen Oekonomie* (Para a crítica da economia política) (Marx, 2008 [1859]). Também são conhecidos pelo público em geral os manuscritos elaborados por Marx entre os anos de 1862 e 1863 publicados pela Dietz Verlag Berlin em 1962 sob o título *Revenue and its sources. Die Vulgärökonomie* (O Rendimento e suas Fontes – A Economia Vulgar) (Marx, 1978 [1862-1863]).

A partir desta crítica endereçada a Darimon, Marx levanta então uma questão fundamental: “[...] as relações de produção existentes e suas correspondentes relações de distribuição podem ser revolucionadas pela mudança no instrumento de circulação – na organização da circulação [...]?” (Marx, 2011 [1857], p. 74). Desta forma, questiona se o dinheiro pode realmente realizar o que lhe exigem os economistas “[...] sem abolir a própria relação de produção expressa na categoria dinheiro” (Marx, 2011 [1857], p. 75). Ele conclui que, mesmo que se mude a forma do dinheiro, enquanto este permanecer sendo a *relação social essencial*, as contradições sociais inerentes a ele também permanecerão. E acrescenta que “Naturalmente, essa questão geral sobre **a relação da circulação com as demais relações de produção só pode ser formulada ao final**” (Marx, 2011, p. 75, grifos nossos). Marx, portanto, reconhece a necessidade de compreender a gênese do dinheiro independentemente das diferentes formas sobre as quais se apresenta e, após tal análise, desvendar a *relação da circulação com as demais relações de produção*.

Assim, o ponto de partida para tal investigação apresenta-se da seguinte forma: “A questão efetiva é: o próprio sistema de troca burguês não torna necessário um instrumento de troca específico? Não cria necessariamente um equivalente particular para todos os valores?” (Marx, 2011 [1857], p. 78).

Ao elencar os diferentes fatores que, em sua compreensão na época, poderiam ocasionar em crises *monetárias em uma nação* – como a drenagem de dinheiro pela má colheita de um produto, ou pela má colheita de um produto importado, ou pela má colheita de matérias primas necessárias à indústria, ou pelo excesso de importação decorrente de especulação e de guerras –, considera então ser necessário “[...] analisar precisamente como se pareceriam tais crises abstraindo do dinheiro” (Marx, 2011 [1857], p. 79). Todo o seu percurso analítico neste contexto ainda pressupunha o dinheiro. E, ao procurar abstrai-lo, restringia à abstração do *dinheiro metálico*, mantendo a forma *preço*. A consequência deste procedimento se verá a seguir.

Procurando compreender este *equivalente particular* diante de *todos os valores*, ele primeiramente levanta situações hipotéticas por meio da relação entre *variações do preço* de uma determinada mercadoria (cereais) e as *variações nas quantidades de jornadas de trabalho necessárias (custos de produção)*. Ele relaciona o aumento exacerbado no custo da produção (representado agora no preço) desta mercadoria com a conseqüente depreciação no preço das demais. O resultado a que chega é que, considerando ou não a existência do dinheiro, esta nação entraria em crise; isto porque “[...] todas as relações econômicas estão fundadas sobre uma produtividade média do seu trabalho” (Marx, 2011 [1857], p. 80). E, desta forma, consegue também chegar ainda na constatação de que “O ouro e a prata partilham com todas as mercadorias restantes, portanto, da depreciação em relação aos cereais, da qual nenhum privilégio os protege (Marx, 2011 [1857], p. 81), entretanto, ao observar que o preço das demais mercadorias, inclusive o ouro e a prata, podem cair mais do que o aumento do preço de uma determinada mercadoria, por exemplo, dos cereais, ele considera que estas discrepâncias, bem como a depreciação geral nos preços das mercadorias e as conseqüentes crises só podem decorrer da *lei da oferta e da demanda* “A crise reduz-se simplesmente à lei da demanda e da oferta, que, como se sabe, atua de maneira incomparavelmente mais aguda e enérgica na esfera das primeiras necessidades”. (Marx, 2011 [1857], p. 81). Desta forma, diante das perturbações nos preços das mercadorias em relação aos seus valores, Marx compreende que:

O *valor* (o valor de troca real) de todas as mercadorias (incluído o trabalho) é determinado pelo seu custo de produção, em outras palavras, pelo tempo de trabalho requerido para sua produção. O seu *preço* é esse seu valor de troca expresso em dinheiro. A substituição do dinheiro metálico (e do dinheiro de papel ou de crédito, que dele recebem sua denominação) pelo dinheiro-trabalho, que recebe sua denominação do próprio tempo de trabalho, igualaria, portanto, o *valor real* (valor de troca) das mercadorias e seu *valor nominal*, seu *preço*, seu *valor monetário*. Mas isso só seria alcançado sob o pressuposto de que *valor* e *preço* são

diferentes apenas *nominalmente*. Mas de maneira alguma é esse o caso. O valor das mercadorias determinado pelo tempo de trabalho é somente seu *valor médio*. Uma média que aparece como abstração externa, na medida em que a média é calculada como o número médio de uma época, p. ex., 1 libra de café, 1sh., se a média é calculada, digamos, para o preço do café durante 25 anos; mas que é uma abstração muito real se, ao mesmo tempo, é reconhecida como a força motriz e o princípio de movimento das oscilações por que passam os preços das mercadorias durante uma certa época. [...] **O valor de mercado da mercadoria é sempre diferente desse seu valor médio, e se encontra sempre abaixo ou acima dele.** O valor de mercado iguala-se ao valor real por suas incessantes oscilações, jamais por meio de uma equação com o valor real como terceiro termo, mas por sua contínua inequação consigo mesmo [...] Demanda e oferta determinam constantemente os preços das mercadorias; elas não coincidem nunca, ou só fortuitamente; mas os custos de produção, por sua vez, determinam as oscilações da demanda e da oferta. O próprio ouro ou prata, no qual é expresso o preço de uma mercadoria, seu valor de mercado, é um determinado *quantum* de trabalho acumulado, uma determinada quantidade de tempo de trabalho materializado. Sob o pressuposto de que os custos de produção da mercadoria e os custos de produção do ouro e da prata permanecem inalterados, a elevação ou a queda de seu preço de mercado nada mais significa que **uma mercadoria, = x tempo de trabalho, comanda constantemente > ou < que x tempo de trabalho no mercado, situa-se acima ou abaixo de seu valor médio determinado pelo tempo de trabalho** (Marx, 2011 [1857], p. 88, *itálicos do autor, negritos nossos*).

Ainda que procure relacionar valor (custos de produção) e valor nominal (preço) – e ainda que procure compreender a origem da demanda e da oferta nos *custos da produção* –, Marx considera que valor e preço não coincidem porque o valor consiste num *valor médio* como abstração externa, como média de uma época. Diante das oscilações nos preços em relação ao *valor médio*, e considerando as repercussões das variações no preço de uma mercadoria sobre as demais, compreen-

de então que a variação do preço de mercado decorre de uma mercadoria que *comanda constantemente o tempo de trabalho no mercado*, situando-se esta *acima ou abaixo de seu valor médio*. Diante deste entendimento, logo, a *gênese do dinheiro* se encontra na diferença entre *preço e valor*:

A diferença entre preço e valor, entre a mercadoria, medida pelo tempo de trabalho do qual é produto, e o produto do tempo de trabalho com o qual se troca – **tal diferença requer uma terceira mercadoria como medida na qual se expressa o valor de troca efetivo da mercadoria**. Como o preço não é igual ao valor, o elemento determinante do valor – o tempo de trabalho – não pode ser o elemento no qual os preços são expressos porque o tempo de trabalho teria de se expressar simultaneamente como o determinante e o não determinante, como o igual e o desigual a si mesmo. Porque só existe idealmente como medida do valor, o tempo de trabalho não pode servir como material da comparação dos preços. (ao mesmo tempo, aqui se torna claro como e por que a relação de valor adquire no dinheiro uma existência material e separada. **A ser ulteriormente desenvolvido**.) (Marx, 2011 [1857], p. 90, itálicos do autor, negritos nossos).

Evidencia-se, assim, que os instrumentos conceituais que Marx detinha na época, ainda que já lhe possibilitasse aproximações acerca das elaborações que realizaria anos depois, de forma alguma coincidem com a sua *teoria do valor* tal como elaborada n' *O Capital*. Aqui a gênese do dinheiro se encontra na diferença entre valor (como ele compreendia na época) e preço. N' *O Capital*, ao contrário, a forma dinheiro, bem como a diferença entre valor e preço, se originará da própria *forma mercadoria*. Aqui, nos *Grundrisse*, de modo algum estão desenvolvidas a *forma equivalente* e a *forma relativa*, pois estas, tal como a sua teoria sobre o valor em toda a sua integralidade, só serão apresentadas como um conjunto categorial desenvolvido dez anos após estes seus primeiros rascunhos. Ora se nos *Grundrisse* a própria *forma mercadoria* não está presente, logo, no que isto repercute em suas considerações sobre

dinheiro e capital nestes esboços? Certamente, numa abordagem muito diversa d’*O Capital*, no qual, não por acaso, ele anuncia realizar o que *jamais* foi tentado pela economia burguesa:

Aqui cabe, no entanto, realizar o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, **acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. Com isso desaparece o enigma do dinheiro** (Marx, 1983 [1857], p. 54, grifos nossos).

Conseqüentemente, no que diz respeito à relação entre as arguições de Marx nos *Grundrisse* e o conceito de fetichismo tal como se apresenta n’*O Capital*, verifica-se que, enquanto nos *Grundrisse* – em decorrência da sua compreensão da gênese do dinheiro tal como mencionada acima – ele via no dinheiro [...] um poder externo frente aos produtores e deles independente” (Marx, 2011 [1857], p. 95), porque a “[...] conexão social é expressa no *valor de troca*, e somente nele a atividade própria ou o produto de cada indivíduo devêem uma atividade ou produto para si; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o *valor de troca*” (Marx, 2011 [1857], p. 105, itálicos do autor), n’*O Capital*, “**O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante**” (Marx, 1983 [1867], p. 85, grifos nossos) justamente porque *o segredo do caráter fetichista do dinheiro advém, na realidade, do caráter fetichista da própria mercadoria* e, “De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, **dessa forma mesmo**” (Marx, 1983 [1867], p. 71, grifos nossos) O fetichismo da mercadoria provém da *forma mercadoria*, forma esta ainda não descoberta por Marx em 1857.

Portanto, quando Duarte (2009) diz que

Na sociedade capitalista, o dinheiro é o representante universal da riqueza material e não material e, por essa razão, é a mediação universal nas relações entre os indivíduos.

Qualquer abordagem sobre a sociabilidade contemporânea que ignore ou secundarize esse fato estará condenada a permanecer na superfície, nas aparências e nas contingências (p. 463).

Ele não considera que, na sociedade *capitalista*, o dinheiro é uma *forma geral de manifestação da mercadoria*, constituindo-se em sua essência esta última como a *mediação universal nas relações entre os indivíduos*.

Assim também, quando Duarte (2009) argumenta que Marx viria posteriormente denominar como *fetichismo da mercadoria* o fenômeno descrito em seus *Grundrisse*, o autor desconsidera que neste momento Marx não havia ainda compreendido a *forma mercadoria* e que, portanto, este fenômeno não poderia de modo algum se apresentar como o fetichismo da mercadoria.

No entanto, Duarte (2009) não desconsidera que o *trabalho*, atividade fundamental aos seres humanos, na sociedade capitalista assume a *forma de atividade produtora de mercadorias*. Logo após a citação supracitada do último item do primeiro capítulo d’*O Capital* ele apresenta tal elucidação. Ver-se-á no item a seguir de que forma ele a apresenta.

A relação entre o fetichismo e a religião

Após a referida transcrição do trecho d’*O Capital* tal como mencionado acima, Duarte (2009) imediatamente em seguida diz que

O caráter fetichista da consciência cotidiana em nossa sociedade decorre, portanto, do fato de que a atividade humana fundamental, que é o trabalho, assume a forma peculiar de atividade produtora de mercadorias. Somente com a superação desse modo de produção e a construção de outro modo de produção, o dos produtores livremente associados, ou seja, o modo de produção comunista, é que as relações sociais **perderão a opacidade** que as caracteriza na sociedade burguesa e, por consequência, a **consciência cotidiana não mais precisará das diversas formas de ilusão** que, na atualidade, formam o inevitável comple-

mento ideológico da **alienação do trabalho**. Marx (1983, p. 76) expressou essa ideia por meio da análise do que será necessário para a **superação da religião** (p. 464).

Considerando o excerto d'*O Capital* apresentado por Duarte (2009), no qual Marx se refere à *região nebulosa do mundo da religião*, em que os produtos do *cérebro humano parecem ter vida própria*, definindo tal fenômeno como *fetichismo*, Duarte (2009), ao se referir logo em seguida a este excerto como o *caráter fetichista da consciência cotidiana*, parece à primeira vista ser condizente à definição marxiana, já que se trata do *mundo da religião*, ou seja, de uma característica que a consciência humana adquire em decorrência do trabalho como produtor de mercadorias. E, considerando que é o trabalho produtor de mercadorias que se apresenta como fundamento da consciência fetichista, logo, é somente numa sociedade comunista que tal atributo da consciência será superado. Deste modo, o autor complementa a caracterização desta forma de consciência: é só numa sociedade *comunista* que as relações sociais perderão a *opacidade* e a consciência não precisará mais das *diversas formas de ilusão*. Em síntese, o fetichismo da mercadoria consiste nas relações humanas limitadas à opacidade e nas formas de consciência cotidiana que necessitam de diversas formas de ilusão. Tais relações sociais e tais formas de consciências advêm, por sua vez, da *alienação do trabalho*³⁷.

A primeira questão que emerge diante da argumentação de Duarte (2009) é: por que se trata do caráter fetichista da *consciência cotidiana* e não do caráter fetichista da *consciência*? Não seriam todas as formas de consciência submetidas ao fetichismo, mas exclusivamente a consciência cotidiana? A resposta a esta pergunta ele oferece no item posterior de seu artigo a ser tratado posteriormente.

³⁷ Mais uma vez o *trabalho alienado* se explicita como conceito num contexto em que se está a tratar do conjunto conceitual da obra *O Capital*. É desnecessário repetir aqui os problemas que advêm de tal correlação. Basta, portanto, indicar as considerações já apresentadas no segundo item do segundo capítulo e no item anterior deste capítulo do presente livro.

Supondo, entretanto, que o autor estaria a tratar da *consciência*, não somente da *consciência cotidiana* – o que, evidentemente, não é o caso –, o caráter fetichista da mercadoria consiste numa caracterização da consciência humana nas sociedades onde o trabalho assume a forma de atividade produtora de mercadorias? Marx estaria a tratar da opacidade das relações que leva a consciência humana a necessitar de diversas formas de ilusão?

Como foi verificado no decorrer do segundo capítulo deste livro, Marx, já em 1844, ao realizar a sua crítica ao idealismo hegeliano – e pautando-se nas contribuições já oferecidas por Feuerbach – compreende que:

Quando o *homem* real, corpóreo, de pé sobre a terra bem redonda e firme, expirando e inspirando todas as forças da natureza, *põe*, pela sua exteriorização, as suas *forças essenciais* objetivas, reais, como objetos alienados, o *pôr* não é sujeito; é a subjetividade de forças essenciais *objetivas*, cuja ação tem por isso de ser também uma ação *objetiva* (Marx, 2015 [1844], p. 374-375, *itálicos do autor*).

Como já enfatizado, Marx desde 1844 já adotava o materialismo como base de sua orientação metodológica. O último item do primeiro capítulo d’*O Capital*, não seria de forma alguma um *último vestígio da influência hegeliana*³⁸; na realidade, ao contrário – como já tratado no capítulo anterior – ele, se explicita como um dos momentos mais cruciais de sua exposição. Portanto, neste contexto, Marx não está a tratar da consciência, sendo esta cotidiana ou não. No decorrer de todo o capítulo primeiro, o objeto é a mercadoria. Não se trata do fetichismo da consciência, mas do fetichismo da mercadoria: “*Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria*”. E isto remete a outra questão: as mercadorias parecem ter vida própria em decorrência da *opacidade* das relações humanas?

Trata-se realmente do caráter enigmático, misterioso da mercado-

³⁸ Expressão utilizada por Althusser mencionada na Introdução deste livro.

ria. Na medida em que se a analisa, ela demonstra ser cheia de “sutileza metafísica” e “manhas teológicas”. Marx, no entanto, ao se remeter a esta caracterização da mercadoria, esclarece que este caráter misterioso (o que parece mesmo se referir à opacidade) decorre do fato de que a mercadoria reflete aos indivíduos as características sociais de seus trabalhos como características objetivas dela; e, por conseguinte, as relações que os indivíduos estabelecem nos seus trabalhos *aparecem* como relações que as próprias mercadorias estabelecem entre elas. E, então, ele diz que, diferentemente do reflexo de uma coisa sobre o nervo ótico no ato de ver que decorre de uma relação física, este *reflexo é puramente social*. Esta *aparência* e este caráter *social* deste reflexo significa que consiste numa relação ilusória? Numa falsa aparência? Ao contrário. Marx aqui – como tratado no capítulo terceiro deste livro – está a tratar da profunda *absurdidade*³⁹ na qual objetivamente vivemos. Absurdidade esta na qual os seres humanos *efetivamente* – sendo estas relações opacas ou não aos indivíduos⁴⁰ – se relacionam desta forma:

[...] os trabalhos privados **só atuam, de fato**, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados **como o que são**, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas (Marx, 1983 [1867], p. 71, grifos nossos).

³⁹ É exatamente assim que Marx qualifica esta relação, como absurda: “Quando eu digo casaco, botas etc. se relacionam ao linho como a corporificação geral de trabalho humano abstrato, **salta aos olhos o absurdo dessa expressão**. Mas quando os produtores de casaco, botas etc. relacionam essas mercadorias ao linho – ou ao ouro e à prata, que em nada muda a coisa – como equivalente geral, **a relação dos seus trabalhos privados com o trabalho social total lhes aparece exatamente nessa forma absurda**” (Marx, 1983 [1867], p. 73, grifos nossos).

⁴⁰ Lembrando: “A tardia descoberta científica, de que os produtos de trabalho, enquanto valores, são apenas expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção, faz época na história do desenvolvimento da humanidade, **mas não dissipa, de modo algum, a aparência objetiva das características sociais do trabalho**” (Marx, 1983 [1867], p. 72), grifos nossos.

O conceito de fetichismo, por conseguinte, diz respeito às relações que necessariamente os indivíduos devem estabelecer por meio da troca dos produtos do trabalho enquanto mercadorias. As mercadorias *conduzem objetivamente* os indivíduos ao mercado, como seus compradores ou vendedores, pois, caso isso não ocorra – é importante insistir –, *efetivamente eles não sobrevivem*. Trata-se de relações *reificadas* entre as pessoas e relações sociais entre as coisas porque os trabalhos privados *só atuam* como membros do trabalho social total por meio das relações de troca das mercadorias. É somente por tal mediação que se estabelecem as relações entre os produtores privados.

Entretanto, Duarte (2009) argumenta que Marx demonstra tais ideias ao tratar das condições necessárias à *superação da religião*, citando outra passagem⁴¹ do mesmo item d’*O Capital*.

Nota-se que nesta passagem Marx realmente está a se referir ao *reflexo religioso* que só vai desaparecer quando a *vida cotidiana* aparecer de forma transparente e racional para os homens, desprendendo-se assim do seu *místico véu nebuloso*. E isto ocorrerá somente numa sociedade de homens livremente socializados.

No entanto, verificando-se o contexto em que se encontra este excerto, compreende-se que Marx, após apontar de onde provém o caráter fetichista da mercadoria, segue um percurso expositivo que se desenvolve da seguinte forma:

a) Primeiramente ele discorre sobre os fatores que caracterizam a materialização social do fetichismo da mercadoria: as características sociais dos trabalhos privados que só aparecem na troca; a consolidação da cisão entre valor de uso e valor e o duplo caráter social dos trabalhos

⁴¹ “O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados ela ficar sob seu controle consciente e planejado” (Marx, 1983, p. 76 apud Duarte, 2009, p. 464).

privados; e a consolidação do caráter de valor mediante a sua efetivação como grandezas de valor. No decorrer da apresentação de cada um destes três fatores, ele evidencia que se trata de um movimento social que se expressa para os indivíduos como um movimento entre coisas *sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-las*, e que a *descoberta* desta relação, ainda que desvele a sua aparência, *de nenhum modo supera a sua forma material*.

b) Dadas estas caracterizações, ele passa a discorrer sobre as análises científicas empregadas sobre estas relações. Em decorrência da *forma mercadoria* se apresentar como resultado definitivo, não demonstrando neste resultado o seu desenvolvimento, é com base somente na *expressão monetária comum das mercadorias que a economia burguesa* elabora as suas categorias. Tal como descrito no terceiro capítulo desta livro, evidencia-se assim os desdobramentos da *forma mercadoria* sobre as suas próprias análises científicas; análises estas *objetivas* para tais condições de produção:

Tais formas constituem pois as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias. Todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda magia e fantasmagoria que enevoa os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias, desaparece, por isso, imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção (Marx, 1983 [1867], p. 73).

Desta forma, Marx demarca que aquele movimento social que se apresenta para os indivíduos como movimento entre coisas e os controlam ao invés de controlá-las, e a sua conseqüente análise científica que desenvolve as suas categorias sobre a base da fantasmagoria, ou seja, sobre a aparência que advém desta expressão, consiste numa realidade *historicamente determinada*.

c) Por isso ele, em seguida, se remete a diferentes circunstâncias

sociais nas quais não se apresenta consolidada a forma mercadoria, a distintas formas de produção *diretamente socializadas* em que as relações sociais entre os indivíduos com seus trabalhos se apresentam *transparentemente simples tanto na produção quanto na distribuição*.

d) Assim como anteriormente ele demonstrou os fatores que caracterizam a materialização social do fetichismo da mercadoria e a consequente análise científica que se desenvolve sobre tais bases, aqui também, trazendo as diferentes sociedades onde as relações de produção se apresentam transparentemente simples, comparando à exposição anterior onde ele trata das relações pautadas no intercâmbio de mercadorias, ele se remete aos desdobramentos sobre a religião. É neste contexto que se encontra a passagem de Marx mencionada por Duarte (2009):

Para uma sociedade de produtores de mercadorias, cuja relação social geral de produção consiste em relacionar-se com seus produtos como mercadorias, portanto como valores, e nessa forma reificada relacionar mutuamente seus trabalhos privados como trabalho humano igual, o **cristianismo**, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais adequada, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo etc. Nos modos de produção da velha Ásia e da Antiguidade etc., a transformação do produto em mercadoria, e, portanto, a existência dos homens como produtores de mercadorias, desempenha papel subordinado, que porém se torna tanto mais importante quanto mais as comunidades entram na fase de declínio. Povos propriamente comerciantes só existem nos intermúndios do mundo antigo, como os deuses de Epicuro ou como os judeus nos poros da sociedade polonesa. Aqueles antigos organismos sociais de produção são extraordinariamente mais simples e transparentes que o organismo burguês, mas eles baseiam-se na imaturidade do homem individual, que não se desprende do cordão umbilical da ligação natural aos outros do mesmo gênero, ou em relações diretas de domínio e servidão. Eles são condicionados por um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e relações cor-

respondentemente limitadas dos homens dentro do processo material da produção de sua vida, portanto, entre si e com a natureza. Essa restrição real se reflete idealmente nos cultos da Natureza e nas religiões populares da Antiguidade. **O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado.** Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa (Marx, 1983 [1867], p. 75-76, grifos nossos).

Tal como enfatizado no terceiro capítulo deste livro, Marx manteve o seu pressuposto de 1844 de que “[...] a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica” (Marx, 2002 [1844], p. 45). Porém, diferentemente daquela época, aqui lhe é possível apresentar todo o conjunto categorial necessário para esta crítica. A crítica à religião, por conseguinte, se apresenta sobre as bases categoriais apresentadas anteriormente: é somente após a sua exposição da forma mercadoria e do seu fetichismo que Marx demonstra a *forma de religião* que se ergue sobre estas bases: o cristianismo⁴².

Portanto, no contexto desta passagem, Marx não está a tratar sobre o fetichismo da mercadoria como religião, nem da religião como complemento ideológico da alienação do trabalho – tal como afirma Duarte (2009) ao se referir a este excerto –, mas, comparando os diferentes modos de produção e as formas de religião que se erguem so-

⁴² Salta aos olhos, neste contexto, o percurso intelectual marxiano. Aquelas questões que se lhe apresentavam nos idos dos anos 40 – como a religião, a ciência, a filosofia, o Estado etc. – veem agora, após décadas de volumosos estudos, se explicitar nos resultados da trajetória expositiva d’*O Capital*, como formas historicamente determinadas, que se erguem sobre “as sociedades em que domina o modo de produção capitalista”.

bre eles, Marx compreende que o cristianismo é a religião que melhor representa a *sociedade de produtores de mercadorias*, e conclui evidenciando que o *reflexo religioso*, abrangendo todas as suas formas, só podem se extinguir sob *condições históricas* em que as relações entre os seres humanos se darão de modo transparente, consciente e planejado, como *produto de homens livremente socializados*. Estas condições históricas, no entanto – é importante frisar –, requerem “uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa”.

Duarte (2009), no entanto, ao denotar a importância da crítica ao fetichismo, adverte que esta crítica pode incorrer no risco de cair no idealismo caso não se considere que: “[...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx e Engels, 2007, p. 94 apud Duarte, 2009, p. 465). É com este alerta que o autor anuncia o próximo item do seu artigo: “Arte e educação na luta contra o fetichismo”, tal como se verá a seguir.

A desfetichização pela arte e pela educação escolar

Após a referida arguição sobre o fetichismo em Marx, Duarte (2009) passa então a discorrer sobre os seus estudos acerca da psicologia da arte e da estética nas obras de Vigotski e Lukács. A partir destes estudos, o autor almejava compreender a relação entre a arte e a formação humana, defendendo a tese de que “[...] **a questão central da pedagogia** [inerente à educação escolar] não reside nas relações entre professor e aluno ou dos alunos uns com os outros, mas sim nas **relações que professor e alunos estabelecem com os produtos intelectuais da prática social humana em sua totalidade**” (Duarte, 2009, p. 468, grifos nossos).

Evidencia-se que, diferente da autora anteriormente analisada que procurava compreender a educação escolar como forma *historicamente determinada*, ou seja, investigando qual o seu papel sob as

determinações históricas do capital, este autor propõe-se a discorrer sobre esta instituição sem esta mesma preocupação. Entrementes, siga-se, então, com o acompanhamento de sua análise que será melhor elucidada a seguir.

Duarte (2009) realiza uma apreciação da obra *Estética* de Lukács, com o devido cuidado, segundo ele, de não incorrer numa mera transposição dos estudos lukacsianos da estética à pedagogia já que, esta última possui especificidades que merecem uma teorização própria; pretende apenas, portanto, extrair “informações” que considera relevantes ao tema da formação do indivíduo. Assim, por meio de tal apreciação, observa que “A obra de arte opera, nessa relação entre conteúdo e forma, uma crítica à vida, leva o **sujeito**, no **processo de fruição**, a uma intensificação daquilo que em sua própria **cotidianidade** ele vive de forma muitas vezes **fetichista e superficial**” (Duarte, 2009, p. 469, grifos nossos). Isto porque, a obra de arte caracteriza-se pela unidade dialética entre a “subjetividade” que capta um momento particular e a relevância deste momento à “autoconsciência do gênero humano”.

Segundo Duarte (2009), a realidade é permeada por conflitos entre “forças sociais”. Existem “forças” que tendem ao “cerceamento da realidade” e forças que tendem à “objetivação universal do gênero humano”. O indivíduo, por sua vez, vivencia objetiva e subjetivamente estas “forças sociais”, porque a sua vida possui contradições que “[...] podem conduzir tanto à **autoconsciência do gênero humano** quanto à absorção da consciência pela **superficialidade fetichista** da realidade imediata” (Duarte, 2009, p. 470, grifos nossos). É justamente nesta contradição que se pode estabelecer uma relação com a *educação escolar*, pois,

O trabalho educativo realiza uma mediação entre a espontaneidade da vivência cotidiana do pertencimento do indivíduo ao gênero humano e a elevação da vida individual a uma relação consciente com o processo histórico de objetivação do gênero humano. O trabalho educativo que não se reduza ao nível da inserção do indivíduo na sociabilidade em-si, mas que tenha por objetivo fundamental o desenvol-

vimento do indivíduo no sentido da sociabilidade para-si, **não terá como valores norteadores aqueles determinados pelas relações sociais fetichizadas, mas sim aqueles valores que, surgidos nas contradições da realidade social, apontem para a superação do fetichismo** (Duarte, 2009, p. 470, grifos nossos).

Desta forma, assim como a arte possui a capacidade de provocar no indivíduo a intensificação dos conflitos vivenciados na cotidianidade, proporcionando a ele saltos cada vez mais elevados rumo à autoconsciência do gênero humano, também a educação escolar pode caminhar neste mesmo sentido, pois ela pode agir sobre as contradições vivenciadas e apropriadas subjetivamente na cotidianidade, com base em valores voltados para a superação do fetichismo.

Então, após esta análise, o autor conclui que:

Por sua vez, o trabalho educativo, seja com a arte, seja com outros conteúdos⁴³, tem a mesma meta, pois, se entendermos a educação como um processo pelo qual os seres humanos formam conscientemente outros seres humanos, **esse processo só pode se realizar em sua plenitude se lutar contra o fetichismo** na medida em que o fetichismo é a própria negação do ser humano como criador de sua realidade e de si mesmo. **Se a arte tem uma missão desfetichizadora, o mesmo acontece com a educação que não capitule perante o fetichismo generalizado na sociabilidade contemporânea** (Duarte, 2009, p. 470-471, grifos nossos).

⁴³ Sim. No entender de Duarte (2009), não somente o ensino da arte possui este potencial desfetichizador na educação escolar, como também o ensino realizado em outras áreas do conhecimento. A ciência é outra forma de saber tratada com este mesmo objetivo no artigo “O marxismo e a questão dos conteúdos escolares” deste mesmo autor em coautoria com outros autores, que pode ser conferido nos anais eletrônicos do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil” realizado na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa (Duarte, N. et al. 2012). Neste artigo, os autores defendem esta intervenção na educação escolar nos seguintes termos: “É nesse sentido que insistimos que a ciência e a arte têm um efeito desfetichizador e, para isso, não é necessário que sejam conteúdos que tratem diretamente de questões ligadas à luta de classes, à exploração da classe trabalhadora, embora, é claro, não estejamos defendendo o oposto, ou seja, que tais questões não possam fazer parte desses conteúdos” (idem, p. 3975).

Portanto, a partir dos estudos sobre a obra *Estética* de Lukács, na qual este autor, com base no conceito de fetichismo da mercadoria de Marx, se remete ao potencial *desfetichizador* da estética⁴⁴, Duarte (2009) compreende que a educação escolar possui este mesmo potencial *desfetichizador*. E não somente possui este potencial como, o processo educativo na educação escolar *só pode se realizar em sua plenitude se lutar contra o fetichismo*.

Neste sentido, faz-se necessário primeiramente verificar a abordagem do conceito de fetichismo neste contexto. Ao verificar, pela interpretação apresentada por Duarte (2009) à referida obra de Lukács, subentende-se que este último está a tratar do fetichismo como concepção que concebe a realidade como um mundo apartado da vida humana, ao passo que a estética se apresenta como forma de representação do mundo como obra dos próprios seres humanos. Desta forma, o sujeito receptor, pelo processo de fruição da obra de arte, tem a possibilidade de se ver enquanto membro de determinada sociedade e do processo de desenvolvimento da humanidade, ou seja, do “gênero humano”.

Tal descrição, tanto do *fetichismo*, como da sua crítica por meio da arte, remete ao conceito de fetichismo tal como abordado no segundo capítulo do presente livro: a crítica ao misticismo e às superstições que se faziam presentes nas teorias filosóficas e científicas que despontavam nos séculos XVIII e XIX. Viu-se que, neste aspecto, Feuerbach foi um personagem de fundamental importância neste contexto, já que trazia à filosofia a necessidade de compreender o mundo, bem como os seus deuses, como produtos dos próprios seres humanos. Também Darwin, com sua teoria da evolução vinha proporcionar nas ciências mais um passo da humanidade no sentido de se desvencilhar da compreensão mística do mundo. Assim, igualmente, Balzac – mencionado na passa-

⁴⁴ Não é o objetivo da presente tese a análise da referida obra de György Lukács, no entanto, diante da menção ao conceito marxiano de fetichismo, bem como às reverberações, como a aqui verificada, sobre o tratamento dado a este conceito na análise da *Estética*, faz-se certamente necessário um estudo sobre esta obra.

gem de Lukács transcrita por Duarte (2009) – na literatura oferece a representação do mundo burguês para além das narrativas supersticiosas e idealizadoras que se faziam presentes até então.

Neste sentido, poder-se-ia realmente nomear Feuerbach, Darwin e Balzac como grandes, ou até mesmo, três dos maiores lutadores contra o fetichismo, porém, de forma alguma contra o *fetichismo da mercadoria*, mas contra o fetichismo tal como conceituado inicialmente por Charles De Brosses em 1760, e tradicionalmente utilizado na ciência e na filosofia no século XIX, para designar um modo de comportamento humano voltado para o misticismo e para diferentes formas de superstição. Em outras palavras, trata-se de produções teóricas que vieram contribuir socialmente para a superação de interpretações místicas ou supersticiosas em relação ao mundo e ao próprio comportamento humano. No entanto, com base na análise do item *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo d'O Capital* que a poucas linhas atrás foi apresentada, não seriam Feuerbach, Balzac e Darwin na realidade frutos das determinações históricas onde emergiram estes grandes intelectuais e não o contrário?

Entretanto, como não está aqui a ser tratado o conceito de fetichismo em Lukács, mas em Duarte (2009), remetendo-se, portanto, a este último, verifica-se que no segundo item do artigo *Arte e educação contra o fetichismo generalizado na sociabilidade contemporânea*, o autor está a tratar do fetichismo como uma forma de pensamento inerente à “vida cotidiana alienada” que é voltado para as “singularidades do aqui-e-agora”, ou para a “sociabilidade em-si”. Em síntese, o fetichismo é “a própria negação do ser humano como criador de sua realidade e de si mesmo” no âmbito da subjetividade. Por conseguinte, o fetichismo tal como abordado neste item não possui qualquer relação com o conceito de *fetichismo da mercadoria*. Entretanto, haja vista que é o conceito de *fetichismo da mercadoria* que o autor reivindica em seu artigo, emergem duas suposições: a primeira é a de que o autor não compreendeu o referido conceito e está a se remeter à educação esco-

lar com base em uma compreensão equivocada sobre ele, e a segunda suposição é a de que ele negligencia no segundo item este conceito, dialogando exclusivamente com o conceito de fetichismo da referida obra de Lukács tal como ele o interpreta.

Trabalhando com a primeira hipótese, de que no segundo item ele está a tratar do conceito de *fetichismo da mercadoria*, a sua interpretação de que este se refere à “vida cotidiana alienada”, à ausência de compreensão de que o ser humano é o criador de sua realidade e de si mesmo, está relacionada à dialética entre objetivação e apropriação. Segundo o autor, ocorre na realidade uma luta entre forças opostas, de um lado se inscrevem as forças que tendem às “singularidades do aqui-e-agora”, ou seja, à vida cotidiana, e de outro lado as forças que tendem à objetivação universal do gênero humano. Estas forças sociais repercutem na vida do indivíduo objetiva e subjetivamente, apresentando-se uma contradição à sua vida, entre seguir esta ou aquela “força social”. A escola, por sua vez, possuiria o potencial de intervir, por meio de conteúdos voltados para a superação do fetichismo, no sentido do desenvolvimento de condições que corroborem para o fortalecimento desta segunda “força social”.

Pelo conjunto de sua argumentação, supõe-se que a primeira “força social” diz respeito às forças que tendem à manutenção da sociedade capitalista, ao passo que a segunda “força social” se referiria às forças que tendem à superação desta sociedade e à construção de uma sociedade comunista.

Tratando-se primeiramente da primeira “força social”, ele a caracteriza como “a tendência ao cerceamento da realidade às singularidades do aqui-e-agora”. Ora, certamente, uma compreensão que se restringe à realidade do imediatismo da vida cotidiana – como foi tratado no decorrer do terceiro capítulo desta tese – vai na contramão das necessidades sociais contemporâneas, haja vista que tal restrição afeta diretamente o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e, por sua vez, a própria sobrevivência do capital. Esta primeira “força

social” é, seguramente, uma tendência a ser combatida pelas próprias necessidades humanas que se desenvolvem sob estas relações de produção. Quanto à educação escolar, se ela serve ou não para combater esta “força social”, é uma questão que diz respeito necessariamente às suas especificidades no interior destas determinações históricas.

Agora, quanto à segunda “força social”, que ele descreve como forças que tendem “ao desenvolvimento da realidade no sentido da objetivação universal do gênero humano”, ou seja, ao comunismo; diante da descrição do autor de que a realidade se constitui eminentemente de forma contraditória, evidencia-se a questão: de que forma esta segunda “força social” se desenvolve na realidade? E, antes, de mais nada, a compreensão *radical* tanto em relação à primeira “força social” (entendendo esta não simplesmente como “vida cotidiana”, mas à manutenção da sociedade capitalista), quanto no que diz respeito à “segunda força” (a tendência ao desenvolvimento do comunismo), não seriam na realidade os *pré-requisitos necessários* antes de se vir a eleger determinada instituição – ou determinada estratégia – a favor da luta em prol desta ou daquela “força”?

Ademais, haja vista que logo no início de seu artigo ele adverte que as principais relações que se estabelecem em nossa sociedade são as que se dão entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, e que a principal contradição é a contradição entre *capital* e *trabalho*, por que ele não trouxe ao segundo item esta contradição, restringindo a sua argumentação à dita contradição entre “forças sociais”?

Talvez a resposta já esteja dada em sua própria tese:

[...] a de que a questão central da pedagogia não reside nas relações entre professor e aluno ou dos alunos uns com os outros, mas sim nas relações que professor e alunos estabelecem com os **produtos intelectuais da prática social humana em sua totalidade** (Duarte, 2009, p. 468, grifos nossos).

Portanto, se a “questão central” da pedagogia que se desenvolve na educação escolar são as relações dos professores e alunos com

os “produtos intelectuais da prática social humana em sua totalidade”, independentemente das determinações históricas sobre as quais ela se institui, logo, o trabalho do professor “só pode se realizar em sua plenitude se lutar contra o fetichismo”.

Por isso no segundo item de seu artigo, item este intitulado “Arte e educação na luta contra o fetichismo”, ao invés da contradição entre capital e trabalho, a contradição entre “forças sociais” se aplica de forma mais adequada ao conjunto de sua argumentação. Porque, neste caso, o trabalho do professor na escola *só pode se realizar em sua plenitude* se lutar contra o fetichismo. Neste sentido, não se trata somente da negligência ao conceito marxiano de fetichismo, mas fundamentalmente, à contradição entre capital e trabalho.

O fetichismo como aparência ilusória e as muitas faces conceituais que se adequam à Educação Infantil

A tese de doutoramento *As muitas faces do trabalho que se realiza na educação infantil*, de Laís Leni Oliveira Lima, vem trazer em seu próprio título uma expressão que, de antemão, já chama atenção: no que consistiriam as “muitas faces” do trabalho na Educação Infantil?

Evidentemente, no decorrer de sua tese a autora discorre sobre o trabalho na Educação Infantil, traçando como objetivos compreender o “movimento do fetichismo da infância” nesta instituição, bem como delinear proposições “para além” desta forma de fetichismo.

Neste sentido, ela esclarece que na sociedade contemporânea existem diferentes formas de fetichismo, apresentando-se o fetichismo da infância como uma destas formas. Esta forma específica de fetichismo consiste, basicamente, na concepção de que “basta ter amor para trabalhar na Educação Infantil”.

Para tratar desta forma de fetichismo, bem como sobre o trabalho na Educação Infantil, a autora anuncia, já nas linhas iniciais de sua tese,

que se fundamenta nas contribuições da teoria marxiana, bem como nas teorias de alguns dos principais expoentes da história do marxismo, apontando como meta de sua investigação contribuir para a superação da concepção de trabalho “dual, heterogêneo e fragmentado”. E justifica a escolha do seu foco na Educação Infantil por este consistir um “lugar privilegiado de lutas”. Refinando o seu foco de análise, Lima (2010) se propõe também a uma pesquisa de campo por meio da qual analisa o trabalho realizado em instituições de Educação Infantil do Sudoeste de Goiás. Segundo ela, tal objeto de pesquisa empírica se faz necessário pelo ineditismo da investigação já que, não obstante as pesquisas já realizadas sobre a educação nestes municípios, nenhuma ainda se propôs a inquirir as “muitas faces” do trabalho realizado na Educação Infantil.

Evidencia-se, certamente, o caráter inusitado da tese da referida autora, haja vista que ela se propõe, com base nos conceitos marxianos de *trabalho* e de *fetichismo*, investigar o “movimento do fetichismo da infância” em escolas *públicas* de ensino infantil do sudoeste goiano.

Após a análise da tese de Lima (2010), observou-se que a autora realiza um percurso expositivo no qual primeiramente apresenta as bases teórico-conceituais de sua investigação, em seguida apresenta um panorama histórico sobre a institucionalização da Educação Infantil e, por fim, explicita os resultados de sua pesquisa de campo e as suas conclusões sobre a temática abordada. No entanto, a questão que emerge desta tese de doutoramento é: quais as bases teórico-conceituais que fundamentam esta pesquisa? Ainda que a autora aponte desde a introdução de sua tese estas bases, ao se observar o conjunto de sua produção, evidenciou-se uma série de elementos que, ainda assim, suscitam tal questionamento; elementos estes que serão a seguir apresentados.

Contrastes na concepção de trabalho

Lima (2010) inicia o primeiro capítulo de sua tese tratando sobre o conceito de trabalho com base, fundamentalmente, nos *Manuscritos* e n’*O Capital* de Karl Marx. Segundo ela, na sociedade contemporânea,

“falar de trabalho” torna-se uma “tarefa atual”, pois o conceito de trabalho tem sofrido grande impacto na pesquisa científica.

Dialogando primeiramente com os *Manuscritos* marxianos, Lima (2010) discorre sobre o trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana; como atividade que constrói a realidade material por meio da relação do homem com a natureza. A autora, neste contexto, define *identidade humana* como a distinção dos homens em relação aos outros seres em decorrência do trabalho.

Lima (2010) evidencia que na sociedade “alienada”, o trabalho, no entanto, se converte numa atividade árdua, repulsiva, desumanizadora e degradante. Nesta sociedade o trabalho se transforma em propriedade alheia, ao passo que o próprio homem se converte em mercadoria. Deste modo, o trabalhador se torna um ser unilateral e incompleto. Na “formatação do capital”, a forma com que o trabalho se realiza não deixa transparecer os “nexos” que constituem a realidade, produzindo uma *falsa aparência*. “Nesse sentido, ainda que a realidade seja absolutamente ‘real’ na sua aparência, na sua imediaticidade, ela é falsa” (Lima, 2010, p. 35). Entretanto, a autora também argumenta que o trabalho também é “[...] trabalho alienado que **perdeu**⁴⁵ sua aparência” (p. 32, grifos nossos).

O trabalhador cada vez mais se empobrece enquanto “força criativa”, não se realiza, não se apropria do trabalho que é dele. Assim, o trabalho deixa de ser “formação e emancipação humana” (Lima, 2010, p. 36). Deixando de aparecer como “[...] produtor de riqueza, é desqualificado e se converte em força de trabalho, submetendo [sic] à lógica do capital” (Lima, 2010, p. 36). Os progressos, portanto, passam a enriquecer somente o capital, não mais o trabalhador.

Na interpretação da autora, a transformação do trabalho como “categoria fundante da sociabilidade humana” em “trabalho alienado”

⁴⁵ Ao examinar o encaminhamento argumentativo da autora sobre a “aparência” do “trabalho alienado”, não foi possível concluir se a referida forma de trabalho perde ou não a sua aparência.

se deveu ao fato de que o trabalho “[...] não aparece como trabalho, mas como pleno desenvolvimento da própria atividade, na qual desaparece a necessidade natural em sua forma imediata, porque em lugar da necessidade natural colocou-se uma necessidade historicamente desenvolvida” (Lima, 2010, p. 36). Ocorre, portanto, uma contradição entre a “necessidade natural” e a “necessidade historicamente desenvolvida”. Por isso a sociedade “alienada” se constitui como uma “sociedade do consumo”⁴⁶ propulsora de “necessidades artificiais”⁴⁷.

Ora, de forma alguma a concepção de trabalho nos *Manuscritos* de Marx se refere a tal contraposição. Tal como já abordado no decorrer do segundo capítulo deste livro, a contradição que se verifica nos *Manuscritos* marxianos se dá entre o ser humano enquanto *ser genérico* (conceito eminentemente histórico) e o *trabalho alienado*. Nota-se que, por conseguinte, ocorre neste contexto da tese de Lima (2010) uma notória incompreensão sobre a concepção de trabalho na obra por ela utilizada como referencial teórico.

Entretanto, a autora não restringe a sua análise aos *Manuscritos*. Ela também menciona a *Ideologia Alemã* argumentando que o conceito de trabalho apresentado por Marx nesta obra *equivale* ao conceito de trabalho dos *Manuscritos*, e em seguida, passa a tratar do conjunto conceitual da obra *O Capital*.

Ao discorrer sobre esta obra, Lima (2010) argumenta que Marx n’*O Capital* está a tratar de uma oposição entre o trabalho criador de valor de uso e o trabalho como “emprego”. Segundo a autora, o trabalho que gera valor de uso não é emprego, é condição de existência.

Entretanto, logo em seguida, ela diz que o trabalho no capital, perde o seu “valor ontológico” e se torna meio de existência individual. Desta forma, por um lado ela expõe uma contraposição entre trabalho

⁴⁶ Lima (2010) aborda a “sociedade do consumo” ao se referir à obra de István Mészáros *Para além do capital* (2002).

⁴⁷ A autora se remete às “necessidades artificiais” ao trazer à sua exposição a sua apreciação da obra *A educação e a crise do capitalismo* de Gaudêncio Frigotto (2000).

como criador de valor de uso (condição de existência) e trabalho como “emprego”, por outro lado, ocorre também uma contraposição entre trabalho como “valor ontológico” e trabalho que se torna “meio de existência individual” (trabalho no capital). Conclui-se, portanto, que o trabalho como criador de valor de uso consiste em trabalho como condição de existência e como trabalho como “valor ontológico”, ao passo que o trabalho como “emprego” consiste no trabalho como “meio de existência individual”, ou o “trabalho no capital”.

Após apresentar a referida contraposição na categoria “trabalho”, a autora arremata a sua explicação argumentando que o trabalho que cria valor de uso é incompatível com a concepção de trabalho no capital:

Esse processo de transformação do homem, que ao efetivar o trabalho, ao se relacionar com outros homens, converte o trabalho em elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana, é **incompatível** com a concepção de trabalho na organização societal do capital. Marx afirma que esse modo de organização societal se estrutura no conjunto de relações sociais que tem como objetivo central e permanente a maximização do capital. (Lima, 2010, p. 37).

Portanto, o trabalho como “valor ontológico”, como criador de valor de uso, como condição de existência, é *incompatível* com o trabalho na *organização societal do capital*, pois o *valor de uso das coisas* fica subordinado ao *valor de troca* (relação a qual ela discorre mais detidamente na sua exposição sobre o fetichismo).

E, para finalizar a sua exposição sobre a concepção marxiana de trabalho no primeiro item de sua tese, a autora evidencia o caráter “misterioso” que o trabalho alienado adquire sob esta lógica, escondendo e legitimando “o que está posto”, sendo portanto necessário um *movimento de desopacização*:

Evidentemente esse processo que naturaliza e mantém os fatos, interessa somente à burguesia. Nesse sentido, é preciso um **movimento de desopacização** que constitui um

instrumento que não tem fim porque à medida que vai se revelando, esta realidade vai sendo produzida de maneira opaca novamente. Ela se põe e repõe, produz e reproduz, cria-se e recria-se reiteradamente. O pensamento está o tempo todo se refazendo. Mediante isso, **o pensamento deve se ater a todas as formas e a todas as expressões objetivas e subjetivas dessa sociedade que opera de maneira opaca, reificada, alienada e fetichizada. Essa reflexão científica deve ser permanente.** A grande dificuldade é que, ao mesmo tempo a reflexão científica pode se fetichizar e se transformar em ideologia, podendo tornar aquilo que num determinado momento é revolucionário, em reacionário em outro [sic]. E o que é fruto de relações históricas, novamente se apresenta como relações naturais, eternas e imutáveis.

É característico do processo ideológico afirmar as constituições da realidade como ela se apresenta, vendo-a como um processo natural, não porque instaura uma ideia, mas porque o pensamento ideológico esconde a realidade material que ele produz. Nesse sentido, é preciso entender que não é no nível das ideias que isso se dá, e sim no obscurecimento das relações materiais (Lima, 2010, p. 42-43, grifos nossos).

A *reflexão científica* pode, portanto, transformar aquilo que é num determinado momento revolucionário, em reacionário; o que leva a reflexão científica a se converter em pensamento ideológico. O pensamento ideológico, por sua vez, diz respeito a uma naturalização da realidade; ele esconde a realidade material produzida *por ele mesmo*. Entretanto, a autora adverte que este processo não se dá no âmbito das ideias, mas no *obscurecimento das relações materiais*⁴⁸.

A argumentação da autora sobre a categoria trabalho na obra marxiana *O Capital*, em decorrência do próprio tratamento empregado ao conceito de valor de uso, bem como ao conceito de *necessidades humanas*, demonstra – tal como ocorre na sua análise dos

⁴⁸ Neste contexto da argumentação da autora não foi possível concluir se é o pensamento ideológico que cria a realidade material ou se este processo ocorre nas “relações materiais”.

Manuscritos – a sua incompreensão da categoria trabalho na referida obra, o que repercute na sua interpretação sobre o *pensamento científico*⁴⁹ demonstrada acima.

Contrastes na concepção de fetichismo

Após a referida exposição sobre a categoria trabalho, Lima (2010) discorre sobre o conceito de alienação seguindo a mesma linha argumentativa: “Dessa forma, aquilo que era para satisfazer as necessidades humanas – o trabalho – se torna algo forçado e imposto, e se converte em dificuldades” (Lima, 2010, p. 48), passando em seguida, ao conceito de fetichismo no item intitulado: “Fetichismo: os desdobramentos do trabalho na sociedade capitalista”.

Lima (2010) inicia a sua arguição sobre o conceito marxiano de fetichismo enfatizando que para compreender o “fetichismo” é necessário compreender a mercadoria. Por isso, segundo a autora, Marx não se restringiu à análise da sociedade capitalista, mas abrangeu a sua análise a toda a “Época Moderna”⁵⁰.

Primeiramente ela discorre sobre a ideologia enquanto “linguagem que falseia a realidade”, linguagem esta necessária ao capital para a sua reprodução. E salienta a necessidade de desmascarar o “caráter alienador” do “fetichismo” para que ele seja “desmascarado”.

Visto que o segredo do “fetichismo” está na mercadoria, a autora passa a apresentar sua compreensão sobre a “mercadoria”. Segundo a autora, para que a troca ocorra é necessário abstrair o valor de uso, pois

⁴⁹ Dispensa-se neste contexto maiores elucidações sobre a compreensão marxiana de “teoria científica” na sociedade capitalista, atendo-se somente à indicação da discussão já realizada sobre esta temática no contexto da análise empreendida sobre a produção anterior neste mesmo capítulo.

⁵⁰ Sobre o problema da referida afirmação da autora de que a análise marxiana se remete à “Época Moderna”, vide as considerações já realizadas no terceiro capítulo deste livro sobre o contexto em que se desenvolve o conjunto categorial marxiano n’O *Capital*.

“o que conta é a quantidade”⁵¹; o valor de uso é, portanto, subordinado ao valor de troca.

Assim também ela aborda o “valor” das mercadorias que “está impregnado do valor do trabalho humano abstrato”; valor este que é medido pelo “[...] tempo que se leva para construir esse trabalho” (Lima, 2010, p. 51). Neste sentido, a regulação do tempo de trabalho é “[...] exercida sobre as mais diversas formas [e] provocam no trabalhador, mediante uma violência discreta, a autodisciplina” (Lima, 2010, p. 52).

Após esta análise sobre a mercadoria, a autora argumenta que na aparência não “transparecem” as “objetivações humanas” que a produziram e “a vida que foi posta ali é ocultada” (Lima, 2010, p. 52). Este “véu místico” encobre também toda a “realidade burguesa”. Consequentemente,

As mercadorias parecem ter vida própria. **Elas parecem surgidas de maneira misteriosa na vitrine dos comércios**, como se não tivessem passado por todo processo de produção do trabalho humano. **Marx (1983) define esse processo como caráter fetichista da mercadoria**, o qual é um fenômeno específico da sociedade capitalista (Lima, 2010, p. 52, grifos nossos).

Por isso, a “forma fetiche” acarreta numa “inversão” da realidade, haja vista que “É uma forma aparental [sic], é a forma de manifestação em sua parte, em seu singular” (Lima, 2010, p. 52). A autora alerta, no entanto, que, segundo Marx, não é o indivíduo que está de “cabeça para baixo”, mas a própria realidade:

Porém ele afirma que não é o sujeito que está de “cabeça para baixo”, mas é a realidade que se encontra invertida. A própria forma de constituição da mercadoria é **ilusória**, assim sendo, o objeto revelado por Marx, mostra, na sua constituição, a **produção de sua forma humana**; o próprio

⁵¹ Sobre a relação entre quantidade e qualidade na contradição entre valor de uso e valor de troca, vide as considerações realizadas no terceiro capítulo e no item 4.1.3 deste livro.

objeto é a constituição da **ilusão necessária** para a continuidade dessa aparência (Lima, 2010, p. 53, grifos nossos).

Por conseguinte, segundo Lima (2010), a forma de constituição da mercadoria é “ilusória”, ao passo que Marx revela a produção da “forma humana” do objeto, sendo este processo a constituição da ilusão necessária para a continuação da aparência. É esta aparência que inviabiliza ao sujeito distinguir a aparência da essência:

Nesse sentido, a natureza física dos produtos, resultado do trabalho humano, **não tem significado na determinação das relações de troca. O significado apresentado equivale a um quantitativo que prevalece sobre o qualitativo, isto é, a aparência sobre a essência.** [...] Nega-se assim ao trabalhador a forma de produção da mercadoria, negando-lhes também as próprias características como ser humano, incapacitando-o de distinguir entre a aparência – de como as coisas se dão na realidade, e a essência – aquilo que realmente as coisas são. **As aparências que envolvem a realidade precisam ser superadas** e isso só acontecerá quando houver superação dessas condições (Lima, 2010, p. 53, grifos nossos).

Desta forma, segundo a autora, o caráter quantitativo da mercadoria, na troca, é a aparência, enquanto o caráter qualitativo é a essência, sendo que o primeiro prevalece sobre o último. A produção da mercadoria é negada ao trabalhador, e por conseguinte, também as suas características humanas. Esta negação lhe impede de distinguir a aparência (quantidade, ou como as coisas acontecem) da essência (qualidade, ou como as coisas realmente são). Assim, a aparência deve ser superada, mas isso só acontecerá quando as “condições” forem superadas. A autora, para melhor elucidar esta relação entre aparência e essência, argumenta que Marx utiliza um “exemplo”: na troca entre dinheiro e mercadoria (aparência), na realidade está a ocorrer a troca entre “força de trabalho” e “força de trabalho” (essência). Então ela arremata dizendo que “Quando Marx disse que troca mercadoria por mercadoria, ele está afirmando que troca força de trabalho por força de trabalho que é

a forma de fetiche". A forma de fetiche, por conseguinte, é a troca de "força de trabalho" por "força de trabalho". Em outras palavras, o que a autora acabava de classificar como essência, a troca entre "força de trabalho" e "força de trabalho", logo em seguida, se torna a "forma de fetiche". Porém, linhas após, ela argumenta que na realidade, nesta sociedade não se produz a essência, mas só a aparência.

Ela ainda se remete à "cooperação" do trabalho na sociedade capitalista, interpretando que Marx, quando se refere à "cooperação" aponta que: "[...] o trabalho é social e que **a ilusão de que há cooperação** é necessária para que o trabalhador possa continuar produzindo" (Lima, 2010, p. 57).

Encerrando a sua argumentação sobre o conceito marxiano de fetichismo, Lima (2010) oferece mais uma interpretação deste conceito:

O desafio não está em criticar a aparência como ilusão do sujeito, e sim criticar a própria sociedade, visto que ela é em si ilusória, e esse é o desafio da ciência. É preciso compreender as relações que são invisíveis na essência e visíveis na aparência. **O fetiche atinge o que há de mais elevado no ser humano: sua consciência**, fazendo-o acreditar que as coisas sempre foram assim e sempre serão, como já foi dito anteriormente; naturalizam assim os fatos, passam a crer nas aparências como "verdades absolutas", transformam também as relações humanas em relações coisificadas em que o homem se perde de si mesmo. Entretanto, a própria teoria do fetiche pode constituir como afirmação para a **consciência** colocar de "cabeça para cima" o que na sociedade capitalista se encontra de "ponta cabeça" (Lima, 2010, p. 57).

Por conseguinte, o fetichismo é a forma misteriosa com que as mercadorias aparecem nas prateleiras das lojas, é também uma forma "aparencial" e ilusória da realidade, como ainda a troca da força de trabalho por força de trabalho⁵². O "fetiche" provoca na consciência uma

⁵² As relações de troca na sociedade capitalista de forma alguma se dão entre "força de trabalho" e "força de trabalho". Sobre este tema, vide capítulo terceiro deste livro.

ilusão de que “as coisas sempre foram assim”, e acarreta a perda do homem de si mesmo. A teoria do “fetiche”, por outro lado, possibilita à consciência colocar de “cabeça para cima” a inversão posta na sociedade capitalista.

Haja vista as explicações da autora sobre o conceito marxiano de fetichismo, evidencia-se não somente a sua incompreensão sobre o referido conceito, como ainda a incongruência em suas argumentações apresentando ora uma interpretação e ora outra totalmente distinta. Entretanto, Lima (2010), ainda que afirme utilizar como pressuposto de sua pesquisa esta concepção de fetichismo, nas linhas introdutórias de sua tese ela também aponta um outro referencial que lhe serviu de base teórica:

Como afirma Duarte (2004), uma das características do processo que leva ao fetichismo é o fato de que as pessoas só veem aquilo que está imediatamente presente e não conseguem perceber o fato imediato à luz da totalidade social. O fetichismo é um fenômeno próprio do mundo da cotidianidade alienada, isto é, um desdobramento da alienação, é a naturalização de algo social (Lima, 2010, p. 15).

Segundo a interpretação da autora sobre a obra organizada por Duarte (2004), o fetichismo consiste no fato de que as pessoas só veem o que está imediatamente presente, ao invés da totalidade. Trata-se, segundo ela, da cotidianidade alienada e do desdobramento da alienação, que consiste na naturalização da realidade, na escravização do indivíduo à espontaneidade.

A autora, portanto, realiza um cotejamento de sua interpretação da obra *O Capital* de Karl Marx e da sua apreciação da referida obra de Duarte (2004) para caracterizar o conceito de fetichismo, evidenciando, assim, não somente a sua incompreensão do referido conceito marxiano como também um possível cotejamento com um conceito de fetichismo abordado num contexto teórico distinto. É com base no conjunto teórico acima explicitado que a autora realiza a sua investigação

sobre o “movimento do fetichismo da infância” nas escolas de Educação Infantil dos municípios do sudoeste goiano. No entanto, antes de se pôr a tratar da etapa empírica de sua pesquisa, a autora se remete à caracterização do trabalho educativo na sociedade capitalista, lançando como base desta caracterização a relação entre educação e trabalho, como se verá no item a seguir.

Contrastes na concepção de trabalho educativo

Para tratar do trabalho educativo, primeiramente a autora aborda a educação como prática social de forma genérica, caracterizando-a como meio pelo qual os seres humanos se humanizam: “O homem nasce em uma sociedade, mas só se forma social [sic] pela educação” (Lima, 2010, p. 58). Segundo a autora, a educação diz respeito ao “desenvolvimento integral” dos seres humanos, o que, em sua compreensão, se remete ao conceito marxiano de “ominilateralidade [sic]”.

Entretanto, Lima (2010) enfatiza que na sociedade capitalista o capital elabora diferentes “estratégias” para subordinar a educação à “esfera privada” e reduzi-la à “qualificação para o trabalho”. A educação, portanto, tanto em sua forma institucionalizada como não institucionalizada, é “marcada por concepções conflitantes e antagônicas”, e se efetiva com um “caráter contraditório”. Desta forma, segundo a autora,

[...] entendemos que a melhor maneira de relacionamento entre educação e trabalho não é a que passa centralmente pela educação e mercado de trabalho, a qual causa sérios danos ao processo educacional, desrespeitando a lógica da prática educativa; mas a que não se submete o espaço educacional à lógica do mercado, visto que, o processo educativo tem um tempo próprio, uma forma de acontecer e uma maneira de se constituir (Lima, 2010, p. 59-60).

Visto que a educação – sendo esta escolar ou não – consiste no meio pelo qual os seres humanos se humanizam, por meio de uma formação “ominilateral [sic]”, e considerando que o capital elabora dife-

rentes “estratégias” para submetê-la à mera formação de força de trabalho, a autora conclui que a melhor maneira de relacionar educação e trabalho é conceber a educação como forma de humanização, ou seja, como formação “omnilateral [sic]”, haja vista que a educação possui “um tempo próprio” e um funcionamento à sua maneira.

A partir desta delimitação, a autora salienta que “É preciso que as instituições educativas se pautem pela lógica da boa formação e não da obtenção de lucro” (Lima, 2010, p. 60). Isto porque a educação

[...] não é um privilégio e nem um serviço, ao contrário, é constitutiva da cidadania e, portanto, um direito social conquistado. A educação não é uma mercadoria, e sim um direito social que deve ser garantido a todos pela oferta do ensino gratuito e de boa qualidade (Lima, 2010, p. 60).

A educação, deste modo, não é um serviço, tampouco uma mercadoria; é direito social. Constituindo-se a educação como direito social, logo, “[...] é preciso ampliar a democracia em todas as esferas educacionais, da escola ao sistema” (Lima, 2010, p. 140)

Com base em sua abordagem sobre a concepção de trabalho realizada no primeiro capítulo de sua tese, a autora enfatiza que “[...] é preciso diferenciar trabalho de emprego” (Lima, 2010, p. 60) e, para tanto, é necessário considerar o trabalho na acepção marxiana enquanto “atividade ontológica do ser humano”, ao passo que a relação entre educação e trabalho deve exclusivamente se dar por meio do “trabalho como princípio educativo”⁵³.

Portanto, tendo em vista as “concepções conflitantes e antagônicas” que imprimem à educação um caráter contraditório, e considerando que a educação possui um tempo próprio, uma maneira específica de se constituir, a melhor maneira de relacionar educação e trabalho é compreender a educação como forma de humanização e o trabalho co-

⁵³ Para uma elucidação pormenorizada sobre o histórico debate realizado entre os pesquisadores brasileiros da área da educação acerca do “trabalho como princípio educativo”, recomenda-se *Capital, trabalho e educação* de Paulo Sérgio Tumolo (2016b).

mo “atividade ontológica do ser humano”. Para que se efetive esta concepção, tem-se como estratégia a ampliação da democracia na escola e no “sistema” como um todo, bem como um maior fomento de políticas públicas voltadas para o aprimoramento da formação docente que promova a transmissão da “cultura historicamente acumulada”, visto que o saber escolar é um “meio de produção”⁵⁴ e, portanto, uma ameaça ao capital: “Ao capital não interessa a expansão do conhecimento a todos, pois isto é uma ameaça⁵⁵ a ele” (Lima, 2010, p. 239).

Neste sentido, a autora ainda se remete à caracterização da educação escolar como “trabalho material e trabalho não material”⁵⁶, bem como aos limites da submissão do trabalho escolar – público ou privado – ao capital em decorrência de seu caráter não-material. Ela também aborda o trabalho do professor como trabalho produtivo e como trabalho improdutivo⁵⁷ alertando que, mesmo a escola em que o trabalho do professor é trabalho produtivo, não pode se converter integralmente em espaço de produção de capital⁵⁸: “Contudo, não se pode inferir que essas instituições se convertam integralmente em

⁵⁴ Para se remeter ao saber escolar como meio de produção a autora se remete à obra *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* de Dermeval Saviani (2003).

⁵⁵ Sobre a concepção de saber escolar como “meio de produção” elaborada por Dermeval Saviani e mencionada pela autora para reiterar a sua compreensão da educação escolar como ameaça ao capital, recomenda-se a obra *Capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani: apontamentos críticos* de Ademir Quintílio Lazarini (2015), na qual o autor oferece uma apreciação crítica notavelmente elucidativa sobre esta problemática.

⁵⁶ Para discorrer sobre esta temática a autora se fundamenta na obra *Gestão democrática da escola pública* de Vitor Paro (2000) e na obra *Ensino público: algumas falas sobre universidade* de Dermeval Saviani (1991).

⁵⁷ Lima (2010), neste contexto, diferentemente da sua afirmação anterior de que a educação “não é um serviço”, aqui, ao contrário, ela afirma que a educação é um serviço: “Na sociedade capitalista a aula é considerada produto do processo de educação escolar, visto que é a aula, como mercadoria, que se paga no ensino privado, sendo esta também um serviço prestado pela escola privada e pública (Lima, 2010, p. 73).

⁵⁸ Neste aspecto, tal como a primeira autora analisada neste capítulo, Lima (2010) se remete ao *Capítulo VI Inédito d’O Capital* de Marx para tratar sobre o trabalho do professor como trabalho não material e como trabalho produtivo, o que remete às questões já apresentadas no item 4.1.4 deste livro.

autênticas unidades de reprodução do capital, pois elas podem ser espaços privilegiados de lutas” (Lima, 2010, p. 74).

Ainda que Lima (2010) considere que “o modo de produção do capital” subordina a escola à “reprodução do seu metabolismo”, a educação escolar possui diferentes graus de “intensidade de alienação”, permitindo assim, em certa medida, a possibilidade de crítica, principalmente no “ensino superior”:

Destarte, reconhecemos que o modo de produção do capital, desde sua origem, subordina os sistemas formativos do sistema escolar à reprodução do seu metabolismo. [...] Porém, acreditamos que essa intensidade de alienação se distingue nas diferentes etapas da educação, visto que, a possibilidade, tanto no plano teórico quanto político, da crítica às relações sociais capitalistas, suas concepções e práticas educativas podem ser mais intensas na docência do ensino superior, no qual, a associação pedagógica e política estão ainda menos dissociadas, ou seja, a intensidade e gradação da alienação é diferente (Lima, 2010, p. 77).

Apresentadas estas bases teóricas gerais sobre a relação entre educação e trabalho, a autora vem apontar a problemática que acomete a educação escolar: as políticas públicas contemporâneas para a formação de professores; políticas estas que, por meio de concepções pedagógicas veiculadas em documentos oficiais, têm suscitado um “forte processo de alienação”⁵⁹. Na contramão deste processo, a autora advoga uma educação que esteja voltada para a “indissociabilidade entre teoria e prática”, para a “ominilateralidade [sic]”, para o “trabalho como princípio educativo” e que possua o objetivo político de formar “intelectuais”⁶⁰:

⁵⁹ A autora aponta a pedagogia do “aprender a aprender” como exemplo de concepção pedagógica veiculada por estas políticas de formação de professores, fundamentando-se na obra Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria Vigotskiana de Newton Duarte (2006).

⁶⁰ A autora discorre sobre a formação de “intelectuais” com base em sua interpretação da obra *Os intelectuais e a organização da cultura* de Antônio Gramsci (1979).

Nesse sentido, a escola é formadora de intelectuais, não apenas para dominar conteúdos, mas para o comando, dirigir quem governa. É preciso inserir a política e a sociedade na escola. Na maioria das vezes não se forma para o comando e as autoridades querem pessoas disponíveis para participar das mais diferentes situações na sociedade. Boa parte da população fica alheia porque não teve e não tem esse tipo de formação (Lima, 2010, p. 67).

Por conseguinte, o objetivo político da educação escolar é formar intelectuais para comandar quem governa pois, por meio da educação escolar é possível suprir as necessidades das “autoridades”.

Ademais, no restante de sua tese a autora vem reiterar estas bases teóricas acima descritas. Ela apresenta um panorama histórico sobre a institucionalização da Educação Infantil com o objetivo de

No caso desta etapa de estudo – a educação infantil no Brasil –, faz-se necessário voltar o olhar para a dimensão histórica para tomar consciência de nossa origem educacional, e especialmente, tomar consciência de como se deu a educação de crianças de zero a cinco anos, **para que possamos ir além dos determinismos históricos que acompanham essa etapa de educação** (p. 100, grifos nossos).

Os apontamentos históricos explicitados em sua tese sobre o processo de institucionalização da Educação Infantil, como: a expansão da educação escolar como espaço privilegiado para a “fabricação” de novas forças de trabalho, o caráter formativo disciplinar rígido como forma de submissão necessária ao capital, a liberação da força de trabalho feminina para o mercado de trabalho por meio da criação de um local para manter os filhos das trabalhadoras no tempo de trabalho, o viés assistencialista da escola pública, tratam-se, no entender de Lima (2010), de *determinismos históricos* da educação infantil e são apontados pela autora com o intuito de se *ir além* dos mesmos.

Em síntese, ainda que autora, ao analisar a história da institucionalização do ensino infantil aponte o processo de constituição e expansão

das escolas de Educação Infantil em decorrência da “fabricação” de novas forças de trabalho e da liberação da força de trabalho feminina por meio da disponibilização de um local para manter os filhos das trabalhadoras, ela compreende estes fatores como *determinismos históricos*, e enfatiza um possível “caráter contraditório” dos processos educativos, sem no entanto, demonstrá-lo. Ainda que a autora analise o trabalho educativo na forma de *mercadoria* e na forma de *serviço* e mencione que o modo de produção capitalista subordina os sistemas formativos à reprodução do seu “metabolismo”, ela aponta a escola como “espaço privilegiado de lutas”, referindo-se, no entanto, a uma maior possibilidade de luta no âmbito do ensino superior⁶¹, ao passo que o seu objeto de análise é a Educação Infantil. E, finalmente, ainda que a autora enfatize que “[...] faz-se necessário escolher o lugar em que estamos [e que] como afirma Marx (2002a), ‘Conclamamos as pessoas a acabarem com as ilusões acerca de uma situação é conclamá-las acabarem com uma situação que precisa de ilusões’ (Lima, 2010, p. 86), ao se remeter à necessidade de mobilização política das trabalhadoras da Educação Infantil juntamente com as demais categorias de trabalhadores, ela apresenta como objetivo político a ampliação da “democracia em todas as esferas educacionais, da escola ao sistema”⁶².

⁶¹ Lima (2010), no entanto, não demonstra como se efetivam os diferentes graus de alienação em cada nível de ensino que ela menciona ao se referir à maior possibilidade de crítica no ensino superior, tampouco que análise possibilitou-lhe chegar à conclusão de que o ensino superior possui tal possibilidade. Ademais, supondo que a “alienação” acometesse de forma gradativa cada etapa de ensino, do maior para o menor nível de intensidade, logo, a Educação Infantil seria o nível de ensino onde se encontraria – na lógica da autora – o maior nível de “alienação”. Ainda assim, há de se destacar que a “alienação” que é abordada no referido contexto diz respeito a um fenômeno que se daria no plano da consciência, o que se antagoniza à compreensão de alienação dos *Manuscritos* de Marx, tal como tratada no segundo capítulo deste livro.

⁶² Diferentemente da tese analisada no primeiro item deste capítulo, em que a autora procurava se remeter à *democracia* a partir dos fundamentos teórico-políticos marxianos, definindo-a como a forma política mais adequada à forma social do capital, aqui, ao contrário, explicita-se a defesa da *ampliação da democracia* nos diferentes espaços da sociedade, abrangendo todo o “sistema”, concepção política esta frontalmente oposta àquela sobre a qual a autora em questão declara se fundamentar para desenvolver as suas argumentações.

Desta forma, não somente a concepção de trabalho educativo que Lima (2010) apresenta em sua tese contraia as bases teóricas marxianas que ela afirma fundamentar a sua pesquisa, como também, ao explicitar a sua concepção de trabalho educativo, evidencia no decorrer de sua argumentação uma série de incongruências teórico-conceituais que reforçam o questionamento levantado no início desta análise: quais as bases teórico-conceituais que fundamentam esta pesquisa?

Por fim, é necessário reconhecer a relevância da preocupação de Lima (2010) nas linhas iniciais de sua tese:

[...] atentamos para as formas concretas que os determinantes sociais, políticos, econômicos, ideológicos, assumem na realidade das instituições pesquisadas. Sem ter presente uma adequada apreensão dessas manifestações concretas, os estudos e debates que subsidiam os debates sobre o trabalho das profissionais de EI, as políticas de formação dessas trabalhadoras, bem como as propostas de políticas para a infância, correm o risco de não ultrapassarem o senso comum, visto que podem faltar elementos que lhes dão sustentação e validade teórica (Lima, 2010, p. 15).

A autora apresenta uma preocupação extremamente válida, de que é fundamental uma adequada apreensão das *manifestações concretas* do objeto de estudo, sob o risco de *não ultrapassar o senso comum*. É um ponto de partida, certamente, indispensável para a pesquisa científica em qualquer área. Entretanto, após a análise do conjunto teórico e metodológico da tese de Lima (2010), e rememorando a primeira questão levantada sobre esta produção – qual seja: no que consistiriam as *muitas faces* do trabalho realizado na Educação Infantil? – a resposta a esta questão não estaria, possivelmente, nas muitas “*faces*” conceituais as quais poder-se-iam adequar à Educação Infantil que a autora almeja?

O fetichismo no plano da consciência

A dissertação de mestrado *Trabalho docente na Educação Infantil: concepções e práticas* de Ana Caroline Giannini Silva, orientada da autora analisada no item anterior, apresenta como objetivos de sua pesquisa “[...] compreender o trabalho docente na Educação Infantil – EI e em quais concepções está fundamentado [sic] a prática profissional das trabalhadoras” (Silva, 2017, p. 15) e também “[...] compreender historicamente como as concepções de infância constituída [sic] no decorrer dos séculos influenciaram a educação das crianças” (Silva, 2017, p. 15). Para alcançar tais objetivos, a autora afirma se fundamentar na “categoria trabalho por meio da concepção marxiana” (Silva, 2017, p. 15).

Silva (2017), assim como Lima (2010), propõe-se a observar o *movimento do fetichismo da infância* por meio da observação do trabalho das professoras de escolas de Educação Infantil de Goiás, adotando o pressuposto de que “[...] as relações humanas, na sociedade capitalista, são permeadas de contradições e se configuram de forma alienada e fetichizada, influenciando o trabalho docente na Educação Infantil” (Silva, 2017, p. 15).

A autora expõe os resultados de sua pesquisa apresentando primeiramente um panorama histórico sobre as diferentes concepções de infância que se constituíram na história e as principais vertentes pedagógicas que se destacaram na educação escolar brasileira. Em seguida, discorre sobre a concepção de trabalho marxiana e as concepções de trabalho educativo e educação que fundamentam a sua pesquisa. Por fim, apresenta os resultados de sua pesquisa de campo cotejando com a teoria por ela apresentada.

Após a análise desta produção, foi possível verificar que a autora no decorrer de toda a sua exposição argumentativa segue uma coerência lógico-metodológica que condiz com seus apontamentos realizados sobre a natureza do trabalho educativo, bem como com a perspectiva teórico-política e com a pedagogia que defende para a educação esco-

lar. Entretanto, todo o conjunto lógico-metodológico e teórico-político apresentado pela autora entra em frontal contraposição com as concepções de trabalho e de fetichismo que ela aponta como fundamentação de sua pesquisa: as concepções de trabalho e de fetichismo da teoria marxiana. É esta contraposição que será demonstrada a seguir.

No primeiro capítulo de sua dissertação, *Concepções de infância na história: heranças e influências na constituição da Educação Infantil*, a autora apresenta uma detalhada exposição sobre a história da infância fundamentando-se em uma série de autores que lhe permitem a caracterização das diversas formas com que a “categoria infância” se apresentou em cada momento histórico. Conforme esclarece Silva (2017), o seu objetivo neste capítulo é “compreender as objetivações do trabalho docente em suas articulações com os processos, as relações e as estruturas que constituem a totalidade das estruturas sociais mais amplas” (Silva, 2017, p. 22).

Neste sentido, todo o percurso histórico percorrido em sua exposição vem demonstrar a base lógico-metodológica anunciada pela autora já no título deste capítulo: as diferentes concepções de infância e as suas influências sobre a Educação Infantil, ou seja, é por meio das diferentes concepções, que se tornaram hegemônicas em cada período histórico, que a autora caracteriza a criança e os seus processos educativos. As “estruturas que constituem a totalidade” são trazidas neste contexto na forma das diferentes concepções de infância na história. Assim, ela demonstra a concepção de infância predominante na Idade Média, a concepção de infância dos românticos, da burguesia no século XIX, da burguesia brasileira, bem como as suas influências sobre a educação em cada momento histórico. Em seguida ela trata também das concepções pedagógicas brasileiras, como a pedagogia jesuítica, o método intuitivo, a pedagogia da Escola Nova, a concepção construtivista etc., remetendo às influências exercidas por tais vertentes teóricas à educação brasileira, suas repercussões e seus descensos. E, para finalizar este capítulo, no item intitulado *A equação moderna da*

infância nos séculos XX e XXI: escolaridade e consumo, Silva (2017), seguindo o mesmo método de análise, vem demonstrar a transformação da *imagem* da criança na contemporaneidade, a qual passa a ter um “status de consumidora”:

A infância na contemporaneidade ainda vivencia esse modelo moderno de infância e, de forma recorrente e agora mais do que nunca, a mídia, o rádio, a televisão e atualmente a internet reforçam a **visão da criança consumidora**, bombardeando-as com imagens e propagandas e expondo-as à violência e à sexualidade precoce (Silva, 2017, p. 43, grifos nossos).

A autora discorre sobre a “visão da criança consumidora” e como esta visão se correlaciona com as pedagogias que se destacaram no século XX e ainda prevalecem na contemporaneidade.

No segundo capítulo de sua dissertação, intitulado *Trabalho docente na educação infantil e fetichismo da infância: por detrás dos véus*, a autora vem explicitar as bases teórico-conceituais que fundamentaram a sua pesquisa.

Ela inicia a sua exposição remetendo-se aos *Manuscritos* marxianos e, seguindo a mesma metodologia de análise empregada no primeiro capítulo, ela interpreta a *concepção* de ser humano nesta obra como:

[...] um ser genérico, caracterizado por sua **consciência**, a **prévia-ideação** e sua atividade **lúcida**, o que o diferencia dos demais animais. [...]

O objeto da atividade vital consiste na compreensão de que o homem, diferentemente dos animais, **elabora e planeja o seu agir**, de maneira consciente, sobre a natureza inorgânica para transformá-la, **segundo a sua vontade e consciência** (Silva, 2017, p. 55).

Segundo a autora, portanto, Marx define nos *Manuscritos* o ser humano pela peculiaridade de transformar a *natureza inorgânica* conforme a sua *vontade* e a sua *consciência*. Isto porque, diferentemente

dos outros animais, os seres humanos possuem a *consciência* que possibilita *elaborar e planejar o seu agir*.

Silva (2017) argumenta que na sociedade capitalista, no entanto, “[...] o trabalho tem assumido a forma de mercadoria, ao ser materializado nas relações de troca entre os trabalhadores e os donos da produção, **perdendo seu valor ontológico** por se tornar apenas um meio para a existência individual do homem (Silva, 2017, p. 57, grifos nossos). Assim, o trabalho “[...] passa a ser um **termo historicamente determinado**, que indica a condição da atividade humana na **economia política**” (Silva, 2017, p. 5, grifos nossos). Na medida em que o trabalho passa a se constituir como um termo historicamente determinado, ele passa a ser determinado pela economia política que, a partir de então, rege o processo histórico: “O processo histórico, **regido pela economia política**, tem determinado a atividade humana” (Silva, 2017, p. 58, grifos nossos).

Deste modo, a metodologia de análise que lhe permitiu conceber a infância sob as determinações das *concepções de infância*, também lhe permite, na sua apreciação dos *Manuscritos* de Marx, compreender que o trabalho na sociedade capitalista se converte em um termo *historicamente determinado* e o processo histórico passa a ser regido pela *economia política*. Assim, igualmente, a manutenção do sistema capitalista só pode se dar por meio da “[...] ‘reprodução expandida’ de seus **ideais** na sociedade” (Silva, 2017, p. 59, grifos nossos).

Segundo Silva (2017), o trabalho alienado também produz uma *educação alienada*, voltada somente para a produtividade e a adaptação. No entanto, é necessário, segundo a autora, ter uma *compreensão crítica* sobre a educação, concebendo-a como um processo de transformação do ser humano num “*ideal de ser humano superior*”. Neste sentido, ela argumenta que para Marx a educação é a junção entre ensino e trabalho produtivo para as crianças, compreendendo que por meio desta relação se “*restitui a integralidade do homem*”:

E a educação se relaciona intimamente com o trabalho, nessa perspectiva marxiana, como atividade criadora e realizadora, como um instrumento essencial do processo de socialização, que **visa formar o homem em sua totalidade**. Então, não é simplesmente formação profissional ou preparação para um emprego, é formação para a inserção no mundo, até mesmo no mundo do trabalho, mas não uma inserção adaptativa, e sim realizadora, criadora, transformadora (Silva, 2017, p. 62).

Silva (2017), portanto, compreendendo que a realidade se estabelece e se transforma pela atividade humana determinada pelas diferentes *concepções* que se constituíram na história, que provêm da peculiaridade humana de ser um ser com *consciência*, que por meio da *prévia-ideação* realiza o *trabalho*, vem trazer à sua dissertação a referida obra marxiana realizando uma inversão epistemológica da teoria deste autor que se adequa ao conjunto de sua análise do trabalho educativo. Ela, no entanto, não se restringe a tal inversão, como também cinde a categoria trabalho entre trabalho como “valor ontológico” e trabalho como “trabalho alienado”. Assim, a contradição que se estabelece na sociedade capitalista se verifica na possibilidade de realização do “trabalho produtivo” com “valor ontológico” e o trabalho alienado, sem “valor ontológico”. A educação, por sua vez, se constitui com a mesma contradição, desenvolvendo -se por um lado a educação que “visa formar o homem em sua totalidade”, ou seja, a educação para o homem “onilateral” e, por outro lado, a educação “alienada”, que forma para a adaptação e a produtividade.

É advogando a necessidade de se compreender a educação como formação do homem em sua totalidade – do homem “onilateral” – que a autora passa a discorrer sobre o trabalho docente na educação escolar. Com base na obra de Dermeval Saviani *Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações* (2013), a autora discorre sobre a ascensão da burguesia na “época moderna”. Neste contexto, tem-se a necessidade de difusão do conhecimento intelectual – visto que a burguesia possui um caráter “empreendedor” – e, em decorrência desta necessidade,

ocorre a expansão da escola pública. A educação escolar – inclusive a Educação Infantil – generaliza-se, portanto, como instituição responsável pela socialização de conhecimentos elaborados pela humanidade transpostos em forma de *saberes escolares*.

Na contemporaneidade, no entanto, tem se verificado, segundo Silva (2017), uma descaracterização da formação docente em decorrência de políticas educacionais de formação de professores *neoliberais*, pautadas em um “[...] caráter prático, **condicionando** o exercício da profissão a um saber fazer, retirando a ação política e crítica desses profissionais” (Silva, 2017, p. 68, grifos nossos). O trabalho docente é secundarizado, ao passo que toda a atividade pedagógica se restringe aos interesses das crianças, o que remete ao *fetichismo da infância*.

A partir das concepções de trabalho, de trabalho educativo, e de educação escolar supramencionadas, Silva (2010) passa a tratar sobre o conceito de fetichismo em Marx:

Quando o dinheiro se coloca presente na sociedade, a mercadoria passa a ter uma importância maior que as pessoas. Aliás, nessa lógica de inversão, as mercadorias passam a ser tratadas com demasiada importância, e esse grau de qualificação, que deveria estar presente somente nas relações humanas, nesse sistema, é atribuído às mercadorias as quais acabam possuindo características humanizadas enquanto os objetos recebem progressiva personificação.

Desse modo, a mercadoria passa a mediar as relações humanas, sendo que essas estão caracterizadas pelas posses das mesmas e não mais pelas questões humanas. Assim, por meio da mistificação das mercadorias no capital, as relações sociais acabam sendo modificadas, pois as pessoas não conseguem ver além do que está posto; não conseguem ver, na mercadoria, a totalidade social presente na sua produção e essa é uma das características que levam ao fetichismo (Silva, 2017, p. 70-71).

Seguindo devotadamente a mesma metodologia de análise, Silva (2017), partindo do *dinheiro*, descreve a transformação na consciência

humana perante a mercadoria. O dinheiro provoca uma inversão na qualificação da mercadoria, passando esta a obter um demasiado grau de importância social. Devido a esta qualificação da mercadoria, esta também passa a ter “características humanizadas”. A excessiva importância remetida à mercadoria, leva-a a possuir um caráter mediador das relações humanas por meio de sua *posse*. A importância chega a tal grau de intensidade que chega a possuir um caráter místico. Este caráter místico modifica as relações entre os indivíduos de modo que estes já não *conseguem ver além do que está posto*, não compreendem mais a *totalidade social presente na produção*. Mais uma vez, portanto, a autora realiza uma inversão da teoria marxiana, adequando-a ao conjunto de sua argumentação sobre o trabalho educativo. E, condizentemente com a sua crítica ao consumo realizada no primeiro capítulo de sua dissertação, ela vem trazer uma elucidação sobre a causa do “consumismo” na sociedade capitalista: a excessiva importância das mercadorias leva-a a mediar as relações humanas pela sua *posse*; qualificação esta que *deveria estar presente somente nas relações humanas*.

No entanto, segundo, Silva (2017), na sociedade capitalista não existe somente esta forma de fetichismo:

A sociedade capitalista produz, além do fetichismo da mercadoria, muitos outros fetiches e, para o estudo em questão, o interesse recai no fetichismo da individualidade. Para Duarte (2004, p. 11), “No caso do fetichismo da individualidade, o que ocorre é que em vez de a individualidade ser considerada fruto de um processo educativo e auto-educativo deliberado, intencional, ela é considerada algo que comanda a vida das pessoas e, em consequência, comanda as relações entre as pessoas e a sociedade. Mesmo que o fetichismo da individualidade surja em nome da liberdade individual, como é o caso das várias formas assumidas pela ideologia liberal, o resultado é a negação da liberdade” (Silva, 2017, p. 71).

A autora, por conseguinte, esclarece que para a sua pesquisa sobre o trabalho educativo na Educação Infantil, seu *interesse* recai sobre

o conceito de *fetichismo da individualidade*; o que a leva a descreve-lo com base em Duarte (2004). A partir desta citação, a autora argumenta que, em decorrência desta concepção, a individualidade parece se desenvolver em consequência do esforço individual, no entanto, “[...] a individualidade livre não se forma em processos espontâneos” (Silva, 2017, p. 72). O fetichismo da individualidade, que acomete as relações sociais na sociedade contemporânea, na educação escolar se apresenta na forma do *fetichismo da infância*: “[...] Arce (2004) denomina de fetichismo da infância um processo de inversão no qual, ao invés de o adulto ser a referência para a humanização das crianças, é a infância que passaria ser a referência para a humanização dos adultos” (Silva, 2017, p. 72). Assim, caracterizando as concepções que se hegemonizaram na formação de professores na Educação Infantil, Silva (2017) demonstra as bases sobre as quais se sustenta o *fetichismo da infância* que tem influenciado a prática pedagógica nas instituições brasileiras de Educação Infantil. Deste modo, a conceituação de *fetichismo da mercadoria* apresentada pela autora se coaduna com as concepções de *fetichismo da individualidade* e de *fetichismo da infância*. É o referido conjunto conceitual que lhe fornece as bases teóricas com as quais Silva (2017) realiza a observação da prática pedagógica e avalia os relatos das professoras de escolas de Educação Infantil de Goiás com o objetivo de compreender o movimento do *fetichismo da infância* nesta etapa da educação escolar. E lhe permite também trazer à sua dissertação a defesa de uma *pedagogia revolucionária*.

Silva (2017) esclarece que “Para Marx, a liberdade do ser humano só seria alcançada pela superação tanto da divisão social do trabalho quanto da organização da sociedade capitalista” (p. 73). Faz-se, portanto, imprescindível a “[...] superação da sociedade capitalista, em direção ao socialismo como transição para o comunismo” (Silva, 2017, p. 77).

Haja vista que a autora no decorrer do primeiro capítulo de sua dissertação demonstra o predomínio de concepções de infância das classes dominantes no decorrer de toda a história, bem como a hege-

monia das concepções pedagógicas burguesas na história da educação escolar brasileira, faz-se, conseqüentemente, necessária uma concepção pedagógica que se oponha a estes ideários. Esta oposição, por sua vez, só pode se dar resgatando o papel da escola, que a autora já havia demonstrado ao contextualizar a expansão da escola pública em decorrência da necessidade da burguesia pela difusão do conhecimento intelectual à população em geral:

Assim, a pedagogia histórico-crítica se empenha em defender a socialização do saber elaborado para todos, como uma forma de resistência contra as mazelas do capital e como forma de instrumentalizar os trabalhadores com as armas intelectuais, capazes de propiciar a consciência da alienação a que são submetidos na sociedade capitalista (Silva, 2017, p. 78).

Ora, se a liberdade dos indivíduos só se realizará por meio da superação da sociedade capitalista, se a reprodução do sistema capitalista ocorre com base na *reprodução expandida de seus ideais na sociedade*, se a instituição que na sociedade contemporânea se consolidou como forma predominante pela qual os seres humanos são educados é a escola, logo, é necessário promover uma pedagogia que promova o *saber elaborado para todos*⁶³, instrumentalizando os trabalhadores com as *armas intelectuais* que propiciem a conscientização em relação à alienação: “Aqui se destaca o papel do trabalhador docente no interior dessa luta como primordial para que a liberdade do ser humano possa se efetivar, por meio de uma educação que vise à emancipação” (Silva, 2017,

⁶³ Neide de Almeida Lança Galvão Favaro, em sua obra *Pedagogia histórico-crítica e sua estratégia política: fundamentos e limites* (2017) oferece uma elucidação detalhada da estratégia apresentada na dissertação da referida autora. Segundo Favaro, Saviani “[...] esclareceu, entretanto, que a educação não mudava a sociedade, isso seria uma visão idealista e ingênua, por isso o fundamental era articular a escola com as forças efetivas da sociedade, com os movimentos sociais que caminhavam na direção de transformação da sociedade. Preconizou então a valorização da escola a fim de garantir a passagem de classe ‘em si’ para classe ‘para si’, para desenvolver a consciência de classe. Apesar de ter apresentado críticas a uma visão idealista e ingênua e até de preconizar a articulação com os movimentos sociais nesse momento, o essencial para a formação da consciência de classe era a aquisição da cultura erudita” (p. 345-246).

p. 72). Silva (2017, p. 83) argumenta que “Não é pretensão sobrecarregar os professores e colocar sobre suas costas todas as responsabilidades pelo sucesso ou fracasso da escola”. No entanto, ela encerra o último capítulo de sua dissertação dizendo que:

[...] o trabalho docente na Educação Infantil deve ser revisto desde a formação inicial das professoras, pois somente com conhecimento teórico será possível superar as concepções de criança, infância, ensino, professor e aluno, que foram constituídas histórico-socialmente e que devido a alienação e o fetiche tem trazido a desvalorização e a descaracterização para essa categoria de trabalhadoras.

Sabemos que as amarras são históricas, mas a educação pode representar um campo de resistência e luta! (Silva, 2017, p. 121).

Assim, a autora da dissertação de mestrado *Trabalho docente na Educação Infantil: concepções e práticas*, vem apresentar esta tarefa ao trabalho docente. Com base em sua interpretação dos referidos conceitos de trabalho, de educação e de fetichismo de Karl Marx, Silva (2017) alerta que: “Ser consciente de sua tarefa consiste hoje, para o professor de Educação Infantil, estabelecer uma luta contra o fetichismo da infância” (p. 68), e esta luta se realiza pela socialização do saber historicamente elaborado, como “força revolucionária” contra as mazelas do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste percurso investigativo acerca do conceito marxiano de fetichismo foi possível compreender que o *caráter fetichista da mercadoria* não consiste numa mera digressão realizada ao final do primeiro capítulo d’*O Capital* feita para tratar de questões alheias ao tema da obra. Ao contrário, o fetichismo se evidencia como uma categoria integralmente interligada a todo o conjunto conceitual desenvolvido n’*O Capital*, apresentando-se em suas diferentes expressões, na medida em que se explicitam os diversos fatores que caracterizam a própria substância do objeto tratado nesta obra: o capital.

Precisamente devido à sua correlação ao referido conjunto conceitual que, ainda que a presente pesquisa tenha se alçado a perscrutar as suas determinações mais substanciais, se evidencia a necessidade de futuros estudos que permitam um maior detalhamento das determinações mais concretas desta categoria, especialmente no que concerne ao seu desenvolvimento nos contextos desta obra aqui não analisados pormenorizadamente.

Também foi possível verificar, por meio do levantamento das produções científicas brasileiras realizadas na última década que se puseram a relacionar a categoria marxiana de fetichismo com o fenômeno educativo, uma assombrosa multiplicidade de interpretações desta categoria por meio de proposições, tanto de ordem teórico-metodológica como de ordem teórico-política, que não possuem qualquer relação com a teoria presente na obra *O Capital*, ou, o que é ainda mais grave, com base em elaborações teóricas que por vezes se explicitam em oposição frontal a esta teoria.

Neste sentido, esta frente de estudos realizados acabou por demonstrar que as reverberações da temática marxiana do fetichismo nas produções brasileiras na área da educação, na realidade se revelou como um panorama geral de como a *teoria do valor* de Karl Marx tem sido negligenciada nos estudos que reivindicam esta obra como fundamentação teórica.

Esta evidência, por outro lado, também indica a necessidade de investigações sobre as próprias obras que têm servido como referencial ao estudo desta temática, verificando em que medida as teorias desenvolvidas por estes autores realmente contribuem para a elucidação acerca da teoria marxiana, ou se, ao contrário, elas têm fomentado o afastamento ou, até mesmo, a descaracterização desta teoria.

Assim sendo, a presente pesquisa vem evidenciar, sobretudo, a atualidade e a relevância da teoria d'*O Capital* e, em seu interior, da *teoria do fetichismo*, para a compreensão das sociedades onde predomina o modo de produção capitalista; e por outro lado, procura contribuir para ao conjunto da construção do *inventário de classe* indispensável ao fortalecimento teórico-político do projeto de caráter socialista; tarefas estas que, por conseguinte, extrapolam os limites de uma mera pesquisa de doutoramento.

Por fim, se estes estudos acerca do fetichismo n'*O Capital* acabaram por manifestar a própria subsunção da vida social ao capital, ou, em outras palavras, se o fetichismo do capital consiste na evidência de que a nossa história está subordinada à história do capital, seja do ponto de vista da condição humana, seja do ponto de vista singular; ou, dito ainda de outro modo, se o fetichismo se revela como a história do capital que se faz negando a nossa própria história; então, o aniquilamento do capital já é uma tarefa em atraso na nossa pré-história humana.

Portanto, para além de uma suposta continuidade da teoria do *trabalho alienado* n'*O Capital* de Marx; para além de supostas teorias extraídas do fetichismo da mercadoria na forma de um *fetichismo do direito*, ou de um *fetichismo da individualidade*, ou ainda, de um feti-

chismo da infância; para além de conjecturas sobre o fetichismo da mercadoria no campo da *cultura* ou da *moral*, perfazendo proposições sem qualquer vínculo com o seu conteúdo conceitual; para além das demandas por igualdade, liberdade e democracia como estandartes de lutas pretensamente socialistas; propõe-se, pelas razões expostas no decorrer da presente pesquisa, o redirecionamento teórico e prático à tarefa de construção do projeto estratégico de caráter proletário com base na compreensão da realidade da sociedade capitalista e, no interior deste projeto, a análise dos limites e das possibilidades da educação com o objetivo de aniquilamento revolucionário do capital.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Advertência aos leitores do livro *I d'O Capital*. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ARCE, Alessandra. Pedagogia da infância ou fetichismo da infância? In: DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. São Paulo: Autores Associados, 2004. p. 145-168.
- ASSIS, Machado de. O espelho. In: **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. V. II. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000240.pdf. Acesso em: 5 fev. 2020.
- BACKES, Marcelo. Nota à tradução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. Tradução Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BAUDELLOT, Christian; ESTABLET, Roger. **La escuela capitalista**. México: Siglo Veintiuno, 1990.
- BEDESCHI, Giuseppe. **Alienacion y fetichismo en el pensamiento de Marx**. Traducción: Benito Gomez. Madrid: Alberto Corazon Ed., 1975.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. Tradução Jeanne Marie Gagnebin. In: LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.
- BENJAMIN, Walter. Crítica da violência – crítica do poder. In: BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie** (Escritos Escolhidos). Seleção e apresentação Willi Bolle. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1986.
- BENSÄID, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In: MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2017.

BERTOLT, Brecht. Aos que hesitam. *In*: **Pedras polidas**. Comunardos, 2019.

BÖHME, Hartmut. **Fetischismus und Kultur: eine andere theorie der Moderne**. Rowohlt: Hamburgo, 2006.

BOITEMPO. Nota da Editora. *In*: MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRACHER, Beatriz. **Não Falei**. São Paulo, Editora 34, 2004.

BUENO, Juliane Zacharias. **A teoria do fetichismo em Karl Marx e as suas interpretações entre os estudiosos da educação brasileira**. Orientador: Paulo Sérgio Tumolo. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2020. Disponível em: repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216105/PEED1508-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 1 dez. 2020.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Capital e fetichismo: historicidade, classes sociais e luta de classes** (curso – módulo 3) Boitempo, São Paulo, 2017. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=6JYKsqECnol. Acesso em: 25 fev. 2019.

CARCANHOLO, Reinaldo A. (Org.). **Capital**: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CATINI, Carolina de Roig. **A escola como forma social**: um estudo do modo de educar capitalista. Orientadora: Carmen Sylvia Vidigal Moraes. Co-orientador: Jorge Luis da Silva Grespan. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2013. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122013-153624/en.php. Acesso em: 1 dez. 2018.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Pública sob nova perspectiva. *In*: 26ª REUNIÃO ANUAL ANPED. **Conferência de abertura**. Poços de Caldas-MG, 2003. p. 1-12. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 5 out. 2003.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2018.

DE BROSES, Charles. **Du culte des dieux fetiches, ou Parallèle de l'ancienne Religion de l'Égypte avec la Religion actuelle de Nigritie.**

Disponível em: galica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k106440f/f2.image.

Acesso em: 18 dez. 2019.

DUARTE, Newton. Arte e educação contra o fetichismo generalizado na sociabilidade contemporânea. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 461-479, jul./dez. 2009. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/15885. Acesso em: 3 dez 2018.

DUARTE, Newton. (org). **Crítica ao fetichismo da individualidade.** Campinas: Autores Associados, 2004.

DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski.** Campinas: Autores Associados, 2001.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. São Paulo: Autores Associados, 2006.

DUARTE, Newton et al. O marxismo e a questão dos conteúdos escolares. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 31 jul. 2012 a 3 ago. 2012. **Anais eletrônicos.** Disponível em: histedbr.fe.unicamp.br. Acesso em: 3 fev. 2020.

DUAYER, Mario. Apresentação. In: MARX, Karl. **Grundrisse.** Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. Tradução Nélcio Schneider. Campinas: Boitempo, 2011.

EDELMAN, BERNARD. **O direito captado pela fotografia**: elementos para uma teoria marxista do direito. Tradução Soveral Martins e Pires de Carvalho. Coimbra: Centelha, 1976.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Tradução B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGUITA, Mariano F. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Tradução Thomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FAUSTO, Rui. **Marx**: lógica e política: investigações para uma

reconstituição do sentido da dialética. São Paulo: Brasiliense, 1987. Tomo II.

FÁVARO, Neide Galvão. **Pedagogia histórico-crítica e sua estratégia política**: fundamentos e limites. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2015.

FLECK, Amaro. O conceito de fetichismo na obra marxiana: uma tentativa de interpretação. **Ethic@**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 141-158, jun. 2012. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2012v11n1p141/22909. Acesso em: 13 ago. 2017.

FOUCAULT. **Vigiar e punir**: história da violência das prisões. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.

GIANOTTI, José Arthur; REHFELD, Walter. O rendimento e suas fontes. A economia vulgar. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Traduções de José Carlos Bruni et al. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Volume I. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRESPLAN, Jorge L. S. Dialética do avesso. In: **Marxismo e ciências humanas**. São Paulo: Xamã/CEMARX/IFCH, 2003.

GRESPLAN, Jorge L. S. **O negativo do capital**. São Paulo, Hucitec, 1998.

HANDFAS, Anita. A trajetória do GT Trabalho e Educação da ANPED: alguns elementos de análise. **Trabalho, educação e saúde**, v. 5, n. 3, p. 375-398, nov. 2007/fev. 2008. Disponível em: www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r178.pdf. Acesso em: 2 jul. 2016.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Tradução Paulo Meneses com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado. 9.ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista:

Editora Universitária São Francisco, 2014.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Encyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse**. Heidelberg, 1817.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Phänomenologie des Geistes*. Editado por Johann Schutze. In: **Georg Wilhelm Friedrich Hegel's Werke**. Berlim, 1832. v. 2.

IACONO, Alfonso. **Le fétichisme, histoire d'un concept**. Paris: PUF, 1992.

IASI, MAURO. Trabalho morto. In: **Pedras polidas**. Comunardos, 2019.

JAPPE, Anselm. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. Tradução Sílvio Rosa Filho. Revisão de Jacira Freitas. **Limiar**, v. 1, n. 2, 1º semestre 2014. Disponível em: eleuterioprado.files.wordpress.com/2014/06/jappe-alienac3a7c3a3o-reificac3a7c3a3o-e-fetichismo.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **Capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani: apontamentos críticos**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LIMA, Laís Leni Oliveira. **As muitas faces do trabalho que se realiza na educação infantil**. Orientadora: Ângela Cristina Belém Mascarenhas. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1070. Acesso em: 3 dez. 2018.

LOMBARDI, José Claudinei. Notas sobre a educação da infância numa perspectiva marxista. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (Org.). **Infância e pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 7-16.

LUKÁCS, György. **Estética: la peculiaridad de lo estético**. 2. ed. Barcelona: Grijalbo, 1972. v. 2.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução Nélcio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo V. Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2002.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, Lúcia Márcia. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In: DUARTE, Newton. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. São Paulo: Autores Associados, 2004. p. 53-74.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução José Paulo Netto e Maria Antonia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 496 p.

MARX, Karl. Carta a Engels. In: LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. Notas sobre Marx, Darwin e o progresso. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 141-145, jun. 2001[16].

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Debatten über Preßfreiheit und Publikation der Landständischen Verhandlungen. **Rheinische Zeitung**, n. 125, 5 a 19 de maio de 1842. Werke. (Karl) Dietz Verlag, Berlin. Band 1. Berlin/DDR. 1976. S. 28-77. Disponível em: www.mlwerke.de/me/me01/me01_028.htm. Acesso em: 13 jan. 2020.

MARX, Karl. Der leitende Artikel in Nr. 179 der "Kölnischen Zeitung". **Rheinische Zeitung**, n. 191, 10, 12 e 14 jul. 1842. Karl Marx/ Friedrich Engels – Werke. (Karl) Dietz Verlag, Berlin. Band 1. Berlin/DDR. 1976. S. 86-104. Disponível em: www.mlwerke.de/me/me01/me01_086.htm. Acesso em: 13 jan. 2020.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**. Argentina: Siglo Veintiuno, 1986.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)**. 15. ed. México (DF): Siglo Veintiuno, 1987.

- MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, Karl. Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2002a.
- MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Tradução Cláudia Shilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 2006. (Coleção L&PM Pocket).
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Textos filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à *Filosofia da miséria*, do Sr. Proudhon. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Volume I. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Victor Civita, 1983a. V. 1.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1988a. (Coleção Os Economistas).
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Capítulo VI (inédito). Tradução Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. Tradução Rubens Enderle. Edição de Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. Tradução José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. Tradução Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MASCARENHAS, Ângela C. Belém (Org.) **Educação e trabalho na sociedade capitalista**: reprodução e contraposição. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

MASCARENHAS, Ângela C. Belém. **O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora**. Goiânia: Alternativa, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOURA, Mauro Castelo Branco de. Considerações acerca do fetichismo do capital. **Perspectiva Filosófica**, v. IX, n. 17, jan./jun. 2002.

- NAVES, Márcio Bilharinho. Prefácio. *In*: ENGELS, Friedrich; KAUSTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Tradução Lúvia Cotrim e Marcio Bilharino Naves. São Paulo: Boitempo, 2012.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: ICP, 2015a.
- NETTO, José Paulo. Apresentação: Marx em Paris. *In*: MARX, Karl. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução José Paulo Netto e Maria Antónia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015b.
- PACHUKANIS, Evgène. **Teoria geral do direito e marxismo**. Tradução Soveral Martins. Coimbra: Centelha, 1972.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2000.
- PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo, 1988.
- PIRES, Rogério Brittes W. Fetichismo religioso, fetichismo da mercadoria, fetichismo sexual: transposições e conexões. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. 1, 2014. Disponível em: www.periodicos.usp.br/ra/article/view/87763/pdf_9. Acesso em: 19 mar. 2019.
- RODRIGUES, José; REIS Ronaldo Rosas. Nós os educadores que amávamos a revolução. Origens, desenvolvimento e crise do GT Trabalho e Educação. **Revista HISTEDBR**, [On-line], Campinas, Número Especial, p. 170-191, abr. 2011. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/index.html. Acesso em: 23 abr. 2016.
- ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- RUBIN, I. Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. Tradução José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Polis, 1987.
- SAFATLE, Vladimir. **Fetichismo: colonizar o outro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público**: algumas falas sobre universidade. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, Ana Carolina Giannini. **Trabalho docente na educação infantil**: concepções e práticas. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2017. Disponível em: repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6998. Acesso em: 29 dez. 2018.

TONET, Ivo. A propósito de “Glosas Críticas”. In: MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TREIN, Eunice. Entrevista. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 0, p. 32-40, 1996. Disponível em: www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/937/819. Acesso em: 23 abr. 2016.

TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação. Uma análise para debate. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 24, 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a11.pdf. Acesso em: 23 abr. 2016.

TUMOLO, Paulo Sergio. A atual configuração capitalista na periferia do sistema: contribuições teóricas para um debate. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 598-614, abr./jun. 2017. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2017v35n2p598. Acesso em: 10 ago. 2017.

TUMOLO, Paulo Sergio. A produção em Trabalho e Educação. Esboço para a discussão de suas marcas e de suas perspectivas. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 14, p. 11-22, 2005a. Disponível em: www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/997/860. Acesso em: 30 maio 2016.

TUMOLO, Paulo Sergio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível?

Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, jan./abr. 2005b. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 20 jan. 2020.

TUMOLO, Paulo Sergio. Bases teórico-políticas para a discussão da educação da perspectiva da classe trabalhadora. *In*: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio (Org.). **Caminhos da politécnia: 30 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**. Rio de Janeiro EPSJV, 2016. p. 403-451.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Capital, trabalho e educação**. Florianópolis, Editora Em Debate/UFSC, 2016b.

TUMOLO, Paulo Sergio. Prefácio. *In*: WIHBY, Alessandra. **O método de ensino da pedagogia histórico-crítica: uma análise crítica**. Curitiba: CRV, 2019.

TUMOLO, Paulo Sergio. Trabalho, estranhamento e exploração capitalista: dos *Manuscritos econômico-filosóficos* em direção ao *Capital* de Marx. *In*: ALVES, Giovanni et al. (Org.). **Trabalho e educação: contradições do capitalismo global**. Maringá: Praxis, 2006.

TUMOLO, Paulo Sergio. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 159-178, 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a07v24n82.pdf. Acesso em: 12 ago. 2017.

APÊNDICES

A. Lista de produções científicas publicadas na última década (2009-2019) na área da educação que abordam pontualmente – ou de forma sucinta – o conceito de fetichismo em Karl Marx

AMARAL, Luiza Batista; ARREGUY, Marília Etienne. Uma leitura das imagens da violência na escola: dos signos de alienação à sublimação criativa. **RevistAleph**, ano XIII, n. 26, ago. 2016. ISSN 1807-6211. Disponível em: revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/view/369. Acesso em: 31 dez. 2018.

ANJOS, Ricardo Eleutério dos. **O desenvolvimento da personalidade na adolescência e a educação escolar**: Aportes teóricos da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Orientador: Newton Duarte. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, 2017. Disponível em: repositorio.unesp.br/handle/11449/151709. Acesso em: 11 dez. 2018.

ANJOS, Ricardo Eleutério dos. **O desenvolvimento psíquico na idade de transição e a formação da individualidade para-si**: aportes teóricos para a educação escolar de adolescentes. Orientador: Newton Duarte. Coorientadora: Lígia Márcia Martins. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara. Araraquara, 2013. Disponível em: repositorio.unesp.br/handle/11449/97430. Acesso em: 11 dez. 2018.

ARAÚJO, Ana Raquel Alves de. **A Campanha Ecológica do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís (1980-1984)**: uma proposta pedagógica para a integração entre Educação Ambiental e Ensino de História. Orientadora: Monica Piccollo Almeida Chaves. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em:

repositorio.uema.br/bitstream/123456789/44/1/ANA%20RAQUEL%20ALVES%20DE%20ARA%C3%A9AJO.pdf. Acesso em: 2 out. 2018.

ARREGUY, Marília Etienne. A inversão da palmatória e seus reflexos na atualidade. **Movimento – Revista de Educação**, Universidade Federal Fluminense, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/53. Acesso em: 1 dez. 2018.

BARBOSA, Maria Valéria. **Relações étnico-raciais e progressão continuada na escola: o difícil diálogo com a inclusão**. Orientadora: Profa. Dra. Claude Lèpine. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. Disponível em: repositorio.unesp.br/handle/11449/101013. Acesso em: 28 dez. 2018.

BOLL, Cíntia Inês. **A enunciação estética juvenil em vídeos escolares no YouTube**. Orientadora: Margarete Axt. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70596. Acesso em: 1 dez. 2018.

CASCO, Ricardo. Ideologia esportiva e formação do indivíduo: contribuições da Teoria Crítica do Esporte. **Revista Psicologia**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 179-188, 2018. Disponível em: www.journals.usp.br/psicousp/article/view/150861. Acesso em: 4 dez. 2018.

CASTRO, Eduardo Bernardes de. Por detrás das escolhas tecnológicas: raízes e caminhos. **Humanidades & Inovação**, [S.l.], v. 4, n. 5, dec. 2017. ISSN 2358-8322. Disponível em: revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/362. Acesso em: 27 dez. 2018.

CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. Escolas de luta, educação política. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1.177-1.202, out./dez. 2016. Disponível em: taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/324387/1/S0101-73302016000401177.pdf. Acesso em: 4 dez. 2018.

CHAGAS, Regiane de Ávila. **A dialética da dança**. Orientadora: Anita Cristina de Azevedo Resende. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8807. Acesso em: 1 dez. 2018.

CHAVES, Hamilton Viana; MAIA FILHO, Osterne Nonato; JIMENEZ, Maria Susana Vasconcelos; MORAES, Betânea Moreira de. Quem são os idiotas, afinal? **Pro-Posições**, v. 29, n. 1 (86), p. 153-171, jan./abr. 2018. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8652063. Acesso em: 26 dez. 2018.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **A escolarização do aluno com autismo no ensino médio no contexto das políticas de educação especial no Estado do Espírito Santo**. Orientadora: Ivone Martins de Oliveira. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2017. Disponível em: repositorio.ufes.br/bitstream/10/6851/1/tese_11740_Tese_Fernanda_Chioite_PPGE20180129-155023.pdf. Acesso em: 1 dez. 2018.

CLASTA, Neffretier Cinthya Rebello André dos Santos. **A Tecnologia no Âmbito da Universidade Aberta do Brasil: um estudo a partir da percepção dos alunos do Curso de Pedagogia/UAB/UNIR**. Orientadora: Mônica Ribeiro da Silva. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46277. Acesso em: 2 dez. 2018.

COSTA, Jean Henrique; BRANDÃO, Thadeu de Sousa; FARIAS, Tássio Ricelly Pinto de. O Ápice do fetichismo: administração, educação e controle social. **Revista Querubim** – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais, ano 11, v. 2, n. 26, 2015 ISSN 1809-3264. Disponível em: s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/41147784/Artigo_Fernando_Gabeira_-_Revista_Querubim.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1543972333&Signature=8QtGtxhbWcix9yLRgYy7yFEGO7g%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DUm_estudo_da_retorica_testemunhal_em_O_q.pdf#page=4. Acesso em: 4 dez. 2018.

CUNHA, Fabricio Moraes. **A catarse teatral na formação humana**. Orientador: Robson Loureiro. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: repositorio.ufes.br/bitstream/10/6059/1/Fabricio%20Moraes%20Cunha.pdf. Acesso às 23h59, em 25 out. 2018.

DIONÍSIO, Débora Accioly. **Trabalho, educação e conhecimento: da universalização do ensino superior ao produtivismo acadêmico**

– o *Homo Lattes*. Orientadora: Maria das Dores Mendes Segundo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: www.uece.br/ppge/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20D%C3%89BORA%20ACCIOLY%20DION%C3%8DSIO.pdf. Acesso em: 29 dez. 2018.

DORNELLES, Lucienne. O fetichismo da mercadoria, a subjetividade e a educação: Análise do filme *O tesouro de Sierra Madre*. **Revista de Ciências da Educação**, [S.l.], set. 2014. ISSN 2317-6091. Disponível em: www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/324. Acesso em: 11 dez. 2018. doi: doi.org/10.19091/reced.v1i30.324.

DUARTE, Newton. Relações entre conhecimento escolar e liberdade. **Cadernos de Pesquisa**. v. 46 n. 159 p. 78-102, jan./mar. 2016. Disponível em: publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3508. Acesso em: 28 dez. 2018.

DUTRA, Marcone Antonio. **O fetichismo da avaliação numérica do IDEB e a reificação da cultura nas escolas ludovicenses**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014. Disponível em: tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/275. Acesso em: 11 dez. 2018.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; MOLINA, Mônica Castagna; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. O fortalecimento da identidade camponesa: repercussões do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária nos Estados do Ceará, Minas Gerais e Paraná (1998-2011). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 140, p. 569-585, jul.-set., 2017. Disponível em: www.redalyc.org/html/873/87353321004/. Acesso em: 25 dez. 2018.

FARIA, Cinara Martins. **Diretrizes político-pedagógicas da formação técnica no Brasil: a ordem do humano e a ordem do capital**. Orientadora: Raquel Fabiana Lopes Sparemberger. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas: 2011. Disponível em: ucpel.edu.br:8080/jspui/handle/tede/160. Acesso em: 4 dez. 2018.

FEITOSA, Raphael Alves. Um jogo de cartas marcadas: como um jornal veicula o desenvolvimento sustentável. **Revista Metáfora Educacional** [online], Editora Dra. Valdeci dos Santos, Feira de Santana, Bahia, n. 17,

p. 22-39, (jul./dez. 2014), 1 jun. 2015, ISSN 1809-2705. Disponível em: www.valdeci.bio.br/revista.html. Acesso em: 31 dez. 2018.

FERREIRA, Benedito de Jesus Pinheiro. Tecnologias da informação e comunicação na educação: avanço no processo de humanização ou fenômeno de alienação? **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 89-99, jun. 2015. Disponível em: portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12434. Acesso em: 29 dez. 2018.

FERREIRA, Danielle de Almeida Galante. A produção ideológica em torno do fracasso escolar: o capital como manipulador das necessidades humanas. **Revista Aleph Brasil**, Universidade Federal Fluminense, ano XIV, n. 29, dez. 2017. ISSN 1807-6211. Disponível em: revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/view/628. Acesso em: 2 dez. 2018.

FILHO, Everaldo Nunes de Farias; MACIEL, Louise Claudino. Reificação e questão ambiental: contribuições de Karl Marx para a agenda de uma educação ambiental crítica. **Ambiente & Educação**. Revista de Educação Ambiental. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande – FURG, v. 23, n. 3, 2018. Disponível em: periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8350. Acesso em: 13 dez. 2019.

FILHO, João Ribeiro dos Santos. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais**. Orientadora: Vera Lúcia Jacob Chaves. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Mencoes-Honrosas/Educacao-Joao-Ribeiro-dos-Santos-Filho.PDF. Acesso em: 4 dez. 2018.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **REP – Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112-124, jan./jun. 2010. Disponível em: www.seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027. Acesso em: 28 dez. 2018.

GALZERANO, Luciana Sardenha. **Grupos empresariais e educação básica: estudo sobre a Somos Educação**. Orientadora: Theresa Maria de Freitas Adrião. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-

graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/321629. Acesso em: 4 dez. 2018.

GOLDBERG, Leonardo Andre Elwing. **Redes sociais “virtuais”:** o Facebook na Sociedade do espetáculo. 2014. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em: tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1906. Acesso em: 27 dez. 2018.

KARAM, Cinara Menegotto Cavalheiro. **Condições socioambientais do trabalho e a saúde ocular do trabalhador:** um estudo da síndrome de disfunção lacrimal sob a perspectiva da educação ambiental. Orientadora: Marta Regina Cezar-Vaz. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014. Disponível em: repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6016/cinarakaram.pdf?sequence=1. Acesso em: 4 dez. 2018.

LINO, Amanda Cristina. **Memória social de mulheres de assentamentos de reforma agrária:** a relação entre trabalho, política, educação e participação. Orientadora: Viviane Melo de Mendonça. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014. Disponível em: repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8543. Acesso em: 4 dez. 2018.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga. **Educação necessária para ir além:** movimento dos trabalhadores desempregados do Rio Grande do Sul. Orientador: Jorge Alberto Rosa Ribeiro. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/94709. Acesso em: 4 dez. 2018.

MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. Trabalho, pesquisa e ensino: tensões e desafios para a docência no Ensino Superior. **Psicol. Ensino & Form.**, Brasília, v. 4 n. 1, p. 60-78, 2013. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612013000100005. Acesso em: 31 dez. 2018.

MANDELI, Aline de Souza. **Fábrica de professores em nível superior:** a Universidade Aberta do Brasil (2003-2014). Orientadora: Olinda

Evangelista. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128910. Acesso em: 4 dez. 2018.

MARQUES, Daniele Luciano. **Entre a escola unitária e a mercadológica**: a trajetória para o mundo do trabalho dos egressos das EEEPs do Ceará. Orientadora: Antonia de Abreu Sousa. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18085/1/2016_dis_dlmarques.pdf. Acesso em: 4 dez. 2018.

MORAES, Patrícia Brito. **Tradução e mercadoria**: vínculos com a tarefa educacional. Orientador: Paulo Rudi Schneider. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí – RS, 2013.

MORAIS, Tatyane Pereira de. **Mídia e educação**: um estudo sobre as mídias no GT de educação e comunicação da ANPED entre 2004 e 2013. Orientadora: Juliana de Castro Chaves. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6432. Acesso em: 4 dez. 2018.

MOREIRA, Gilvander Luís. **A luta pela terra em contexto de injustiça agrária**: Pedagogia de emancipação humana? Experiências de luta da CPT e do MST. Orientadora: Maria de Fátima Almeida Martins. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MUELLER, Rafael Rodrigo. **Racionalidade para racionalização**: a gestão da produção e da força de trabalho enquanto tecnologia capitalista. Orientadora: Valeska Nahas Guimarães. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93607. Acesso em: 27 dez. 2018.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**. v. 23, n. 3 (69) p. 51-66. set./dez. 2012. Disponível em: s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30970040/04.pdf?AWSAccessKe

ylid=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1545785366&Signature=KfObEfBwZN77kAqNZYKgoJCq8Qc%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO_livro_didatico_como_mercadoria_The_tex.pdf. Acesso em: 25 dez. 2018.

NABAES, Thaís de Oliveira. **O fetichismo da música na sociedade de consumo**: aportes sobre formação cultural a partir das vozes de uma turma de alfabetizandos. Orientadora: Cleuza Maria Sobral Dias. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010. Disponível em: repositorio.furg.br/handle/1/2164. Acesso em: 11 dez. 2018.

NASCIMENTO, Alberico Francisco do. A ideologia do acesso aberto: o fetichismo da tecnologia na educação a distância e a diversificação da universidade. **Revista HISTEDBR** [Online], Campinas, n. 65, p. 113-127, out. 2015. ISSN: 1676-2584. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642700. Acesso em: 1 dez. 2018.

NASCIMENTO, Rafael Baioni do. **Solidão e formação, solidão da formação**: reflexões teóricas sobre a possibilidade desprezada pela psicologia. Orientadora Iray Carone. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18032015-110324/pt-br.php. Acesso em: 29 dez. 2018.

NEIRA, Marcos Garcia. **O currículo cultural da educação física em ação**: a perspectiva dos seus autores. Orientador: Tizuko M. Kishimoto. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-10042012-164200/en.php. Acesso em: 11 dez. 2018.

NOGUEIRA, Mariana Lima. **O processo histórico da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde**: trabalho, educação e consciência política coletiva. Orientadora: Marise Nogueira Ramos. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

NUNES, Antonio de Assis Cruz. O papel da imprensa alternativa negra (IAN) no contexto da teoria histórico-social da formação do indivíduo. **Revista Pesquisa em Foco: Educação e Filosofia**, ano 5, v. 5, n. 5, mar. 2012. Disponível em: www.educacaoefilosofia.uema.br/imagens/1.5.pdf. Acesso em: 25 dez. 2018.

PEDRINI, Adriano Luiz. **Problematização e prática sociocultural no contexto do estágio da licenciatura: um olhar terapêutico-desconstrutivo**. Orientador: Anna Regina Lanner de Moura. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250824. Acesso em: 26 dez. 2018.

PEREIRA, Guilherme Gravina. **As contradições entre a comunicação de massa e a educação na sociedade brasileira**. Orientador: Eduardo Magrone. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2269. Acesso em: 3 dez. 2018.

PETERNELLA, Alessandra. **A relação teoria e prática na formação do pedagogo: contribuições da teoria histórico-cultural**. Orientadora: Maria Terezinha Bellanda Galuch. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. Disponível em: www.ppe.uem.br/dissertacoes/2011-Alessandra_Peternella.pdf. Acesso em: 2 dez. 2018.

PINHEIRO, Nelson Roncate Dutra. **A influência do Programa de Promoção da Reforma Educativa da América Latina e Caribe (PREAL) na política brasileira de educação profissional: 1996/2004**. Orientadora: Marise Nogueira Ramos. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: www.arca.fiocruz.br/handle/icict/8732. Acesso em: 1 dez. 2018.

PISANI, Marília Mello. Drones, ciborgues e flame war: a formação da sensibilidade na cultura digital contemporânea. **Impulso**, Piracicaba, v. 27, n. 69, p. 99-119, maio-ago. 2017. ISSN Impresso: 0103-7676. ISSN Eletrônico: 2236-9767. Disponível em: www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/3377. Acesso em: 4 dez. 2018.

PONTE, Fernando. O Estado e a educação na perspectiva da classe trabalhadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 29-44, jan./abr. 2013. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/23624. Acesso em: 11 dez. 2018.

PRADO, Eleutério F. S. and PINTO, José Paulo Guedes. Subsunção do trabalho imaterial ao capital. **Cad. CRH** [online], v. 27, n. 70, p. 61-74, 2014. ISSN 0103-4979. dx.doi.org/10.1590/S0103-49792014000100005. Acesso em: 29 dez. 2018.

RECH, Hildemar Luiz. Insights marxiano-lacanianos e retheliano-kantianos na leitura das formas do fetichismo da mercadoria, da ideologia e da educação, com base em Slavoj Zizek. **Revista Dialectus**, ano 3, n. 9, p. 62-80, set.-dez. 2016. Disponível em: www.revistadialectus.ufc.br/index.php/ForaDoAr/article/view/270. Acesso em: 4 dez. 2018.

RODRIGUES, L. A.; FARIAS, M. N.; CASTRO, C. S. de. A atenção nas malhas dos ininterruptos gozos proporcionados pela indústria cultural. **Educação Unisinos**, v. 17, n. 1, p. 11-18, jan./abr. 2013. Disponível em: revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2013.171.02/1408. Acesso em: 28 set. 2018.

ROSSETTO, Tania Regina. **Arte como trabalho criador: produção de significados na educação de pessoas com deficiência intelectual**. Orientadora: Nerli Nonato Ribeiro Mori. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em: www.ppe.uem.br/teses/2018/2018%20-%20Tania%20Rosseto.pdf. Acesso em: 3 dez. 2018.

SANTOS, Fabio Rogério dos. **Sociologia: uma leitura das relações de ensino na escola pública**. Orientador: Cláudia Beatriz de Castro Nascimento Ometto. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2014. Disponível em: www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/24022015_151421_fabio.pdf. Acesso em: 28 dez. 2018.

SANTOS, Flávia Marinho Duarte dos. **A qualificação profissional e a política nacional de educação permanente em saúde: considerações sobre o pró-saúde e o pet-saúde**. Orientadora: Monica Vieira. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2016. Disponível em: www.arca.fiocruz.br/handle/icict/18936. Acesso em: 2 dez. 2018.

SANTOS, José Antonio Colletti dos. **Narciso vai ao shopping**,

a educação, o culto ao corpo e a sociedade de consumo.

Orientadora: Nilce Maria A. S. A. Campos. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. UNIMEP. Piracicaba, SP, 2010. Disponível em: www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/TXORPARJRGQO.pdf. Acesso em: 4 dez. 2018.

SANTOS, Tatiana Ferreira dos. **A dimensão ambiental na formação profissional do assistente social.** Orientadora: Maria Inêz Oliveira Araújo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Disponível em: www.ri.ufs.br/handle/riufs/4794. Acesso em: 1 dez. 2018.

SILVA, Alex Sander da. Fetichismo, alienação e educação como mercadoria. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 123-139, jan./jun. 2011. Disponível em: online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1900. Acesso em: 4 dez. 2018.

SILVA, Cesar A. Alves da. Educação e não emancipação: os limites objetivos da educação escolar no capitalismo industrial contemporâneo. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 143, 2018. Disponível em: submission.scielo.br/index.php/es/article/view/164078. Acesso em: 4 dez. 2018.

SILVA, Célia Regina da. **Análise da dinâmica de formação do caráter e a produção da queixa escolar na educação infantil:** contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Orientador: Lígia Márcia Martins. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2017. Disponível em: repositorio.unesp.br/handle/11449/152064. Acesso em: 3 dez. 2018.

SILVA, Ederbal Forest da. **A educação profissional frente às demandas do mundo do trabalho:** limites e possibilidades da pedagogia das competências. Orientador: Clóvis Nicanor Kassick. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015. Disponível em: www.ri.uni.unisul.br/handle/12345/597. Acesso em: 1 dez. 2018.

SILVA, Efrain Maciele. **A pedagogia histórico-crítica no cenário da educação física brasileira.** Orientador: Edson Marcelo Húngaro. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Educação Física, Universidade de Brasília. Brasília, 2013. Disponível em: repositorio.unb.br/handle/10482/15717. Acesso em: 1 dez. 2018.

SILVA, Flávia Gonçalves da. Alienação e o processo de sofrimento e adoecimento do professor: notas introdutórias. **Revista LABOR**, v. 1, n. 7, p. 49-64, 2012. Disponível em: www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume7/4_Alienacao_e_o_processo_de_sofrimento_e_adoecimento_do_professor_-_Flavia_Goncalves_da_Silva.pdf. Acesso em: 2 dez. 2018.

SILVA, Hanna Maria Ramos. **Ideologia, fetichismo e educação em Slavoj Žizek**. Orientador: Hildemar Luiz Rech. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22614. Acesso em: 4 dez. 2018.

SILVA, José Bezerra da.; ROCHA, Max Silva da. A educação como fetiche da mercadoria. **Diversitas Journal**, v. 1, n. 3, p. 304-309, set./dez. 2016. ISSN 2525-5215. Doi: 10.17648/diversitas-journal-v1i3.392. Disponível em: www.kentron.ifal.edu.br/index.php/diversitas_journal/article/view/392. Acesso em: 1 dez. 2018.

SILVA, Pedro Rogério Sousa da. **Fetichismo, Ideologia e Educação em Theodor Adorno**. Orientação: Hildemar Luiz Rech. 148 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016b. Disponível em: bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_85c5c3c0dd22598513439ab0b7aa2736. Acesso em: 4 dez. 2018.

SILVA, Telma Domingues da. Educação ambiental: a educação para o consumo na sociedade da informação. **Linguagem em discurso: UNISUL**. v. 11, n. 3, 2011. Disponível em: portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/821. Acesso em: 4 dez. 2018.

SOARES, Sílvia Lúcia. **A avaliação para as aprendizagens, institucional e em larga escala em cursos de formação de professores: limites e possibilidades de interlocução**. Orientadora: Benigna Maria de Freitas Villas Boas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: repositorio.unb.br/handle/10482/17738. Acesso em: 29 set. 2018.

SOARES, Vanessa Arlésia de Souza Ferretti. Análise crítica de gênero e o exercício de leitura da palavravundo: diálogos possíveis. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 335-364, 2016. Disponível em: www.redalyc.org/pdf/3398/339847438002.pdf. Acesso em: 3 dez. 2018.

SOBRAL, Denson André Pereira da Silva. O discurso da mercadoria na educação brasileira no limiar do século XXI. **Interdisciplinar**, Itabaiana –SE, ano VIII, v. 17, jan./jun. 2013. Disponível em: seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1332. Acesso em: 11 dez. 2018.

SOBRINHO, José Pereira de Sousa. **O conceito de classe em O Capital**: o professor como proletário em Marx. Orientador: Eduardo Ferreira Chagas. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22926/1/2014_tese_jpssobrinho.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

SOUSA, Fledys do Nascimento; MOURA, Lucas Lima. Uma análise das políticas neo-desenvolvimentistas do Estado Brasileiro na Transamazônica e Xingu e seus reflexos na Educação Básica. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, ano 3, n. 3, dez. 2011. Disponível em: repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23094/1/2011_art_fnsousallmoura.pdf. Acesso em: 31 dez. 2018.

SOUZA, Maria Ivonete de. **Do observar ao cuidar**: interdependências trabalho-educação no/do campo e a Amazônia Mato-Grossense. Orientadora: Marlene Ribeiro. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/178265. Acesso em: 4 dez. 2018.

TREIN, Eunice. RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Espaço Aberto**, v. 16, n. 48, set.-dez. 2011. Disponível em: www.redalyc.org/html/275/27520749012/. Acesso em: 4 dez. 2018.

TREVISAN, Amarildo Luiz. Formação ou reificação? A educação entre o mesmo e o outro **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1.185-1.200, out.-dez. 2011. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 4 dez. 2018.

VERGARA, Leonardo da Costa. **A pós-graduação brasileira nos ditames do capital**: a reprodução da produtividade. Orientadora: Juliana de Castro Chaves. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7958. Acesso em: 1 dez. 2018.

ZEN, ELIESÉR TORETTA. **Diálogos e práxis no processo de formação humana no âmbito do PROEJA no IFES**. Orientadora: Edna Castro de Oliveira. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: repositorio.ufes.br/jspui/handle/10/8519. Acesso em: 3 dez. 2018.

ZUIN, Antônio A.S. Copiar, colar e deletar: a Internet e a atualidade da semiformação. **Pro-Posições**, v. 24, n. 3 (72), p. 139-159, set./dez. 2013. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642521. Acesso em: 3 dez. 2018.

ZUIN, Vânia Gomes; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. A formação no tempo e no espaço da internet das coisas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 136, p. 757-773, jul.-set. 2016. Disponível em: www.redalyc.org/html/873/87349467010/. Acesso em: 1 dez. 2018.

B. Lista de produções científicas selecionadas para análise pormenorizada

CATINI, Carolina de Roig. **A escola como forma social: um estudo do modo de educar capitalista**. Orientadora: Carmen Sylvia Vidigal Moraes. Co-orientador: Jorge Luis da Silva Grespan. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122013-153624/en.php. Acesso em: 1 dez. 2018.

DUARTE, Newton. Arte e educação contra o fetichismo generalizado na sociabilidade contemporânea. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 461-479, jul./dez. 2009 www.perspectiva.ufsc.br. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/15885. Acesso em: 3 dez. 2018.

LIMA, Laís Leni Oliveira. **As muitas faces do trabalho que se realiza na educação infantil**. Orientadora. Ângela Cristina Belém Mascarenhas. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1070. Acesso em: 3 dez. 2018.

SILVA, Ana Carolina Giannini. **Trabalho docente na educação infantil:**

concepções e práticas. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2017. Disponível em: repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6998. Acesso em: 29 dez. 2018.

C. Lista de referências citadas nas produções científicas que abordam o conceito de fetichismo em Karl Marx

ADORNO, Theodor W. **Textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ADORNO, Theodor W. Teoria da semiformação. Tradução Newton Ramos-de-Oliveira. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTÓRIA, L. A. C. B. (Org.). **Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2010.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: ADORNO, Theodor W. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 63-108. (Coleção Os Pensadores).

ADORNO, Theodor W. Teoria da semicultura. **Educação & Sociedade**, v. 17, n. 56, p. 388-411, dez. 1996.

ADORNO, Theodor W. [1959]. Teoria da semicultura. **Educação e Sociedade**, ano XVII, n. 56, p. 388-411, dez. 1996.

ADORNO, Theodor W. O fetichismo na música e a regressão da Audição. In: ADORNO, Theodor W. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1975. p. 173-199. (Coleção Os Pensadores).

ADORNO, Theodor W. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: **Os Pensadores** – Adorno, Textos Escolhidos. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento, fragmentos filosóficos**. Tradução Guido A. Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, M. [1947] **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AFFONSO, Claudia. **Relações (des)educativas entre o sindicalismo propositivo e o Estado no Brasil (1990-2000)**: contradições de uma experiência. 2007. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ALVES, Giovani. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Jadir O fetiche forma-salário. In: SOUZA, Elaine C. de; CRAIA, Eladio C. **Ressonâncias filosóficas**: entre o pensamento e ação. Cascavel: Edunioeste, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?** Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho – São Paulo, 28 e 29 nov. 2008.

BARRETO, Raquel G. A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1299-1318, out./dez. 2010a.

BARRETO, Raquel G. Configuração da política nacional de formação de professores a distância. **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 84, p. 33-45, nov. 2010b.

BARROCO, S. M. S. A família fetichizada na ideologia educacional da sociedade capitalista em crise: uma questão para a psicologia da educação. In: DUARTE, N. et al. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 169-194.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação de pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

- CANEVACCI, M. **Fetichismo Visuais**: corpos erópticos na metrópole comunicacional. São Paulo: Ateliê editorial, 2008.
- CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital**: essência e aparência, vol. 01. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CASTIEL, Luiz David; SANZ-VALERO, Javier. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3.041-3.050, dez. 2007.
- CASTRO, Ana Maria; DIAS, Edmundo Fernandes. **Introdução ao pensamento sociológico**: Durkheim, Weber, Marx e Parsons. 15. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- COUGO, Raquel H. F. do Amaral, TFOUNI, Leda Verdiani. A constituição do sujeito na pós-modernidade e o consumismo. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, v. XI, n. 3, p. 1.159-1.185, set. 2011.
- CROCCO, Fábio Luiz Tezini. Georg Lukács e a reificação: teoria da constituição da realidade social. **Kínesis**, v. 1, n. 2, p. 49-63, out. 2009.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2006.
- DOURADO, Luiz F. Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios? **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 29, n. 104, especial, p. 891-917, out. 2008.
- DUARTE, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- DUARTE, N. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.
- DUARTE, N. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: DUARTE, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 65-85.

DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos:** contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores Associados, 2016.

DUARTE, Rodrigo. **Indústria Cultural:** uma introdução. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

DUARTE, Rodrigo. Mundo globalizado e estetização da vida. *In:* RAMOS-DE-OLIVEIRA, ZUIN, PUCCI. **Teoria crítica, estética e educação.** Campinas: Autores Associados; Piracicaba: Unimep, 2001.

ENGUITA, Mariano Fernández. Tecnologia e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização de trabalho e a educação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 13, n. 1. p. 39-52, jan./jun. 1988.

FAUSTO, Ruy. **Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Brasiliense, 1997.

FEENBERG, Andrew. **A filosofia da tecnologia numa encruzilhada.** Tradução Newton Ramos de Oliveira. 1999. Disponível em: www.Rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg. Acesso em: 24 jan. 2015.

FEENBERG, Andrew. **A filosofia da tecnologia numa encruzilhada.** 1999. Tradução Newton Ramos de Oliveira. Disponível em: www.sfu.ca/~andrewf/portu1.htm. Acesso em: 12 nov. 2016.

FREUD, Sigmund. Fetichismo. *In:* **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**, volume III. Coordenação geral da tradução Luiz Alberto Hanns; tradutor Claudia Dornbusch. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

FREUD, Sigmund. [1905] Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In:* **Obras Psicológicas Completas**, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GÓES, C. **História e psicanálise:** a construção da realidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GÓES, C. **Psicanálise e capitalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura.** Tradução Luis Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Viana Konder, 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

- IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- KOHAN, N. **Dicionário básico de categorias marxistas**. [s/d], [s/l]. Disponível em: pcb.org.br/portal/docs1/texto3.pdf. Acesso em: 20 maio 2013.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEBOWITZ, Michael. **Beyond Capital: Marx's Political Economy of the Working Class**. New York: Macmillan 2003.
- LEFF, Enrique. **A racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIMA, R. A. Trabalho, alienação e fetichismo: categorias para a compreensão marxiana do Estado e do político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s.l.], n. 17, p.7-42, ago. 2015. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000300007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2015.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. Crítica ao fetichismo da individualidade e aos dualismos na educação ambiental. **Educar**, Curitiba, n. 27, p. 37-53, 2006. Disponível em: ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/6470/4659. Acesso em: 19 ago. 2014.
- LOUREIRO, Robson; DELLA FONTE, Sandra Soares. **Indústria cultural e educação em "tempos pós-modernos"**. Campinas: Papirus, 2003.
- LÖWY, Michael. Marxismo e religião: ópio do povo? In: **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 298-315.
- LUKÁCS, György. A reificação e a consciência do proletariado. In: LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MAAR, W. L. A produção da "sociedade" pela indústria cultural. **Olhar**, ano 2, n. 3, p. 2-24, jun. 2000. Disponível em: www.ufscar.br/~revistaolhar/pdf/olhar3/07Adorno.pdf. Acesso em: 15 mar. 2016.

MATOS, Olgária. **A Escola de Frankfurt: Luzes & Sombras do Iluminismo**. São Paulo: Moderna, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução Sérgio Lessa e Paulo César Castanheira. Campinas: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 1998. Disponível em: www.mezzaros.comoj.com/?q=node/31. Acesso em: 6 jun. 2013.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MORETTI, Vanessa. A teoria do valor em Marx e a educação: um olhar sobre a pedagogia das competências. In: PARO, Henrique (Org.). **A teoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Instituto Caio Prado Júnior, 2015.

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

NOVAES, Henrique T. **O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo R. Hegemonia, Capital-Imperialismo e Intelectuais: categorias marxistas para um esforço de análise da relação Democracia-Educação. **Trabalho Necessário**, ano 11, n. 16, p. 1-18, 2013.

PRADO, E. F. S. Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo – uma crítica a A. Negri e M. Hardt. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 17, p. 109-130, nov. 2003.

RESENDE, A. C. A. Subjetividade em tempos de reificação: um tema para a psicologia social. In: **Estudos: Vida e Saúde**, Goiânia, v. 28, n. 4., p. 511-538, jul./ago. 2001.

RESENDE, A. C. A. Subjetividade em tempos de reificação: um tema para a Psicologia Social. **Estudos**, Goiânia, v. 28, n. 4, p. 511-538, 2001.

RODRIGUES, J.; TREIN, E. O canto de sereia do produtivismo científico: o mal-estar na academia e o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Universidade e Sociedade**, ano XX, n. 47, fev. 2011.

ROSSLER, J. H. A dimensão retórica e valorativa do núcleo teórico-conceitual do ideário construtivista. In: ROSSLER, J. H. **Sedução e alienação no discurso construtivista**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 141-243. (Coleção Educação Contemporânea).

SAFATLE, Vladimir. **O fetichismo como dispositivo de crítica**. Publicado em mar. 2010. Disponível em: revistacult.uol.com.br/home/o-fetichismo-como-dispositivo-de-critica/. Acesso em: 30 dez. 2017.

SAFATLE, Vladimir. **Fetichismo: colonizar o Outro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SAFATLE, Vladimir. **Freud: fetichismo colonizar o outro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SALES, Maria das G. G. M. **Educação superior a distância na formação de professores: entre fios e desafios, uma experiência formativa?** 2008. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SANTOS, L. G. dos. **Alienação e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SANTOS, R. M. S. dos. **Fetichismo: paradigma da perversão**. Salvador: O portal dos psicólogos, 2007. Disponível em: www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0224.pdf. Acesso em: 25 abr. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. 1ª reimpr. Campinas: Autores Associados, 2011. (Coleção Memória da Educação).

SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica**. Tradução: Maria Ceci Misoczwy. Florianópolis: Insular, 2013.

SILVA, Ludovico. **El sueño insomne: ideas sobre televisión, subdesarrollo y ideología**. Caracas: Fundación Editorial El Perro e La Rana, 2009.

SILVA, T. T. **O currículo como fetiche: a política e a poética do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUSA, Fernando Ponte de. Uma sociologia do trabalho sem o trabalho? **Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 10, n. 14, p. 7-30, set. 1993.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 769-792, 2011. Disponível em: www.redalyc.org/html/275/27520749012/. Acesso em: 21 abr. 2016.

TUMOLO, P. S. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 90, abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CGxwcBD8DNnsn5s4vxMqqFt/?lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2010. doi: 10.1590/S0101-73302005000100011.

VARGAS LLOSA, M. **A civilização do espetáculo**: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Habitus**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 437-454, 2006. Disponível em: revistas.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/viewFile/363/301. Acesso em: 3 jul. 2013.

WILLIS, Paul. A metamorfose das mercadorias culturais. In: CASTELS, Manuel et al. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ZIZEK, S. Introdução: o espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 7-38.

ŽIŽEK, Slavoj. **O mais sublime dos histéricos**: Hegel com Lacan. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

ŽIŽEK, Slavoj. Introdução: O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução Vera Ribeiro. 5ª reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013c, p. 7-38.

ŽIŽEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a. p. 297-332.

ŽIŽEK, Slavoj. Introdução: o espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996b. p. 7-38.

ŽIŽEK, S. **Vivendo no final dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Outros lançamentos de 2021

Formação política e projeto histórico de classe: a trajetória do 13 de Maio NEP

Cyntia de Oliveira e Silva

Trabalho, experiência de classe e reestruturação produtiva na indústria de conservas de Pelotas

Laura Senna Ferreira

A produção da arte na forma social do capital

Marília Carbonari

Políticas de memória no Brasil e na Argentina: lembranças do nunca mais

Rachel Tomás dos Santos Abrão

Classe e sexo: crítica da ordem patriarcal de gênero de Heleieth Saffioti

Joana das Neves Calado

O capital financeiro no Ensino Superior brasileiro (1990-2018)

Allan Kenji Seki

Conhecer, pensar, viver... A filosofia na sala de aula

Antônio José Lopes Alves

Sabina Maura Silva

Juliane Zacharias Bueno

Pedagoga e mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Doutorou-se em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Por sete anos trabalhou como professora de Educação Básica na Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo e por três anos como professora efetiva na Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ), Parintins. Atualmente realiza estágio pós-doutoral na UFSC.

E-mail: julianezb@yahoo.com.br

O presente livro possui como desígnio versar sobre as reverberações do conceito de fetichismo traçado por Karl Marx em *O Capital* na produção científica brasileira na área da educação. Origina-se de uma tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da qual se demonstrou os resultados de uma investigação bibliográfica desenvolvida em duas frentes: a primeira centrou-se no estudo do fetichismo com base na referida obra marxiana e em estudiosos que por ventura pudessem contribuir para a elucidação da temática, e a segunda foi dedicada a um minucioso rastreamento nas publicações realizadas na última década no Brasil, em busca de desvendar o tratamento dado ao conceito na área da educação.

